

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**  
**Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do**  
**Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde**

**MICHELE DE ALMEIDA GOMES**

**DA DISPERSÃO À RECONSTITUIÇÃO DO CONTEXTO ARQUIVÍSTICO:  
ARQUIVO DO EDUCADOR RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO**

**Rio de Janeiro**  
**2022**

**MICHELE DE ALMEIDA GOMES**

**DA DISPERSÃO À RECONSTITUIÇÃO DO CONTEXTO ARQUIVÍSTICO:  
ARQUIVO DO EDUCADOR RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Luce Girão Soares de Lima

Rio de Janeiro  
2022

## MICHELE DE ALMEIDA GOMES

### DA DISPERSÃO À RECONSTITUIÇÃO DO CONTEXTO ARQUIVÍSTICO: ARQUIVO DO EDUCADOR RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

### FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Luce Girão Soares de Lima (Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos (Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Libânia Nacif Xavier (Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Suplentes:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Laurinda Rosa Maciel (Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Priscila Ribeiro Gomes (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivo-Unirio)

Rio de Janeiro  
2022

G633d

Gomes, Michele de Almeida.

Da dispersão à reconstituição do contexto arquivístico : Arquivo do educador Rubim Santos Leão de Aquino / Michele de Almeida Gomes. -- 2022.  
254 f. : il. color.

Orientadora: Ana Luce Girão Soares de Lima.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde), Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f. 166-172.

1. Arquivos. 2. Gestão da Informação. 3. Memória (Patrimônio). 4. Brasil. I. Título.

CDD 026

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a). Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica:

Marise Terra Lachini - CRB-6-351 Biblioteca de História das Ciências e da Saúde

A Deus, pela mansidão, sabedoria e paz no percurso desta jornada.  
À Maria Santíssima; debaixo do seu manto, a vitória é sempre certa.  
A minha querida mãe Elisa, por sempre acreditar que um dia me tornaria mestre.  
A minha avó Terezinha, que sempre me incentivou a estudar .  
Aos meus filhotes Lucas e Miguel ,pela paciência nas ausências por causa dos estudos.  
Acabei um ciclo!!!

## AGRADECIMENTOS

À minha família, por ter sido resiliente comigo nesses dois anos de estudo.

À minha amiga pedagoga e pesquisadora Rosane Barreto, grande incentivadora do meu ingresso no mestrado da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz.

À minha querida mãe, Prof.<sup>a</sup> Ana Luce Girão, por estar tão presente no itinerário da escrita, estimulando-me a ter liberdade de pensamento e a acreditar no meu sonho e o tornar realidade.

À banca de defesa, os profs. Libânia Xavier e Paulo Elian, pelas sutilezas, gentilezas, carinho e atenção ao analisar o meu trabalho. Espero que contribua para reflexão dos seus arquivos.

À Prof.<sup>a</sup> Laurinda, que surgiu no segundo tempo da minha escrita, instruindo-me com esclarecimentos sobre um novo campo de descoberta: a História Oral.

Aos meus colegas da turma experimental de ensino remoto/covid-19 – 2020, obrigada por não largarem as minhas mãos. Em especial, aos colegas que se tornaram amigos, Cláudio e Magda Almada: vocês fizeram a diferença nas discussões sobre patrimônio cultural.

À equipe do Centro de Apoio ao Discente /Fiocruz, sem vocês eu já teria jogado a toalha logo no início, mas insistiram me dando apoio psicológico, nos encontros em grupo com os discentes e com as dicas do Cad. Vocês foram fundamentais na minha trajetória acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação – PPGPAT, nas pessoas do ex-coordenador Prof. Renato Costa pelo acolhimento recebido em 2020, e da atual coordenadora, Prof.<sup>a</sup> Luciana Heymann, pela preocupação e por se colocar disponível para colaborar com seus mestrandos na excelência das pesquisas.

A Valéria, da Secretária do PPGPAT, cuidadora dos mestrandos no programa, sempre tão disponível e atenta às necessidades dos alunos.

A Estela (filha do Prof. Rubim Santos Leão de Aquino) e família, que nos concederam dados relevantes para a pesquisa. Sempre atenciosa, amorosa e pronta a partilhar a história do seu pai, sempre disponível às nossas demandas.

A Vera Lúcia Coeli (bibliotecária e documentalista do acervo), pessoa fundamental nesta pesquisa. Sem seus registros sobre o arquivo, esta dissertação não poderia ser escrita.

Aos pesquisadores Américo Freire e Regina Luz, do **Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)**, por contribuírem com relatos relevantes sobre o Prof. Aquino e sua trajetória como educador.

À Faculdade de Educação da UFRJ, pelo apoio, e em especial ao amigo Rafael, do Departamento de Pessoal da unidade, que buscou me incentivar à licença para capacitação. Consegui!

Aos professores do Programa de Estudos Documentação, Educação e Sociedade (Proedes), em especial a Jucinato, Denise e Ana Lúcia, pelo incentivo de ser mestre numa casa que preza pela história da educação.

Aos alunos e ex-alunos dos cursos de Pedagogia, História e Letras da UFRJ, que trabalharam comigo e com a Prof.<sup>a</sup> Libânia, no desafio de identificar o acervo do Prof. Aquino. Sem vocês, não eu estaria aqui.

À equipe de arquivistas do arquivo do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), que me concedeu o acesso ao dossiê de aluno. Gratidão pelo carinho e disponibilidade no acesso à documentação histórica.

Às instituições de memórias pesquisadas, que responderam aos meus questionários e e-mails, e também àquelas que não responderam, muito obrigada. Silêncio também é um dado de pesquisa.

E, por fim, à minha psicóloga e xará Michelle, que me fez trilhar o caminho do autoconhecimento, na busca do equilíbrio e de minha saúde mental.

**GRATIDÃO A TODOS(AS) POR FAZEREM PARTE DESTA  
HISTÓRIA!**

*Os arquivos servem para provar, lembrar-se,  
compreender e identificar-se.*

**(Bruno Delmas)**



## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o fenômeno da dispersão em arquivo de pessoas, a partir da reflexão de como se dá o processo de institucionalização desses arquivos em instituições de memórias, como parte do patrimônio cultural brasileiro. Para entender a dispersão, tomamos como objeto de estudo o arquivo de Rubim Santos Leão de Aquino (1929-2013), professor de história da Educação Básica do Rio de Janeiro, cujo acervo foi fragmentado em parcelas e destinado a diversas entidades. Uma das partes foi depositada no Programa de Estudos, Documentos Educação e Sociedade – Proedes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo como premissa a reconstituição do seu contexto arquivístico, com a perspectiva de restabelecer os elos que mantêm a integridade desse conjunto documental. Para alcançar tal propósito, tomamos como objeto de análise a biografia do titular e a história custodial de seu acervo, tendo como resultados: a cartografia da dispersão, o quadro de arranjo do arquivo Rubim Santos Leões de Aquino e um guia do acervo que estará disponível na plataforma de acesso da UFRJ.

**Palavras-chave:** Arquivo de pessoas. Dispersão de arquivos. Institucionalização de arquivos pessoais. Rubim Santos Leão de Aquino.

## ABSTRACT

This research aimed to investigate the phenomenon of dispersion in personal archives, based on the reflection of how the process of institutionalization of these archives in institutions of memories take place, as part of the Brazilian cultural heritage. In order to understand the dispersion, we took as an object of study, the archive of Rubim Santos Leão de Aquino (1929-2013), a history teacher of Basic Education in Rio de Janeiro, whose collection was fragmented into portions and destined for various entities. One of the parts was deposited in the Program of Studies, Documents Education and Society – Proedes, of the Federal University of Rio de Janeiro, with the premise of reconstituting its archival context, with the perspective of reestablishing the links that maintain the integrity of this documentary set. To achieve this purpose, we take as an object of analysis the biography of the holder and the custodial history of his collection, with the results: the cartography of dispersion, the arrangement table of the Rubim Santos Leões de Aquino archive and a guide to the collection that will be available on the UFRJ access platform.

Keywords: Personal Archive. Dispersion in archives. Institutionalization of personal archives. Rubim Santos Leão de Aquino.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Rubim Santos Leão de Aquino em lançamento do livro: Futebol, uma paixão nacional (2002).....	49
Figura 2	Seus pais e sua irmã Mey .....	50
Figura 3	Formatura do ciclo científico (Ensino Médio), Colégio Dom Bosco, MS .....	51
Figura 4	Casamento de Sarah e Rubim Aquino .....	53
Figura 5	Colação de Grau Faculdade Nacional de Filosofia .....	59
Figura 6	Aquino em sala de aula .....	60
Figura 7	Capa do livro - Desaparecidos políticos (1979) .....	64
Figura 8	Capa do livro - Um tempo para não esquecer: 1964-1985(2010) .....	65
Figura 9	Capa do livro - Araguaia: da guerrilha ao genocídio. (2011) .....	66
Figura 10	Aquino em seu escritório com sua biblioteca particular .....	68
Figura 11	Coleção de livros - História das Sociedades .....	69
Figura 12	Coleção de livros - Fazendo a história e Você é a história .....	70

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b>	Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de Documentação – Limites e fronteiras.....	34
<b>Quadro 02</b>	Diferenças entre as modalidades institucionais de custódia documental.....	37
<b>Quadro 03</b>	Disciplinas do curso de história – quatro anos.....	55
<b>Quadro 04</b>	Arranjo elaborado pela documentalista e a família.....	86
<b>Quadro 05</b>	Dispersão do acervo – Locais de custódia e assuntos.....	109
<b>Quadro 06</b>	Documentação sob a custódia da família.....	112
<b>Quadro 07</b>	Área de concentração das instituições de custódia.....	125
<b>Quadro 08</b>	Cartografia da dispersão do arquivo .....	130
<b>Quadro 09</b>	Funções e atividades desempenhadas por Rubim Santos Leão de Aquino.....	139
<b>Quadro 10</b>	Descrição das funções, atividades e locais de custódia .....	144
<b>Quadro 11</b>	Proposta do quadro de arranjo do acervo RSLA.....	147
<b>Quadro 12</b>	Plano de classificação dos documentos .....	149
<b>Quadro 13</b>	Proposta de arranjo para o PROEDES /UFRJ.....	150

## LISTA DE SIGLAS

<b>AI -2</b>	Ato Institucional número 2
<b>AEL</b>	Arquivo Edgar Leuenroth
<b>ALERJ</b>	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
<b>AMAVPS</b>	Associação de Moradores Vila Pereira da Silva
<b>AMBL</b>	Arquivo-Museu de Literatura Brasileira
<b>AMV</b>	Associação Mangueira Vestibular
<b>ANAPAP</b>	Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas
<b>ARENA</b>	Aliança Renovadora Nacional
<b>BPE</b>	Biblioteca Parque da Praça da República
<b>BSG</b>	Biblioteca de São Gonçalo
<b>CAHL</b>	Centro de Artes, Humanidades e Letras
<b>CAp</b>	Colégio de Aplicação
<b>CBA</b>	Comitê Brasileiro de Anistia
<b>CDAP</b>	Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa
<b>CDCAE</b>	Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio
<b>CDHIS</b>	Centro de Documentação Histórica
<b>CDPH</b>	Centro de Documentação e Pesquisa Histórica
<b>CEDEM</b>	Centro de Documentação e Memória da Unesp
<b>CEDIC</b>	Centro de Documentação e Informação Científica
<b>CEG</b>	Conselho de Ensino para Graduados
<b>CEPG</b>	Conselho de Ensino para Pós-Graduados
<b>CEH</b>	Centro de Estudos Históricos
<b>CFCH</b>	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
<b>CIA</b>	Conselho Internacional de Arquivos
<b>CGU</b>	Controladoria Geral da União
<b>CLFB</b>	Colégio Liceu Franco-Brasileiro
<b>CMU</b>	Centro de Memória da Unicamp

<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>COC</b>	Casa de Oswaldo Cruz
<b>CODEARQ</b>	Código de Entidades Custodiadoras de Arquivos
<b>COI</b>	Comitê Olímpico Internacional
<b>CONARQ</b>	Conselho Nacional de Arquivos
<b>CONEARQ</b>	Conselho Estadual de Arquivos
<b>CPDOC</b>	Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil
<b>DAF</b>	Diretório Acadêmico de Filosofia
<b>DF</b>	Distrito Federal
<b>DOI</b>	Destacamento de Operação Interna
<b>DOI-Codi</b>	Destacamentos de Operação Interna aos Centros de Operações e Defesa Interna
<b>DPHAN</b>	Departamento de Patrimônio Histórico Artístico Nacional
<b>DVD</b>	Disco Digital Versátil
<b>FCRB</b>	Fundação Casa de Rui Barbosa
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>FIOCRUZ</b>	Fundação Oswaldo Cruz
<b>FNFfi</b>	Faculdade Nacional de Filosofia
<b>IBRAM</b>	Instituto Brasileiros de Museus
<b>ICCA</b>	Instituto Cultural Cravo Albin
<b>IEB</b>	Instituto de Estudos Brasileiros
<b>IFCS</b>	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional
<b>ISAAR (CPF)</b>	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Co- letivas, Pessoas e Famílias
<b>ISAD(G)</b>	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
<b>ISDF</b>	Norma Internacional para Descrição de Funções
<b>ISADIAH</b>	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
<b>MAM</b>	Museu de Arte Moderna
<b>MAST</b>	Museu de Astronomia e Ciências Afins
<b>MDB</b>	Movimento Democrático Brasileiro

<b>MEC</b>	Ministério de Educação
<b>MG</b>	Minas Gerias
<b>MHN</b>	Museu Histórico Nacional
<b>MPB</b>	Música Popular Brasileira
<b>MR</b>	Museu da República
<b>MS</b>	Mato Grosso do Sul
<b>NOBRADE</b>	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PCD</b>	Pessoas com deficiência
<b>PPGPAT</b>	Programa de Pós-Graduação de Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde
<b>PR</b>	Paraná
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PROEDES</b>	Programa de Estudos Documentação, Educação e Sociedade
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro
<b>PSOL</b>	Partido Socialismo e Liberdade
<b>PUC</b>	Pontifícia Universidade Católica
<b>RAN</b>	Resistência Armada Nacionalista
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro
<b>RSLA</b>	Rubim Santos Leão de Aquino
<b>SC</b>	Santa Catarina
<b>SEMED</b>	Secretaria Municipal de Educação
<b>SPHAN</b>	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>SEPE-RIO</b>	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro
<b>SINPRO/RJ</b>	Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro
<b>SP</b>	São Paulo
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>UB</b>	Universidade do Brasil
<b>UDN</b>	União Democrática Nacional

<b>UEL</b>	Universidade Estadual de Londrina
<b>UERJ</b>	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
<b>UFBA</b>	Universidade Federal da Bahia
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UFU</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>Capítulo 1- A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS: BREVE REFLEXÃO</b>	
1.1 Arquivos de pessoas como patrimônio cultural em instituições de memórias: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação.....	24
1.2 Entre a destinação e a incorporação de arquivos de pessoas em instituições memorialísticas: a política de aquisição de acervos .....	40
1.3 O arquivo do educador Rubim Santos Leão de Aquino: O Professor de História da Educação Básica no Rio de Janeiro. ....	46
1.3.1 Dados biográficos .....	46
1.3.2 A história arquivística .....	72
<b>Capítulo 2 – A DISPERSÃO É ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO E ACESSO?</b>	
2.1 O fenômeno da dispersão em arquivos de pessoas.....	90
2.2 Os atores envolvidos e os critérios de seleção no arquivo Rubim Santos Leão de Aquino (RSLA) .....	98
2.2.1 Os atores .....	98
2.2.2 Os critérios de seleção da família .....	101
2.2.3 Estratégias da dispersão .....	103
2.2.4 Mapeamento das entidades custodiadoras .....	104
2.3 Cartografia da dispersão do arquivo RSLA .....	123
<b>Capítulo 3 - RECONSTITUINDO O CONTEXTO DO ARQUIVO DO PROFESSOR RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO</b>	
3.1 – Proposta de arranjo funcional .....	133
3.2 – Descrição arquivística e aplicabilidade das normas de descrição .....	149
3.3 – Elaborando o Guia do Acervo – Rubim Santos Leão de Aquino (RSLA) . ....	154
<b>CONCLUSÃO</b> .....	157
<b>FONTES</b> .....	162
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	166
<b>APÊNDICES</b> .....	173
Apêndice A – Lista de obras publicadas .....	173

Apêndice B – Notícias de Imprensa sobre Rubim Santos Leão de Aquino .....	177
Apêndice C – Roteiro das Entrevistas .....	195
Apêndice D – Questionário semi-estruturado de pesquisa com às entidades manteredoras..	198
Apêndice E – Tabela de equivalência do arranjo .....	201
Apêndice F - Guia do Acervo Rubim Santos Leão de Aquino .....	205
<b>ANEXOS</b> .....	252
Anexo I – Termo de uso de imagem (modelo) .....	252
Anexo II -Termo de cessão das entrevistas (modelo) .....	253

## INTRODUÇÃO

Na literatura arquivística, os arquivos pessoais ocuparam um lugar secundário até a primeira metade do século XX. Segundo (Heymann, 2009), esses arquivos, que tinham um lugar marginal na arquivologia, passaram a ser utilizados em pesquisas científicas como novas fontes para a história, a princípio servindo de complemento a lacunas existentes nos arquivos institucionais e à sombra destes. Como patrimônio, foram ganhando nuances de bem cultural por meio da legislação, com definições que reportam arquivos particulares, posteriormente como arquivos privados diferenciados pela natureza jurídica entre institucional e os de pessoas físicas, até serem consolidados como arquivos pessoais. Precisamente, o período compreendido entre as décadas de 1960 e 1990 foi um cenário no qual essa categoria de arquivo ganhou ênfase. Eles passaram a ser reivindicados pela história nova, seja como arquivos pessoais de homens públicos ou de personalidades públicas. O que tem de tão pessoal nesses arquivos?

No cenário atual, os arquivos pessoais são defendidos como arquivos no mesmo patamar dos arquivos institucionais, com direito às mesmas características e aos mesmos princípios teóricos: provenientes de um mesmo produtor, únicos, orgânicos e autênticos, tendo uma ordem original de acordo com a forma como são abordados. Para a historiadora Ana Maria Camargo (2009), possuem mais status de “arquivos de pessoas” do que arquivos pessoais, sendo arquivos de indivíduos utilizados cada vez mais como fonte de investigação sob diversas perspectivas e olhares: tanto como objetos de estudo quanto como fontes de pesquisa.

Tomando como objeto de pesquisa a organização de um arquivo de um professor de história da educação básica, como pesquisadora, arquivista por formação e técnica em arquivo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tive o interesse pela temática do tratamento arquivístico em arquivos pessoais de educadores, com o desafio de propor um debate sobre a institucionalização, constituição de arquivos de pessoas como patrimônio histórico-educativo e cultural e o processo da dispersão em espaços de memórias.

Repensando os arquivos de pessoas, a arquivologia vem situando-os como bens culturais da sociedade pela função social que exercem esses conjuntos documentais, sejam inseridos nos acervos<sup>2</sup> por meio de entidades custodiais como nos arquivos, bibliotecas e

---

1 Nesta dissertação utilizaremos o conceito de arquivos de pessoas de acordo com a concepção de Camargo, A. (2009) que os define os arquivos pessoais como arquivos de indivíduos sem o uso de classes.

2 Documentos de uma entidade produtora em ou de uma entidade custodiadora. Ver: (BRASIL, 2005, p. 19)

museus, sejam inseridos centros de memória e documentação, o que os leva a um lugar de destaque no campo do patrimônio cultural,

Diante desse fato, cada vez mais as memórias de indivíduos têm sido valorizadas nos espaços que legitimam determinadas identidades, tornando-se parte da memória coletiva dos lugares que ocupam, onde estarão salvaguardados e acessíveis à consulta pública, em meio analógico ou digital.

Inseridas na diversidade de lugares da memória coletiva, estão as universidades brasileiras, que, ao longo do tempo, vêm acumulando e capitaneando um valoroso patrimônio cultural. Além da produção e acumulação do seu acervo científico e institucional, têm recebido demandas de recolhimento de arquivos pessoais de intelectuais, docentes e cientistas que tiveram relação acadêmica e cultural com a instituição, como é o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os indivíduos têm buscado depositar seu patrimônio documental em locais que preservem suas memórias, confirmem-lhes o tratamento adequado e os disponibilizem ao público. Na UFRJ existem alguns locais que são depositários dessa memória: bibliotecas, arquivos institucionais, museus universitários, espaços memoriais, laboratórios de pesquisa e centros de memória e documentação. Na compreensão de Camargo, A. estes espaços são:

[...]centros de difusão do saber, espaços culturais de formação ou ainda núcleos de coleta, preservação e transmissão de nosso patrimônio cultural.[...] e se encontra material que permite evocar fatos e dar a eles significado, de modo a atender à fluidez e ao dinamismo de diferentes demandas sociais, inclusive voltadas especificamente para a construção do conhecimento.(CAMARGO, A. 2015, p.19-20)

Para compreender como se deu e se dá o processo de institucionalização desses arquivos em instituições de memória como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e pesquisa, faz-se necessário compreender as fronteiras que cercam as áreas de conhecimento a que estão submetidos e as divergências e convergências entre elas, já que todas as entidades que custodiam o mesmo objeto - os arquivos de pessoas - utilizam metodologia de tratamento específico, seja por fundo (arquivo), por coleções (biblioteca e museus) ou híbrido (centros de memória e documentação). Esse universo que distancia as áreas vem sendo modificado. A arquivologia tem se apropriado das abordagens contextuais em arquivos de pessoas em diversas instâncias das entidades de custódia. Entender as divergências e as convergências que afastam e aproximam essas instâncias de consagração de memórias é de extrema relevância para perceber que, sob alguns aspectos, as convergências se

sobrepõem às divergências, e que entre as áreas existem semelhanças que aproximam os centros de documentação e as bibliotecas que lidam com arquivos de pessoas<sup>3</sup>.

Observamos que entre o ato de doar e a incorporação de arquivos de pessoas às instituições de memória existem produtores e agentes envolvidos, decisões a serem tomadas e desafios a serem vencidos. Os limites estão na liberdade de escolha de quem pretende doar o acervo, na forma como se pretende entregá-lo, nos produtores e agentes da negociação, além da dúvida de saber o que será doado, para quem doar e o que ficará com os agentes custodiadores (família ou curadores). Essas questões permeiam o processo de aquisição de arquivos pelas instâncias de salvaguarda de acervos, tendo em vista que, nesse processo, aparece uma questão pouco explorada nas pesquisas em arquivos: a dispersão como solução para quem pretende doar. É fundamental entendermos como esses arquivos são adquiridos e incorporados pelas instituições, tendo em vista a missão institucional, as linhas de acervo, a atuação e os critérios de escolha para avaliarmos a dispersão do conjunto documental como um desafio a ser enfrentado por aqueles que pesquisam em tais acervos.

Para compreender esse processo de aquisição e a problemática da dispersão ocorrida em arquivos de pessoas, tomamos como estudo empírico o arquivo do educador<sup>4</sup> Rubim Santos Leão de Aquino (1929-2013), professor de história do ensino básico da rede privada do Rio de Janeiro. Formado em História pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil (hoje, UFRJ), como Bacharel e Licenciado. Lecionou nos ensinamentos fundamental e médio no período da Ditadura Civil Militar (1964 – 1985). Foi autor e coautor de livros didáticos e paradidáticos (1965-2011). Atuou em movimentos sociais, sindicais, partidários, culturais, e tem no seu campo de atuação a marca do pensamento progressista, associado ao campo político de esquerda.

A parcela do seu acervo referente ao recorte pedagógico foi depositada em um espaço que abriga e salvaguarda a memória coletiva da educação no Programa Estudos Documentação Educação e Sociedade (Proedes)<sup>5</sup>. O Proedes é constituído como um

- 3 A aquisição de arquivos de pessoas em espaços de memórias como as bibliotecas é muito comum e recorrente por aqueles que desejam ver seus acervos preservados nesses espaços. Todavia, a forma de tratamento dada a essa categoria de arquivos tem cada vez mais sido por uma abordagem arquivística, considerando a natureza dos documentos doados. Destacamos estudos recentes das bibliotecárias Nóbrega (2022) e Amaral (2022), que estabeleceram as convergências entre a arquivologia e a biblioteconomia para propor uma organização com critérios arquivísticos.
- 4 Adotamos a categoria de arquivo do educador considerando as categorias existentes no arquivo do Proedes. Dentre arquivos privados, encontram-se arquivos de pessoas cuja profissão docente está no segmento de atuação, professores, intelectuais, gestores.
- 5 Segundo Fávero, o Proedes tem sua origem no projeto de pesquisa “*Da Faculdade Nacional de Filosofia à Faculdade de Educação: resgate de uma história*”, desenvolvido por um grupo de pesquisadores, com a participação de mestrandos e doutorandos, bem como de bolsistas de Iniciação científica, Aperfeiçoamento e Apoio Técnico. Teve início em janeiro de 1987 e foi desenvolvido até julho de 1990, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à

laboratório de pesquisa<sup>6</sup> em história de educação e de um centro de documentação e pesquisa em educação. Está vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), localizado no campus da Praia Vermelha, no Palácio Universitário – anexo da Faculdade de Educação. Ao longo de três décadas, o Proedes consolidou-se como um laboratório que investiga a história da educação, os sujeitos e os processos educacionais a partir da investigação de fontes documentais custodiadas, sendo reconhecido no cumprimento de sua função social como Centro de Referência em Educação Brasileira, como descreve Maria de Lourdes Fávero – pesquisadora e fundadora do Proedes.

Nessa perspectiva, graças ao esforço e à dedicação daqueles que se empenham em seus projetos e vinham trabalhando no PROEDES, este espaço de pesquisa e documentação foi gradativamente sendo reconhecido como Centro de Referência em Educação Brasileira, no qual eram e são oferecidas informações sobre a história da educação brasileira, as instituições educacionais e científicas no país e sobre o pensamento educacional brasileiro. Possibilita àqueles que o procuram não apenas a consulta ao acervo documental que está sob a sua guarda, mas também orientação para busca de referências em outros órgãos de documentação e pesquisa existentes no Rio de Janeiro. Assim sendo, em benefício dos que consultam o PROEDES, procuramos interagir com outros centros de documentação e bibliotecas: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, CPDOC/FGV e outros, encaminhando pesquisadores que buscam informações e dados para seus estudos e pesquisas.(FÁVERO, 2020,p. 363)

Entre os acervos preservados pelo Proedes<sup>7</sup> estão os arquivos pessoais de educadores constituídos de conjuntos de documentos produzidos e recebidos que retrata sua trajetória profissional e privada, como registros das memórias individuais de professores do ensino superior e básico, gestores e administradores da educação e de personalidades públicas que representam a identidade coletiva dos intelectuais da educação. São dotados de valor

---

Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro FAFaperj) e da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB/UFRJ), além de importante colaboração e assessoria do Arquivo Nacional na organização do fundo da Faculdade Nacional de Filosofia. Durante esse período, o trabalho do grupo de pesquisa centrou-se no levantamento e análise de dados relativos à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), procurando apreender as razões que contribuíram e influenciaram em sua criação em 1939, em seu desenvolvimento e sua agumentação, efetuada entre 1967 e 1968. Extinta em 1968, a FNFi continua presente na memória daqueles que a produziram e vivenciaram, assim como nas unidades da UFRJ que nela têm suas origens: Escola de Comunicação, Faculdade de Educação, Faculdade de Letras, Instituto de Biologia, Instituto de Física, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de História, Instituto de Geociências, Instituto de Matemática e Instituto de Química. (FÁVERO, 2020, p.358)

- 6 No laboratório, as linhas de pesquisa estão estruturadas em duas vertentes do campo da história da Educação. A primeira investiga a história das instituições educacionais e científicas no país e a segunda, a construção do pensamento educacional brasileiro a partir da década de 30. Dentro dessa perspectiva, a missão do Centro de Documentação e Pesquisa da Educação é o tratamento, salvaguarda e difusão do patrimônio documental aos pesquisadores e ao cidadão interessado na memória educacional. Entre as categorias do patrimônio documental, integram a documentação arquivística, bibliográfica e museológica, contextualizadas nos arquivos e nas coleções de educadores e de instituições científicas educacionais do país.
- 7 A expansão do Proedes ocorreu pela aquisição de documentos pertinentes à vida de educadores que alcançaram projeção no âmbito da Faculdade de Educação da UFRJ e de outras instituições da área, compondo-se em conjuntos de arquivos pessoais. (XAVIER, 2007, p.163)

histórico, científico e cultural, atribuídos pela comunidade acadêmica, constituindo-se como fontes para a história da educação a serem preservadas e disponibilizadas à sociedade.

O estudo e a organização integral e intelectual do arquivo do Professor Rubim Santos Leão de Aquino justifica-se, portanto, por sua relevância social e por ser um arquivo representativo de profissionais da educação que iniciaram a carreira com limitação imposta pelo regime militar (1964-1985). Segundo Xavier (2018, p.40), Aquino foi “um professor que atribuía grande relevância ao debate político e à história recente, o cerceamento das liberdades de pensamento e expressão pode ter sido vivido como uma tensão terrível”. Diante dessa prerrogativa, esse é o primeiro arquivo de um professor do ensino básico da disciplina de história a compor as memórias de um Centro de Referência em Educação Brasileira - Proedes.

A constituição do seu arquivo como fonte para a história se compõe por materiais<sup>8</sup> arquivísticos, bibliográficos e museológicos provenientes de suas atividades profissionais, pessoais e da sua rede de sociabilidade, familiar, afetiva. Estima-se um volume de aproximadamente 17.000<sup>9</sup> itens. A pedido do próprio docente, os seus documentos bibliográficos deveriam ser doados de forma integral a um familiar e, na ausência deste, para algumas instituições previamente selecionadas. Algumas dessas instituições, no entanto, por falta de condições ou por incompatibilidade com as linhas de acervo, não puderam receber a documentação. Diante do exposto, a família decidiu desmembrar o acervo em parcelas que foram doadas a doze instituições que contam com espaços que preservam memórias.

Sendo assim, um dos objetivos deste trabalho foi refletir sobre o estudo exploratório do fenômeno da dispersão no contexto da aquisição de acervos e o seu impacto na história custodial, a fim de compreender as escolhas, as intervenções ocorridas e de que maneiras as instituições tratam e disponibilizam esses documentos privados para sociedade. Buscamos analisar os locais de custódia, seu público e usos da tecnologia da informação, tomando como estudo de caso o arquivo do Professor Rubim Santos Leão de Aquino, a partir de indagações: Quais foram e quem são os agentes que motivaram a dispersão do seu arquivo pessoal? Que tipo de método de classificação poderá ser aplicado ao arquivo do Professor Aquino para que possa refletir as facetas de sua vida? É possível reconstituir o contexto arquivístico de seu fundo documental, cujas partes estão dispersas, por meio de um instrumento de pesquisa?

Para responder a tais questões, realizamos levantamento bibliográfico sobre a

---

8 A parcela que foi incorporada ao Proedes cujo recorte contempla a parte pedagógica e de pesquisa foi previamente identificada sendo contabilizados 1.710 itens.

9 A mensuração do acervo não inclui os documentos arquivísticos, já que a família e a organizadora desconsideraram a contagem dos documentos textuais, imagéticos e sonoros.

temática de dispersão em arquivos, constituição de acervos e institucionalização de arquivos pessoais. Investigamos a história de vida pública e privada do titular e a história arquivística de seu conjunto documental, a fim de entender como se constituiu e os critérios adotados na classificação e preservação de seus documentos. Utilizamos ainda o método de história oral, colhendo depoimentos de seus familiares e da organizadora do arquivo (Apêndice C), analisando os dados do seu conteúdo por categorias estipuladas. Elaboramos um questionário (Apêndice D) e o enviamos às instituições com intuito de buscar dados sobre aquisição e preservação, além de propor uma classificação com bases funcionais a partir das funções e atividades exercidas, com abordagem contextual, reconectando os elos entre os documentos dos diversos gêneros documentais com conteúdos sobre o ensino de história, de pesquisas da história da política brasileira, da república, entre tantos outros temas.

Sendo assim, destacamos no primeiro capítulo uma breve reflexão sobre a institucionalização dos arquivos pessoais em instituições de memórias, definindo como compor o patrimônio arquivístico cultural pela legislação brasileira e os lugares em que estão depositados: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Buscamos entender como as divergências e convergências entre arquivos, bibliotecas e museus na sociedade contemporânea obrigam as áreas do conhecimento a dialogarem entre si. Refletimos, ainda, sobre os desafios impostos pelas destinações dos produtores às entidades custodiadoras e a possibilidade de estreitar o impasse por uma política de aquisição de acervos. Ainda no primeiro capítulo, averiguamos, por meio de levantamento dos dados biográficos, o uso de fontes que integram parcela do arquivo depositado no Proedes (currículo vitae), as partes que integram arquivos institucionais<sup>10</sup> e a reconstituição da história arquivística por meio de depoimentos de atores sociais e agentes custodiadores. No segundo capítulo, tratamos do fenômeno da dispersão e seus atores, dialogando com autores que defendem ou não a dispersão como estratégia de preservação, tomando como elementos os princípios da proveniência e da ordem original. Destacamos para discussão os critérios de seleção usados pelos atores, as estratégias utilizadas na dispersão e o mapeamento das instituições, a fim de identificar quem são autores, suas áreas de atuação, as políticas de aquisição, preservação e disponibilização. Como resultado, apresentamos uma cartografia da dispersão do arquivo Rubim Santos Leão de Aquino (RSLA) que nos orientou a buscar novas fontes de informação para suprir as lacunas da pesquisa. E, por fim, o no terceiro capítulo, investimos em reconstituir o contexto do arquivo do Professor Rubim Santos Leão de Aquino, por meio de

---

10 Arquivos institucionais como a Faculdade Nacional de Filosofia e Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, cuja relação é da sua formação acadêmica.



três funções arquivísticas: classificação, descrição e difusão. A primeira apresenta uma proposta de arranjo funcional considerando o arranjo inicial dado pela família e a organizadora, ou seja, propusemos uma classificação do arquivo em sua integridade com a identificação dos locais de custódia e um desdobramento do arranjo para o conjunto entregue ao Proedes. Buscamos ainda descrever esse acervo com bases nas normas nacionais e internacionais de descrição arquivística e elaborando o Guia do Acervo Rubim Santos Leão de Aquino, que tem a finalidade de disponibilizar aos cidadãos, por meio da plataforma Atom denominada Base Catavento, reunindo as parcelas do seu arquivo em uma única plataforma e indicando os locais de custódia.

Consideramos nesta pesquisa que muitos são os desafios daqueles que desejam doar seus acervos, pois estão condicionados às normas e políticas de captação desse material e aos interesses dos que os recebem. Por outro lado, entendemos que as instituições de custódia muitas vezes identificam nesses arquivos fontes potenciais de informações que contribuem para narrativas históricas do país. Ocorre que, diante das circunstâncias de infraestrutura e falta de mão de obra, essas instituições se veem obrigadas a renunciar ao recolhimento de tais arquivos. No caso do arquivo pessoal do Professor Rubim Santos Leão de Aquino, a família se esforçou para cumprir o desejo do produtor, doando todo o seu acervo para uma única instituição, sendo necessário, no entanto, buscar nas estratégias de dispersão as alternativas de preservação e difusão das memórias como contribuição histórica para sociedade. Observamos ainda que a estratégia utilizada se tornou inviável para algumas instituições, pois preservar para não dar acesso ao arquivo recebido torna a ação um descaso. Será que teremos que repensar novas estratégias de dispersão para tornar esses arquivos acessíveis em plataformas digitais? Esperamos que essa discussão possa possibilitar novas reflexões e contribuições para o campo da arquivologia, da biblioteconomia, da museologia e para os centros de documentação, tidos como espaços de preservação e consagração dessas memórias.

## **Capítulo 1- A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ARQUIVOS DE PESSOAS: UMA BREVE REFLEXÃO**

A questão da aquisição de acervos está diretamente relacionada à razão de ser das instituições que se propõem a custodiar arquivos e coleções e aos motivos que as levam à preservação de determinados conjuntos documentais. [...] muitos são os aspectos que devem ser considerados e diferentes agentes participam desses processos, mas, ao final, todos são responsáveis pela legitimação das escolhas, das políticas, das não-políticas, do gerenciamento ou não, e pela preservação dos registros relevantes para a sociedade.<sup>11</sup>

**Lúcia Maria Velloso de Oliveira**

### **1.1 Arquivos de pessoas como patrimônio cultural em instituições de memórias: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação**

O reconhecimento dos arquivos de pessoas como fonte de pesquisa esteve presente a partir da segunda metade do século XX, quando passaram a ser valorizados como patrimônio cultural. O interesse pelos arquivos pessoais propiciou à arquivística debruçar-se mais profusamente sobre a construção teórica e metodológica no campo dos arquivos pessoais (OLIVEIRA et al, 2020; BASTOS, 2020).

A construção do conceito de arquivos de pessoas se deu ao longo do tempo de diversas formas, sendo nomeados como arquivos de particulares, documentação privada e arquivos privados. A definição de arquivos pessoais passa a ser prevista na Lei n.º 8.159/91, de 8 de janeiro de 1991, que define o que são arquivos, diferenciando-os entre documentação pública e privada. No âmbito privado, diferencia as subcategorias de documentos produzidos por instituições privadas dos arquivos pessoais produzidos por pessoas.

Na visão canadense, conforme aponta Cook (1998), tanto os arquivos pessoais quanto os públicos são artefatos de registros derivados de uma atividade e das evidências de transações da vida humana, não importando ser “organizacional ou individual, sendo

---

11 Ver: OLIVEIRA, 2012, p.125.

denominados como arquivos totais”<sup>12</sup> (COOK, 1998, p.131). Para o autor, os arquivos pessoais são arquivos, já que todos se assemelham nas características que os qualificam.

A pesquisadora Ana Maria Camargo (2009) propõe nomear os arquivos pessoais como “arquivos de pessoas”, sendo “desta ou daquela pessoa tratada de forma individual”. Entende que os documentos referentes a pessoas podem estar presentes em arquivos institucionais, como os assentamentos funcionais, ou no ambiente doméstico, quando acumulados por indivíduos, sendo compostos por documentos identitários, definindo também como “atributo geral” todos os documentos de seu arquivo (CAMARGO, 2009, p.28). A autora ainda complementa que os documentos, independentemente das leituras e interpretações de conteúdo, devem estar embasados no contexto em que foram produzidos, sendo, assim, considerados como arquivos.

De acordo com Mckemmish (2018, p. 239 e 257), os arquivos de pessoas são “provas de mim”, e o ato de arquivar são testemunhos que evidenciam as memórias e as convertem em memórias das nossas vidas, existências, atividades, experiências, identidades e, de certa forma, nosso “lugar no mundo”. Diante do exposto, ao arquivista cabe ressaltar a “função dos arquivos pessoais” perante a sociedade e identificar o “lugar que estes ocupam nos arquivos coletivos”.

Para Barros (2020, p. 72), os documentos de um arquivo são mais que testemunhos, são evidências que comprovam de forma natural ações e atividades a que deram origem, a fim de cumprir “direitos e deveres”. Compreendem ainda os documentos de atividades relacionadas a família, profissão e relações sociais.

Batista (2020, p.30) considera que, após a segunda metade do século XX, os arquivos pessoais ganharam destaque como fontes de conhecimento para a pesquisa em “memória social, cultural e antropológica”, já que esses arquivos dispõem de dados relevantes que complementam e integram fatos históricos, contribuindo para preencher possíveis lacunas existentes na história.

A preservação dos arquivos de pessoas como patrimônio cultural está presente tanto no âmbito internacional quanto no nacional, em instâncias que preservam a memória do país. Sendo assim, os lugares mais comuns de serem depositados os arquivos de personalidades públicas inicialmente nas são as bibliotecas, as universidades, os museus e os institutos de pesquisas. É comum a Federação, os estados e municípios deterem documentos dos homens públicos, assim como afirma Cook:

---

12 Os "arquivos totais" refletem, assim, uma visão mais ampla dos arquivos, sancionada pela sociedade como um todo eNo Canadá, os arquivos pessoais são vistos como complemento e suplemento dos fundos de arquivos oficiais ou públicos. Ver: (COOK,1998, p.142).

Em boa parte da Europa e em muita de suas antigas colônias, os arquivos nacionais via de regra, não recolhem papéis pessoais de indivíduos particulares, exceto de (políticos e burocratas) em bases iguais às dos documentos oficiais do governo nacional. Esse padrão se repete nos níveis dos governos e arquivos estaduais, provinciais, regionais e locais ou municipais. Quanto ao destino dos arquivos pessoais ou dos manuscritos privados, na maioria dos países são adquiridos pela biblioteca nacional, pelas bibliotecas regionais, ou pelas principais universidades e até mesmo por museus e por institutos de pesquisa ou documentação temáticas ou especializadas. (COOK, 1998, p.130)

Na legislação brasileira, os arquivos de pessoas estão presentes de forma discreta como bem cultural na noção de patrimônio cultural a partir da década de 30. Defendem essa argumentação os pesquisadores Almeida e Mattos (2020), Bastos (2020) e Crivelli e Duarte (2021), dentro da perspectiva da história cultural.

De acordo com Camargo, C. (2003), a proteção e a preservação do patrimônio documental estiveram presentes na construção das políticas culturais do país desde a década de 1930, período em que se inicia a formação do Estado Novo.

Almeida e Mattos (2020) constatam que a proteção de documentos pessoais aparece na década de 30, de forma indireta, com o tombamento do patrimônio material, por meio de livros de tombos e registro de catalogação dos bens móveis e imóveis da memória nacional, gerenciados pelo antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Os autores afirmam que, ao conceder o valor bibliográfico aos documentos preservados pelas bibliotecas, estava implícita também a proteção de documentos de pessoas. Tomando como base o descrito no texto do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, do SPHAN, justifica a inclusão.

Em 1937, a proteção dos documentos pessoais foi delineada no texto do Decreto-lei n.º 25 de 30 de novembro, que instituiu a conservação do patrimônio histórico e artístico nacional a partir do registro em Livros de Tombo do conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja preservação era considerada de interesse público, “quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (ALMEIDA; MATTOS, 2020, p.136-137).

Outro marco temporal que reafirma a inclusão de documentos pessoais no acervo a ser preservado é o Decreto-Lei n.º 8.534, de 1946, que transformou o SPHAN em Departamento de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (DPHAN) e regula suas atribuições. O decreto incluiu a proteção aos denominados “arquivos particulares”, que aparecem como uma das categorias de acervo a receber uma sistematização, caso estejam relacionados à história nacional e à história da arte. Entre as atividades estavam as de “inventariar, classificar, tomba e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico existentes no país” e de promover ações voltadas à “catalogação sistemática e à

proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e **particulares (grifo nosso)**, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil” (BRASIL apud ALMEIDA; MATTOS, 2020, p.137); (LOPES; RODRIGUES,2017).

De acordo com Lopes e Rodrigues (2017), o Arquivo Nacional, criado ainda no século XIX, regulamenta o seu regimento criando competências específicas somente em 1958. Em seu ordenamento, aparece bem demarcada a natureza privada do patrimônio arquivístico, não estando tão clara, no entanto, a demarcação entre arquivos institucionais e pessoais. Para a “preservação do patrimônio arquivístico de natureza privada”, citam-se as seguintes competências: “V - Promover a execução de um plano de reprodução em microfilme, dos documentos de valor histórico, de propriedade de arquivos nacionais públicos e privados, e de arquivos estrangeiros; VI - Organizar o registro nacional de arquivos codificando informes sobre os arquivos públicos e privados que apresentem interesse histórico; VII - Prestar assistência técnica aos arquivos nacionais, públicos e privados, no que concerne à administração de arquivo” (LOPES E RODRIGUES, 2017, p.5).

Em 1991, com a criação da Lei de Arquivos, ampliou-se a regulamentação dos arquivos privados, sendo considerados de interesse público. A Lei n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991, estipula que os documentos gerados por pessoas físicas ou jurídicas, “em decorrência de suas atividades”, poderiam ser identificados pelo Governo Federal como “de interesse público e social, desde que [...] os conjuntos sejam fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional” (ALMEIDA; MATTOS, 2020, p.138).

E, por fim, o Decreto n.º 4.073 de 2002 criou o instrumento legal para normatizar e regular, no país, a proteção dos conjuntos documentais de possíveis descartes e dispersões comuns aos arquivos privados, de maneira que, uma vez declarados de interesse público e social, os proprietários ou detentores de arquivos passam a ser obrigados a “comunicar previamente ao Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) a transferência do local de guarda do arquivo ou de quaisquer de seus documentos”, ficando ainda sujeitos “à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente” (ALMEIDA;MATTOS, 2020, p. 139). Para Lopes e Rodrigues (2017), a declaração é entendida pelo Conarq como “um mecanismo de preservação e divulgação do acervo”. Porém, em virtude da proteção ao direito de privacidade do indivíduo, tanto detentores quanto proprietários podem intervir quanto ao que pode ser consultado. Para normatizar o decreto e criar procedimentos para emissão da declaração de interesse público de arquivos privados de pessoas físicas e jurídicas que mantenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional, o Conarq

emitiu a Resolução n.º 17, de 25 de julho de 2003, a fim de compor uma comissão técnica para tratar dessas questões.

Para Bizello e Crivelli (2021) e Camargo, C. (2003), o interesse pela custódia de arquivos pessoais está ligado à criação dos centros de documentação e pesquisa no Brasil, esatando concentrado na definição de “história cultural,” influenciando a preocupação quanto à preservação desses conjuntos arquivísticos a partir da década de 1960. Segundo os autores, a “história cultural” associada ao conceito da “nova história” era um movimento que tinha como um dos objetivos reforçar a imagem de indivíduos comuns como sujeitos históricos associados ao contexto em que estavam inseridos (BIZELLO; CRIVELLI, 2021, p.138).

Os autores afirmam que as primeiras instituições arquivísticas brasileiras tiveram historiadores e cientistas sociais que atuaram na organização de arquivos de pessoas. Em virtude da contribuição desses profissionais, houve uma valorização dos arquivos nesses espaços de estudo e interesse de pesquisa no campo da história cultural. Percebe-se, em tais estudos, um crescimento da criação de centros de documentação no eixo Sudeste, expandindo-se para o resto do país. Nesse mesmo período, entre as décadas de 60 e 90, surgiram os centros de documentação nas universidades e instituições de pesquisas.

Célia Camargo complementa que a trajetória dos centros de documentação no Brasil tem como característica a formação de apoio ao “desenvolvimento das ciências humanas, das letras e das artes” (CAMARGO, C. 2003, p.22).

O fenômeno do surgimento de centros de documentação no Brasil pode ser encarado como uma forma de se preservar e dar acesso a acervos públicos e privados ameaçados de censura ou destruição durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). De acordo com Bizelli e Crivelli, eles formaram um ambiente propício para a garantia ao direito de informação e à preservação da memória individual e coletiva.

Em 1964, o governo brasileiro é tomado por um golpe militar que introduziu o país em um regime de exceção pautado pela repressão e pelo esfacelamento de direitos civis. Em meio a esse cenário político, medidas de controle social passam a ser aplicadas, entre as quais destacamos o controle e a censura a fontes de informação, com uma política de segredo que passa a ser utilizada como forma de manutenção de poder. É nesse contexto que emergem os centros de documentação e memória como instrumentos sociais responsáveis por auxiliar no processo de construção e manutenção da(s) memória(s) nacional(ais). (BIZELLO; CRIVELLI, 2020, p. 140)

Lopes e Rodrigues (2017, p.5) condicionam essa influência dos rumos da pesquisa histórica no Brasil pelo “fenômeno do brasilianismo<sup>13</sup>”, devido às dificuldades relacionadas ao

---

13 O fenômeno “*brasilianismo*” tem seu surgimento datado nos anos 60 e seu contexto histórico embebido na Revolução Cubana, que influenciou no aumento significativo de recursos norte-americanos às pesquisas

acesso aos arquivos públicos, estaduais, municipais e particulares. Em função dessas dificuldades, percebe-se a necessidade de construção de uma política para os arquivos públicos, como destacam Bastos (apud Lopes e Rodrigues, 2017, p.6). Segundo as autoras, durante o período ditatorial houve significativa produção documental resultante das ações de censura e perseguição a militantes, políticos e cidadãos, sendo tais documentos encaminhados ao Arquivo Nacional. Diante desses fatos, criou-se “um movimento de abertura dos arquivos à consulta a essas informações, o que desencadeou numa política nacional de arquivos para a administração pública federal.”.

Na percepção de Camargo, C. (2003), as fontes de estudo e pesquisas encontradas nas universidades na década de 1970 não se encontravam acessíveis para consulta, e foi diante desse fato que houve a necessidade de criação desses centros de documentação para preservação e organização das fontes. Bizello e Crivelli (2020, p.142) afirmam, ainda, que a valorização pelo interesse social e coletivo desses documentos particulares e a garantia de preservação estão pautados na relevância “para a memória, a identidade e a história coletivas”. Tais preceitos estão presentes nas ações desses centros de documentação e memória, em sua maioria universitária, mas também de outras instituições de pesquisa desde a década de 1960. Entre as ações desses centros, na luta pela redemocratização do país, predominavam as ações de ampliação do acesso à preservação das identidades de cada grupo social que, para Camargo, C. (2003), eram a base de construção desses centros.

Diante dessas especificidades, os pesquisadores Paulo Knauss (apud Bizello; Crivelli, 2021, p.139) buscaram efetivar um estudo sobre a criação dos primeiros centros de documentação<sup>14</sup> em universidades e centros de pesquisas no Brasil. O recorte temporal utilizado foi baseado no período do regime militar, tendo como premissa pesquisar os centros que tinham como missão preservar a memória nacional.

1. Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) - 1962
2. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, da Fundação Casa de Rui Barbosa (AMLB/FCRB) - 1972

---

destinadas ao estudo da América Latina. Assim, o interesse pela preservação de documentos e patrimônios brasileiros teria aflorado e culminaria no estudo do perfil da nação brasileira. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasilianista>. Acessível em: 30 jun.2022.

14 Acrescentamos a essa lista a criação do Proedes (1987), por entender que o programa também faz parte desse movimento de redemocratização. De acordo com Xavier, a organização do Proedes, como outros Centros de documentação, resultou da necessidade de organizar e sistematizar fontes documentais que estavam dispersas, passíveis de serem perdidas ou destruídas, compreendidas como fontes históricas da FNFi. (XAVIER, 2007, p. 162)

3. Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) - 1973
- 4 Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (CDPH/UEL) - 1973
5. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (CDAP/Unesp) - 1973
6. Arquivo Edgar Leuenroth, da Universidade de Campinas (AEL /Unicamp) -1974.
7. Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC-SP) - 1980.
8. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio -(CDCAE) 1984
9. Centro de Memória da Unicamp (CMU/UNICAMP) -1985
10. Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)- 1985
- 11 Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/UFU) - 1985
12. Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) -1985
- 13.Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM/Unesp) – 1987

No contexto nacional, os centros de documentação e pesquisa tornaram-se espaços de memória social, conforme afirma Camargo,C. No plano governamental, inclusive, existia um movimento liderado por Aloízio Magalhães<sup>15</sup> (1927-1982) e seu grupo de intelectuais da cultura que postulava a criação de programas culturais com viés patrimonial dentro da política nacional de cultura. No bojo de ações vinculadas à reformulação das concepções de patrimônio cultural do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (Iphan), estão a “formulação e a política cultural, noções de memória, a cultura material e o bem cultural.” (CAMARGO,C. 2003, p.29). O Programa Nacional de Cultura<sup>16</sup>, lançado em 1975 como parte do recém-criado Ministério de Educação e Cultura, reforça dentro das políticas públicas de patrimônio a função da universidade na preservação e organização desses acervos em centros de documentação e pesquisa, tornando a universidade um “lugar de memória” (CAMARGO,C. 2003, p.28).

Lopes e Rodrigues (2017) defendem a tese de que, com a posterior criação da Fundação Nacional Pró-Memória, por meio da Lei n.º 6.757, de 17 de dezembro de 1979,

---

15 Artista plástico, designer e ativista cultural brasileiro. Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (1979 ). Em 1981, assumiu a secretaria de Cultura do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), sempre defendendo a recuperação da memória artística e cultural brasileira. Fundador do Centro Nacional de Referência Cultural e a Fundação Nacional Pró-Memória. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/aloisio\\_magalhaes/](https://www.ebiografia.com/aloisio_magalhaes/). Acessível: 30 jun.2022.

16 De acordo com Camargo,A, após o patrimônio cultural ser incorporado na políticas públicas, as questões de patrimônio e memória culminaram com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória em 1979, e, posteriormente, com a criação do Ministério da Cultura (1985). Ver: CAMARGO (2003).



houve uma maior atenção ao patrimônio arquivístico, em especial aos arquivos privados, tendo em vista o tratamento e a sistematização desses conjuntos como atividades relacionadas a inventário, classificação, conservação, proteção, restauração e revitalização de bens de valor cultural e natural, buscando dar maior agilidade às ações desenvolvidas.

Os centros de documentação buscaram se consolidar no campo de preservação do patrimônio com a missão de “reunir, organizar e dar acesso a informações especializadas.”. Reuniram arquivos e coleções de valor histórico, a maioria de natureza privada, originada de instituições particulares e de pessoas físicas. Entre as práticas utilizadas estão as arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas. Uma de suas principais finalidades era a combinação entre pesquisa, referência, memória e informação (CAMARGO, C. 2003, p. 30).

Para além dos pesquisadores de campos interdisciplinares atuando na consolidação desses centros, a disciplina de biblioteconomia esteve à frente do tratamento dos arquivos e coleções nos centros documentais nas universidades. De acordo com Tessitori (2003), os materiais preservados nos centros de documentação e as metodologias de tratamento utilizadas para referenciar a documentação ao público eram tratados como itens isolados do seu conjunto. Aplicava-se esse método independentemente da natureza documental. Na percepção da autora, a formação desses centros e sua documentação sofreram influência do campo bibliográfico, já que se percebem nesses espaços a decomposição e a reorganização desses acervos.

Outras iniciativas privadas de constituição de centros de documentação e pesquisa externos às universidades para a preservação de arquivos de pessoas merecem destaque. Entre eles, o Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea - CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, como pioneiro na articulação entre pesquisa, referência, memória e informação e no estabelecimento de metodologias de organização de arquivos pessoais. Em sua origem, está a doação do Arquivo Pessoal de Getúlio Vargas. Com um projeto autônomo inicial na história da política brasileira, tem em sua linha de acervos arquivos pessoais de políticos, reunindo conjuntos de arquivos e coleções que se inter-relacionam. Em uma abrangência maior, inclui acervos de cientistas sociais e de grupos sociais minoritários, como os de gênero e os étnico-raciais.

Enquanto novas políticas de consolidação de instituições de memórias foram surgindo em plena década de 80, os órgãos governamentais do patrimônio documental foram ganhando fôlego e investimentos, como as instituições de memória, o Arquivo Nacional, a

Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional. Até então, segundo Camargo, C. (2003), tais instituições estavam à margem das políticas governamentais de fomento e apoio. Nesse cenário, o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (Iphan) era o órgão predominantemente valorizado pela preservação dos bens arquitetônicos, monumentais e artísticos nacionais. No entanto, a revalorização dos arquivos, bibliotecas e museus tende a formar, nesse período, os eixos de sustentação institucional de guarda de documentos e informações sobre o país.

Segundo Tessitore (2003), as funções desempenhadas pelos arquivos pessoais preservados nas instituições de memória qualificam-se como “social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica”. A autora entende que as entidades custodiadoras desses documentos têm tarefas em comum, tais como preservar, organizar e tornar acessíveis esses arquivos (2003, p.11). Almeida (2016) estende esse conceito indicando o acesso ao patrimônio cultural sob a guarda dessas instituições de memória, seja para a finalidade educacional e de pesquisa, seja pelo enriquecimento cultural ou de entretenimento, fazendo parte, portanto, do “sistema cultural público” (ALMEIDA 2016, p.164). A autora ressalta que as condições físicas (formato) em que os documentos se apresentam não importam tanto para qualificar os lugares de memória, mas o que definirá os espaços de preservação são duas características: “a origem e a função” (TESSITORE, 2003 p. 12).

Em seu texto, Tessitore (2003) define claramente as quatro áreas que lidam com a preservação: arquivo, biblioteca, museus e centros de documentação, delimitando as fronteiras e limites entre os lugares, os quais convergem em algumas funções: preservar, organizar e tornar acessíveis seus acervos. Seu estudo teve como eixos análise e definição dos conceitos entre as áreas, desde os espaços, a função desses locais, a forma como captam seus conjuntos documentais, a que funções sociais estão ligadas e quais são os métodos de organização e composição dos documentos, conforme ilustramos no quadro abaixo, intitulado *Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de Documentação – Limites e fronteiras* (Quadro 1). No quadro, os lugares de preservação documental aparecem cada qual de forma distinta, inclusive pelas funções que exercem. Observa-se que o Centro de Documentação absorve praticamente as funções do arquivo, bibliotecas e museus, no sentido de reunir maior número e diversidade de fontes documentais possíveis.

Quadro 1: Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de Documentação – Limites e fronteiras (TESSITORE, 2003)

Limites e fronteiras	Arquivo	Bibliotecas	Museus	Centro de documentação
<b>Função do local</b>	Documentos acumulados organicamente no decorrer das funções desempenhadas por entidades ou pessoas, independentemente da natureza ou do suporte da informação; portanto, provenientes de uma única fonte geradora (a entidade/pessoa acumuladora).	Documentos originados das atividades culturais e da pesquisa científica, reunidos artificialmente em torno de seu conteúdo, sob a forma de coleções.	Documentos objetos tridimensionais originados da atividade humana ou da natureza reunidos, artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo ou função.	Documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo.
<b>Incorporação</b>	Órgão receptor, ou seja, os documentos chegam a ele por passagem natural e obrigatória.	Órgão colecionador, ou seja, define quais documentos deseja ter em seu acervo e os adquire por compra, doação ou permuta.	Órgão colecionador.	Órgão colecionador e/ou referenciador. Reúne, por compra, doação ou permuta documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área.
<b>Função social</b>	Administrativas, jurídicas e sociais, científicas e culturais.	Educativas, científicas e culturais.	Recreativas, educativas, culturais e científicas; testemunha uma época ou atividade.	Informação cultural, científica ou social especializada.
<b>Método de organização</b>	Trajectoria específica de cada entidade ou pessoa, exigindo conhecimento da relação entre os documentos e da estrutura e funções da entidade ou pessoa.	Sistemas predeterminados e universais, exigindo conhecimento do sistema e do conteúdo dos documentos.	Organização efetuada segundo a natureza do material e a finalidade específica do Museu.	De acordo com a natureza do material que custodia. Arquivística, biblioteconômica e museológica.
<b>Composição</b>	Constituído por documentos seriados e, ao mesmo tempo,	Acervo formado por documentos múltiplos, isto é, com muitos	Acervo constituído por documentos únicos, produzidos	Documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos,

	únicos; a totalidade desse conjunto, que espelha a trajetória da entidade ou pessoa que o gerou, é indivisível porque somente dentro desse conjunto cada documento adquire seu pleno significado.	exemplares, produzidos por diversas fontes (livrarias, editoras, empresas jornalísticas etc.).	por diversas fontes geradoras.	constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo.
<b>Referência</b>	Conjuntos de documentos	Documentos isolados	Peça individual	Referenciador

Fonte: Tessitore (2003, p.12-14). Elaborado pela autora.

Pelo quadro e pelas características dos documentos de cada área de atuação, percebemos que, diante da peculiaridade de seus documentos, os arquivos, as bibliotecas e os museus são passíveis de custodiar arquivos de pessoas. Dentro da lógica de preservação desse conjunto, terão um tratamento diferenciado de acordo com as práticas de cada área, entendendo-se o arquivo como um fundo<sup>17</sup> e/ou coleção<sup>18</sup>. No caso dos centros de documentação, esse universo fica mais claro, já que atendem a esses dois cenários. Dependendo de como são formados esses acervos de pessoas, as escolhas de salvaguarda tornam-se um desafio por considerar que cada material deverá receber um tratamento diferenciado, o que poderá ser disperso em outras instâncias, ou seja, tudo dependerá da perspectiva de onde estarão depositados, o que pode implicar fragmentação de acervos.

Na mesma vertente dos dados acima, ilustramos uma representação sobre as diferenças entre as modalidades institucionais de custódia documental. Em suas pesquisas, Camargo e Goulart (2015, p. 12) destacam que o papel social das áreas numa perspectiva de preservação e difusão possuem “convivências pacíficas”, já que convergem para uma mesma finalidade. Apresentam ainda, como traços distintos, o tipo documental que guardam e os procedimentos técnicos que empregam ao organizar e descrever os documentos. As autoras analisam, em seu quadro, categorias como funções primárias, constituição do acervo, natureza dos documentos, características formais dos documentos (gêneros documentais e técnicas de registros) e abordagem. Nesse caso, as autoras reforçam a ideia de que as características formais aproximam a arquivologia da biblioteconomia.

---

17 Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Ver: (BRASIL, 2005, p. 97

18 Conjunto de documentos com características comuns, eunidos intencionalmente. Ver: (BRASIL, 2005, p.52)

Quadro 2: Diferenças entre as modalidades institucionais de custódia documental – Camargo e Goulart (2015)

<b>Limites e fronteiras</b>	<b>Arquivo</b>	<b>Bibliotecas /Centro de documentação</b>	<b>Museus</b>
<b>Funções primárias</b>	Administrativas (viabilizar e comprovar atividades de instituições e pessoas)	Educaçãois, científicas, técnicas e culturais	
<b>Constituição de acervos</b>	> Reunião de documentos mediante processo sedimentar (acumulação), de acordo com o funcionamento da entidade produtora > Transferência e recolhimento	>Reunião de documentos mediante processo seletivo (coleção), de acordo com seu perfil ou linha temática. > Compra, doação ou permuta de fontes múltiplas	
<b>Natureza dos documentos</b>	>Caráter necessário >Estatuto documental congênito >Interdependência	.> Caráter contingente > Estatuto documental atribuído > Autonomia	
<b>Características formais dos documentos</b>	Gênero textual		Todos os gêneros, além dos objetos desprovidos de linguagem
	Exemplares únicos	Exemplares múltiplos	Exemplares únicos e múltiplos
	Técnicas de registro, formatos e suportes associados à escrita		Técnicas de registro, formatos e suportes diversos
<b>Abordagem</b>	Princípios Contexto Série	Normas Conteúdo Item	

Fonte: Camargo; Goulart (2015, p.23). Elaborado pela autora.

Ao compararmos os quadros 1 e 2, considerando o lapso temporal entre as pesquisas realizadas (entre os anos de 2003 e 2015), ponderamos que as autoras estudam categorias bem semelhantes. No caso de Tessitore (2003) – Quadro 1, a autora descreve as categorias de forma individual, em cada local de custódia, sendo possível observar as convergências e divergências, sem inferir, porém, sobre arquivos de pessoas, já que eles possuem naturezas documentais diversas. As áreas se assemelham na incorporação de acervos entre biblioteca, museus e centros, estando relacionados às coleções. No quadro 2, arquivo e biblioteca se aproximam pelo gênero textual e técnicas de registro, ao passo que bibliotecas, museus e centros têm convergência em itens como funções primárias, constituição de acervos, natureza dos documentos e abordagens.

Na visão de Tessitore (2003), os centros têm por definição o recorte temático. A área de especialização do centro orientará a definição de linhas temáticas, em torno das quais se darão a formação e a ampliação do acervo. Tem como abrangência os fundos arquivísticos e coleções (bibliográficas e museológicas), além de gêneros documentais (materiais hemerográficos e bibliográficos) e bancos de dados com temas específicos relacionados às atividades do centro.

Segundo Batista, o fundo de arquivo é “o conjunto de documentos cujo acréscimo é efetuado no exercício das suas atividades”. A autora ainda considera o fundo como “um espaço orgânico, em que os elementos que o compõem dialogam entre si” (2020, p. 34).

Batista afirma, ainda, que todo arquivo de pessoa é um fundo arquivístico, que, independentemente dos ambientes em que estejam, ainda que em diferentes lugares, permanece com caráter orgânico, já que é possível fazer as conexões entre as partes.

Visto isso, um fundo de arquivo tanto pode estar concentrado em um determinado espaço físico, como por vezes estar destacado em ambientes diferentes. Podemos, então, dizer que o que possibilita a ligação ou conexão entre os documentos de um mesmo produtor, ainda que separados em espaço físico, para que sejam do mesmo fundo, é o caráter orgânico, através das inter-relações entre eles (BATISTA, 2020, p.35).

Cook (apud Batista 2020, p.42) defende que não devemos entender os arquivos como coleções artificiais: “os arquivos não são coleções artificiais adquiridas, arranjadas e descritas inicialmente por tema, local ou tempo, todavia como uma relação contextual, orgânica e natural com sua entidade produtora e com os atos de sua produção”.

Por outro lado, ao refletirem sobre a formação de coleções em bibliotecas e os critérios que permeiam sua formação, Cunha e Cavalcanti (apud Oliveira 2012, p.119) a definem com o

conceito de “desenvolvimento de coleções”, que terá como critério principal o planejamento para aquisição de material bibliográfico de acordo com o interesse dos usuários. Passará, ainda, por uma avaliação sistemática da dimensão do conjunto e a utilidade do acervo em relação aos objetivos da biblioteca, dos usuários e da organização à qual a biblioteca está subordinada.

Almeida (2016), em seu trabalho sobre as convergências entre as instituições de preservação de memórias, indica que um dos primeiros autores a discutir sobre as afinidades que circundam as áreas em comum foi Homullus (1990), conceituando mais as divergências na natureza dos materiais, nos objetivos institucionais e no público a ser atendido. Homullus (apud Almeida, 2016) afirmou ainda que, com o advento da tecnologia, as diferenças entre as áreas tenderiam a sumir e a se aproximarem mais os campos de atuação do patrimônio.

De acordo com Almeida (2016) e Almeida e Mattos (2021), no que tange ao tratamento da documentação bibliográfica e arquivística, respectivamente, as diferenças estão no local de onde os dados são extraídos. Na documentação bibliográfica, os dados são extraídos diretamente do conteúdo, ou seja, do próprio material individual, ao passo que nos arquivos estão atrelados ao conjunto, e não ao documento único, já que as informações estão vinculadas ao contexto de produção documental.

Em estudos recentes, percebe-se que a discussão sobre documentos pessoais em arquivos, centros de documentação e bibliotecas diante das especificidades de cada área tem sido no sentido de perceber que coleções de livros (bibliotecas particulares) entregues com documentos arquivísticos são partes integrantes de um arquivo de pessoas. Alguns autores como Ducrot (1998), Camargo e Goulart (2007) e Almeida e Mattos (2020) defendem a ideia de que as “coleções de livros coexistentes em arquivos pessoais são parcelas representativas das atividades e das áreas de interesse dos respectivos titulares” (2020, p. 149).

A justificativa utilizada por Almeida e Mattos (2020) é de que documentos bibliográficos em arquivos de pessoas físicas tendem a testemunhar os gostos e estão relacionadas aos contextos e relações com seus produtores.

Silva e Schmitd (2020), nos estudos sobre abordagens metodológicas, afirmam que os princípios que regiam o tratamento documental dos documentos era o valor histórico. Em meados do século XIX, os documentos de arquivo eram incorporados às coleções existentes e as classificações eram baseadas por temas. Wailly em seus estudos sobre classificação de documentos, defendeu a tese de que era necessário respeitar a proveniência dos documentos, a partir do princípio que o “respeito aos fundos seja a única maneira de obter uma ordem uniforme” em detrimento à formação de coleções. (apud SILVA;SCHMITD 2020, p.51),



Na percepção da historiadora Heymann (2009, p. 43), as abordagens metodológicas aplicadas aos arquivos pessoais consideram que as “zonas de fronteiras” entre bibliotecas e arquivos tendem a fundamentar disputas em relação às competências e legitimidades para custodiar e dar o tratamento a esses conjuntos. A autora defende uma abordagem de arquivos pessoais em uma dimensão autobiográfica e histórica, tomando como base de análise o estudo da constituição dos arquivos e a forma como o produtor/custodiador acumulam e intencionam a sua guarda.

Em uma abordagem arquivística, Camargo e Goulart (2015, p.28) defendem a tese de que os arquivos requerem “tratamento radicalmente distinto” do tratamento das bibliotecas. As autoras afirmam que a chave está no contexto, seja o de produção, seja o de acumulação. Por meio dos contextos, é possível garantir a estabilidade do estatuto probatório, restabelecer os vínculos originários que lhe conferem autenticidade e unicidade, identificando as atividades rotineiras que levam as pessoas a preservarem seus arquivos.

Heymann (2009, p.56) pontua que, para inferir um tratamento documental, é necessário tomar o arquivo pessoal como objeto de investigação, e é importante averiguar e “desvendar usos e sentidos associados a cada arquivo pessoal.”; só assim será possível compreender e optar por uma metodologia. A definição do método a ser atribuído para o arquivo estará condicionada à instituição que recolherá esses documentos. Diante dessa afirmação, Campos comenta que “a experiência mostra que a manutenção do estatuto arquivístico destes conjuntos documentais depende, em larga medida, das circunstâncias em que foram adquiridos e das seleções arbitradas, por quem quer que seja, nesse processo” (CAMPOS, 2020, p. 15).

Nem sempre, na prática cotidiana, um arquivo de pessoa chega à instituição custodiadora tendo recebido tratamento técnico, sendo essa responsabilidade da entidade que o custodiará. Poderão ser múltiplos os olhares e abordagens a serem dados a esse universo. Da mesma maneira, a seleção do que doar e para quem doar nem sempre é uma escolha do próprio produtor, sendo, muitas das vezes, escolhas do curador ou da família, que opta em selecionar o que se descartará, se será vendido ou doado. Quase sempre, os arquivos não chegam nas instituições de custódia de forma íntegra e completa, sendo raros esses casos, e passam por uma espécie de fragmentação utilizada como estratégia de preservação e acesso. Os desafios enfrentados, tanto por quem doa como por quem recebe, são elementos importantes para que se entenda como se dá o processo de incorporação de arquivos pessoais às instituições de custódia. Esse será o tema da próxima seção.

## **1.2 Entre a destinação e a incorporação de arquivos de pessoas em instituições memorialísticas: a política de aquisição de acervos**

A reflexão sobre a destinação de arquivos pressupõe pensar em uma das funções arquivísticas básicas: a avaliação. Avaliar é selecionar, dar um destino. Estabelecemos, ao selecionar, um critério de valor aos documentos. Utilizamos as expressões “isto serve” e “aquilo não”. Esse processo nem sempre é feito por quem produz, já que são muitos os indivíduos envolvidos na formação e na destinação desses conjuntos.

Geralmente deixamos a função de avaliação para aqueles que escolhemos para perpetuar nossas memórias. Nesse caso, incluímos os agentes custodiadores (a família ou os curadores). Embora Bizello e Crivelli (2021) entendam que essa função recaia em primeiro lugar ao produtor e posteriormente à instituição receptora, é esta última, segundo seus critérios de avaliação e seleção, que poderá aceitar ou não a preservação de tais documentos.

Por vezes, esses entes estabelecem critérios de doação e escolhem para quem doar, já que essa ação é complexa e requer estratégias de destinação. Em outras, veem a dispersão do arquivo como sinônimo de solução. Por outro lado, existe, por parte do produtor, a liberdade de escolha, guarda e descarte dos documentos pessoais que testemunham atividades e rotinas pessoais e profissionais de sua vida, bem como sobre sua personalidade, como destaca Silva (2015):

A liberdade que o produtor do arquivo pessoal possui, livre das amarras da legislação, lhe permite avaliar e selecionar os documentos que permanecerão sob sua guarda e descartar aqueles que não lhe interessa perpetuar. Dessa maneira, ele decide os conteúdos que permanecerão e ficarão como testemunhos de sua vida pessoal e profissional, sem a menor preocupação com a perspectiva de preservar registros de todas as atividades de forma proporcional, podendo eliminar completamente qualquer documento que testemunhe ou comprove um evento ou uma atividade de sua vida.(SILVA, 2015, p.182)

A liberdade de escolha do produtor pode estar diretamente relacionada à necessidade ou gosto de cada um, dada a lógica de organização de seus documentos, que nem sempre será compreendida por aqueles que tiveram acesso a sua documentação (SILVA, 2015).

A escolha de instituições de custódia, por parte de quem deseja preservar suas memórias, também é um fator extremamente relevante para este estudo. E, de certa forma, tem relação com a legitimação e a identificação com os espaços de preservação. Camargo, A. (2009, p. 9) ressalta que tanto os donatários quanto os doadores tendem a privilegiar certos núcleos documentais em detrimento de outros numa “visão hierarquizada de sua importância”. Para Heymann (2005, p. 3), os critérios de reconhecimento para preservação de

arquivos pessoais são formas de reconhecer determinados conjuntos documentais como sendo de relevância social, e, por conseguinte, serão frutos de “políticas e investimentos públicos” para salvaguarda.

A incorporação de acervos pessoais em entidades memorialísticas perpassa por uma série de desafios e questões que merecem atenção e reflexões daqueles que preservam acervos. De forma breve e pontual, temos a pretensão de trazer alguns tópicos sobre os critérios de avaliação para entrada desses arquivos pessoais, que passam pelos seguintes aspectos: a relevância social e o prestígio dos titulares, sua identificação com grupos e suas relações, a invisibilidade de certos grupos em detrimento de outros, bem como as seleções documentais e os investimentos em infraestrutura. São questões que devem estar presentes na discussão sobre as políticas de aquisição que norteiam a entrada desses acervos nas instituições.

Para Camargo, A. (2009), o desafio começa quando a nomenclatura de arquivos pessoais está sendo usada de forma inadequada. Nem tudo o que é guardado em um ambiente doméstico tem relevância para ingressar em uma instituição de custódia. A ausência de programas aquisitivos e critérios de seleção inadequados dificultam as escolhas dos arquivos que integraram o acervo dessas instituições, muito embora os critérios estejam voltados para o prestígio do titular do acervo e a relevância social dos documentos de natureza pessoal nas instituições de guarda.

Outro aspecto a se refletir é o surgimento de novos atores que não são reconhecidos pela sociedade e passam a compor também o cenário de preservação de suas memórias por meio de seus arquivos pessoais. Novas demandas sociais de preservação estão surgindo; segundo Camargo, A. (2009, p.29), “vidas que nada tem de extraordinário” são passíveis de serem institucionalizadas? Quais critérios nortearão essa inclusão? Em seus estudos, Heymann (2005, p. 3) discorre sobre os arquivos de indivíduos antes invisíveis para a sociedade que buscam se afirmar por meio das lutas sociais, políticas, culturais e identitárias na preservação de sua história, conforme relatos.

Vivemos, hoje, um intenso processo de afirmação de novos grupos e, assim também, de novas identidades. Cada novo grupo que se constitui busca o seu reconhecimento no espaço público, produzindo efeitos significativos sobre os modos como a sociedade como um todo se percebe. Nesse processo, termina-se por produzir o reconhecimento da relevância social daquilo que antes, muitas vezes, era mesmo invisível. (HEYMANN, 2005, p.3)

Camargo, A. (2009) ainda aponta outros desafios sobre a institucionalização desses arquivos, como por exemplo, escolhas que levam à seleção de documentos avulsos descontext-

tualizados dos seus conjuntos. A justificativa está em suprir demandas de pesquisas em determinados locais de custódia, podendo, tais documentos, ser substituídos inclusive pela produção de documentos de história oral. A autora ainda ressalta que as escolhas documentais não devem só privilegiar espécies documentais<sup>19</sup> como produto final, mas incluir espécies documentais descritas por ela como “documentos de processo de criação”, ou seja, rascunhos, minutas e versões que interferem diretamente na representação da trajetória de um produtor do arquivo.

Heymann (2005) reflete que não há somente a decisão de preservar e escolher quais os arquivos pessoais serão necessários preservar para posteridade, mas também outros fatores que não podem deixar de ser pensados numa política de aquisição de acervo. Entre esses fatores, está o investimento na institucionalização desses arquivos, que perpassa os lugares onde serão abrigados e que requer recursos financeiros em espaços e escolhas políticas. Nesse cenário, estão presentes as disputas de reconhecimento social e relevância da documentação, conforme destaca em suas reflexões:

Todos sabemos que o investimento na institucionalização de um acervo – sua doação a uma instituição já existente ou a criação de um espaço para abrigá-lo – depende da existência de recursos, de capital social, político e, no caso da criação de uma instituição, financeiro, para operar a transformação do acúmulo documental em realidade institucional. Está em jogo, aqui, fundamentalmente, o reconhecimento social da relevância da documentação, as redes em que estão inseridos os titulares ou depositários dos acervos. (HEYMANN, 2005, p.4)

Percebe-se que, diante do universo de critérios de captação de acervos para instituições de custódia, cada qual busca uma abordagem que esteja em consonância com as diretrizes de seus campos de atuação, sejam arquivos, bibliotecas ou centros de documentação. A relevância do indivíduo e sua documentação é o critério que tem maior peso na entrada desses acervos em instituições de preservação da memória no país. Torna-se necessário elaborar uma normativa que estabeleça institucionalmente quais os critérios de escolha, que determine os limites entre o que é público e que é privado, entre outras questões que Oliveira (2012) aponta em suas reflexões sobre políticas de aquisição de acervos.

Oliveira define aquisição de acervos como um “conjunto de documentos que foram recebidos por um arquivo durante determinado período, por transferência, recolhimento, compra, doação ou legado”. Ela destaca que tanto podem ser de processos advindos de gestão de documentos, oriundos do sucesso de arquivos por “transferência e/ou recolhimento”, mas também documentos que estão “fora do processo de gestão” (Id ibdem, 2012, p.118).

---

<sup>19</sup> Divisão de gênero documental reúne documentos pelo formato e espécies. Exemplos: ata, carta, decreto, disco, filme, zilhetto, fotografia, fomorando, ofício, planta, pllatório (BRASIL, 2006, p.85).

A autora destaca que, qualquer que seja a forma de aquisição que se dá fora da gestão documental, o elemento central que a norteará será a missão institucional, tendo em vista que a linha de acervo deve refletir esse objetivo (Id ibidem,2012).

Lúcia Oliveira (2012, p. 119) compreende que, diante das linhas de acervo, seja possível se estabelecerem os investimentos de infraestrutura, recursos humanos e tecnológicos, e também diminuir “a pulverização de acervos de um mesmo setor da sociedade”. Em outras palavras, as dispersões de arquivos serão reduzidas considerando que terão um local especializado, em determinado tema, para busca de informações, beneficiando, assim, os usuários desses arquivos.

Sendo assim, a autora afirma que uma das ações da política de aquisição de acervos é a estruturação de um programa em que estejam previstas questões cujas respostas sejam necessárias para que ele atenda à necessidade de pesquisa (Id ibidem, 2012, p.119). Entre as questões enumeradas, estão:

1. Quem é o usuário?
2. Quais são seus interesses?
3. O que ele pesquisa em nossas instituições?
4. Quais serviços ele demanda?

Estabelecer uma política arquivística de aquisição envolve a definição de um cronograma com iniciativas de longo, médio e curto prazo. O importante é compreender que, se a instituição possui a função de captar acervos, maior será o nível de investimento e justificativa que se dará pela utilização dos arquivos pela sociedade. Em suma, “as iniciativas de aquisição de acervos estão diretamente relacionadas à missão, aos investimentos permanentes de preservação e no acesso aos documentos sob custódia” (Id ibidem, 2012, p.122).

Para definir suas escolhas de captação de acervos, a instituição deve dispor de diretrizes que estejam alinhadas: a temática de acervo, com os objetivos da instituição mantenedora, de acordo com a natureza de suas atividades e com o perfil do usuário e os usos mais frequentes desses acervos. A autora chama atenção para alguns procedimentos técnicos e legais como o “mecanismo de aquisição (contratos de doação), pacto regulador de acesso e de reprodução, amparo legal que embasa todo o processo”. Indica, ainda, a participação da sociedade nesses processos de escolha e construção de políticas (Id ibidem, 2012, p.123).

Segundo relatos de Souza,A (2020), a aquisição de arquivos pessoais pelas universidades públicas é algo bastante comum, embora não haja, geralmente, diretrizes ou políticas de aquisição de acervos nos seus espaços de preservação. A autora afirma que a incorporação desses acervos está atrelada às características de tais documentos e à formulação de atos administrativos que indiquem a sua entrada.

Xavier (2007) complementa, ainda, que as iniciativas de preservação da memória institucional nas universidades, como no caso da UFRJ, surgiram das demandas para identificar e descrever documentos e objetos de valor histórico. Segundo a autora, esse foi o percurso para consolidar os “espaços de memórias” que a universidade tem hoje. Lugares estes, que abarcam iniciativas de “registro de dados coletados em atividades de pesquisa e no recolhimento de materiais didáticos, documentos, móveis, utensílios e equipamentos e socializado para o público interessado” (XAVIER, 2007, p. 155).

Bizello e Crivelli (2021), estudiosos da institucionalização de arquivos pessoais em centros de documentação e pesquisa, comentam que o desenvolvimento e a implantação de políticas de aquisição aparecem timidamente nos debates arquivísticos a partir dos anos 2000. Segundo os autores, antes dessas políticas, os processos de institucionalização eram condicionados pelos agentes envolvidos com a incorporação desses arquivos nas instituições de custódia, “validando, autorizando e legitimando novos arquivos” por meio de critérios variados e condicionados a atender às necessidades pontuais e específicas de suas pesquisas, definindo de forma coletiva os arquivos que eram relevantes (Id ibdem 2021, p. 152).

Em acervos bibliográficos, também existem políticas de aquisição e formação de coleções bibliográficas. Os critérios se diferenciam entre as modalidades de bibliotecas e as tipologias de acervos, em especial os arquivos pessoais. Geralmente, essas coleções são adquiridas por compra, permuta ou doação, sendo incorporadas ao acervo geral, desde que seja do interesse do campo especializado e dos usuários das bibliotecas. No que tange aos arquivos pessoais, quando representam um valor cultural, passam a integrar as coleções especiais.

De acordo com Weitzel (apud Costa; Pereira, 2017), bibliotecária e pesquisadora de desenvolvimento de coleções, a formação e o desenvolvimento de coleções bibliográficas têm como origem a aquisição de livros, sejam eles impressos ou eletrônicos.

Por definição, “coleções especiais” são aquelas coleções de livros e arquivos considerados importantes ou tidos como "especiais", suficientes para serem preservados para

futuras gerações. Tendem a ter como critério a raridade, serem únicos exemplares ou apresentarem fragilidades e valor cultural (COSTA; PEREIRA, 2017, p. 2709).

Os autores Araújo e Reis (apud Costa;Pereira,2017, p. 2709) diferenciam as coleções especiais das demais coleções dadas as especificidades, como “as coleções especiais em bibliotecas institucionais são distintas dos demais acervos de uma biblioteca por sua constituição temática, finalidade, características materiais e significados patrimoniais para a instituição que as preservam”. Significa dizer que dependerão das “características das instituições, das diferentes estruturas administrativas, dos objetivos, exigirão procedimentos também diferenciados”, conforme complementam Maciel e Mendonça (apud Costa; Pereira 2017, p. 2709).

Costa e Pereira apontam uma solução para contornar as diferenças entre os campos e as formas de incorporação desses acervos às entidades custodiadoras, como arquivos e bibliotecas. Os autores indicam associar a documentação de diferentes instâncias de custódia de forma virtual, interligando os acervos de diferentes instituições. É a “associação entre documentos que poderá possibilitar que usuários tenham visões aprofundadas sobre os documentos analisados” (2017, p. 2704).

Por outro lado, Oliveira aponta que a solução para a diversidade de instituições de custódia que recebem parcelas de arquivos está na prestação de serviço aos usuários, que, muitas das vezes, pesquisam sobre determinados assuntos ou temas. A solução encontrada pela autora para facilitar o intercâmbio dessas informações seria fazer um mapeamento dos arquivos dos setores/segmentos que representam ou que sejam de interesse de seu usuário e buscar avaliar práticas que dialoguem entre si, buscando um entendimento em prol dos usuários e definido por suas linhas de acervos. Se cada instituição tivesse a noção por onde estão as partes de um determinado acervo, facilitaria aos seus usuários a busca por fontes mais precisas, “evitariam problemas como o desmembramento de arquivos entre instituições” (OLIVEIRA, 2012, p. 233).

Entendemos que, apesar das diferenças dos locais de custódia e de tratamentos diferenciados em documentos de pessoas, faz-se necessário ter uma dimensão de sua totalidade buscando associar as partes, a fim de atender à função social desse arquivo: os usuários. A implementação de uma política de aquisição de acervos nas instâncias de consagração é de extrema relevância, tendo como premissa documentar o processo de incorporação, tratamento e divulgação do arquivo, tornando possível a publicização de todo o material.

Para tal empreendimento, tomamos como estudo de caso o arquivo do Professor Rubim Santos Leão de Aquino. Antes da institucionalização, tivemos como ponto de partida estudar a biografia do titular e a história custodial do arquivo, a fim de compreender suas rotinas, atividades e funções desempenhadas, e, ao mesmo tempo, buscar recontextualizar e entender os usos e sentidos do seu arquivo para estabelecer uma abordagem arquivística.

### **1.3 – O Arquivo do Educador Rubim Santos Leão de Aquino: O Professor de História da Educação Básica no Rio de Janeiro**

#### 1.3.1 Dados Biográficos

Ser professor é ser educador. E ser professor de história é ser aquele privilegiado que trabalha com a mais política de todas as ciências, e não é à toa que foi o grupo mais perseguido durante a ditadura militar.<sup>20</sup>

**Rubim Santos Leão de Aquino**

Em diversas matérias jornalísticas, o nome de Rubim Santos Leão de Aquino (1929-2013), educador e historiador, aparece com destaque em função de sua trajetória profissional, intelectual, seu ativismo político e da importância de sua obra para a historiografia brasileira. Devido ao seu notório saber, é reconhecido como Decano dos Professores de História de Ensino Médio<sup>21</sup> da cidade do Rio de Janeiro, pela produção de livros didáticos e paradidáticos para os ensinos médio e fundamental. Além disso, Aquino é referência como professor de história em todo o Brasil, em escolas da rede pública e privada. É reconhecido por sua dedicação ao magistério no ensino básico na rede privada (1963-2011) e em cursos de pré-vestibulares comunitários e privados (1965-2009). Entre os principais temas de estudo, estão: História Geral, História Social, História das Américas, História do Brasil, História Política, História Moderna e Contemporânea. Nomeado como “verdadeiro livro de história humana”<sup>22</sup> devido ao manancial de conhecimento histórico, suas obras tiveram repercussão em jornais de grande circulação, sendo referenciadas em trabalhos

20 Trecho do depoimento do Professor Rubim Santos Leão de Aquino concedido a Selva Guimarães Fonseca, Professora e pesquisadora de História (FONSECA, 1997, p. 164).

21 Entrevista concedida aos editores Américo Freire e Ângela de Castro Gomes para a Revista de Estudos Históricos, da Fundação Getúlio Vargas. (AQUINO, R. 2008, p.96) .

22 Trecho retirado da notícia do blog “O bonequinho” fazendo referência a um evento “Tarde com Rubim Santos Leão de Aquino, realizado no Colégio Pentágono, no Valqueire em 17/09/2008. Aquino palestrou sobre Ditadura Militar e os anos de 1968 - 40 anos. Disponível em: O bonequinho [ ... ]: Tarde com Rubim Santos Leão de Aquino. Acesso em 21.10.2021.



acadêmicos e na formulação de questões para vestibulares no país nas últimas três décadas. Mesmo não tendo a pretensão inicial de fazer carreira no magistério por questões pessoais<sup>23</sup>, sua expectativa de ser admitido em uma universidade se centrava no fato de ser um pesquisador de história. Iniciou sua juventude inspirado pelos movimentos sociais, em prol de um ativismo político e de ser um agente histórico. No decorrer de sua vida, foi agregando ao ofício de historiador o ofício de professor, e essa profissão passou a ser a razão de sua vida. Em seu cotidiano docente, outras práticas sociais foram sendo complementadas, como as de escritor, difusor/comunicador do conhecimento histórico e do associativismo<sup>24</sup>. Em meio aos momentos turbulentos, ser um professor-educador na ditadura civil-militar foi um grande desafio. Sofreu perseguição política com os demais profissionais da educação, sendo acusado de subversão e preso pelo regime. Em sua trajetória, continuou com a missão de educar os cidadãos/ouvintes/telespectadores com a difusão do conhecimento histórico, sempre relacionado com a atualidade, provocando e estimulando o senso crítico, por meio de rádio e televisão ou ministrando seus conhecimentos em eventos nas escolas secundárias e universidades de todo o Brasil. Em entrevista à revista *A Nova Democracia*, Aquino afirmou que sua paixão estava em “estudar, pesquisar, trabalhar e lutar”(AQUINO, 2010), que eram as marcas do seu fazer. Para além do que ficou registrado sobre sua vida pública em seus documentos, apontamentos, livros, notícias sobre a sua vida e depoimentos, o Professor Rubim Santos Leão de Aquino deixou registros em suas memórias das práticas e saberes do seu ofício, bem como do cidadão politizado e agente da história, sempre preocupado com as causas das minorias. As memórias de sua vida encontram-se também nos registros orais em entrevistas e depoimentos concedidos a pesquisadores, jornalistas e editores de revistas, também aqueles que com ele conviveram mais de perto em espaços escolares. Como professor, historiador e escritor, seu conhecimento histórico impactou e influenciou o pensamento de várias gerações de ex-alunos, que, posteriormente, passaram a ser seus colegas, parceiros e amigos de luta, além da influência sobre seus ávidos leitores e, enfim, a todos que tiveram acesso a sua história. Para narrar o percurso da vida pública e privada do Professor Aquino, propusemos uma (re)escrita de sua trajetória na perspectiva histórica a

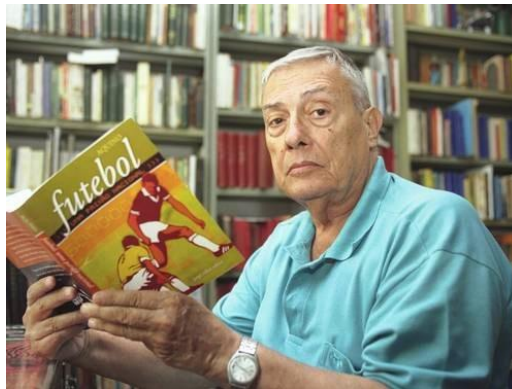
---

23 Segundo relatos de Aquino e sua filha Estela Aquino, a relutância em ser professor se deu virtude de apresentar problemas de visão (estrabismo) o que dificultava o trabalho em sala de aula. Depois de muito esforço vence o medo de estar em sala de aula, e posteriormente conseguem reverter o estrabismo com uma cirurgia corretiva. (AQUINO, E. 2017: FONSECA, 1997)

24 O termo utilizado refere-se as associações que cumprem o papel de atividade social, promovendo ações de assistência social; educacional; cultural; representação política; defesa de interesses de classe; filantropia. Disponível em: *As principais diferenças entre associação e cooperativa – Sebrae*. Acesso em: 21.nov.2021. Neste trabalho, utilizaremos o conceito de associativismo para denominar as associações culturais, a representação política (partidos políticos) e a defesa dos interesses de classe (sindicatos).

partir dos vestígios de seu passado acumulados em seu arquivo pessoal, que se encontram dispersos em diversos locais de memórias. Entender a construção lógica desse arquivo pressupõe conhecer sua história de vida por meio dos registros documentais e orais, a fim de compor seus dados biográficos.

Figura 1. Rubim Santos Leão de Aquino em lançamento do livro: Futebol, uma paixão nacional (2002).



Fonte: Arquivo fotográfico da família.<sup>25</sup>

Rubim Santos Leão de Aquino nasceu no Rio de Janeiro, então capital federal, em 2 de março de 1929, ano que marcaria uma das maiores crises do capitalismo. Filho de Rubens Monteiro Leão de Aquino - Marechal do Exército - e Maria Antonietta Santos de Aquino - dona de casa, bem como, sua irmã Mey Santos Leão de Aquino, formavam uma família conservadora, católica e anticomunista.

Figura 2. Seus pais e sua irmã Mey



Fonte: Arquivo fotográfico da família.

<sup>25</sup> As imagens utilizadas nesta dissertação encontram-se sob custódia da família e foram cedidas por meio do Termo de Uso de Imagem (AnexoI) para elucidar a história de vida do Professor Rubim Santos Leão de Aquino.

A educação básica de Aquino se deu entre os ensinamentos domiciliares, privados e públicos. De acordo com o biografado, seu pai preferiu não optar naquele momento pelo sistema de ensino militar.

Em virtude das constantes mudanças de moradia para acompanhar o pai por causa de sua rotina de trabalho, Aquino passou a adolescência e a juventude estudando no Paraná e em Mato Grosso do Sul. A primeira parte do curso ginásial foi feita no Colégio Paranaense (1941), em Curitiba (PR), e a segunda parte, concluída em Mato Grosso, no Ginásio Campo-Grandense (1942-1944), escola estadual em Campo Grande. O curso científico foi realizado no Colégio Dom Bosco (1945-1947), também em Campo Grande (MS), e concluído como bacharelado em 1947, conforme consta de seu histórico escolar<sup>26</sup> e da imagem de sua formatura.

Figura 3: Formatura do ciclo científico (Ensino Médio), Colégio Dom Bosco - MS



Fonte: Arquivo fotográfico da família.

Seu interesse e amor pela história surgiram na sala de aula do Ginásio Campo-Grandense, com o professor Hostácio Ruiz, que, além de lecionar a referida disciplina, também possuía formação em direito. Para esse fato, também contribuiu o hábito de leitura de jornais adquirido desde a infância, de livros com conteúdo histórico e, posteriormente, estimulado por professores no pré-vestibular e na faculdade.

Desde muito jovem, Aquino tinha em sua perspectiva como cidadão e agente histórico o engajamento ativo nos movimentos populares e estudantis. Em 1942,

<sup>26</sup> O histórico escolar encontra-se no dossiê de aluno de Rubim Santos Leão de Aquino, depositado no Arquivo do Instituto de Filosofias e Ciências Sociais – UFRJ.

aproximadamente aos 13 anos, participou pela primeira vez de um ato político, uma passeata em Curitiba, convocada para quebrar os estabelecimentos alemães e italianos na cidade. O acontecimento se deu quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, mas sua marcha durou pouco tempo, pois seu pai tomou conhecimento do fato e o retirou da manifestação antes que causasse problemas em função do seu trabalho e, ainda, por pertencer à União Democrática Nacional<sup>27</sup> (UDN)<sup>28</sup>. No fim da vigência do Estado Novo (1937-1945), envolveu-se com o Partido Trabalhista Brasileiro e sua participação se deu no Movimento Mocidade Trabalhista de Getúlio Vargas<sup>29</sup>, em 1945, em Campo Grande (RS), na Comissão de Propaganda do Manifesto ao povo brasileiro e campo-grandense. O movimento tinha por finalidade lutar pela união do povo brasileiro em torno das forças democráticas do partido, a valorização do trabalho e a instauração da Democracia Econômico Social<sup>30</sup>, com apelo à união das classes sociais e em consonância com o governo de Getúlio. Após a conclusão do ensino secundário em 1947, o desejo de seu pai era que Rubim Aquino cursasse direito ou fizesse carreira no Itamarati. Ele optou por buscar uma oportunidade de trabalho e obter seu próprio rendimento. Em 1948, ao completar 18 anos, retornou ao Rio de Janeiro, passando a residir em Campo Grande<sup>31</sup>, bairro da zona oeste carioca, e se filiando ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com auxílio de uma tia que trabalhava no Gabinete Civil da Presidência da República, conseguiu um cargo público no Ministério da Fazenda. Posteriormente à sua entrada, foi admitido em concurso, passando a ser funcionário público do quadro permanente do Ministério da Fazenda, onde atuou de 1948 a 1987 no cargo de arquivista<sup>32</sup>. No decorrer de sua carreira de arquivista, recebeu promoção no cargo, por mérito e por antiguidade (1951 e

27 O partido político UDN (1937-1945) foi fundado no Estado Novo, com orientação conservadora e opositora às políticas e à figura de Getúlio Vargas.

28 As lembranças de Aquino referentes a esse período de participação nos movimentos populares aparecem nas entrevistas (AQUINO, R. 2010; 2008; 1997)

29 O Movimento era uma ala da mocidade associada ao Partido Trabalhista Brasileiro, que apoiava o trabalhismo de Getúlio Vargas. Era uma representação do Rio Grande do Sul.

30 A Democracia Econômico Social é um termo utilizado no manifesto para definir o modelo da social-democracia, que é um modelo econômico e político que ganhou destaque no século XX, após a proposição de um modelo econômico de garantia do pleno emprego, de John Maynard Keynes; a crise de 1929 da bolsa de valores de Nova Iorque e a evidência da gritante desigualdade social provocada pelo capitalismo. PORFÍRIO, Francisco. "Social-democracia"; *BrasilEscola*. Disponível em: <https://brasile scola.uol.com.br/sociologia/social-democracia.htm>. Acesso em 05 de dezembro de 2021.

31 A informação de sua localização foi extraída de uma nota de jornal, na qual é informado o bairro de origem no Rio de Janeiro, Ver: BILHETES ao leitor. *Globo Sportivo*. Rio de Janeiro, 28 mar. 1947, Ed. 00447, p. 6, 1947. Disponível em: *O Globo Sportivo* (RJ) - 1938 a 1952 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: 21.nov.2021

32 O Ministério da Fazenda, por meio do Decreto-Lei 7.420, de 26.03.1945, criou o cargo de Arquivista no Ministério da Fazenda, que, neste momento, não dispõe de regulamentação profissional, sendo um cargo meramente burocrático. Ver BRASIL. Decreto-Lei 7420, de 26.03.1945. Cria o cargo de Arquivista no Ministério da Fazenda. DF –Brasília: Senado Federal, Ano , 1945, p. 288-289. Disponível em Decreto-Lei - 7420 de 26/03/1945 Publicação Original [Coleção de Leis do Brasil de 31/12/1945 - vol. 001] (p. 287, col. 1) (senado.leg.br)

1957)<sup>33</sup>. Em seu primeiro emprego público, aos 21, anos no Ministério da Fazenda onde exercia um cargo burocrático, Aquino já dispunha de um certo conteúdo histórico adquirido em seus estudos para concurso público. Sendo assim, nesse período não tinha ainda expectativas de obter formação docente. Sua primeira experiência em dar aulas de história ocorreu ao lecionar para um grupo de colegas mais velhos no próprio ministério (FONSECA, 1997).

Em seu ambiente de trabalho, conheceu sua colega e primeira esposa, Sarah Mota Lima,<sup>34</sup> militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Atuava também na Revista do PCB, na área cultural, com Mário Lago, ator e escritor, e José Mauro de Vasconcellos, ator. Casaram-se em 1951, ela com 25 anos e ele, 21. Constituíram uma família com sete filhos, dos quais dois faleceram. Permaneceram casados por 21 anos, separando-se em 1972.

Figura 4. Casamento de Sarah e Rubim Aquino



Fonte: Arquivo fotográfico da família.

Sarah era filha de Pedro Mota Lima (1898-1966)<sup>35</sup>, escritor e fundador de vários jornais ligados ao Partido Comunista Brasileiro. Ela não teve oportunidade de obter uma formação acadêmica quando solteira devido ao envolvimento do seu pai com o PCB e às perseguições sofridas. Ao se casar, teve que abdicar de sua militância política a pedido de Aquino, mantendo somente os ideais comunistas, pois atuava ativamente no movimento partidário. Sara e Rubim trabalhavam muito, ela em especial, em horário integral, sendo os dois provedores da casa (AQUINO, 2017, p.3). No tempo em que ficaram casados, Aquino já se denominava comunista cristão, mas sem vínculo partidário com o PCB. Sua esposa e seu

33 As informações sobre as progressões no cargo constam nos artigos dos jornais da década de 1950:;Dário de Notícias, O Amanhã e Jornal do Brasil.

34 Entrevista concedida a Mário Lúcio de Paula e Patrick Granja, da Revista *A Nova Democracia*, Ano IX, n. 66, jun.2010. Disponível em: Um tempo para não esquecer - A Nova Democracia . Acesso em: 22.out.2021.

35 Dados de Pedro Mota Lima, jornalista e líder do movimento Partido Comunista Brasileiro. Ver: CPDOC. Lima, Pedro Mota – Verbete. Dicionário Histórico-Biográfico. FGV. Rio de Janeiro. 2015,Disponível em: LIMA, PEDRO MOTA | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br). Acesso em: 21out.2021.

sogro foram os grandes incentivadores e influenciadores em sua formação como educador e na atuação política. Nas palavras de Aquino, Sarah ficou “martelando para estudar” (AQUINO, 2008, p. 97). Questionava-o sobre a perda de tempo com a vida profissional burocrática, deixando-o sempre reflexivo:

[...]“Você já pensou quando os nossos filhos crescerem, vão perguntar o que o pai era? “Funcionário público”. Você não fica chateado?”. Até um dia, no final de 1957, ela chegou em casa e disse: “Olha aqui o programa de vestibular da Faculdade Nacional de Filosofia. Tem pré-vestibular que funciona à noite. Está na sua mão. Se você quiser, vai estudar. Aí eu fui.” (AQUINO, 2008, p. 97)

Em 1958, aos 29 anos, inscreveu-se no pré-vestibular organizado pelo Diretório Acadêmico de Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) - Universidade do Brasil. O pré-vestibular do curso de história localizava-se em um prédio no centro do Rio, na Avenida Antônio Carlos, número 40, e era oferecido por alunos, ex-alunos e licenciandos dos cursos da FNFi no período noturno. Nas lembranças de Aquino, a professora Nely Moulin<sup>36</sup> (formada e licenciada em história e geografia pela FNFi -1956) era uma das professoras de destaque. José Luiz Werneck da Silva ministrou aulas no pré-vestibular, tornando-se seu professor na academia e, posteriormente, seu colega de trabalho. Além de trabalhar durante o dia e estudar à noite, Aquino ainda se dispôs a formar um grupo de estudos que se reunia aos domingos para debater os conteúdos do pré-vestibular da FNFi. Os encontros geralmente aconteciam em lugar público no centro do Rio, nas proximidades do aeroporto Santos Dumont ou em sua casa. O grupo era composto por aproximadamente cinco pessoas, entre as quais estavam Sérgio Ferretti<sup>37</sup>, João Duldeque Pinto Filho<sup>38</sup>, Ondemar Ferreira Dias<sup>39</sup> e Joel Sanches<sup>40</sup>. O guia para ingresso na Faculdade Nacional de Filosofia, do Diretório Acadêmico de Filosofia (DAF), previa admissão<sup>41</sup> nos cursos por meio da inscrição e apresentação de documentos. A Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) foi criada dentro do projeto de

36 Na ocasião, a professora Nely Moulin passou a dedicar-se ao Curso de Pedagogia. (AQUINO,2008, p.98)

37 Na ocasião, exercia docência como Professor da Universidade do Maranhão. (AQUINO, 2008, p.98)

38 Na ocasião, exercia como Diretor do Instituto Benjamin Constant (AQUINO, 2008, p. 98).

39 Na ocasião era Professor de História das Américas, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ. (AQUINO, 2008, p. 98)

40 Na ocasião, era Professor de Pedagogia da extinta Universidade Gama Filho. (AQUINO, 2008, p.98)

41 O exame de vestibular para concurso de habilitação tinha como requisitos as modalidades de prova escrita, com os seguintes conteúdos: Português, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil e Inglês ou Francês; e prova oral, demandando horas para ser concluído. A demanda de vagas era em torno de 40. Na lista de ingressos, Aquino foi classificado em segundo lugar entre 16 concorrentes, recebendo destaque pelo Diretório Acadêmico de Filosofia em nota de jornal. De acordo com o *guia do candidato*, a documentação de inscrição solicitada era a seguinte: carteira de identidade, atestado de idoneidade moral, atestado de sanidade física e mental, atestado de vacinação antituberculosa, certidão de comprovação acima dos 18 anos ou prova de quitação com o serviço militar, atestado de tuberculose, certificado de conclusão do curso secundário, histórico escolar e pagamento da taxa de inscrição. Dos documentos deveriam ser entregues entre 20 e 30 de janeiro de 1959, à Secretária da Faculdade. Os conteúdos das cadeiras encontram-se no Guia. (Guia, 1959, p.23). Ver: Arquivo FNFi – BR RJ PROEDES FNFI DA191.

reorganização do ensino superior de Capanema, no Governo de Getúlio Vargas, quando da instalação no país das faculdades de filosofia, no processo de constituição da Universidade do Brasil (UB) pelo Decreto-Lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939<sup>42</sup>. A extinção ocorreu na Reforma Universitária de 1968, durante o Regime Militar (1964-1985), passando seus cursos para a recém-criada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A FNFi propunha-se, prioritariamente, a formar trabalhadores intelectuais que preenchessem os quadros técnicos da burocracia estatal nas áreas de educação e cultura e, particularmente, professores para o ensino secundário (MENDONÇA, 2002, p. 150 e 155). Na ocasião, o reitor da Universidade do Brasil era Pedro Calmon Moniz Bittencourt, advogado, professor, político, historiador, biógrafo, ensaísta e orador,<sup>43</sup> ocupando o cargo entre 1948 e 1966. O Diretor da FNFi era Eremildo Luiz Vianna, professor de História Antiga e Medieval (1946) da FNFi, em exercício no cargo entre 1957 e 1963. O ingresso de Aquino para cursar história<sup>44</sup> se deu em 1959, na mesma ocasião em que a aula inaugural da Universidade do Brasil aconteceu na Faculdade de Filosofia, no Salão Nobre, sediado na Avenida Antônio Carlos, em 5 de março. A aula inaugural foi presidida pelo Professor Thiers Martins Moreira, na presença dos professores da FNFi<sup>45</sup> e da direção. O tema da aula era *A Cultura Brasileira e as Faculdades de Filosofia*. A formação docente aconteceu em “anos bastante turbulentos, de greve e agitações, onde a universidade era um cenário de “caldeirão político” (AQUINO, 2010). Segundo Ferreira (2013, p. 49), a década de 1960 tinha um contexto político conturbado com a crise do governo de João Goulart. O movimento político-militar (1964) e a reforma universitária, ocorrida entre 1967-1968, impuseram ao curso mudanças para os profissionais de história. Entre debates e reivindicações intelectuais e estudantis, Fávero (2010, p.107) destaca a reestruturação da Universidade do Brasil, ocorrida entre 1962 e 1965, como um dos momentos de

42 Sobre esse tema, ver: PAIM, Antônio. **A UDF e a ideia de universidade**. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1981.

43 Os dados biográficos encontram-se disponíveis no portal Pedro Calmon | Academia Brasileira de Letras . da O Curso de História foi criado em 1935, mesmo ano de criação da Universidade do Distrito Federal, extinta em 1939, pela instalação do Estado Novo e a transferência dos cursos da UDF para a Universidade do Brasil (UB). O curso foi reestruturado e agregado à cadeira de Geografia, tornando-se Curso de História e Geografia, vinculado à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI-UB). Somente em 1955, o curso foi reorganizado para Curso de História. Entre 1966 e 1968, há a fragmentação da FNFi para formar a atual UFRJ. (FERREIRA, 2013, p. 8)

44 O Curso de História foi criado em 1935, mesmo ano de criação da Universidade do Distrito Federal, extinta em 1939, pela instalação do Estado Novo e a transferência dos cursos da UDF para a Universidade do Brasil (UB); o curso é reestruturado e agregado à cadeira de Geografia, tornando-se Curso de História e Geografia, vinculado à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI-UB). Somente em 1955, o curso é reorganizado para história. Entre 1966 e 1968, há a fragmentação da FNFi para formar a atual UFRJ. (FERREIRA, 2013, p. 8).

45 De acordo com o recorte de Jornal “O Diário da Manhã” datado de 05 de março de 1959, os professores que estavam presentes na sonalidade eram: José Farias Gois Sobrinho, Anísio Teixeira, Ernesto de Farias Góis Junior, Vitor Nunes Leal, Danton Jobim e Emerildo Luiz Vianna (Diretor). Arquivo FNFi, PROEDS, UFRJ BRRJPROEDESFNFi.

transformação sociocultural. Em 1959, a formação do professor era realizada em três anos, com mais um ano de habilitação.

Quadro 3: Disciplinas do curso de história – quatro anos<sup>46</sup>

Primeira Série
1. Introdução metodológica a história;
2. História da antiguidade;
3. Geografia Humana;
4. Etnologia
Segunda Série
1. História da Idade Média
2. História Moderna
3. História do Brasil
4. Etnografia do Brasil
Terceira série
1. História Contemporânea
2. História da América
3. História do Brasil
4. História das Idéias Políticas
Quarta série
1. Composto por 18 disciplinas ofertadas pelo Departamento de História eletivas à escolha do candidato.

Fonte: Guia de Ingresso do Concurso de Habilitação Diretorio Acadêmico da FNFi, 1959. Arquivo FNFI – Proedes /UFRJ. Elaborado pela autora.

As aulas aconteciam nos turnos da manhã e da tarde, sem regularidade. Os egressos da faculdade recebiam dupla titulação - de bacharel e licenciado, desde que concluíssem regularmente o curso de didática no período de um ano, cursando as seis disciplinas necessárias<sup>47</sup>. Teve como professores Hélio Viana (Catedrático de História do

46 No dossiê do aluno de Rubim Aquino, consta a inscrição na disciplina de História das Américas. - Arquivo IFCS - UFRJ

47 As disciplinas que constavam no currículo do curso de didática eram: Didática Geral, Didática Especial,



Brasil) e seu assistente Manuel Maurício de Albuquerque, José Luís Werneck da Silva (Cadeira de História do Brasil), Eremildo Luiz Vianna (Catedrático em História Antiga e Medieval), Maria Yedda Linhares (Catedrática em História Moderna e Contemporânea)<sup>48</sup> e seus assistentes Hugo Weiss e Guy de Hollanda (Cadeiras de Introdução ao Estudo de História e História da América), Carlos Moreira, substituto de Darcy Ribeiro (cadeira de História Moderna e Contemporânea), Marcelo Ipanema (assistente - cadeira de História da América) e Anísio Teixeira (cadeira de Didática). Muitos deles tornaram-se seus amigos e colaboradores, tendo como fonte de inspiração para escrita de livros didáticos, inclusive, os professores Hugo Weiss e Guy de Hollanda. Em seu processo de aprendizagem, adquiriu o hábito de leituras metódicas. Tinha ainda acesso às literaturas inglesa e francesa, já que alguns professores de origem francesa eram do corpo docente (catedráticos) ou eram ex-alunos recém-concursados para o cargo de assistente da faculdade. Mesmo tendo mestres com conhecimento histórico de elevada erudição, ressalta que não teve contato com literatura marxista no período em que esteve na faculdade, mas somente após sua formação quando, então, passou a dar aulas. Na percepção de Aquino, o ensino de história era um tanto verticalizado, enciclopédico e de memorização. Em 1962, seu último ano na universidade, conciliar trabalho e estudo era tarefa nada fácil, já que a carga horária de estudo era quase integral. Entre cumprir as práticas de ensino no Colégio de Aplicação (Cap), da Universidade do Brasil, assistir às aulas e trabalhar, teve que recorrer a licença prêmio, férias e licença médica para conseguir realizar todos os estudos em meio às greves anuais. Ele criticava duramente o currículo em seus relatórios das práticas pedagógicas e experimentações do campo realizadas no Cap. Aquino não tinha ainda expectativa de ser professor, seu desejo era ser pesquisador, já que tinha professores que o incentivavam a analisar as bases científicas da História<sup>49</sup>. Como aluno, participou do Centro de Estudos de História (CEH), do Curso de História, criado em 1958 por alunos da FNFi. Inicialmente, funcionou no prédio anexo à Faculdade de História, em 1961, e, posteriormente, no 5º andar do edifício da faculdade. Tinha incentivo e apoio do reitor da UB, da direção da faculdade e dos professores do curso. A comissão diretora do CEH era formada por José Luiz Werneck da Silva, Pedro Celso

---

Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação. (MENDONÇA, 2002, p. 154)

48 A cadeira de História Moderna e Contemporânea tinha a prerrogativa de funcionar como um espaço crítico, destinado a formar professores com espírito democrático e para o desenvolvimento de pesquisa. (FERREIRA, 2013, p.52)

49 Na percepção de “Anísio Teixeira, “a formação do professor deveria ter sólida base científica”. Para o educador, as bases científicas do trabalho docente compreendiam fundamentalmente as ciências humanas e sociais aplicadas à educação: biologia, psicologia, sociologia, história, estatística e administração e filosofia; a fim de integrar na prática docente e no processo de formação.” (MENDONÇA, 2002, p. 91-93).

Uchoa Cavalcanti, Pedro de Alcântara Figueira, Ondemar Ferreira Dias Junior e Rubim Aquino. O centro tinha como função promover debates, manter relações com outros centros estudantis, além de ser um espaço de estudo sobre ensino e pesquisa em história. O objetivo era propor reflexões sobre a universidade e seu papel na sociedade<sup>50</sup>. As propostas do CEH estavam previstas em seu estatuto e regimento aprovados no Conselho Departamental da FNFfi em 1960, tendo como pauta os seguintes temas:

- a) reforma Universitária democrática;
- b) investimento em educação pelo Estado;
- c) reformulação da graduação;
- d) articulação entre o ensino e a pesquisa;
- e) interdisciplinaridade;
- f) financiamento de projetos universitários;
- g) refletir sobre as interferências estrangeiras no sistema educacional brasileiro;
- h) demandas sociais.

Rubim ingressou no CEH como tesoureiro na gestão de 1958<sup>51</sup> e, posteriormente, tornou-se secretário e diretor. Revela ter sido uma experiência que contribuiu para despertar ainda mais seu interesse pela política em geral e, sobretudo, pela política científica e profissional dirigida ao campo da história. Teve participação na elaboração de artigos para a *Revista Boletim de História*, que tinha como pontos básicos “a inércia da universidade e a situação da História no Brasil” (FERREIRA, 2013, p.59). A publicação<sup>52</sup>, produzida por alunos e ex-alunos do curso e vinculada ao CEH, era semestral, e contava com a colaboração de professores da FNFfi. Seu foco era direcionado para participação ativa da universidade no ambiente sociocultural, a fim de estudar o passado apresentando soluções para o presente com a intenção de resolvê-los. A publicação apresentava textos com as temáticas de História do Brasil, História Antiga e Filosofia e com a inserção de documentos históricos. O público-alvo eram, em grande parte, professores do ensino secundário. Sua atualização trazia discussões sobre o currículo de professor de história e a renovação dos conteúdos programáticos (FERREIRA, 2013, p.59 e 60). Em 1963, Aquino publicou um artigo intitulado, *Aspectos Políticos da III República*, volume n.º 7 da revista. Além de participar ativamente do CEH, acompanhava o movimento estudantil do Diretório Acadêmico de Filosofia mais de perto durante os últimos anos de sua formação. Em 1961, ainda estudante, iniciou sua carreira de

50 Ver PEREIRA,2010. p.54

51 Aquino em entrevista a Ludmila sobre sua participação no Centro de Estudos Históricos.

52 A publicação foi encerrada na ditadura em 1964.

professor, atuando no Curso Pré-Vestibular do Diretório Acadêmico da FNFi. As reuniões de planejamento das aulas aconteciam no Salão Nobre da faculdade, e as aulas eram ministradas em salas no mesmo edifício. Formou-se em 1962, colando grau em 11 de janeiro de 1963, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Os licenciandos e bacharelados do curso de história de 1959 tiveram como paraninfa da turma a Professora Lyd'Neia Gassamann, e como homenageados, os(as) professores (as) Cristina Maria Caldas Freire, Hélio Vianna, Maria Yedda Leite Linhares, José Luiz Werneck da Silva e Marcelo Ipanema. Na ocasião, foi homenageado também o Centro de Estudos Históricos. Ao término, obteve a titulação de bacharel e licenciado em história.

Figura 5: Colação de Grau



Fonte: Arquivo fotográfico da família

Tão logo recebeu o diploma em 1963, mudou os planos de ser pesquisador e optou por ser professor, e foi quando percebeu que precisava de rentabilidade para sustento familiar. Tendo em vista as circunstâncias, optou por direcionar sua trajetória para o magistério, já que havia recebido diversos convites para ser professor assistente em escolas públicas. Suas primeiras aulas aconteceram no Curso Pré-Vestibular da Escola de Sociologia e Política, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, trabalhando entre 1963 e 1964. Sua pretensão inicial na carreira docente era a de prestar concurso público para as escolas estaduais e municipais, o que não foi possível devido a duas situações: a exigência de atestado de ideologia, exigência após o Golpe de 64, e por ser funcionário público, pois não existia a possibilidade de, naquele momento, acumular funções<sup>53</sup>. Sendo assim, a fim de preservar a família, privilegiou lecionar em universidades, escolas do ensino básico e em cursos de pré-vestibular da rede privada de ensino e comunitários, já que nesses espaços não se exigia atestado. Atuou em duas faculdades privadas: na Faculdade de Filosofia da Pontifícia

<sup>53</sup> Nesse período, Aquino havia sido convidado para ser professor assistente do Professor Marcelo Ipanema (professor da FNFI do Curso de História) no Colégio Pedro II, mas abdicou, pois estava ativo no serviço público não podendo assumir o cargo (AQUINO,2008,p.102).

Universidade Católica do Rio de Janeiro (1966-1969), como professor auxiliar de História Contemporânea e História da América, e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Sociedade, da Gama Filho (1966), como professor assistente das cadeiras de História da América e Introdução a Estudos Históricos. A fim de continuar seu processo formativo<sup>54</sup>, em 1963, ainda na Faculdade Nacional de Filosofia, buscou reingressar no Curso de Ciências Sociais requerendo a isenção do vestibular. A faculdade previa em seu regimento interno a possibilidade de ex-alunos retornarem para continuarem sua formação. O pedido de inscrição foi indeferido pelo Departamento de História com a justificativa de que ele havia se formado há mais de um ano<sup>55</sup>. Em 1967, se inscreveu no Curso de Especialização em História do Brasil, coordenado pelo Prof. Hélio Vianna, e, mesmo seu pedido sendo deferido, não teve a chance de ingressar devido ao demorado trâmite do processo, o que ocasionou a perda da vaga<sup>56</sup>. Diante das circunstâncias e de ter lecionado em faculdades particulares em curto período de tempo, renunciou em seguir a vida acadêmica, dedicando-se ao ensino do segundo grau (atual ensino médio) e ao pré-vestibular, devido à demanda de ingresso no ensino superior no período da ditadura.

Figura 6: Aquino em sala de aula.



Fonte: Arquivo fotográfico da família

Dedicou-se à formação de alunos em cursos pré-vestibulares privados e comunitários, com destaque para o ensino de história geral, nos seguintes cursos: Pré-Vestibular da Escola de Sociologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1963-1964); Curso Boechat (1965-1966); Platão (1967-1970) e Hélio Alonso (1967-1973). Ao longo da década de 1970, atuou nos cursos Pré-Vestibular PSI, Status (1971-1973), Miguel Couto (1973-1977), Bahiense (1974-1977), Impacto (1978-1979) e Freitas Ribeiro

54 As informações encontram-se no dossiê do aluno (1936-1959) em documentos de informação, requerimentos e depachos. Arquivo IFCS – UFRJ.

55 Ver: Processo n. 537/63 - Matrícula com isenção do curso de Ciências Sociais. UFRJ/IFICS/ARQUIVO/Dossiês de alunos 1936-1968.

56 Ver: Processos n.2876/67 e 5448/67 – Inscrição em curso de especialização em História do Brasil. Arquivo UFRJ/IFICS / Dossiê de aluno – 1936.

(2003-2004). Nos cursos de pré-vestibular, priorizava um ensino horizontal com conteúdo programático compacto e pontual. As temáticas variavam entre História Geral e História do Brasil. O número de alunos em suas turmas variava, em média, entre 150 a 300 discentes por curso. Seu público era de alunos da classe média da zona sul e centro do Rio de Janeiro.

Em cursos comunitários, trabalhou no Pré-Vestibular Comunitário da Mangueira<sup>57</sup>, da Associação Mangueira de Vestibulares (AMV)<sup>58</sup>, em 1999, dando aulas aos sábados devido à grande procura por vagas. Lecionou no referido curso por três anos, gratuitamente, para alunos em vulnerabilidade social (negros, pobres e trabalhadores) do colégio Estadual Ernesto Faria e da comunidade. No mesmo período, deu aulas para classe média no Colégio Liceu Franco Brasileiro. O AMV tinha como definição em seu regulamento: um movimento social, político, apartidário, de esquerda, que luta por uma educação pública, gratuita, transformadora, interdisciplinar, de qualidade e não mercadológica, que foca principalmente na luta pelo acesso à universidade pública por jovens e adultos historicamente excluídos, trabalhando continuamente a conscientização política, visando elevar o nível de criticidade de todos, buscando, para tanto, diversos espaços de construção do conhecimento para seus militantes dentro e fora do movimento<sup>59</sup> (SÁ, 2010). Lecionou também na Associação de Moradores e Amigos da Vila Pereira da Silva (AMAVPS), localizada em Santa Tereza e Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro, dando aulas de História do Brasil.<sup>60</sup> Devido à sua competência em vestibulares, foi convidado para compor a banca de vestibular da Faculdade Cândido Mendes (1974) e das Faculdades Integradas Bennett (1978-1979). Era recorrente sua participação em entrevistas com outros educadores do país para discutir o ensino médio e seu impacto no vestibular. Era também chamado para a elaborar e avaliar as questões de vestibular, sendo sempre requisitado pela *Folha Dirigida*<sup>61</sup> e demais jornais de grande circulação. Em entrevista dada ao *Jornal dos Sports* (1982)<sup>62</sup>, os educadores convidados

57 Existem registros das atividades didáticas como apostilas do curso de pré-vestibular (AMAVPS), todavia não apresentam temporalidade. Ver arquivo pessoal Rubim Santos Leão de Aquino, custodiado pelo Proedes, da Faculdade de Educação da UFRJ. Id ibd (SÁ, 2010).

58 As parcerias firmadas em nome da AMV estavam ligadas aos movimentos políticos, grupos e associações culturais e, fóruns, dentre eles, o Grupo Tortura Nunca Mais, Sem Terra, Crioula, Fórum de Educadores Populares, Fórum de Meio Ambiente do Trabalhador, Fórum de Prés Comunitários. Id ibd (SÁ, 2010)

59 Id ibdem (SÁ, 2010).

60 Existem registros das atividades didáticas como apostilas do curso de pré-vestibular (AMAVPS), todavia não apresentam temporalidade. Ver arquivo pessoal Rubim Santos Leão de Aquino, custodiado pelo Proedes, da Faculdade de Educação da UFRJ.

61 Sobre a notícia ver: PROFESSOR Aquino dá aula especial de História nesta terça-feira. *Jornal O Globo*, Caderno Rio, 01 jul.1997, s. ed., p. 14. 1997. Disponível em: Busca | Acervo O Globo. Acesso em: 21 out.2021.

62 Sobre a notícia ver: O FRACASSO do ensino do segundo grau no vestibular. *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, Caderno Educação, ed. 16043, 31 jan.1982, p.10, 1982. Disponível em: *Jornal dos Sports* (RJ) - 1980 a 1989 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: 21.11.2021.

buscam fazer uma análise do impacto do ensino do segundo grau no vestibular na década de 1980. Na percepção de Aquino, a idade do candidato e sua escolha precoce por uma área de conhecimento deveria ser melhor avaliada, inclusive pelas possíveis mudanças curriculares. Outro ponto em questão era o vestibular unificado, presente na década de 1980, permitindo um único recurso financeiro e o acesso a diversas universidades, considerado por ele como um ponto positivo. Apesar disso, em sua visão, o vestibular era para a classe média do país, e as universidades ainda possuíam um perfil de formação para a elite, deixando evidente que, para aquele governo - bem como para os atuais, a educação não era considerada prioridade. Cabia às universidades se reformularem a fim de cumprir sua função social, bem como a valorização do ensino público, desde o ensino básico até o superior. Destacou que a precarização do ensino do segundo grau se deu com a retirada e a aglutinação de algumas disciplinas - respectivamente, Filosofia, Geografia e História. Encerrou suas atividades em pré-vestibulares em 2009.

Percorreu a sua trajetória docente pelos colégios privados da zona sul do Rio de Janeiro. Os primeiros colégios de sua profissão docente foram o Colégio Santo Inácio (1967) e o colégio Liceu Franco Brasileiro (1968), seguidos por Andrews (1972-1973), Princesa Isabel (1972-1974), São Vicente de Paula (1974-1983), Centro Educacional Anísio Teixeira (1984-1985), Colégio Hélio Alonso (1985) e Sagrado Coração de Maria (1991), lecionando nos níveis fundamental e médio.

O Liceu Franco Brasileiro foi o colégio onde permaneceu mais tempo, de 1968 a 2012, quando se aposentou, sendo homenageado por seus 40 anos de exercício no magistério em 2008. No Franco Brasileiro, atuou na Coordenação da Área de Humanas (2000-2012), no planejamento dos componentes curriculares de história dos segmentos de primeiro e segundo graus e na orientação da equipe de história. Nesse colégio, conheceu Eliana Pimentel Riquet, diretora e professora de Português, que se tornou sua segunda esposa.

Seus primeiros anos de professor não foram fáceis, já que dava em média 54 horas/aulas por semana e ainda trabalhava no Ministério da Fazenda: Em suas palavras, era um percurso gratificante, porém árduo, difícil e muitas vezes ingrato, tendo que conciliar vida afetiva, aulas, o trabalho no ministério e a militância política. Na visão de Aquino, desde a ditadura já existia um modelo de desmonte da escola pública em detrimento da formação da elite brasileira. Dada a situação, a profissão docente era vista por ele como “os camelôs do ensino.”<sup>63</sup> (FONSECA, 1997, p. 164). Mesmo nesse cenário, em entrevista à pesquisadora

---

63 Esse fato destoava totalmente da sua experiência na FNFi, que valorizava a formação do professor como forma de elevar a qualidade do ensino básico. Esse termo é relatado por Aquino na entrevista à Selva Guimarães. onseca. (FONSECA, 1997 p. 156-165)

Selva sobre ser professor de história, ressaltou que o magistério nunca foi um sacrifício, mas destacou a importância do seu papel como educador e o impacto desse ofício na vida dos educandos. Aquino comentou sobre seus momentos como professor: “Os momentos bons da carreira são aqueles em que você tem consciência de que deu uma aula boa e quando você tem consciência de que está procurando fazer o melhor que pode, não ensinar, mas educar. O importante é a formação, onde o aluno tenha consciência política” (FONSECA 1997 p. 164).

Diante do quadro de se ver limitado a dar aulas de história sob intensa vigilância em um momento tão conturbado da história brasileira, a Ditadura Civil-Militar, Aquino e tantos outros colegas e amigos de sua geração foram acusados de serem “subversivos”, de infringirem a Lei de Segurança Nacional e de militância na Resistência Armada Nacional (RAN)<sup>64</sup>, conforme destacam as notícias de jornais *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil* do período compreendido entre 1973 e 1977. Na ocasião, não concordava com o capitalismo praticado e via no socialismo a rota de fuga desse sistema, mas por meio de uma revolução armada, em virtude de seu envolvimento com organizações da RAN. Sua ocupação era escrever para a revista, bem como se posicionar em oposição ao regime militar, o que o levou à prisão pelo Destacamento de Operação Interna (DOI), ligado ao Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) - DOI-Codi<sup>65</sup>, em 06 de maio de 1973. Ficou preso por um mês em um quartel na Avenida Brasil, sendo julgado e inocentado pelo Superior Tribunal Militar em 1977. Segundo ele, nesse momento viveu um grande episódio de um tempo inesquecível de sua vida. Segue um breve relato de sua prisão e tortura:

---

64 Resistência Armada Nacionalista ou RAN foi um grupo guerrilheiro brasileiro sob a liderança do ex-almirante Cândido de Assis Aragão e reunia antigos oficiais do Exército e da FAB expurgados pelo regime. O RAN se opunha às decisões do MNR e não reconhecia Brizola, um civil, como líder. A origem advém do Movimento de Resistência Militar Nacionalista que por volta de dezembro de 1966, o MRMN viraria Resistência Armada Nacionalista ou RAN, tendo como signo uma rã. Anfíbia, como os fuzileiros navais do almirante paraibano. De acordo com documento do CIEX, de 20 de dezembro de 1966, o grupo planejava: a) Obter recursos financeiros junto ao Partido Comunista Uruguaio (PCU) e à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), através de contatos com Rodney Arismendi e Edmundo Soares Neto; c) Lançamento no Brasil de manifesto subversivo assinado por Cândido Aragão, visando especialmente as capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Guanabara e Rio de Janeiro; d) Pichamento de paredes divulgando a nova sigla do grupo: RAN nas cidades mencionadas e) Por intermédio da OLAS, enviar a Cuba os asilados Cândido Aragão, Daudt e Armando Magno de Araújo e enviar recrutas para adestramento na técnica de guerras. Resistência Armada Nacionalista. In: **Wikipédia: A enciclopédia livre**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Resist%C3%Aancia\\_Armada\\_Nacionalista](https://pt.wikipedia.org/wiki/Resist%C3%Aancia_Armada_Nacionalista). Acesso em: 26.ago.2022.

65 DOI-CODI é uma sigla utilizada para se referir aos Destacamentos de Operação Interna (DOI) e aos Centros de Operações e Defesa Interna (CODI), órgãos criados no contexto da ditadura militar que vigorou no Brasil entre o 1964 e 1985. Esses órgãos foram criados a partir da institucionalização da Operação Bandeirante (OBAN), que tinha como objetivo garantir a segurança nacional a partir do controle das informações e da repressão aos opositores do regime militar. CORRÊA, Michelle Viviane Godinho. DOI-CODI. **Infoescola Navegando e Aprendendo**. Florianópolis, 2017. Disponível em: DOI-CODI - História do Regime Militar - InfoEscola, Acesso em: 21 out.2021.

[...]Eu fui preso em maio de 1973, fui o último do meu coletivo a ser preso. Os que foram presos antes de mim foram muito torturados, receberam choque elétrico, apanharam muito, todo tipo de tortura psicológica. Eu sofri relativamente pouco, peguei a geladeira, ouvia os gritos de companheiros sendo torturados. (AQUINO, 2010)

Para Rubim Aquino, em meio às torturas que sofreu e ao cárcere vivido, ser privado de liberdade foi algo que mudou sua vida pessoal e trajetória profissional, dando mais entusiasmo às suas lutas e convicções e o desejo de historicizar esses acontecimentos. Ele comentou no depoimento “foi uma época terrível da história do nosso país. Eu repetiria com gosto tudo que fiz, menos a experiência de ser preso. Mas não me arrependo de nada — assevera.” (AQUINO,2010).

O maior desafio vivido após a liberdade foi voltar às escolas em que lecionava. Não sabia como seria recebido pelos colegas e alunos, além da possibilidade de ser dispensado do trabalho. Para sua surpresa, foi bem acolhido, mas se sentia constrangido em algumas escolas e nada dizia em sala de aula sobre o ocorrido, entendendo que poderia estar sendo vigiado. Na intenção de investigar sobre os desaparecidos políticos, passou a integrar o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), na Comissão de Mortos e Desaparecidos, no Rio de Janeiro em 1978, fazendo o levantamento dos presos e mortos e dos chamados de desaparecidos políticos de 1973. Elaborou o registro biográfico dos companheiros que “tombaram” (AQUINO, 2010) no período do regime militar, sendo colaborador na obra *Desaparecidos políticos: Prisões, sequestros, assassinatos*, contribuindo com seus relatos e pesquisas sobre levantamentos dos desaparecidos (1979) em parceria com os organizadores do livro, Reinaldo Cabral (jornalista e escritor) e Ronaldo Lapa.

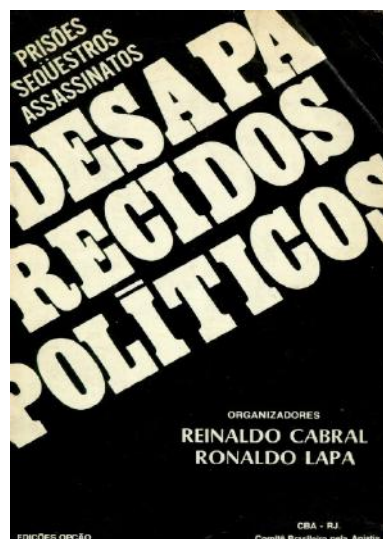


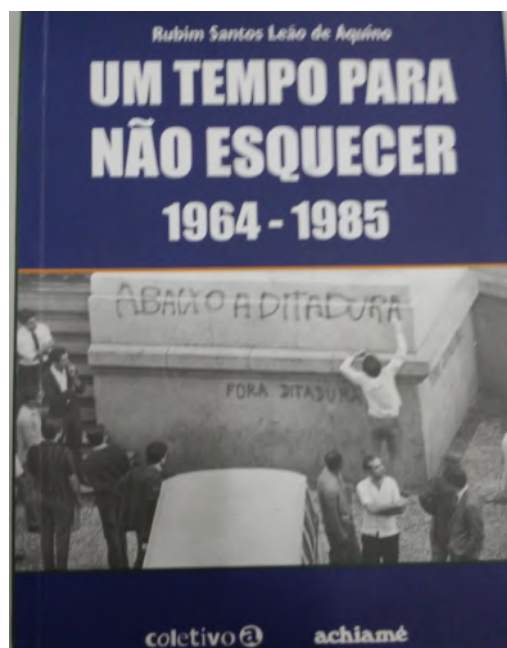
Figura 7: Capa do Livro Desaparecidos políticos (1979)



Fonte: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/desaparecidos.htm>

Após a Lei da Anistia, em 22 de agosto de 1979, num processo lento de redemocratização do país, a lei permitiu o perdão e exclusão dos presos políticos condenados pelo regime ditatorial, concedendo também anistia aos torturadores. Os opositores ao governo do partido Movimento Democrático Brasileiro propuseram uma anistia ampla, geral e irrestrita, considerando que, na proposição da Lei de Anistia, os da luta armada e terroristas não a haviam recebido. Com a criação do Grupo Tortura Nunca Mais (1985), nasce a necessidade de conscientizar a sociedade civil contra a tortura, na luta pelos direitos humanos e justiça, com a continuidade da reafirmação do direito a “anistia ampla, geral e irrestrita”. A luta era contra a tortura, tornando-se uma questão de ética, uma busca pela justiça histórica e pela erradicação dessas raízes ainda vigentes no regime democrático (GRUPO TORTURA NUNCA MAIS, 1986, p.1). Para tal, Rubim assumiu os cargos de secretário e vice-presidente do grupo (1985-1987). Em 1987, tornou-se diretor da Federação das Associações de Defesa da Anistia. Seu trabalho de colaboração para com a luta pela Anistia no Brasil resultou na publicação de dois livros: o primeiro, *Um tempo para não esquecer* (2010), fruto de minuciosa pesquisa sobre as condições em que ocorreram torturas, assassinatos e exílios perpetrados pelos governos militares contra os opositores desse regime.

Figura 8: Capa da obra *Um tempo para não esquecer: 1964-1985*(2010)



Fonte: Arquivo pessoal Rubim Santos Leão de Aquino, Proedes/Fe/ UFRJ, 2017.

O outro livro versa sobre a Guerrilha do Araguaia, em coautoria com sua terceira esposa, Regilena Carvalho, jornalista, militante do PCB (1969) e guerrilheira de codinome Lena, uma das sobreviventes da guerrilha. Lena participou do movimento guerrilheiro ocorrido na região amazônica brasileira entre 1960 e 1970, pelo Partido Comunista do Brasileiro (PCB), com o objetivo de fomentar uma revolução socialista. Foi presa pelo Exército em 1972 e levada para 3º Quartel de Brigada da Infantaria, em Brasília, e torturada em cárcere durante seis meses. Em 2006, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça concedeu a Regilena e demais sobreviventes o status de anistiados políticos. Diante desse fato, Aquino buscou informações sobre Regilena, interessado por sua história, e acabou se casando com ela. Ambos escreveram um livro intitulado *Araguaia - da guerrilha ao genocídio* (2011). O livro versa sobre a análise de documentos secretos das Forças Armadas, informações e relações do Partido Comunista do Brasil com a guerrilha, e da coleta de informações da Comissão de Mortos e Desaparecidos e da Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos.

Figura 9: Capa da obra Araguaia: da guerrilha ao genocídio. (2011)



Fonte: Arquivo pessoal Rubim Santos Leão de Aquino, Proedes, 2021

Participou de movimentos sociais, sindicais, associativos e partidários, percorreu diversos espaços de luta da classe trabalhadora, associações culturais e educativas, e lutou

pela justiça social e pela democracia. A filiação no Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (Sinpro/RJ) ocorreu em 1978. Exerceu o cargo de segundo secretário e, posteriormente, de diretor do Departamento de Educação e Cultura do Sinpro-Rio, entre 1993 e 1996, inclusive publicando um artigo na edição da *Revista Cultural Sinpro/RJ* em comemoração aos 70 anos do Sindicato dos Professores em outubro de 2001. O artigo intitulado *A luta pelo petróleo no Brasil*, aborda o tema da defesa do monopólio estatal do petróleo e da economia nacional, bem como a criação da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás. Na década de 80, tornou-se membro de algumas associações culturais, entre elas do Conselho Fiscal da Associação Nicolau Copérnico de Albuquerque (1986-1989), entidade do Planetário da Gávea, e da Associação de Amigos da Biblioteca da Glória, da qual se tornou presidente, entre 1986 e 1988. A biblioteca era pouco conhecida pela comunidade local, mas detinha um acervo considerável sobre história e literatura. Dada a quantidade de referências sobre história e obras com alguma raridade, Aquino considerou ser um espaço de leitura propício para o acesso de alunos e professores em seu processo de aprendizado. Além de suas atribuições de presidente, dedicava seu tempo, junto com o professor de história e bibliotecário Pedro Tortima, catalogando os livros para disponibilizar o acesso à comunidade<sup>66</sup>.

A atuação político-partidária sempre esteve presente em sua vida, tanto que em 1945 filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Aquino relatou ser “a favor das reformas, da política populista, mas não acatava a ideia de acabar com o capitalismo e não aceitava o modelo soviético” (FONSECA, 2007, p. 158). Inclusive em um período de crise política, com o suicídio de Getúlio Vargas (1954), participou da passeata no Largo da Carioca - centro do Rio, com a intenção de quebrar os Jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*, todavia sem sucesso, tendo em vista a guarnição das forças armadas nas ruas. Acabou desligando-se do PTB em 1964 devido à instauração do Ato Institucional 2<sup>67</sup>, que findou a existência dos partidos políticos e promoveu o bipartidarismo, regulando apenas os partidos

66 Sobre a notícia, ver NA GLÓRIA um acervo com raridades. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, Caderno Jornal do Bairro, 10 fev.1987, s. ed., p. 8, 1987. Disponível em: Busca | Acervo O Globo. Acesso em: 21 out.2021.

67 Atos institucionais são Normas de natureza constitucional, expedidas entre 1964 e 1969, pelos governos militares que se sucederam à deposição de João Goulart em 31 de março de 1964, e conferiram um alto grau de centralização à administração e à política do país. O Ato Institucional nº2, extingue os partidos políticos. Em virtude da ameaça de uma possível eleição presidencial, o Presidente Castelo Branco sanciona e retifica o Ato Institucional 1, e de forma autoritária, estabelece a eleição indireta do presidente da república, dissolve os partidos políticos existentes, concede punição aos adversários do regime, autoriza o estado de sítio de 180 dias sem passar pelo Congresso Nacional, há intervenção federal nos Estados, fecha o Congresso, demite funcionários civis e militares e baixa atos e decretos em nome da segurança nacional. CPDOC. Atos Institucionais – Verbetes. **Dicionário Histórico-Biográfico**. FGV. Rio de Janeiro. 2015, Disponível em: ATOS INSTITUCIONAIS | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br) Acesso em: 21 abri.2022

Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que, segundo Aquino, eram “oposição consentida ao regime militar”<sup>68</sup>. Aquino filiou-se ao MDB em 1966 e nele permaneceu até 1979. Com a volta do pluripartidarismo, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>69</sup>, criado em 1980, sendo um dos primeiros inscritos. Sua filiação se deu em 1º de janeiro de 1981, podendo-se dizer que participou de sua fundação. Desfilou-se a pedido, no entanto, em 15 de abril 2004, devido a indícios e escândalos de corrupção no partido, ocasionando o rompimento com o Diretório Geral do PT. Após sua saída, passou a compor o Partido Socialismo e Liberdade (Psol), recentemente fundado.<sup>70</sup>

Em meio ao hábito da leitura e à organização de livros, Aquino tinha interesse pelo ofício da escrita de história. Escrever sobre ensino de história é uma prática que antecedeu suas obras tão bem referenciadas nas universidades: trabalhos acadêmicos, revistas e jornais, cujo conteúdo se fazia presente em questões de pré-vestibulares, concursos para cargos públicos de docência e vestibulares. As apostilas didáticas foram os primeiros ensaios de conteúdo de história para o ensino escolar, seguidas pelas de vestibulares para os cursos Psi-Pré (1972), Miguel Couto Bahiense (1973) e Impacto (1978). O primeiro livro de vestibular escrito com colaboração de Aquino se deu em parceria com o amigo e professor José Luís Werneck da Silva. Intitulado *Manual de História das Instituições Políticas e Sociais*, publicado em 1965, cuja temática tratava da Antiguidade e Idade Média, era direcionado ao público que prestava vestibular para o curso de direito com ênfase em aspectos jurídicos.

Figura 10: Aquino em seu escritório com sua biblioteca particular



Fonte: Arquivo fotográfico da família.

68 Entrevista concedida a Revista Estudos Históricos. (AQUINO, 2008)

69 O Partido dos Trabalhadores conquista seu registro provisório em 1 de dezembro de 1980 e o definitivo em 1982, pelo Tribunal Superior Eleitoral. O PT nasce da necessidade de ter uma representação da classe trabalhadora da cidade e do campo no Congresso Nacional e na luta por uma sociedade igualitária. GUALBERTO, Gabriela. **PT conquista seu registro provisório no TSE durante a ditadura. Memória**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 01. dez.2019. Disponível em: PT conquista seu registro provisório no TSE durante a ditadura - Fundação Perseu Abramo (fpabramo.org.br). Acesso em: 21abri.2022.

70 Ver: Xavier, 2018, p.41.

Foi autor, coautor, colaborador e organizador de 46 títulos<sup>71</sup> de livros didáticos, paradidáticos e de histórias dos movimentos sociais, futebol e samba. As obras que mais se destacam estão entre as coleções didáticas para as quais contribuiu como coautor, estando, entre elas, a coleção *História das Sociedades* (1978 e 2008), lançada para o segundo grau (atualmente ensino médio), com diversas temáticas de História Geral e História do Brasil, contando posteriormente reedições e revisões. Essa coleção mudou o paradigma de livros didáticos de história publicados no país, não só por ser um dos primeiros livros didáticos de história que dialogava com uma concepção marxista da história, como também por apresentar uma linguagem lúdica, mais adequada ao universo juvenil, com ilustrações e charges exclusivamente confeccionadas para enriquecer o conteúdo do livro. Em virtude desse paradigma e pela inclusão de imagens, essa coleção foi submetida à censura por parte da editora, de algumas ilustrações. Posteriormente a coleção foi liberada para publicação, tonando-se a obra de maior alcance por todo o Brasil e na reedição do mercado editorial.

Figura 11: Coleção de livros - História das Sociedades



Fonte: AArquivo pessoal do Rubim Santos Leão de Aquino, Proedes, UFRJ, 2017.

(Compilação de imagens pela autora)

Publicou inúmeros trabalhos em coletâneas, livros comemorativos, revistas, apostilas, livros didáticos e outros veículos de divulgação. Entre as coletâneas didáticas com quatro volumes, estão *Você é a história* (1994 e 1995), para o público do primeiro grau (atualmente, ensino fundamental I), de 1ª a 4ª séries, com conteúdo de História Geral e do Brasil - volumes 1 e 2, e o *Fazendo História* (1986-1995), para o segundo segmento do primeiro grau (hoje, ensino fundamental II), de 5ª a 8ª séries, com conteúdo sobre História do Brasil, Contemporânea, Americana, e História Geral.

71 Ver Lista de obras publicadas (Apêndice A).

Figura 12 - Capas dos livros *Fazendo a História* e *Você é a História*



Fonte: Arquivo pessoal Rubim Santos Leão de Aquino – Pasta Colégio Franco Brasileiro, Proedes, UFRJ

Entre as produções paradidáticas, está a coleção *Aventura no Tempo* (2000)<sup>72</sup>, de literatura infanto-juvenil, que narra a história de uma tribo pré-histórica que luta contra a fome em sua migração para chegar ao Brasil. Nessa coleção, Aquino colaborou com os autores incluindo um ensaio sobre as bases históricas do conto. As obras paradidáticas que produziu ao longo de sua trajetória são frutos de sua pesquisa como historiador, com a finalidade de esclarecer fatos históricos, como os movimentos populares por meio de levantamentos e estudos. Entre as obras desse perfil, destacamos: *Brasil, Uma História Popular e a Revolta da Vacina: Vacinando Contra a Variola e Contra o Povo* (AQUINO, 2003); - *Um Sonho De Liberdade: a conjuração de Minas* (AQUINO; BELLO; DOMINGUES, 1998); *Sociedade Brasileira: Uma História Através Dos Movimentos Sociais* (AQUINO, 1999); *República dos fazendeiros: história, economia & literatura* (AQUINO; ARZUA, (2008); *Pernambuco em Chamas* (AQUINO, MENDES; BOUCINHAS, 2010). Entre suas paixões culturais, está o seu amor pelas histórias sobre Rio de Janeiro, futebol e samba. As obras que destacamos que tratam desse universo cultural e educativo a partir da análise dos fatos históricos são: *O samba-enredo visita a história do Brasil: o samba-de-enredo e os movimentos sociais* (AQUINO, DIAS, 2009); *Futebol: Uma Paixão Nacional* (QUINO, 2002); *Rio de Janeiro: Panorama Sociocultural* (AQUINO; LESSA; ROEDEL, 2004, Rio de Janeiro, Editora Rio Sociedade Cultural Ltda).

72 As publicações constam no Apêndice A.

Um livro sobre partidos políticos não poderia faltar em sua produção intelectual. Destacamos aqui a edição comemorativa sobre a história do PCB, *PCB: 80 Anos de luta* (AQUINO, MARTINS NAEGELI, ROEDEL, VIERA, 2002). Esse livro foi escrito em parceria com sua companheira de vida, Lucia Maria Baeré Naegeli, professora de geografia do ensino básico.<sup>73</sup> Aquino participou de diversos espaços culturais e de comunicação e de projetos pedagógicos entre 1980 e 2010. Intercalando presença entre programações de radiodifusão e televisão, suas participações em pautadas na mediação cultural do ensino de história para além das salas de aula, de cultura e cidadania, com a contribuição de diversos pesquisadores de história. Tais produção eram dirigidas para o público de ouvintes e telespectadores em geral e também a centros de estudos.

Figura : Aquino e Werneck



Fonte: Arquivo Fotográfico da família

Inicialmente, foi convidado para apresentar questões de conteúdo histórico para o vestibular, percorrendo as seguintes programações e espaços de comunicação na década de 1980:

- a) Rádio Continental – *Programa papo livre* (RJ);
- b) TVE – *Programa TVE – Vestibular* (RJ);
- c) TV Manchete – *Programa Manchete no Vestibular* (RJ).

A partir da década de 1990 e com a redemocratização do Brasil, a liberdade de expressão era o ponto principal. Houve a necessidade de maior divulgação dos conteúdos de

<sup>73</sup> Professora do Colégio Pedro II, onde ministra aulas para o Ensino Médio, Ensino Técnico e Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar e de dedica ao estudo das relações urbano-rurais e produção do espaço. Graduada em Geografia (UFRJ), Licenciada em 1988 (UFRJ), Especialista em Geografia (1991) e em Educação, Currículo e Prática Educativa(2003) (PUC). Mestre em Geografia e Meio Ambiente, PUC-Rio, 2019. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9054254061979513>. Acesso em 12.11.20211.

história, com a expansão por outros canais e para algumas regiões do Brasil. Entre os canais de comunicação e programações, surgiram:

- a) TVE – RJ – Programas *Curto-Circuito*, *Tribunal da História*;
- b) TV Cultura (PR) – *Programa Sem Censura*;
- c) TV Morena e Universitária (MS) – Entrevistas;
- d) TV Bandeirantes (RJ) – Programa *Brasileira* e Entrevistas;
- e) Rádio Guaíba (RS) – *Programa de Ensino e Política*;
- f) Rádio Três Rios (RJ) – Programa *Encontro com Fiorelli*;
- g) Rede Brasil Sul (SC) – CBN – Programa *Bom dia* – *Entrevista*;
- h) Radio Imprensa (RJ) – Programa *Grandes Temas*.

A partir dos anos 2000, observa-se o interesse pela difusão nacional do conhecimento de história por meio dos canais de comunicação - radiodifusão e televisão. Há o surgimento de interesse das emissoras comunitárias e universitárias, bem como emissoras de grande porte, pela difusão do conhecimento histórico de Aquino, devido à sua trajetória de escritor e professor, assim como pela repercussão do lançamento de seus livros. Abaixo, listamos algumas de suas contribuições nesse âmbito:

- a) *RJTV* (RJ) – Rede Globo – *Entrevista*;
- b) *SportTv* (RJ)– Documentário sobre futebol;
- c) TV Comunitária da Associação de Engenheiros da Petrobrás (RJ)– *Entrevistas*;
- d) TV Comunitária (sem nome) – Programa *Debate*;
- e) *Uni Tve UFF* (RJ)– Programa *Pulando*;
- f) Tve (MG) – Programa *Clube do Amor*;
- g) Tve (RJ) – Programa *Fala Professor*;
- h) Rádio Metropolitana (SP)– Programa *Debates Culturais*;
- i) Rádio Nacional (DF) – *Entrevista*;
- j) Rádio Solar (MG) – Programa *Roda Viva*;
- l) Rádio Boa Novas (RJ) – Programa de debates culturais e o sobre Brasil;
- m) Rádio CBN (RJ) – Programa de Esportes, Entrevistas, Programa na Madrugada;
- n) Rádio Bandeirante (RJ) – Programas: *Boca Livre*, *Notícias do Rio*, *A voz do Professor* e *Faixa Livre*.



Entre os veículos de comunicação mais utilizados por Aquino e seus parceiros, destaca-se o Programa de Rádio *Faixa Livre*<sup>74</sup> (2000-2010), pelo maior tempo de difusão pelas rádios discutindo diversas temáticas da história brasileira, conjuntamente com o radialista e economista Paulo Passarinho e o professor historiador Frederico Falcão<sup>75</sup>. O programa buscava uma releitura dos fatos cotidianos, realizando um contraponto às abordagens da mídia dominante, com um roteiro diário construído pelo espaço editorial, contando com um elenco de entrevistados, especialistas e com a participação direta dos ouvintes. Os roteiros tinham como temática a Ditadura Militar, o Estado Novo, a Guerrilha do Araguaia, a resistência negra no Brasil, a Revolução de 30, a igreja católica, Canudos e a Revolta da Vacina, além de personalidades políticas e fatos da história internacional. Em dois períodos distintos (1986 a 1987 e 1989 a 1991), Aquino foi coordenador do Centro de Estudos Manoel Maurício de Albuquerque, entidade que levou o nome do mestre e amigo que fora perseguido pelo governo militar. Nesse centro de estudos, os professores associados chancelavam cursos de formação política e de divulgação de conhecimentos históricos, entre outros, a diferentes grupos sociais. Em virtude do seu reconhecimento perante a sociedade civil e pela relevância e contribuição de suas obras os campos da educação e história, Aquino recebeu homenagens no decorrer de sua vida profissional, como por exemplo, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), de alunos, colégios, sindicatos, universidades e, grêmios estudantis (1991-2008). Entre as condecorações<sup>76</sup> de destaque estão as honorarias concedidas pela Alerj, em 2002, com a medalha Tiradentes<sup>77</sup>, e o título de Personalidade Educacional, nos anos 2002 e 2004, promovido pela Associação Brasileira de Educação, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo jornal *Folha Dirigida*. Em 24 e 25 de outubro de

---

74 Programa Faixa Livre, criado em 05 de dezembro de 1994, na rádio Bandeirantes canal 1360 Am (atual 1440Am) é uma iniciativa de um conjunto de entidades associativas, sindicais e profissionais que se uniram na luta por um Brasil socialmente mais justo, politicamente mais democrático e soberano. Essa união permitiu criar um instrumento de resistência e de esclarecimento que ganhavam impulso com a implantação do chamado Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: O Faixa Livre - Programa Faixa Livre . Acesso em 22.out.2021.

75 Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1980), Mestrado em História Social (1996) e Doutorado em Serviço Social (2010), ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Recebeu durante a realização do doutorado uma bolsa de estudos do Programa de Doutorado no Brasil com Estágio no Exterior da CAPES em 2009. Atualmente é Professor Titular da Educação Básica Técnica e Tecnológica da Universidade Federal. Disponível em: Frederico José Falcão | Escavador . Acesso em 22.out.2021

76 As condecorações recebidas encontram-se listadas em seu acervo pessoal sob a custódia da família. Compõe a lista de homenagens.

77 A Medalha Tiradentes é uma honraria concedida pelo Governo e destinada a premiar pessoas que prestaram relevantes serviços à causa pública do Estado do Rio de Janeiro. A medalha foi instituída pela Resolução N° 359 de 1989, em 8 de agosto de 1989, e sua entrega é realizada apenas uma vez por ano, sempre no dia 21 de abril, dia de Tiradentes, sendo a mais alta condecoração concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: Medalha Tiradentes – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org) . Acesso em 22.out.2021.

2007, recebeu duas moções de louvor<sup>78</sup> pela Alerj por ocasião da fundação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (Sepe-Rio), além da Homenagem ao Educador Rubim Aquino. Já pela sua dedicação ao magistério no Liceu Franco-Brasileiro, foi condecorado pelos 40 anos lecionando na instituição. No trecho destacado abaixo, estão as palavras finais do depoimento de Aquino, aos 79 anos e em plena atividade, sobre sua trajetória profissional. Suas palavras definem bem sua função social exercendo os papéis professor e educador:

[...] A gente, como professor, e principalmente como professor de História, tem consciência que trabalha com a vida, trabalha com a formação do cidadão. Daí nossa importância na construção de uma sociedade soberana, justa, solidária e a minha socialista...é um sonho[...] (AQUINO, 2008, p.111)

Aquino faleceu em 16 de janeiro de 2013, aos 83 anos, em virtude de complicações causadas pelo diabetes e por problemas cardíacos. Ele se autodescrevia como um carioca convicto, flamenguista, mangueirense, socialista. Deixou para a sociedade um legado memorialístico sobre ensino de história.

Aquino deixou oito filhos: Paulo Motta Lima Leão de Aquino (1951); Estela Maria Motta Lima Leão de Aquino (1953); Roberto Motta Lima Leão de Aquino (1955); Haroldo Motta Lima Leão de Aquino (1956); Vera Maria Motta Lima Leão de Aquino (1958) Ligia Maria Motta Lima Leão de Aquino (1959) e Rubens Monteiro Motta Lima Leão de Aquino Neto (1963), frutos do relacionamento com sua primeira mulher, Sarah, e Luísa Carvalho Leão de Aquino (1982), de seu casamento com Regilena.

### 1.3.2 A história arquivística

A história arquivística é parte componente de uma das áreas de descrição da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade)<sup>79</sup>– área de contextualização<sup>80</sup>. Tem como

78 Moção é a proposição pela qual o vereador expressa seu louvor, congratulação ou pesar. Apresentada à Mesa Diretora, a Moção é imediatamente despachada pelo Presidente e enviada à publicação. Quando seus autores pretendem traduzir manifestações coletivas da Câmara Municipal, a Moção deve ser assinada, no mínimo, pela maioria absoluta dos vereadores. Disponível em: Significado de moção: Moção é a proposição pela qual o vereador expressa seu louvor, congrat... (dicionarioinformal.com.br)

79 Essa norma estabelece diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF), e teisa facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Embora voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição em fases corrente e intermediária. Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p. 10. Disponível em: nobrade.pmd (arquivonacional.gov.br) . Acesso em: 22.abr.2022.

80 De acordo com a Norma de Descrição Arquivística, o elemento de descrição denominado “rea de contextualização”, tem a função de identificar o produtor do arquivo, seja pessoa física ou jurídica, a história biográfica ou administrativa, a história arquivística e a procedência (dados sobre a aquisição do acervo).

objetivo registrar as informações referenciais e sistematizadas sobre a história da produção e acumulação e seus produtores. Registra-se também a natureza do arquivo (entre coleção e fundo), as transferências de custódias, tratamentos técnicos anteriores, extravios, perdas, sinistros e dispersão, dos quais trataremos adiante. É um campo fértil para estudos da arquivologia e áreas correlatas devido aos contextos que podem ser reestabelecidos pela gama de informações que podem ser adensadas à descrição arquivística. Campos (2014) sinaliza essa questão da história custodial em sua pesquisa sobre o mapeamento dos arquivos pessoais de professores e pesquisadores na Universidade de São Paulo (USP), distribuídos pelos centros acadêmicos. No levantamento sobre as unidades de custódia e preservação de arquivos pessoais de professores, identificou poucas entidades com registros da história custodial descritos. Ele condiciona esse dado à forma como esses arquivos foram adquiridos e acumulados na universidade. E, no tratamento desses conjuntos, condiciona à ausência dos registros desses dados. Seus estudos apontam a presença da informalidade na aquisição desses arquivos. Dada a relevância do levantamento, estudo e registro da história arquivística dos documentos do Professor Rubim Aquino, utilizamos como fontes da pesquisa os documentos textuais (listas descritivas do arquivo e lista de doação) produzidos a partir do tratamento arquivístico de seu arquivo e também os registros orais concedidos por seus detentores e pela organizadora do arquivo. A qualidade desses testemunhos torna as informações relevantes para nortear o processo de documentar a história custodial do arquivo, como ressaltam Rousseau e Couture, ao afirmar:

[...]Este papel de testemunho pode ser atribuído a pessoas que oralmente, graças a memória, tornarão possível a reconstituição de um acontecimento, de um costume, de um conto ou de uma decisão.[...]o papel pode ser desempenhando plenamente por documentos de arquivo visto que eles recorrem de maneira objetiva e autêntica as atividades de uma pessoa física ou moral. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.122)

Para compreensão do processo de documentar a história arquivística do acervo do professor Aquino, utilizamos o recurso metodológico da história oral<sup>81</sup>, utilizando a coleta de dados por meio de entrevistas<sup>82</sup> concedidas pela família e pela organizadora ao Proedes (2017-

---

Ibidem, p.18

- 81 É um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Dependendo da orientação do trabalho, pode ser utilizada como fonte de pesquisa e técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados. ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 2 ed. rev.e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 236p.
- 82 Alberti (2004) afirma que as entrevistas de história oral têm estatuto documental por serem considerados registros dos testemunhos gravados e transcritos. Esclarecemos que a metodologia de história oral utilizada na pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Fiocruz. Aplicamos entrevistas pontuais para elucidar questões não respondidas em depoimentos anteriores. Informamos que obtivemos o termo de cessão dos depoentes e os roteiros integram a dissertação. (Apêndices C e D). As gravações das entrevistas foram realizadas com recursos tecnológicos de imagem e som e de áudio.

2018), antes da aprovação desta pesquisa realizada por meio do Programa de Pós-Graduação de Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT). Para atender às demandas identificadas a partir desta pesquisa e com novos personagens que contribuirão para esclarecer a impossibilidade de receber o arquivo, foi necessário promover entrevistas mais pontuais entre 2020 e 2022, a fim de se preencherem lacunas de informações inexistentes. Neste trabalho, para análise dos dados, aplicamos o conceito de Laurence Bardin<sup>83</sup> com a técnica de análise de dados com etapas que vão da organização da pesquisa (levantamento de dados) à codificação e categorização. A abordagem de análise de conteúdo se deu por meio de um processo descritivo a partir de categorias que aparecem nas entrevistas. Selecionamos algumas categorias de análise para responder às perguntas da pesquisa. Entre esse universo, optamos pela escolha da história arquivística contemplando os contextos de produção documental, acumulação, seleção e descarte, dispersão, incorporação e a classificação adotada pelos atores sociais dessa história, a família Aquino: Estela e Lígia (filhas), Marina (neta) e a amiga da família, Vera Coeli (bibliotecária/documentalista), assim como a interpretação dos dados conforme a teoria apresentada.

### **Contexto de produção do arquivo**

A decisão é nossa baseada não em critérios técnicos, mas emotivos. Critérios que tem mais a ver com a nossa personalidade, do que com nossa razão. E essa é das grandes características do arquivo pessoal: a liberdade. Tal característica se expressa sob três vertentes significativas para os arquivistas. A liberdade de acumulação, organização e seleção.<sup>84</sup>

**Maria Celina Mello e Silva**

A partir dos depoimentos concedidos pelos familiares, das lembranças de suas memórias e dos documentos deixados como herança de seu legado documental, percebemos tratar-se de uma personalidade intensa, produtiva e acumulativa. O lugar depositário de suas memórias é o apartamento localizado no bairro do Riachuelo e, posteriormente, em Copacabana, espaço que Aquino habitou com sua família e passava uma parte do tempo trabalhando, estudando, escrevendo e refletindo com seus grupos de estudo. Nesses grupos estavam presentes os companheiros de luta, de labuta e a juventude (alunos e ex-alunos). Nesse espaço, também desfrutava da vida familiar e da vida escolar dos seus filhos. Entre outras atividades como militância política, engajamento com o associativismo e com sua rede de

83 BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 141p. Disponível em: *Análise de Conteúdo, Bardin, 2016 | PDF (scribd.com)*. Acesso: 15.abr.2022.

84 Ver: SILVA, 2017, p. 7

sociabilidades, segundo Estela e Ligia, seu pai estava sempre preocupado em registrar e guardar seus documentos, denotando um perfil de acumulador (AQUINO, 2017, 2018, 2020, 2022).

Dos seus documentos arquivísticos, não foi possível o acesso a seus guardados em razão da pandemia de Covid-19. Obtivemos acesso à parcela dos arquivos então depositados no Proedes. Optamos por buscar a representação dos documentos em seu arquivo a partir do que denominamos chamar de listas descritivas do arquivo. As listas foram documentos chave no panorama geral da documentação acumulada que o Professor Rubim Aquino dispunha em seus guardados. Nesses rastros de evidências, observamos um perfil de produtor em larga escala e de um veterano acumulador. Entre os documentos encontrados estão anotações, textos, correspondências, resumos, revistas, informativos, relatórios, recortes de jornais sobre história, propostas curriculares, planos de atividades, planos de curso, planos de aula, ementas de cursos, artigos científicos, notícias de jornais, roteiro de aula, propostas pedagógicas, notas de agradecimento, livros, apostilas, revistas científicas, discursos, convites, gravuras, mapas, fotogravuras, fotolitos, compêndios e currículos. Na parte que se encontra com a família e nos demais locais de preservação dessas memórias, há um vastíssimo material bibliográfico, fotográfico, audiovisual e sonoro, produtos de sua interação com a história, educação e cultura e além daqueles relacionados à sua vida privada. Esses arquivos refletem suas atividades como docente, pesquisador, mediador cultural<sup>85</sup>, escritor, sindicalista e ativista político.

#### **Documento Textual\***

Em seu cotidiano, a atualização do conhecimento com leituras de jornais e revistas era imprescindível. A atualização no preparo das aulas era feita por meio de anotações em fichas, e roteiros de aula, na elaboração de avaliações e na produção de apostilas de aula<sup>87</sup>, já que estava insatisfeito com os livros didáticos por não apresentar uma linguagem de conteúdo histórico acessível para os alunos. Ainda sobre produção documental da docência, havia documentos relacionados ao

85 GOMES;KODAMA;FONSECA (2018) consideram mediador cultural como sujeitos históricos que atuam fortemente na imprensa escrita, realizando ações de mediação cultural no campo científico, artístico e político. As autoras ressaltam os intelectuais mediadores de atividades jornalísticas, mas também outros tipos de profissionais como editores, livreiros, escritores, tradutores, ilustradores, críticos literários e teatrais utilizando-se das práticas culturais explicitamente voltadas à divulgação de ideias e conhecimentos para públicos variados. GOMES, Angela Maria de Castro. KODAMA, Kaori. FONSECA, Maria Rachel Froz da. Imprensa e mediadores culturais: ciência, história e literatura. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 34, n. 66 . set/dez 2018. p. 596-5

86 Documentação textual compreendida como um gênero de linguagem básica predominantemente escrita em diversos suportes, formatos, espécies e técnicas de registro. entre documentos publicados e não publicados. CAMARGO, Ana Maria de Almeida;GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância:** a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007. P.89

87 Material didático – As apostilas de aula foram ensaios para elaboração de livros didáticos, sendo o primeiro editado em 1978. De acordo com Estela, existia uma insatisfação do pai referente ao conteúdo histórico dos livros didáticos. (AQUINO,2020, 38:20min)

planejamento de aulas, artigos publicados, bonecas de livros, manifestação de alunos, materiais de recursos para salas de aula e ilustrações para livros didáticos. Neste universo de registros arquivísticos existia um “vasto conjunto documental de assuntos variados” (COELI,2017, 2022). Os documentos pessoais presentes em seu arquivo estavam misturados, dentro de uma lógica de arquivamento possível naquele momento e uma variedade de tipologias documentais (COELI, 2017).

### **Documentos impressos<sup>88</sup>**

Dossiês de recortes de jornais<sup>89</sup> como material para ensino, aprendizagem e palestras: Aquino recorria frequentemente a esses tipos documentais. Organizava em dossiês e, posteriormente, produzia “encadernações temaizadas<sup>90</sup>”, formando grandes volumes de material que serviram para ensino, pesquisa e difusão do conhecimento. De acordo com interpretação de Estela, “as encadernações funcionavam como planos de aulas e na elaboração de livros” (AQUINO, 2017;2020). Para esse tipo documental, existia uma “lógica de acumulação”, elencada pelos tópicos de seu interesse e elaboração de sumário. O método adotado pelo produtor nessa categoria era “organizar por temas, catalogar e encadernar,” inclusive por cores<sup>91</sup> que representavam os assuntos (AQUINO, 2017, p.8). No depoimento de Vera Lúcia, esse material aparece nomeado de “livrões temáticos”, pois estavam dispostos por temas, tendo como classificação "coletânea”. Na sua análise, esse material não apresentava uma lógica de organização. As classificações adotadas por Aquino para algumas encadernações seriam as mais recorrentes: História Antiga, América Latina e Ditadura Militar (COELI, 2017). Na ocasião, foram estimados 70 volumes prontos e alguns no formato de dossiês (agrupamentos) (COELI, 2022).

---

88 Documentos oriundos de coleções de periódicos preservados em bibliotecas ou em centros de documentação. Nesta pesquisa, nos apropriaremos desse material, como documentos arquivísticos, considerando a função de acumulação conforme Campos (2021) tende a abordar.

89 De acordo com Campos (2021), os recortes de jornais em arquivos de pessoas contempla funções que se apresentam como: documentar/materializar os laços afetivos, (2) navegar na abundância de fontes de informação e (3) atingir a distinção social por meio da ostentação do capital cultural acumulado –, por outro, não escapam à sorte de figurar como objeto de especulações análogas àquelas que incidem sobre os arquivos pessoais, sendo também compreendidos como espaços de construção de uma vida idealizada e como manifestações materiais da memória de quem os compilou e do ambiente cultural em que foram produzidos, comparáveis, nesse sentido, aos palácios da memória da Antiguidade Clássica. (2021, p. 63)

90 A depoente Vera Lúcia relata na entrevista que estas encadernações eram conjuntos tinha um profissional especializado como um encadernador. (COELI, 2017)

91 As encadernações temáticas reuniam documentos variados, públicos e privados, de foro íntimo, mas em sua grande maioria formado por itens de recortes de jornais. Estes volumes foram identificados por capas com colorações que variavam entre vermelho, azul e verde, dando destaque a temas históricos. (AQUINO,2020,54;30min)

### **Documentos Audiovisuais<sup>92</sup>**

Em seu fundo, há documentos audiovisuais, armazenados em disco digital versátil (DVD)<sup>93</sup>, cujo conteúdo é composto por filmes, documentários, programas com conteúdos sobre disseminação de conhecimento, festividades de família e entrevistas de natureza histórica sobre diversos temas. Estela considerou os materiais em imagem e movimento como recursos didáticos para sala de aula, exceto os de conteúdos privado. Na classificação adotada por Aquino em seus DVDs, estavam presentes os temas: preciosos, futebol, puro lazer e pornô. Na análise de Estela (2020), as categorias estipuladas por Aquino tinham uma “conexão temática com os livros de sua biblioteca”. Os filmes receberam uma classificação por títulos e gêneros e a temporalidade desses materiais era bem demarcada (COELI, 2022). Entre entrevistas, programas, mediação intelectual e festividades de família registradas em DVDs, Estela pôde perceber que seu pai era disseminador do conhecimento para além de sala de aula (AQUINO, E., 2020).

### **Documentos sonoros<sup>94</sup>**

Além da produção e formação de material didático, havia outros tipos de materiais relacionados à cultura e difusão do conhecimento, registros com temas de cinema, futebol, samba e música. Entre os registros, há uma compilação de entrevistas de conteúdo histórico de rádiodifusão produzidas no Programa *Faixa Livre*. Era desejo de Aquino produzir um livro cujo título já existia: *Nas ondas da História*<sup>95</sup>, com a parceria do amigo Fred. Outro tipo de material também encontrado é sua coleção de discos de vinil com o gênero da Música Popular Brasileira.

### **Documentos tridimensionais<sup>96</sup>**

Para além de sua atividade docente, Aquino tinha outros tipos de documentos, tais como artefatos que denotam seu reconhecimento perante a sociedade civil e pública,

92 Gênero documental que utiliza como linguagem a associação entre o som e a imagem, quase sempre em movimento. (CAMARGO;GOULART, 2007, p. 93)

93 DVD é um disco óptico definido como suporte circular plano, com grande capacidade de armazenamento, em que se registram sinais visuais, sonoros ou audiovisuais, por gravação digital. Ver: BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p.71; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51. Disponível em: Dicion Term Arquiv.pmd (www.gov.br). Acesso em: 02.abr.2022

94 Entende-se por documentação sonora, gênero que utiliza como linguagem o som, entre eles a fala, canto ou música. (CAMARGO;GOULART, 2007, p. 97)

95 O livro “*Ns ondas da História*” um livro inédito que aguarda sua publicação com parceria de instituição pública; cogitou-se a possibilidade de parceria com o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). (AQUINO, 2020,1:24min)

96 Documentos tridimensionais são formados por objetos ou artefatos cuja funcionalidade de origem é, na sua maioria, alheia ao caráter probatório e referencial que assumem a posteriori. Estão referenciados sua natureza simbólica e tem uma relação com os demais documentos de arquivo. (CAMARGO;GOULART, 2007, p. 106)

representado pelas condecorações e homenagens recebidas. Entre tantos tipos, os citados por Vera Lúcia foram denominados pelos conteúdos: “documentos de interesse político, atividade sindical, documentos partidários, condecoração e homenagens como figura pública, além de álbuns de fotografias da família e documentos pessoais” (COELI, 2017).

### **Documentos bibliográficos<sup>97</sup>**

Aquino herdou um patrimônio bibliográfico do seu avô João Pedro de Aquino<sup>98</sup> e foi contemplado com livros raros do século XIX que foram incorporados à sua biblioteca particular, sendo tratados como documentos históricos, frutos de um legado familiar. Entre esses livros estão as categorias<sup>99</sup> livros de infância, livros autografados e livros clássicos históricos, com a predileção por alguns autores como Clovis Moura, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado. Além de livros de gêneros variados, há periódicos, livros didáticos e coautorais. Há ainda a presença de literatura nacional e estrangeira que foram sendo incorporadas ao acervo, porém com poucos livros em língua inglesa. Entre estes, destaca-se o interesse pela Geografia (COELI, 2017). Nas memórias da neta Marina Aquino, a produção do material didático<sup>100</sup> se deu para suprir as deficiências de conhecimento dos livros daquele período. Segundo Estela Aquino, dada a insatisfação com o material didático da época, Aquino passou a produzir apostilas de aula com uma linguagem mais acessível, o que se desdobrou na produção de livros (AQUINO, 2020).

Nas palavras de Coeli (2022), os livros e as obras evocam mais de sua vida profissional do que os documentos de arquivo. Para a documentalista, faltam outros elementos para direcionar um contexto de vida, passando, assim, despercebida por ela. Apesar disso, ao tratar a documentação, pode-se perceber que os documentos acumulados pelo Prof. Aquino tinham sido produzidos em seu cotidiano docente, a partir de seus interesses pela pesquisa. É possível enxergar, por meio de seus documentos, sua personalidade no contexto temporal em que viveu. No relato da depoente tal fato fica claro.

[...]O fato de ele ter preservado tantos documentos permitiu que se fizesse praticamente um retrato de sua vida profissional. Eles mostram não só o percurso que fez por colégios e cursinhos, como sua participação em publicações, programas de rádio, debates em instituições, em cine-clubes, palestras e participações em eventos, em vários lugares do Brasil[...] (COELI, 2022,p.1)

Coeli complementa o depoimento por escrito dizendo que “ao organizar os

97 A documentação bibliográfica refere-se a publicações de modo geral que estão reunidas e são submetidas a normas convencionais de representação descritiva e temática. Idi ibdem, 2007, p. 109.

98 Seu avô foi um grande educador e fundador de um Educandário.

99 As categorias que estão descritas neste trabalho são citadas pela depoente Vera Lúcia em 2017. (COELI,2017).

100 Segundo, Marina Aquino (neta), as obras de Aquino eram de leitura fluida, perspectiva historiográfica do tempo dele, como marxismo determinista e instrumental. Ver: Entrevista concedida (Aquino, M., 2020).



documentos de Aquino pode averiguar que a vida profissional e pessoal do Professor Aquino é reflexo do seu arquivo”. E acrescenta dizendo que “demarcam seu engajamento como professor, nas lutas de classe e na atividade política.” (COELI, 2022).

Em função dos relatos apresentados e das análises consolidadas sobre o arquivo pessoal do Professor Aquino, por quem teve o primeiro contato com a documentação, afirma que o titular produzia muitos documentos em função das suas atividades, tinha uma preocupação em sistematizar sua produção e organização, com características próprias da área de biblioteconomia. Essa era a melhor lógica para Aquino; era uma forma livre de ter o controle mínimo de sua produção e de sua futura utilidade, afinal, a prática docente se utiliza dos mesmos materiais em usos e reusos contínuos. Seu arquivo demonstra que a seleção do que descartar não era algo que estivesse na sua prática: pelo contrário, denota uma pessoa acumuladora, preservacionista e atualizada.

### **Contexto de acumulação**

Guardar é diferente de esconder. Guardar consiste em proteger um bem da corrosão temporal para melhor partilhar; é preservar e tornar vivo o que, pela passagem do tempo, deveria ser consumido, esquecido, destruído, virado lixo. Papéis escritos tidos como “ordinários” tais como cartas, diários, autobiografias, dedicatórias, cadernos de receitas, cartões de felicitações e cartões-postais, até então escondidos dentro de gavetas, armários e caixinhas(...).Esses papéis guardam histórias individuais e familiares, trazem marcas da escolarização e permitem pensar distintas interpretações da escola e da educação<sup>101</sup>

**Ana Chrystina Venâncio Mignot e Maria Teresa Santos Cunha**

O processo de arquivamento dos documentos se dava pelo uso de mobiliários, caixas e pastas, com a finalidade de recuperar a tempo que fosse possível. A caixa de fichas é um acondicionamento bastante recorrente nas memórias das depoentes<sup>102</sup>. Segundo as filhas, esse era o local de depósito de suas anotações de aula, das pesquisas e da sua formação docente, no qual se concentram registros de suas reflexões, leituras e estudos, hábito este adquirido em sua formação acadêmica. Nas lembranças de Lígia (AQUINO, L., 2018), esses materiais eram geralmente materiais de estudo da faculdade e do trabalho. Existia um método de catalogação dos documentos por temas e cores e ninguém podia mexer; a localização da caixa era sempre próxima do seu escritório no apartamento. Para Vera Lúcia, em suas análises sobre o acervo, a guarda dos documentos dada por Aquino era automática, diante da necessidade em

101 Ver: MIGNOT;CUNHA (2006,p.41)

102 As depoentes as quais nos referimos são Estela e Lígia, filhas de Aquino, e da documentalista Vera Lúcia Coeli.

prover/retomar tais documentos para consultas futuras, buscando deixar registradas as fundamentações de seus estudos (COELI, 2022). Na análise de Vera, em relação à sistematização de seu arquivo, não havia uma lógica de organização, já que os documentos estavam bastante misturados e abordavam diversos assuntos diferentes. Na percepção da documentalista, a organização dos conjuntos documentais existente era “a melhor possível que pudesse ser realizada” (COELI, 2017).

Os livros, DVDs e discos de vinil tinham espaços apropriados e mobiliários de acordo com o perfil do produtor. As placas condecorativas e as homenagens recebidas tornaram-se itens específicos de decoração para o apartamento, sendo afixadas nas paredes dos corredores. A função desses objetos era rememorar sua trajetória profissional.

Em dado momento de sua vida, Aquino passou a fazer uso do apartamento em um novo contexto, readaptando a realidade de seu habitat para uma nova função, a de “apartamento-arquivo”. De acordo com Estela Aquino, o imóvel tinha a metragem de 100 m<sup>2</sup>, composto de três quartos, banheiro, cozinha e sala. Os quartos e a sala eram tomados de documentos dos mais variados gêneros.

Após a morte do Professor Rubim Aquino, o imóvel<sup>103</sup> denominado “o apartamento-arquivo”, tornou-se local de memória do professor. Nas palavras de Estela, “o apartamento de seu pai passou a ser parte integrante do acervo, bem como, as mobílias, os livros, os discos, dvds.” (2017, p. 19). O trabalho de identificação dos documentos, avaliação, classificação e destinação do arquivo se deu nesse espaço durante quatro anos (2013-2017). Foi um processo de rememoração, conhecimento e, num dado momento, a possibilidade de preservar o apartamento como um memorial (AQUINO, E., 2017).

Diante dos relatos apresentados, percebemos a formação de seu arquivo com total autonomia na criação de seus documentos, nas formas de arquivamento e métodos por ele utilizados. Apesar de os documentos de natureza mais íntima não aparecerem nas entrevistas, aparecem nas listas descritivas e nos relatos que veremos a seguir. Como um bom historiador e pesquisador do campo, tinha a característica de documentar suas ações e produzir uma imagem de sua vida pública. Ao analisamos os conjuntos de recortes de jornais avulsos e em seus compêndios temáticos sobre história, observamos que Aquino tendia a guardar recortes de sua trajetória profissional docente. Ainda enquanto atividade docente, havia guardados em formatos de documentos audiovisuais, como filme,s e textuais, relacionados à sua carreira e a atividades de ensino. Quanto às atividades de mediação cultural, há documentos textuais e

---

103 O imóvel, em concordância com os demais irmãos, foi comprado pela filha Estela. O apartamento esteve em reforma e hoje está sendo utilizado pela neta de Aquino como moradia. (AQUINO, E., 2022).

sonoros com conteúdo histórico e de cultura, nos quais estão registrados os modos com que exercia suas práticas de disseminação do conhecimento e multiplicidade de saberes.

A pesquisadora Maria Celina Mello e Silva reflete justamente essa autonomia do indivíduo em suas escolhas do que produzir e do que guardar, tão presente na constituição desses arquivos pessoais, os quais se tornaram potenciais fontes de pesquisa ao longo do tempo, conforme afirma abaixo,

[...]a constituição dos arquivos pessoais, como vimos, dá-se de forma livre das amarras da legislação, como são os arquivos institucionais. Há uma maior liberdade na formação, na seleção e na escolha do que é guardado e do que será eliminado; na forma de organização, ou seja, no gerenciamento, no armazenamento etc. Enfim, livre de regras pré-estabelecidas e de controles obrigatórios, o indivíduo tem autonomia de ação para com seu arquivo pessoal. E é justamente esta liberdade que enriquece esse arquivo como fonte. Não apenas pelo conteúdo informacional que os arquivos pessoais possuem, mas também pelas informações sobre o modo de vida, os usos e costumes, a personalidade, a forma de conduzir seus interesses pessoais, sua visão de mundo, dentre tantas outras possibilidades. (SILVA, 2021, p.9)

### **Seleção documental e descarte**

No depoimento de Estela Aquino, vemos que a primeira seleção foi realizada por Marina e a irmã, suas filhas. A primeira ocorrência de pré-seleção do acervo se deu sobre os livros da biblioteca particular de Aquino (AQUINO, E., 2020).

Vera Coeli comenta que os documentos particulares foram previamente selecionados. A seleção referia-se aos documentos de foro íntimo, também simbólicos e afetivos. Entre as imagens, estão os álbuns de família e a coleção de livros do bisavô. Ambos tornaram-se reservados à família, que não tem interesse pela sua doação (COELI, 2022).

Nesse processo de seleção e descarte, foram encontrados também documentos considerados inúteis ou sem informações precisas, ou mesmo recapitulados em outros materiais, e ainda aqueles que poderiam macular a imagem do professor. Entre eles, de acordo com os relatos de Vera e Estela (COELI, 2022; AQUINO, E. , 2020), estão:

- a) Documentos duplicados: Documentos em múltiplas vias ou cópias, sem qualquer indício de inscrição. Foram selecionados para descarte devido ao grande volume. Segundo estimativa, eram cerca de 50 itens documentais. Não há registro desse descarte (COELI, 2022);
- b) Documentos pessoais: Dossiê nomeado por Aquino como “Besteirol”, formado por tipos documentais como crônicas, piadas e curiosidades, ou seja, materiais que foram acumulados por ele e que demonstram sua vida privada. Documentos selecionados pela família considerados sem conexão o perfil profissional do professor. (COELI, 2022);
- c) Documentos cinematográficos;

d) Documentos de pesquisa: Encadernações nomeadas como livrões, sendo grande parte desse material constituída por recortes de jornais, artigos, textos e revistas. Uma amostra foi selecionada pela Profa. Libânia – Proedes. (COELI, 2017). Segundo Coeli, o critério de seleção do que ficaria se deu pelos que estavam mais organizados.

### **Classificação**

Segundo Vera, o arquivo do professor Aquino reflete perfeitamente sua vida pessoal e profissional. O acúmulo reproduz “o retrato de sua profissão além de sua docência”, por meio do qual pode ser observada sua atuação como escritor e debatedor científico, demonstrando também outras facetas desconhecidas pela documentalista (COELI, 2022), mas que reforçam o seu fazer docente.

O encontro com essa documentação possibilitou a Vera Lúcia uma interlocução com “seu passado”, já que conviveram no tempo de sua formação acadêmica em um mesmo período - ela, na Universidade de São Paulo (USP); ele, na FNF. A organização do seu arquivo permitiu com que o admirasse mais como educador devido à difusão de ideais e à preparação de seus educandos na formação crítica (COELI, 2022).

Conhecer a produção do arquivo só foi possível por meio da identificação dos documentos pela lista descritiva e de destinação, o que permitiu estimar a dimensão do arquivo por gêneros e suportes. Os gêneros contemplam aproximadamente 70 pastas de documentos entre textuais e impressos (jornais e revistas) – não houve a identificação e nem a quantificação das tipologias documentais em cada pasta; 5.000 obras (entre livros com conteúdo histórico, materiais autorais, artigos, periódicos); 4.000 DVDs (entre filmes, documentários, debates, festividades, fotografias) e 800 discos de vinil de música popular brasileira (COELI, 2022; AQUINO, E., 2020). Segundo a família, após a morte do Prof. Rubim Aquino, não foram incorporados novos documentos ao seu arquivo (AQUINO, E., 2022).

A motivação para classificação, a princípio, foi atender às necessidades da família em busca de localização da documentação, caso fosse necessário, além de preservar a memória de seu pai e buscar recursos para disponibilizar no portal/plataforma digital o arquivo (AQUINO, Estela, 2022).

Para tal, Coeli relata a necessidade de um planejamento de organização do tratamento da documentação e da escolha de uma classificação baseada em um estudo da cronologia de vida e da biografia básica repassada por Estela e Lígia (COELI, 2022). Na

identificação da documentação, observaram-se quatro questões centrais:

1. Não havia nenhuma ordem nos documentos dentro das pastas;
2. Havia diversos tipos documentais;
3. A organização dada por Aquino ao seu arquivo foi, até certo ponto, o ponto de partida para o tratamento arquivístico. Posteriormente, houve reagrupamento dos documentos, descaracterizando a suposta ordem original dada pelo produtor do arquivo;
4. O arquivo apresentava lacunas de informações.

O arranjo foi pensando dentro da lógica do seu percurso profissional e na possível montagem de um quebra-cabeça. A seleção documental e o reagrupamento foram feitos pensando em uma lógica que refletisse a atuação de Aquino no magistério, além de outras atividades desempenhadas por ele. A classificação mais escolhida foi a temática e a funcional. Os temas de sua vida profissional e pessoal sob diferentes aspectos – magistério, autorias de livros, palestras, debatedor de programas, convidado e eventos, entre outros não citados, mas que aparecem no quadro abaixo (COELI,2022) .

QUADRO 4: ARRANJO ELABORADO PELA DOCUMENTALISTA E PELA FAMÍLIA

<b>ARRANJO</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>DOSSIÊS RELACIONADOS</b>
Assuntos pessoais (1929-1979)	Documentos manuscritos, cartas, postais, convites, desenhos, bilhetes, correspondências e processos de causas trabalhistas, biográficas de Pedro Mota Lima e João Pedro Leão de Aquino, poesias de outras autorias, material escolar de Roberto M.L.Leão de Aquino, lembranças, artigo do Manuel Maurício de Albuquerque, recortes de jornais e revistas. Certidão de casamento, batismo, ato de investidura no Ministério da Fazenda, Histórico escolar, e outros documentos de vida escolar, manuscritos de letras de músicas	1.RA- Arquivo Pessoal 2.Besteiro (descartado) 3.Correspondências 4. Bilhetes e desenhos dos filhos e netos 5. Arquivo pessoal – Lembranças diversas 6. Arquivo pessoal – material escolar 7. Assuntos de interesse pessoal 1 e 2 8. Documentos pessoais.
Cursos e palestras (1991 e 2004)	Textos de cursos, palestras, congressos, encontros, debates, mesas-redondas, ciclos, seminários, festivais. Incluindo material de divulgação e repercussão, convites, certificados. (convidado/ministrante)	1. Cursos e palestras -1,2,3
Vida profissional (1924;1941-2014)	Material didático pessoal, correspondência com escolas, sindicatos, portarias, diário da União, dados biográficos de personalidades históricas, anotações manuscritas de estudo e de pesquisa, apostilas de aula, recortes de jornais e revistas, debates sobre o Ensino da História, resumos, textos e mapas.	1.Vida Profissional. 2.Artigos sobre História 1,2,3,4,5,7,8 3. Apostilas de autoria do Prof. Aquino (espiralados com capa transparente e textos de sua autoria) 4. Brasil - documentos 5. Ensino de História 6. Material didático: resumos. textos e mapas (1) e (2) 7. Biografias
Instituições onde lecionou	Apostilas e provas, boletim informativo dos colégios,	1.Franco 1,2,3,4

(1993-2010)	correspondências, apontamentos, atestados de saúde, plano pedagógico Centro Cultural, projeto de atividades complementares, recorte de jornais, matriz de referência sobre Enem, resumos, manual do aluno, jornal estudantil, listas nominativas de professores, quadro de desempenho de vestibulares, projeto pedagógico, plano de curso de história do 5 ao 8 série e segundo grau, mensagens de dia do mestre, orientações para conselho de classe e recuperação paralela, modelos de avaliação (provas e trabalhos em grupo).	2. Colégio S. Inácio. 3. Centro de Estudos Manuel Maurício de Albuquerque – CEMMA 4. Associação de Moradores e Amigos da Vila Pereira da Silva. (AMAVPS) 5. Colégio S. Vicente de Paulo 6. Curso Impacto, Curso Status, Colégio Hélio Alonso e Colégio Brasil-América 7. Colégio Andrews e Colégio Princesa Isabel
Diversos preciosos (1934-2008)	Filmes e Documentários ficção, história geral. Temas Ásia, Biografias,	Diversos Preciosos Caixas 6,7 e Diversos.
Guerras Mundiais – Audiovisual documentários (1942-2011)	Filmes e Documentários sobre nazismo, Hitler, Reich, Holocausto, e guerras mundiais.	1. Primeira e Segunda Guerra Mundial – Preciosos e Brasil
Cuba e Che Guevara – Audiovisual (1985-2011)	Documentários e Filmes sobre Cuba e Che Guevara.	1. Cuba
Cinema – Dvds (1930-2006)	Coleção de filmes e documentários de conteúdos históricos, sobre cinema e ficção.	Cinema – Dvds Preciosos Caixa 2
América Latina – Audiovisual (1968-2011)	Documentários e Filmes com temas da Venezuela, Chile, Argentina, México, Colômbia, Cuba, Política na América Latina. Obs: Apesar de ter lista, não consta os itens no acervo	1. América Latina - Preciosos
Mídia – Vídeos (1974-2011)	Entrevistas, Documentários e documentos em pdf sobre Aquino na televisão. Eventos comemorativos de família, sindicato e associações - gravações em vídeo e fotografias,	Aquino e família 1. DVDs 2. Fitas VHS

	reportagens de conteúdo histórico (outros). Além dos livros paradidáticos em formato pdf (um inédito)	
Mídias – Fitas Cassete e CD- Room (1982-2006)	Debates Culturais e Entrevistas (Rádio Metropolitana, CBN, Rádio Continental, Roquete Pinto). Temas: História do Brasil e América Latina. Listas de gravações musicais (terceiros) gêneros: música popular brasileira e internacional. Imagens comemorativas de formatura, eventos e festa de aniversário 80 anos Obs: Participação em debates com historiador Manuel Maurício de Albuquerque.	1. Debates e entrevistas 2. CD-ROOM
Mídia impressa (1973-2012)	Correspondências, reportagens e entrevistas concedidas, suplementos e cadernos de jornais. (Alguns itens de grandes formatos foram realocados para pasta especial Rosa Cardeal)	1.Imprensa 1 e 2.
Homenagem (1979-2007)	Placas, diplomas emoldurados e pôsteres de divulgação de livros de sua autoria. Personalidade Educacional, Moção de Homenagem, Medalha Tiradentes, Homenagem Educador. Pôster de divulgação dos livros: História das Sociedades americanas e A sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais	1. Homenagem 2. Placas 3. Pôsteres de divulgação de livros
Militância política (2004-2006)	Documento referentes ao Grupo Tortura Nunca, a Federação das Associações de Defesa da Anistia e boletim informativo da ANAPAP (Associação nacional dos anistiados políticos, aposentados e pensionistas), textos sobre formação e criação dos partidos políticos, estatuto jurídico, artigos e recortes de revistas, eleições e candidaturas, lista com membros do partido, panfletos, documentos oficiais com apontamentos, artigos, lista de dissidentes do partido.	1.Militância política 2.PT e PSOL



Nas ondas da rádio (2007-2011)	Transcrições das entrevistas do Programa Faixa Livre, da Rádio Band. (Sem autoria). Temas sobre história do Brasil e Brasil republicano.	1.Nas Ondas do Rádio: A História da História que não foi contada (1). 2. A História da História que não foi contada (2)
Operação Condor (s.data)	Apontamentos manuscritos e cópias de documentos sobre a Operação Condor	1.Pesquisa sobre a Operação Condor
Brasil uma história popular (2004)	Artigos sobre o Brasil: história popular versão em português e espanhol e formação de jovens.	1. Brasil: uma história popular
Pasta Especial Rosa Cardeal (1935-2012)	Recortes de jornais sobre homenagens e entrevistas, jornais, suplementos, revistas, ilustrações do livro Fazendo História, cartazes de divulgação do livro, Brasil uma história Popular.	Sem temas. Pasta geral – Documentos de grandes formatos.
Publicações – Contrato com as editoras (1980-2012)	Contratos de edição e comercialização de livros sobre as coleções de livros didáticos e paradidáticos; Distratos de edição e comercialização, Contrato Social, Partilha de Direito Autoral, Instrumento particular de locação de serviços de Ensino à Distância, Relações comerciais com as Editoras, cartas de rescisão de contrato, termo declaratório, termo de anuência, termo de transferência de direitos autorais, pedido de rescisão de contrato outros autores, procuração de demanda judicial, declaração de rescisão contratual, autorização de uso de ilustrações nos livros, aditivos de contratos de reimpressão e revisão, recibos dos direitos autorais das Editoras, quadro de obras vendidas e doadas.  Editoras: Ao Livro Técnico, Ciência Moderna (2012), Ed.	1. Contratos 2.Correspondências com as Editoras

	Record (2011 e 2012), Ed. Multifoco (2011), Ed. Imperial Novo Milênio (2011 e 2012).	
Apostilas de Pré-Vestibular (1973)	Apostilas de pré-vestibular de história geral	1. Apostilas dos Cursos Miguel Couto Bahiense e Impacto
Manual do Professor – Livros didáticos (1981-1995)	Manual do professor e guia do professor das coleções de livros didáticos: Você é a história, Fazendo a história e História das Sociedades.	1. Manual do Professor
Livros didáticos, artigos e apostilas (1927-2010)	Artigos em revistas científicas; Boletim de História (CEH/FNFI), livros didáticos: Você é a história, Fazendo a história e História das Sociedades.	1. Livros prateleira 3 2. Periódicos prateleira 3
Livros publicados – RLA (2000-2012)	Livros e artigos e apostilas de cursos publicados com contextos históricos.	Sem tema

Fonte: Listas descritivas do acervo. Arranjo documental. Aquino e Coeli, 2017. Elaborado pela autora.

O tratamento técnico iniciou-se com a documentação bibliográfica: livros, encadernações, artigos, periódicos, mídia impressa, audiovisual e sonora. Por último, realizou-se o tratamento dos documentos textuais (arquivísticos) (COELI, 2022, 2017).

Devido ao volume e à dimensão do arquivo, o tratamento documental foi iniciado em 2014 e finalizado em 2018, sob a orientação de Vera Lúcia e estagiários- entre eles, Eliane, estagiária de biblioteconomia. À medida em que a documentação era identificada e selecionada, as estratégias que norteariam a dispersão do acervo do professor eram pensadas.

E, afinal, dispersão é uma estratégia de preservação e acesso? Como compreender um fenômeno tão presente na arquivologia em meio a princípios como proveniência, organicidade, unicidade, imparcialidade e indivisibilidade? E no cotidiano de quem produz e acumula, não haveria o direito de escolher em quais instituições depositar seus arquivos? De que maneira o pesquisador pode dar conta de um universo de documentos dispersos em espaços de memórias distintos? Sobre essas e outras questões que surgiram ao longo deste capítulo, esta pesquisa pretende refletir e tentar responder.

## Capítulo 2 – A DISPERSÃO É ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO E ACESSO?

Foi assim que nos deparamos com nosso objeto de pesquisa, a dispersão de fundos pessoais diante de um estranhamento da presença de conjuntos documentais de um mesmo titular em diferentes instituições custodiadoras de acervos. Ou seja, documentos que, a princípio, teriam uma mesma proveniência e deveriam ser mantidos em um conjunto coeso, de alguma forma, e por alguma(s) razão(ões) aparecem dispersos e desvinculados, comprometendo-se sua relação orgânica.

104

**Mariana Tavares de Melo Costa**

### 2.1 O fenômeno da dispersão em arquivos de pessoas

No estudo sobre a constituição dos arquivos pessoais, temática recorrente na arquivologia contemporânea, pesquisadores das ciências humanas e sociais, cada vez mais interessados em compreender os sujeitos e seus contextos culturais, sociais e históricos no tempo e no espaço, têm se debruçado sobre a formação desses fundos arquivísticos depositados em instituições de memória. Investigar a constituição do arquivo, seus documentos e os produtores é essencial para se inferir sobre o sujeito em seu contexto social e histórico, bem como para se definirem metodologias de tratamento documental.

Para compreender os diversos aspectos desse fenômeno nos arquivos, estabelecemos um diálogo com seguintes autores: Belloto (2014), Borges (2021), Bizzelo, Duarte (2021), Campello (2015), Cook (2018), Costa, M. (2019), Douglas (2016), Ducrot (1998), Karabinos (2013), Lowry (2017), Nesmith (2013), Santos (2012), Silva (2021). A dispersão está dentro de um contexto da história custodial dos arquivos que pressupõe entender como este fenômeno ocorre e quais escolhas e motivos que levam a ele. E, sobretudo no campo da arquivologia, quais são as interferências ocasionadas no que diz respeito aos princípios arquivísticos que baseiam sua análise no que chamamos de fundo documental.

Para Santos<sup>105</sup> (2012), analisar a história arquivística dos arquivos pessoais é imprescindível para propor uma organização desses conjuntos.

O processo de constituição, o histórico da aquisição do acervo e suas motivações cumprem também importante papel ao lado do conhecimento biográfico do titular. São elementos fundamentais na metodologia de tratamento dos arquivos pessoais. (SANTOS, 2012 p. 74)

Para entender como se dá o processo da dispersão em arquivos, fenômeno este tão presente nos arquivos públicos e pessoais, é necessário buscar uma definição conceitual

104 Ver: (COSTA, 2019, p.11-12)

105 SANTOS, Paulo Roberto Elian dos Santos. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: Associação dos arquivistas de São Paulo, Ed. rev. e ampl., 2012 . 72p.

considerando a literatura nacional e internacional, nas quais a terminologia da dispersão apresenta uma ampla definição, que pode ser entendida por diversas formas e aplicabilidades. Os profissionais da área podem utilizar o termo como fragmentação de partes, desmembramento, esquiteamento, perda, desvio e deslocamento. Os conceitos podem variar de acordo com as características de seleção e de deslocamentos.

Analisar o fenômeno implica refletir alguns preceitos teóricos básicos da área que caracteriza a dispersão como uma ação contraditória nos arquivos. Entender a formação desses arquivos como fundos arquivísticos e sua relação com os princípios da proveniência e a da organicidade são reflexões que Belloto (2014)<sup>106</sup> pondera em seus estudos, entre os quais citamos *Constituição, dispersão e reintegração de fundos*. Nas palavras da autora, o fundo arquivístico é uma unidade indivisível de documentos acumulados por uma entidade, de forma natural, automática e orgânica. Esse acúmulo é oriundo da reunião de documentos produzidos, recebidos por uma instituição ou pessoa, que identificam e caracterizam as atividades de vida. Esses conjuntos possuem como característica uma valoração probatória, servindo como prova ou testemunho de certos eventos. Tais características os diferenciam de uma coleção, composta pela reunião de documentos sem elos orgânicos entre si e acumulados por variadas razões.

Tendo como ponto de partida a constituição do fundo arquivístico e suas especificidades sob a égide dos princípios de proveniência, organicidade e indivisibilidade, a autora chama atenção para o fenômeno da dispersão de fundos e a confusão com relação conceitual de “cessão documental”. Segundo a autora, quando um fundo é deslocado em um processo de sucessão arquivística de uma instituição para outra, como meio de dar continuidade administrativa, não se caracterizaria a dispersão, mas a cessão (Id ibdem, p.88). A dispersão acontece quando documentos isolados ou dossiês são retirados do seu conjunto, por razões diversas, como para facilitar o acesso, por seu uso indevido ou por má gestão da documentação. Para melhor averiguar os porquês da dispersão em arquivos, ela cita algumas situações, tais como sequestro e confisco em caso de guerras ou conflitos armados; apropriação indevida em caso de separação territorial; determinações por questões políticas e legais de acordo com a época. Para que a questão da dispersão de fundos seja sanada, o melhor caminho seria a reintegração do conjunto, além de prever nas políticas arquivísticas um tópico que trate a dispersão e a reintegração desses documentos aos arquivos (BELLOTO, 2014).

Na percepção da autora, contudo, o arquivista não deve se orientar pelas tecnologias da informação e reinterpretar o princípio da proveniência transpondo a ordem física para ordem intelectual. A autora justifica sua abordagem considerando que a concepção do

---

106 BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 477p.

documento de arquivo vai além do suporte e do seu conteúdo. Deve-se, muito menos, pensar a dispersão como “base no melhor tratamento técnico, de melhores instalações físicas e de melhor atendimento ao serviço dos historiadores”. Ela entende que para os documentos arquivísticos considerados como bem cultural e parte do patrimônio de determinada cultura, existem direitos garantidos a que refere como “integridade física do acervo” (Id ibidem, 2014, p. 91-92).

Costa, M (2019), arquivista e pesquisadora, discute o tema em sua dissertação de mestrado intitulada *Dispersão em arquivos pessoais: uma análise exploratória*. Sua pesquisa buscou investigar e analisar a terminologia de dispersão na área, partindo de um dos princípios básicos da arquivologia, o da proveniência (integridade do fundo arquivístico). A partir dos dicionários e de bases de dados presentes na literatura nacional e internacional de arquivos, buscando conceitos entre “fragmentação” ou “separação”, ela identificou a ausência do termo. Em seu levantamento, a conceituação encontrada em verbetes de dicionários especializados eram “arquivos deslocados”, “arquivos capturados”, “arquivos removidos”, “arquivos exilados” e “arquivos fugitivos” (Id ibidem 2019, p.18). Entre os termos levantados, o que talvez mais se aproxime do conceito de dispersão é o de “arquivos deslocados”, que fazem inferência a distribuições de conjuntos de documentos promovidos por situações de disputas territoriais, conflitos e legitimidades (LOWRY apud COSTA, M., 2019, p. 38). A autora dá destaque à necessidade de diferenciar os dois conceitos mais próximos da realidade nacional. O de “arquivos deslocados” indica a remoção de um arquivo de lugar, sem sofrer a separação de suas partes ao ser removido para outro local de custódia. Por outro lado, a dispersão, na perspectiva da palavra “fragmentação”, compreende a separação de conjuntos por meio de seleção, descarte ou doação para outros locais de custódia, o que não impede de se manter o vínculo orgânico entre os documentos. Costa, M. destaca como sendo importante diferenciar:

É importante, portanto, diferenciarmos o termo deslocamento de arquivos do termo dispersão de fundos (arquivos), objeto deste estudo. O deslocamento está mais ligado à remoção de um arquivo, do lugar originalmente acumulado para outro, por diversas razões. Deslocamentos podem promover dispersões, mas não necessariamente. Um arquivo pode ser deslocado de um país para outro de forma integral. No entanto, como essas remoções, geralmente, acontecem em ambientes de conflitos, não há qualquer garantia. O arquivo pode ser fragmentado durante o deslocamento, ou seja, partes podem se perder, ser eliminadas ou dispersas, podendo ou não ser incorporadas a outros acervos. (COSTA, M. 2019, p.42)

Sendo assim, a autora opta por utilizar em sua pesquisa a definição de dispersão como “um processo de fragmentação e desmembramento”. Essa definição está condicionada “à vontade dos doadores, e suas escolhas, que podem apontar e revelar estratégias [de doação] mais ou menos conscientes.” (Id ibidem, 2019, p.44). Costa, M. (2019) define a dispersão em arquivos pessoais como um processo de desmembramento do conjunto documental original a

diversas instituições custodiadoras de acervos, podendo receber tratamento diferenciado pelas entidades que receberam as partes, dadas as suas especificidades, como coleção, acervo ou fundo/arquivo.

Diante dessa conceituação como parcelamento da documentação, Karabinos (apud Costa, M., 2019, p.44) considera que o fenômeno em questão não interfere nos princípios arquivísticos da proveniência e, por conseguinte, na integridade do fundo documental, pois, apesar da fragmentação e do deslocamento dos arquivos, estes continuarão a refletir as atividades do personagem, tendo em vista que o registro da dispersão pode ser um elemento preponderante para a história arquivística desse arquivo.

Considerando que os arquivos pessoais apresentam peculiaridades, cada fundo arquivístico pressupõe uma história arquivística diferente em termos de negociação entre produtores, custodiadores e agentes de custódia. Surgem, então, algumas indagações: a dispersão pode ser utilizada nesse cenário como uma estratégia de preservação e acesso? Se considerada como estratégia, os doadores teriam como formular os critérios da dispersão? A dispersão poderia ter outras intenções que não ser estratégia de preservação e acesso?

Diante da realidade presente nos arquivos pessoais, Costa, M. destaca que a dispersão como estratégia não é uma condição formulada explicitamente, mas é concebida pela construção que se dá entre escolhas, decisões e relações entre quem doa e quem recebe a doação. Diante do exposto, esse fenômeno está engendrado por questões que envolvem duetos entre “decisões e disputas”, “expectativas e desejos” e “pessoas e instituições”, processo este que se dá em diferentes aspectos da história custodial desses arquivos (COSTA, 2019, p. 117-118).

Ducrot<sup>107</sup> (1998), ao discutir sobre a *Classificação em Arquivos pessoais e familiares*, elenca uma série de situações encontradas no tratamento documental de arquivos pessoais, desde a negociação de entrada do arquivo pessoal na instituição à classificação dos conjuntos incorporados, tendo como premissa os princípios de proveniência, respeito à ordem original e estrutura interna dos arquivos. No tópico que trata sobre a integridade do fundo arquivístico pessoal, a autora destaca o processo de dispersão por parte dos proprietários ao depositarem seus documentos em instituições de custódia. Ducrot cita três situações comuns: a divisão do arquivo em vários locais de guarda segundo as trajetórias pessoais e profissionais; entrega de remessas fracionadas a uma mesma instituição; entrega apenas de documentos considerados passíveis de serem publicizados. Já os documentos simbólicos ou afetivos, ou seja, de foro

107 DUCROT, ARIANE. A Classificação dos Arquivos Pessoais e Familiares. **Estudo Histórico: Arquivo pessoal**. Vol.11, n. 21, p.151-168,1998. Rio de Janeiro: CPDOC/FVG. Disponível em: A classificação dos arquivos pessoais e familiares | Revista Estudos Históricos (fgv.br) . Acesso em: 14 jun 2021.

íntimo, são mantidos pelo titular/família/custodiador, e, muitas vezes, nem mesmo são mencionados quando aqueles que mantêm os documentos são consultados sobre a constituição desses acervo. Na visão da autora, “o princípio da proveniência deve ser o eixo que norteia os arquivos contemporâneos” e mesmo diante de situações encontradas na recepção destes conjuntos documentais, as instituições devem pensar na totalidade do arquivo (DUCROT, 1998, p. 155 e 156).

Nas análises sobre a institucionalização de arquivos pessoais e sua seleção, os pesquisadores Bizello e Duarte<sup>108</sup> (2021) constataram que, nos locais de preservação documental, o recolhimento integral do acervo é impossibilitado antes mesmo de que a instituição se interesse pelo fundo arquivístico. A atividade de seleção documental do que será recebido pelas entidades é realizada pela família ou pelos doadores. Nesse caso, muitas vezes as instituições custodiadoras, acionando seus critérios de escolha, podem optar por não receber a documentação previamente selecionada, ou mesmo por escolher as frações dos conjuntos documentais a serem recolhidos em detrimento das outras partes.

Nesse sentido, poderemos inferir que seleção é a palavra-chave tanto com relação a quem recebe como com relação a quem doa. Seleção é um agente motivador da dispersão. Por outro lado, existem outros aspectos de dispersão que ocorrem antes da institucionalização dos arquivos, como em um processo natural. Silva<sup>109</sup> sinaliza alguns eixos que demonstram a decisão do produtor do arquivo: a liberdade de o produtor escolher entre o que produz e o que acumula em seus arquivos, bem como os locais por onde as dispersões ocorrerão. As questões que a pesquisadora aponta estão no contexto de produção e acumulação de documentos relacionados à vida pessoal, profissional, cultural e social. São documentos da vida privada, produzidos e/ou recebidos em seu local de trabalho e relacionados aos seus afazeres domésticos, que são esquecidos ou deixados no ambiente de trabalho. Já os documentos oriundos das atividades profissionais, são levados para casa com a finalidade de cumprir as atividades laborais e muitas vezes são esquecidos em gavetas, estantes, notebooks, HDs e computadores. Nessa abordagem, para além da discussão da intercessão entre os limites de produção documental entre o público e o privado, a dispersão também é comum de ocorrer. Nem sempre os documentos devolvidos aos seus devidos proprietários se misturam nas dimensões entre o público e privado. Segundo Silva, esses registros referentes aos “aspectos da vida cotidiana” possuem grande potencial de pesquisa quando o arquivo passa das mãos dos custodiadores para a instituição (SILVA, 2017, p.10).

---

108 Ver: DUARTE; BIZELLO, 2021.

109 SILVA, 2017, p. 7-12.



Nas pesquisas de Campello<sup>110</sup> (2015), a dispersão ocorrida em arquivos pessoais é demonstrada como uma realidade mundial e em diversos lugares de memórias. A autora justifica a impossibilidade de custodiar todos os documentos físicos de um indivíduo em um único local, ainda que isso seja contrário ao princípio da indivisibilidade<sup>111</sup>, sem comprometer os elos que unem os documentos. Demonstra, contudo, que é possível reconstituir a integridade do fundo documental de forma intelectual sem a necessidade de agregar fisicamente os documentos em um único lugar. A condição ideal é que não haja desvios ou perdas de documentação. Diante da complexidade apresentada, o melhor caminho encontrado pela autora para possibilitar um tratamento arquivístico foi a abordagem contextual e funcional. O método de classificação adotou o critério temporal, tendo como aporte uma infraestrutura tecnológica apropriada ao acesso à documentação, resultando na descrição em um inventário cronológico (CAMPELLO, 2015, p. 15-45). Trata-se do Arquivo Epifânio da Fonseca Dória e Menezes (1884-1976), intelectual, historiador e bibliotecário sergipano, que se dedicou à formação de centros de pesquisa, arquivos, bibliotecas e instituições ligadas às humanidades no estado de Sergipe. O seu arquivo encontra-se fragmentado entre três instituições por onde percorreu: Instituto Histórico Geográfico de Sergipe (fundo arquivístico), Arquivo Público do Estado de Sergipe (coleção especial) e Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória (memorial). A autora revela algumas nuances da dispersão sobre o arquivo : trata-se de arquivo fragmentado pela família em espaços e tempos diferenciados; a escolha das entidades se deu pela relação entre as atividades profissionais do titular e os espaços; espaços, estes, com missões institucionais e tratamentos documentais diferenciados. Entre instituto, arquivo e biblioteca, as instâncias receberam a documentação (arquivística, bibliográfica e museológica) de forma fragmentada e de acordo com a natureza documental. Para cada lugar identificado pela documentação, o tratamento recebido esteve relacionado ao tipo de documentação, seja fundo, coleção ou acervo. Ainda que nessas instituições os documentos não tenham recebido o tratamento adequado, conforme relata a pesquisadora, a ausência de classificação no caso desse arquivo considerado íntegro não comprometeria sua reconstrução por meio de um único instrumento o arquivo em seu todo. Tal afirmação se justifica pelo fato de que se buscou dar um tratamento arquivístico utilizando-se de metodologia com perspectiva contextual e abordagem funcional, no qual o contexto de produção estaria interligado às funções e atividades desempenhadas pelo

110 CAMPELLO, 2015, 555 p.

111 Termo também utilizado para definir o princípio da proveniência. O princípio que consiste em agrupar sem misturar com outros arquivos provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de pessoa física ou moral. Criado no século XIX por Natalis de Wailly, historiador francês institui o princípio como um respeito em não misturar os documentos. O princípio é consagrado internacionalmente a partir de 1964 e até os dias atuais como forma de organização dos arquivos. Serve de fundamento para elaboração de descrição arquivística. ROUSSEAU, Jean\_Yves, CAROL, Couture. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Nova Enciclopédia;56 ISBN 972-20-1428-5. 2 ed. mar.1998. p. 52-53

produtor do arquivo. Utilizando-se o método funcional seria possível reestabelecer os vínculos existentes entre documentos, inclusive entre os não arquivísticos<sup>112</sup>, e esse seria um percurso que melhor poderia espelhar a vida pública e privada de Epifânio Doria nas três instituições de salvaguarda (CAMPELLO, 2015, p.15-57). Considerando o contexto da fragmentação desse acervo, o fenômeno da dispersão, para a autora, apresenta-se como um desafio. Entendê-lo como um conjunto íntegro, entretanto, não interfere nas pesquisas, desde que seja possível reconectar os elos que unem os documentos por meio de uma metodologia contextual, reunindo os itens do arquivo por meio de inventário cronológico, glossário e índice remissivo para o controle dos termos. Em suma, compreendemos, nesta pesquisa, que o processo fragmentário foi uma estratégia de preservação do referido arquivo nas diversas instâncias com as quais o titular seu contribuiu com suas atividades profissionais e culturais.

Borges (2021) afirma que a difusão da teoria de fundos passou a ser difundida por toda Europa e pelos norte americanos a fim de se padronizar a teoria e prática. Foi possível, assim, atender às perspectivas institucionais de controle e acesso aos documentos utilizados como fontes para a pesquisa na escrita da história em pleno século XIX. A pesquisadora complementa que os manuais holandeses trouxeram contribuições ao campo sobre os processos norteadores do princípio da proveniência, que definiu em grande parte como aquisição, tratamento documental, associações, categorias profissionais, lugares de custódia e de criação.

Bucci (apud Cook, 2018, p.31) sinaliza para as reinterpretações dos princípios arquivísticos a fim de se compreender que não são definitivos, mas, sim como conceitos da própria história, da literatura ou da filosofia que refletem o espírito de sua época, sendo, portando, reinterpretados pelas gerações seguintes. Na perspectiva de reinterpretações do princípio arquivístico da proveniência, Cook (2018) ressalta os trabalhos de Peter Scott, McKemmish, Piggott e Hulley, grupo de pesquisadores australianos que destacam a releitura da proveniência focalizando os estudos na descrição arquivística. O objetivo de Scott era inter-relacionar os documentos e seus produtores imediatos. Sendo assim, os estatutos do suporte físico do documento não têm muita relevância se comparados com os múltiplos relacionamentos de produção e utilização (universo pós-custodial) diante do progresso da tecnologia. Considerando essa realidade, Cook (2018) defende em seu texto a arquivística pós-custodial, pela qual o fundo arquivístico refletirá a função e atividade do produtor baseando-se no contexto documental, que ressaltará o ato de produzir e a intencionalidade do produtor. Esse processo de mudança implica abandonar o modelo de documento físico para adotar o

---

<sup>112</sup>De acordo com Britto e Corradi, os documentos “não tradicionais da arquivística” reconhecidos como “egodocumentos” seriam aqueles documentos oriundos do espaço doméstico e que contêm elementos da personalidade do produtor. (2018, p. 99).

modelo conceitual, da materialidade para intelectualidade. Pressupõe foco no contexto, no propósito, na finalidade, nas inter-relações, na transparência documental e no produtor.

Nesmith (apud Douglas,2016,p.60-61) defende a proveniência como eixo norteador “da história de criação do arquivo, acumulação e o uso dos documentos.” Na visão do autor, se houver a expansão do contexto de produção para além da identidade do criador do documento, o contexto social-histórico estará incluído, e assim teremos uma proveniência social, já que vivemos em sociedade e a cultura, os valores, as aspirações e os desejos impactam em nossas vidas. Nessa vertente de pensamento, Nesmith propõe a seguinte definição de proveniência: “A proveniência de um dado documento ou corpo de documento consiste nos processos técnicos e sociais de produção, transmissão, contextualização e interpretação desses documentos, o que explica sua existência, suas características e sua história em evolução.”(NESMITH apud DOUGLAS,2016, p. 60).

Sobre questões da intencionalidade dos usos e da dispersão operada nos arquivos, Borges (2021) destaca também o mesmo conceito de contexto sócio-histórico, considerando ser esse o melhor caminho para determinar o sujeito, o objeto e os contextos externos.

Douglas<sup>113</sup> conclui em suas análises que os sentidos até hoje explorados sobre os conceitos de proveniência refletem as mudanças de circunstâncias históricas no tempo. Em um primeiro momento foi adotado uma método histórico. Em meados do século XX, os arquivistas abriram fronteiras para repensar o conceito relativo à distinção metodológica entre os documentos físicos e o arranjo intelectual a partir da aplicação de novas tecnologias, descrevendo os documentos em uma rede de relações. Para dar conta das novas demandas de informação e de ênfase no contexto sócio-histórico, é preciso encontrar novas formas de explicar aos pesquisadores desse arquivos qual foi o percurso que esses documentos fizeram até chegar em suas mãos (DOUGLAS, 2016, p. 68).

De acordo com o ponto de vista de Douglas, a discussão sobre as intervenções ocasionadas por detentores e produtores dos arquivos acumulados e preservados por terceiros não é um caminho simples de identificar. Diante dos preceitos da proveniência e o respeito à ordem original, as intervenções realizadas posteriormente pelos curadores e agentes de custódia dificultam a forma da análise dos documentos pelo usuário do arquivo, devido à falta de registro das interferências ocorridas. Devido a essa questão, torna-se um desafio entender qual a ordem deixada pelo produtor do arquivo. Savoja et all (apud Douglas 2016, p.67) discutem justamente a problemática das relações de guarda, sugerindo, inclusive, que as intervenções

113 DOUGLAS, Jennifer.Origens: Ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**.Organizadores: Terry Eastwood, Heather MacNeil; tradução Anderson Bastos Martins; revisão técnica Heloísa Liberalli. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 47-69

sejam referenciadas juntamente com as motivações e escolhas metodológicas das partes envolvidas (produtor, detentores e agentes).

## **2.2 Os atores envolvidos e os critérios de seleção no arquivo Rubim Santos Leão de Aquino (RSLA)**

Compreender quais foram e quem são os atores que motivaram a dispersão do acervo pessoal do Professor Rubim Santos de Aquino é uma questão imprescindível para obter elementos de constituição do seu arquivo. É imperativo elucidar os atores sociais desse percurso, as motivações que levaram o produtor/custodiador a fragmentar o seu acervo e sua relação com eles. Quais foram os caminhos percorridos no critério de seleção das entidades custodiadoras?

Para responder a tais questões, recorreremos às fontes orais da pesquisa, que são as entrevistas produzidas em depoimentos concedidos pela família<sup>114</sup> e pela documentalista<sup>115</sup> ao Proedes da Faculdade de Educação – UFRJ, entre 2017 e 2020. Dada a insuficiência de informações nas entrevistas anteriores e o surgimento de novos personagens, foi necessário realizar novas entrevistas<sup>116</sup> para contemplar algumas questões.

### **2.2.1 Os Atores**

#### **Família**

Estela Maria Motta Lima Leão de Aquino <sup>117</sup> é a filha mais velha de Aquino, médica, professora titular aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e epidemiologista da Fiocruz/Bahia. É a representante, juntamente com sua irmã Lígia, na reorganização do acervo do Professor Aquino e na interlocução e negociação da doação dos documentos preservados no

114 Entrevista concedida pelas filhas e neta - AQUINO, Estela, 2017, 2020, 2022; AQUINO, Lígia, 2018; AQUINO, Marina, 2020.

115 Entrevista concedida por Vera Lúcia COELI Coeli, COELI, 2018, 2022.

116 Em virtude do momento pandêmico e dos distanciamentos de alguns entrevistados, os depoimentos coletados ocorreram de forma remota, pela internet, se documentados por gravações em áudio e vídeo em fevereiro de 2022. Entre os entrevistados estão os Professor -Psiquiatra Américo Freire – CPDOC/FGV e a Pesquisadora e ex-coordenadora do Centro de Documentação Regina Moreira Luz – CPDOC/FGV, 2022.

117 Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1C, Doutora em Saúde Coletiva (ISC/UFBA-1996), Professora titular aposentada (UFBA), integrante da Rede CoVida Ciência, Informação e Solidariedade, (Cidacs/Fiocruz Bahia/ UFBA) focado na pandemia de Covid-19. Grupo de Pesquisa em Saúde Global sobre Políticas e Desigualdades em Saúde do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz). Editora Associada em Gênero e Saúde Reprodutiva na Revista de Saúde Pública (USP). De 2015 a 2017 participou da Câmara de Ciências Médicas e da Saúde da FAPESB. Coordena um programa de colaboração com a Universidade do Porto. Atua na área de saúde coletiva, com ênfase em epidemiologia. Ver: <http://lattes.cnpq.br/0124603260134608>.

apartamento do titular. Lígia Maria Motta Lima Leão de Aquino<sup>118</sup> é a filha do meio de Aquino, pedagoga, doutora em educação, Professora Associada da Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Marina Aquino<sup>119</sup> e Ana Júlia são netas do Aquino e filhas de Estela. Tiveram participação na reorganização de parte do arquivo, ficando responsáveis pela parte dos documentos íntimos da família.

### **Documentalista**

Vera Lúcia Medina Coeli<sup>120</sup>, amiga da família, é documentalista, historiadora, professora e bibliotecária. Participou da reorganização do arquivo e é considerada peça chave na negociação entre as instituições e os doadores. O papel de Vera Lúcia foi de mapear os documentos, dar destino ao acervo e registrar a saída da documentação (doação). No processo de destinação dos documentos pelos familiares às instituições custodiadoras de acervos, observamos, nos relatos das depoentes, a existência anterior do desejo expresso do titular do arquivo em partilhar o seu legado documental<sup>121</sup>, destinando-o a um membro da família e, na ausência desse sujeito, o destino caberia a instituições com as quais ele tivesse um relacionamento direto. Posteriormente a esse desejo e na recusa dessa partilha, caberia à família decidir o que fazer com a documentação volumosa acumulada dentro de um apartamento, então caracterizada como arquivo. Supomos que a grande motivação da doação do arquivo Rubim Aquino era o esvaziamento do apartamento, mas também a preocupação em dar um destino à documentação condizente com as vivências profissionais e pessoais do professor. Logo, a herança documental de acordo com relatos da família ficou assim compreendida:

1. Doar o seu acervo bibliográfico para o(a) neto(a) que fizesse curso de História;
2. Doar para a biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFICS/UFRJ), local onde o Prof. Aquino obteve a sua formação acadêmica como professor do ensino básico;
3. Doar para o Colégio Franco Brasileiro, onde trabalhou durante 40 anos.

No atendimento ao desejo expresso, a neta Marina Aquino (filha de Estela) estava,

118 Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2002), Professora associada do Programa de Pós-graduação em Educação (PROPEd) da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com Bolsa de PROCIÊNCIA/UERJ (desde 2012), Jovem Cientista de Nosso Estado/FAPERJ (2012-2015). Foi vice-coordenadora do PROPEd (2012-2017). É líder do Grupo de Pesquisa Infância e Saber Docente e integra a equipe do Ateliê de Infância e Filosofia/UERJ (ATIF). Foi coordenadora do GT7 - Educação da Criança de 0 a 6 anos (2006-2009) e membro do comitê científico (2010-2015) da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação-ANPEd. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Infantil, atuando principalmente nos seguintes temas: educação infantil, infância, formação de professores, políticas públicas e práticas pedagógicas. Ver: <http://lattes.cnpq.br/6964418709270791>

119 Neta do Aquino e historiadora.

120 Formada em História na Universidade de São Paulo – USP (1963), Professora do Colégio de Aplicação da USP. Feursou Biblioteconomia. Trabalhou no *Jornal O Globo*, na Funarte, no Citibank, no Pró-Memória (IPHAN), atuando no ramo de documentalista com indexação de jornais. Organizou o arquivo de Paschoal Carlos Magno e Professor Rubim Santos Leão de Aquino. COELI, 2017,2022).

121 O legado documental a qual nos referimos é a a biblioteca particular, já que a documentação arquivística foi o último gênero a receber tratamento e ficou sob a guarda da família. Posteriormente, uma parcela da documentação arquivísticas manuscritos, textos, ilustrações, fotografias, recortes de jornais).

na ocasião, cursando o primeiro semestre de História e aceitou herdar parte da biblioteca, selecionando os livros de seu interesse e abrindo a possibilidade de seus primos e primas também poderem receber os itens que lhes interessassem. Marina expressou interesse também em ficar com a biblioteca que havia sido herdada pelo titular de seu avô (AQUINO, M., 2020). De acordo com o volume expressivo de livros e um recorte bem reduzido da seleção ocasionada, restou ainda um volume bastante significativo a ser doado. Sendo assim, na lista sucessória de doação de seu patrimônio bibliográfico, estariam as indicações de duas instituições a serem contactadas.

Os critérios de seleção da neta foram demarcados por sua recente trajetória de formação e pela afetividade. Destacamos, a partir da entrevista (AQUINO, M., 2020), as escolhas:

- a) livros sobre história da escravidão, ditadura, história das Américas;
- b) Livros do século XIX doados pelo bisavô sobre escravidão além de livros de valores afetivos e simbólicos;
- c) Livros clássicos de predileção de Aquino dos autores Clovis Moura<sup>122</sup>, Nelson Werneck Sodré<sup>123</sup> e Caio Prado<sup>124</sup>, datados do período entre 1930 e 1940.

No que tange ao IFCS/ UFRJ, foi pensada a possibilidade de depositar o acervo bibliográfico na Biblioteca Marina São Paulo Vasconcelos, onde também estão depositados os acervos da antiga Faculdade Nacional de Filosofia. Dada a falta de infraestrutura e de profissionais para o tratamento documental, essa solicitação foi recusada.

---

122 Clóvis Steiger de Assis Moura (1925–2003), mais conhecido como Clóvis Moura, foi um sociólogo, jornalista, historiador e escritor brasileiro. Escreveu o livro *Argila da Memória*, Clóvis Moura fala da sua infância no interior, do Rio Parnaíba e de mitos do folclore piauiense, como a lenda do cabeça de cuia. Influenciado pelo marxismo, desenvolveu a sociologia da práxis negra. Iniciou sua militância pelo Partido Comunista Brasileiro em 1945 e, em 1962, na cisão do partido, migrou para o PCdoB. Destacou-se pela militância pioneira no movimento negro brasileiro. Colaborou com artigos para jornais da Bahia e de São Paulo. Disponível em: Clóvis Moura – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org) . Acesso em: 30 abr.2022.

123 Nelson Werneck Sodré (1911 -1999)foi um militar, professor, escritor, colunista e historiador brasileiro marxista. Entre os anos de 1938 e 1945 publicou algumas centenas de artigos em revistas e jornais, além de sete livros: *História da Literatura Brasileira*, em 1938; *Panorama do Segundo Império*, em 1939; a segunda edição de *História da Literatura Brasileira*, em 1940; *Oeste*, em 1941; *Orientações do Pensamento Brasileiro*, em 1942; *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*, em 1943; *Formação da Sociedade Brasileira*, em 1944 e *O que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*, em 1945. No início dos anos 1940, amigo pessoal de Graciliano Ramos, Jorge Amado e vários expoentes da literatura no período, já teria ingressado no Partido Comunista Brasileiro (PCB), então Partido Comunista do Brasil.

124 Caio da Silva Prado Júnior (São Paulo, 11 de fevereiro de 1907 — 23 de novembro de 1990) foi um sociólogo, historiador, geógrafo, escritor, filósofo, político e editor brasileiro. As suas obras inauguraram, no país, uma tradição historiográfica identificada com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial brasileira. Disponível em: Caio Prado Júnior – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org). Acesso em: 30 abri.2022.

E por fim, ao Colégio Liceu Franco-Brasileiro, naquele momento, foi desconsiderada a possibilidade de envio da documentação, não sendo justificado o motivo.

### **2.2.2 Os critérios de seleção da família**

As motivações que a família apresenta nos relatos indicam a intenção de liberar espaço. A necessidade de nos desfazer do que guardamos, seja pela morte de um ente querido, seja por razões de mudança, é algo presente em nosso cotidiano. A liberdade de escolher guardar ou descartar perpassa pela avaliação, seleção e destinação: avaliamos o que nos é útil, selecionamos o que guardar e o que descartar, bem como, onde ou a quem doar. Quando não o decidimos em vida, nossos familiares tomam essa decisão.

Ao disponibilizar o que o Prof. Aquino produziu ao longo de sua vida pública e sua contribuição social e levando em consideração sua trajetória, os pontos de escolha foram:

1. esvaziar o apartamento para que fosse utilizado para outros fins;
2. divulgar a memória do titular e sua trajetória de vida;
3. disseminar sua produção intelectual.

A condicionante para doação às instituições foi que o acervo fosse preservado, tratado e disponibilizado para acesso ao público. Essa seria a contrapartida da entrega da documentação, eixo que move a nossa questão central de pesquisa.

Além do que Aquino deixou estipulado em seu memorial, a família considerou optar pela escolha de uma instituição que não estava prevista. E a escolha não foi nada aleatória. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) foi a primeira instituição com que negociaram a entrega de parcela da documentação. A doação da documentação ao CPDOC foi motivada pelo fato de que o Professor Aquino havia sido depoente do Programa de História Oral, tendo concedido entrevista aos pesquisadores Américo Freire e Ângela de Castro Gomes, gerando como produto um artigo na *Revista Estudos Históricos*, de 2008 (AQUINO, E., 2020).

Diante desse cenário, novos personagens surgiram para compreensão do fenômeno da dispersão. Regina Moreira Luz, pesquisadora e Ex-Coordenadora do Departamento de Documentação, e o professor e pesquisador Américo Freire colaboraram na elucidação de questões dos interesses de conhecer a documentação e também como promotores indiretos da dispersão.

Nas entrevistas concedidas a esta pesquisa, Américo Freire<sup>125</sup> e Regina Moreira Luz<sup>126</sup> revelaram seu interesse pelo arquivo do Professor Aquino. Suas relações com Aquino remontam ao tempo de estudos, pois ambos foram alunos de curso pré-vestibular em que Aquino lecionou. Em tempo e circunstâncias diferenciadas, os dois têm a Aquino como um excelente professor de história. Reconhecem a contribuição de sua produção intelectual para um história política do seu tempo, e esse é um dos motivos pelos quais se interessaram (FREIRE; LUZ; 2022).

A abertura para negociação do destino da documentação se deu pela relevância institucional do CPDOC, centro de documentação com linhas de acervos de arquivos privados de personalidades da política brasileira. Américo Freire e Regina Luz comentam que a abertura de novas demandas sociais e de pesquisa propiciou a formação de uma nova linha de acervos na instituição, a de cientistas sociais. Foi essa a prerrogativa para que o CPDOC estabelecesse a negociação e buscasse se abrir para entrada do arquivo na casa (FREIRE; LUZ, 2022).

De acordo com os relatos de Regina Luz (2022), a proposta do CPDOC, diante das diretrizes da política de aquisição de acervos<sup>127</sup>, era a de recolher todos os documentos do arquivo em questão. Contudo, o recolhimento não ocorreu, segundo Estela, pelas mudanças no rumo da instituição<sup>128</sup>, o que inviabilizou o destino para o centro em questão (AQUINO, E., 2020 e 2022). Na visão de Freire (2022), mesmo o CPDOC tendo uma linha voltada para a memória de homens públicos da política brasileira, existia a possibilidade de receber o acervo

---

125 Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998) e Pós-doutor pelo ISCTE (Lisboa, 2008-2009). Pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Professor Titular da Escola de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da mesma instituição. É pesquisador do CNPq e Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). É líder do Grupo de Pesquisa CNPq Culturas Políticas e Processos de Democratização e membro do Laboratório de Estudos Políticos do CPDOC/FGV. Desenvolve pesquisas sobre História Política, Culturas Políticas, Democratização, Brasil Republicano, Política e Urbanismo no Rio de Janeiro. Ver: <http://lattes.cnpq.br/7750674481962255>

126 Graduada e Bacharel em História Licenciatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1977-1978). Especialização em Curso de Aperfeiçoamento Em Arquivos Públicos pelo Arquivo Nacional (1989) e em Técnicas de Informação XI pelo Fundação Getúlio Vargas (1983). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996). Atuou como Pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Tem experiência na área de História com ênfase em História do Brasil nos seguintes temas: história do Brasil, Rio de Janeiro, Fotografia, memória, Augusto Malta e história social. Ver: <https://www.escavador.com/sobre/922059/regina-da-luz-moreira>

127 A política de acervos do Cpdoc/FGV atual está vinculada ao Programa de Arquivos Pessoais, o qual tem por objetivo captar, organizar, preservar e divulgar o acervo de arquivos privados doados ao CPDOC desde a sua criação, em 1973. Estão previstos no programa ações de linha do acervo e orientações sobre recebimento de arquivos. Inclusive tem como prerrogativa em linhas gerais a de receber arquivos de pessoas de forma integral, ou seja, todo o conjunto documental. Disponível em: [politica\\_de\\_acervo\\_da\\_escola\\_de\\_ciencias\\_sociais\\_da\\_fundacao\\_getulio\\_vargas.pdf](politica_de_acervo_da_escola_de_ciencias_sociais_da_fundacao_getulio_vargas.pdf) (fgv.br)

128 Segundo a entrevista concedida por Estela (2020 e 2022), o CPDOC tinha mudado de direcionamento quanto ao recolhimento do acervo do seu pai, considerando as novas orientações da gestão do Centro de Documentação no momento.



do professor dada a sua relevância no campo das Ciências Sociais. Na percepção de Luz, a doação do acervo estava no interesse da família pelo esvaziamento do apartamento, dadas as questões práticas da vida e o interesse da neta em ficar com parcela do seu material bibliográfico. De acordo com Freire e Luz, ao realizar a visita técnica ao apartamento para identificar os tipos documentais e os contextos sociais da documentação, notaram a diversidade documental já citada e orientaram a família a não descartar nada. Entre os motivos que levaram à recusa do recolhimento do acervo pelo CPDOC está a fragmentação ocorrida anteriormente à negociação, quando a neta selecionou a parte que seria sua herança. Luz comenta que não viu sentido em levar apenas uma parte do acervo. Além disso, naquele momento não tinham condições de manter a parte da documentação audiovisual. Considerando a integridade do conjunto, também não havia como sugerir outras opções de instituições mantenedoras de arquivos pessoais. No entendimento da ex-coordenadora, a recusa do CPDOC foi o fator que propiciou a dispersão do acervo (LUZ, 2022).

Concluimos, nesse processo inicial de negociação do acervo, que o CPDOC manteve-se interessado pela doação, identificou o interesse social do arquivo pelos conteúdos e pela diversidade documental, mas as condições de fragmentação anteriores não eram favoráveis para o recolhimento, já que tinham em sua política de aquisição de acervos o recolhimento de todo o conjunto (respeitando o princípio da proveniência). Por outro lado, a família considerou que a recusa tornou-se um benefício para que outras instituições captassem o acervo, mesmo que o fragmentando ainda mais. Essa seria uma estratégia de difusão do conhecimento de Aquino. Dessa forma, percebe-se que as instituições podem recusar as demandas da sociedade em depositar seus arquivos em espaços de legitimação e representação de memórias, e que os critérios de escolha influenciam nas estratégias de preservação e acesso. Veremos, na próxima seção, se isso é possível a partir da análise dos critérios que nortearam a dispersão.

### 2.2.3 Estratégias da dispersão

A dispersão revelou-se a única maneira de preservar o acervo. Como sou bibliotecária, sei pela experiência, que as bibliotecas, no caso, estão, em 90% dos casos, com limitação de espaço para novas aquisições.<sup>129</sup>

**Vera Lúcia Medina Coeli**

---

<sup>129</sup> Trecho da entrevista concedida por Vera Lúcia, ao ser perguntada sobre a dispersão como estratégia. Co trecho compõe a resposta do Roteiro de Entrevista, coespondido antes da gravação. (COELI, 2022, p.2).

O interesse inicial da família era doar o acervo de forma integral. O dito “esquartejamento do acervo<sup>130</sup>” não aconteceu de forma voluntária e nem era o desejo da família fazê-lo. (AQUINO, E.,2020)

No percurso de escolha das instituições, houve muitas dificuldades e recusas em receber o arquivo. A família optou por estabelecer um planejamento de destinação da documentação para lugares onde pudesse receber tratamento técnico e estivesse acessível para o público. Essa era a condicionante para a entrega do arquivo. (AQUINO, E., 2020). Como critério, a família usou também a partilha do patrimônio documental do Prof. Aquino (AQUINO, E., 2017).

Dada a recusa de aquisição pelo CPDOC, a família e a organizadora repensaram as estratégias de fragmentação do acervo a fim de se garantir o acesso dentro de um perfil institucional tomando como eixos norteadores:

1. doação do restante da documentação bibliográfica, audiovisual e musical, e uma pequena amostra de documentação textual a instituições dispostas a receberem apenas parcelas dos documentos;
2. as relações sociais e afetivas com os espaços de doação;
3. o recorte temático dos conjuntos por perfil institucional;
4. instâncias de consagração desse tipo de material –bibliotecas e centro de documentação.

#### **2.2.4 Mapeamento das entidades custodiadoras**

O critério de escolha das instituições está intimamente ligado às relações estabelecidas pelos interesses de Aquino e à forma como ele produziu e acumulou seu arquivo. Entre os critérios, estão áreas de conhecimento, instâncias jurídicas de preservação de acervos, locais de memória e critérios metodológicos, conforme listado abaixo:

1. áreas de conhecimento: cultura, educação, esporte, patrimônio;
2. instâncias jurídicas: pública, privada e sociedade civil representada, desde que permitissem o acesso ao público;
3. locais de memória: bibliotecas e centros de documentação e pesquisa;
4. critério metodológico: recorte temático .

Observamos que a expectativa de doar um arquivo pessoal perpassa pela esperança de que as instituições estejam interessadas em receber os conjuntos. Geralmente, a

---

130 A expressão “esquartejamento” foi utilizada por Estela de forma recorrente em sua entrevista para definir a dispersão. Ver:( AQUINO, Estela,2020) .

incorporação de arquivos se dá após consultadas as instâncias de avaliação e seleção, que o fazem segundo sua linha de acervo.

Nem sempre as instituições de memória estão abertas a receber a documentação pessoal. Em geral, existe a prerrogativa da relação entre seu acervo e a documentação a ser recebida, além de questões como valor a ela atribuído e perfil dos usuários. Comumente, quando interessadas em receber a documentação, não possuem infraestrutura (mobiliário, espaço e profissionais) para preservá-la. Por isso, a dificuldade encontrada pela família de Aquino ao adotar as estratégias e pensar em fatiar a documentação por recortes tematizados e escolher instituições que tivessem relações sociais para tal.

A escolha da biblioteca e do centro de documentação como espaços de prestação de serviço à sociedade foram recursos encontrados para pensar no destino da documentação e na preservação dos materiais (impressos, audiovisuais, fonográficos e imagéticos). Mesmo entendendo que as bibliotecas estejam receptivas à captação de material bibliográfico, houve uma grande tensão no processo de doação. As bibliotecas, assim como os centros de documentação, são espaços de preservação do conhecimento científico e de acesso público, sendo ambientes propícios ao depósito de arquivo de pessoas, tendo em vista serem espaço de geração de novos conhecimentos, tratamento e difusão.

As relações sociais e afetivas com esses espaços foram a mola propulsora para desencadear as parcelas doadas. Para a família Aquino, a doação não poderia ser realizada de forma aleatória ou transitória, sendo essa marca, inclusive, bastante presente no arquivo do Professor Aquino. As redes de sociabilidade e os itinerários de vida demonstram as conexões entre cultura, educação, esporte, lazer e patrimônio documental, seja no âmbito público, seja no privado. Demonstram ainda a conexão nas relações com as comunidades populares e a sociedade civil, na qual encontrou terreno fértil para difusão de seu conhecimento.

Averiguamos que os recortes temáticos utilizados como critério de dispersão estiveram presentes ao longo da produção e da acumulação no arquivo do Prof. Aquino, favorecendo a estratégia da família em pulverizar a documentação. Entendemos que seja imprescindível identificar os locais de doação do arquivo, bem como suas atividades, relações com o titular e as seleções.

#### **2.4.3 Identificando as instituições custodiadoras**

Nesta seção, especificaremos as instituições selecionadas para família e pela organizadora que, nesse cenário, foi a protagonista na indicação de instituições que poderiam operar o recolhimento das parcelas, ocorrido no período compreendido entre 2015 e 2018.

Tomamos como ponto de partida da identificação dessas entidades custodiadoras a lista de doações e a descrição dos itens doados, dos quais constam as instituições, o gênero documental e o recorte temático enviado para cada uma delas. Esse fato ocorreu, segundo Vera (2022), devido à grande dificuldade em doar as coleções bibliográficas e aos interesses das bibliotecas em obter novos títulos, tomando como estratégia o critério por recortes tematizados.

De acordo com o quadro abaixo, podemos observar que as escolhas das instituições estão relacionadas diretamente com os assuntos de interesse do produtor, seja no âmbito profissional, cultural ou desportivo. Entre os destaques temos as áreas de conhecimento que refletem a sua jornada de vida - educação, cultura, patrimônio e esporte.

Quadro 5: DISPERSÃO DO ACERVO – LOCAIS DE CUSTÓDIA E ASSUNTOS

<b>LOCAIS DE CUSTÓDIA</b>	<b>ASSUNTOS</b>
PUC-RIO/DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA	AMÉRICA LATINA
UFRB – RECÔNCAVO BAIANO – CCH	AMERICA LATINA, CUBA E CHE GUEVARA, DENTRE OUTROS ASSUNTOS
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	BRASIL IMPÉRIO
MUSEU DA REPÚBLICA	BRASIL REPÚBLICA
BIBLIOTECA DE SÃO GONÇALO	CINEMA, LITERATURA DE FICÇÃO, OBRAS DE REFERÊNCIA
MUSEU DE ARTE MODERNA – CINEMATECA	CINEMA
SOS BIBLIOTECAS	CINEMA
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	DITADURA MILITAR NO BRASIL; ATUAÇÃO NO COMITÊ PRÓ-ANISTIA, GRUPO TORTURA NUNCA MAIS
UFRJ – CFCH – FE – PROEDES	EDUCAÇÃO, HISTÓRIA, MOVIMENTOS POPULARES, CULTURA, MILITÂNCIA, PRODUÇÃO LITERÁRIA
COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO	ESPORTE OLÍMPICO
INSTITUTO CRAVO ALBIN	MÚSICA POPULAR BRASILEIRA
BIBLIOTECA PARQUE DA PRAÇA DA REPÚBLICA	SEGUNDA GUERRA MUNDIAL
LICEU FRANCO BRASILEIRO	SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Fonte: Dados da lista de doação, 2017. Elaborado pela autora.

Quanto à seleção das instituições<sup>131</sup>, a Pontifícia Universidade Católica (PUC/Rio) foi a primeira instituição a ser mencionada na entrevista. A instituição foi escolhida por ter sido um espaço por onde Aquino circulou e por ter um centro de memória dedicado ao tema da América Latina. Apesar de ser uma instituição privada, há acesso de pesquisadores externos e internos. A documentação foi posteriormente depositada na Divisão de Documentação e Biblioteca. Segundo relatos de Estela e Vera Lúcia, tiveram grande dificuldade na negociação e na entrega dos materiais, pois, a princípio, os interesses estavam focados nos filmes e documentários (registros em DVDs).

O Museu da República foi escolhido por possuir uma biblioteca especializada. A escolha se deu também por a biblioteca haver sido o local onde lançou seus últimos livros. O museu demonstrou disponibilidade em receber os materiais.

O Instituto Cravo Albin foi bastante receptivo na doação de material fonográfico (disco de vinil, livros e recortes de jornais de música popular brasileira), já que dispõe de coleções doadas por pessoas físicas que desejam doar à instituição suas coleções particulares.

O Museu de Arte Moderna (MAM) também recebeu material audiovisual, composto de filmes e documentários. O contato foi realizado diretamente com os profissionais da Cinemateca, que foram favoráveis ao recebimento da doação. Aquino era considerado pela família como um cinéfilo convicto e frequentava a Cinemateca do MAM como espaço de lazer e sala de aula.

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) recebeu a doação de material bibliográfico, dossiês e vídeos sobre a ditadura civil-militar. A biblioteca acolheu a documentação, tratando-a como uma coleção especial e a disponibilizou para consulta pública. Nesse mesmo arquivo encontram-se alguns fundos arquivísticos de professores, como Manuel Maurício e Jaques Alvarenga, que vivenciaram a ditadura militar e, junto com Aquino, conviveram com o regime.

A Biblioteca do Estado do Rio de Janeiro (atualmente, Biblioteca Parque) absorveu uma coleção de revistas e livros com temática de futebol e outros livros de segmento didático e paradidático. Essa biblioteca, em especial, no período do recolhimento se comprometeu a encaminhar os materiais para bibliotecas do interior do Rio como forma de divulgação de conhecimento (COELI, 2022). A relação com Aquino está na divulgação de seus livros.

A UFRJ figura na escolha por ser um local de memória da educação e dos educadores. A indicação dada por Lígia Aquino foi a de depositar o arquivo no Proedes/FE. A relação de Aquino com a instituição se deu como aluno do curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia e com o

---

131 Quanto ao comitê Olímpico, Liceu Franco Brasileiro e Museu Histórico Nacional, não tivemos esclarecimentos sobre a relação de Aquino com esses espaços nas entrevistas. Nesse caso, preferimos inferir que a relação com o Comitê Olímpico se dá por ele ter se dedicado a escrever um livro sobre a história do futebol. O mesmo Liceu Franco Brasileiro, por ter percorrido sua vida docente dedicado ao ensino de história no segmento do Ensino fundamental II e por ter sido Coordenador do Curso. E a relação com o Museu Histórico Nacional, dada pelo recorte do assunto exposto no quadro n. 5.

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. A negociação ocorreu com muita afetividade. Foi realizado o recolhimento da documentação com recorte pedagógico, entre documentos arquivísticos e bibliográficos (COELI,2022)<sup>132</sup>.

A Universidade do Recôncavo Bahiano foi também contemplada com a destinação da documentação. Sua biblioteca, localizada no Centro de Ciências Humanas, estava formando coleções e recebeu tudo o que foi doado, sendo o local com maior alcance do universo de doação. Apesar de o Professor Aquino não ter relação direta com essa universidade, a indicação ocorreu em função de sua filha Estela fazer parte do quadro docente da instituição.

A Biblioteca de São Gonçalo fugiu à regra dos demais destinos de doação devido à sua formação ser oriunda de entidades não governamentais, sendo constituída por coleções doadas pela e para a comunidade. Pode-se dizer que é uma biblioteca popular do município do Rio de Janeiro. A escolha se deu pela aproximação do Prof. Aquino com sua prática docente em espaços comunitários e na colaboração com as comunidades locais, além de sua atuação como professor em pré-vestibulares comunitários. Nota-se que o material doado se refere aos seus interesses culturais e de lazer.

Diante do exposto, as informações que se referem ao destino<sup>133</sup> dessas doações e o recebimento por parte das instituições, manifestado pelo envio de correspondências, demonstrou que as instituições, mesmo com dificuldades em receber, tratar e divulgar o material estão atentas às demandas da sociedade. Todavia, é importante compreender as dificuldades encontradas pelos doadores, considerando o universo a ser doado.

As relações com as instituições receptoras do acervo estiveram presentes na definição dos espaços de circulação dos documentos, tendo como objetivo buscar alcançar um universo de usuários cada vez mais interessados pela história desses sujeitos sociais.

Os assuntos abordados estão registrados pela documentação bibliográfica (livros, revistas, artigos, recortes de jornais, encadernações de jornais, folhetos, separatas, fascículos e obras de referências, manuais do professor e apostilas de curso), documentação arquivística (correspondências, atas de reunião, planos de curso, ementas, legislação educacional, planos e roteiros de aula, apostilas didáticas, apontamentos, resenhas, filmes, documentários, transcrições de entrevistas, registros orais, álbuns de família e ilustrações dos livros) e documentação museológica (condecorações e homenagens).

A maior parte da documentação arquivística encontra-se ainda com a família, como apontaremos no quadro abaixo:

---

132 Estela ressalta na entrevista que a pandemia interrompeu o processo de doação e que pretende ainda retomar o processo de destinação as instituições. Inclusive cita o Proedes na continuidade deste destino. (AQUINO, 2022),

133 As listas de doação e as cartas de agradecimentos encontram-se com a família.

Quadro 6: Documentação sob a custódia da família

Local de custódia	Assuntos
Família	PESSOAIS, CURSOS E PALESTRAS, HOMENAGENS, MILITÂNCIA POLÍTICA, PROGRAMA FAIXA LIVRE – RÁDIO, PESQUISA OPERAÇÃO CONDOR, ESPECIAL ROSA CARDEAL, PUBLICAÇÕES – EDITORAS.

Fonte: Elaborado pela autora.

A identificação das instituições foram coletadas diretamente das páginas da web. Seguem abaixo:

### **Biblioteca de São Gonçalo<sup>134</sup>**

Nome: Biblioteca Municipal Genebaldo Rosa

Segmento: Cultura

Órgão: Prefeitura de São Gonçalo

Setor: Secretaria Municipal de Educação (Semed)

Natureza jurídica: Pública e Organização não governamental

Site: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo-com-mais-de-50-mil-titulos-para-a-populacao/>

Local: Sede da Secretaria Municipal de Educação (Rua Uriscina Vargas, nº 36, Mutondo).

Horário: segunda a sexta-feira, de 9h às 17h.

### **Missão**

A Biblioteca Municipal Genebaldo Rosa faz parte da Secretaria Municipal de Educação (Semed) e é vinculada à Subsecretaria de Planejamento e Formação Continuada. Desenvolve diversos projetos para a população gonçalense, como a Biblioteca Circulante e a Biblioteca Viva, além das salas em parceria com a Afrotribo.

Os objetivos da Biblioteca Municipal Genebaldo Rosa são ofertar um ambiente saudável para os estudos, apoiar e tentar amenizar as desigualdades sociais existentes e fomentar a leitura. Possui um espaço infantil com 1.500 livros e recebe em média de 200 pessoas por mês, apesar da pandemia, tendo estrutura para receber um número maior de leitores.

<sup>134</sup> Disponível: [\\_https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo-com-mais-de-50-mil-titulos-para-a-populacao/](https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo-com-mais-de-50-mil-titulos-para-a-populacao/) . Acesso em: 02 mai.2022



A biblioteca presta serviços de empréstimo de livros, consulta à internet, dispõe de acesso Wi-Fi e oferece cursos gratuitos online com certificação pela Microsoft e em parceria com a organização não governamental (ONG) Recode. A biblioteca também realiza configuração de trabalhos acadêmicos de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

### **Instituto Cultural Cravo Albin - ICCA**

Segmento: Cultura

Órgão: -

Setor: Biblioteca

Natureza jurídica: Sociedade civil sem fins lucrativos, no Rio de Janeiro, para pesquisa e fomento das fontes da MPB.

Site: <https://institutocravoalbin.com.br/>

#### **Contato**

(21) 2295-2532

Av. São Sebastião, 2 - Urca, Rio de Janeiro/RJ

CEP: 22291-070

Visita guiada com agendamento prévio. Entrada franca.

#### **Missão**

A missão principal é criar as condições necessárias para recebimento, organização e preservação de acervos culturais, especialmente daqueles dedicados à Música Popular Brasileira, constantemente oferecidos para doação ao instituto.

Além da criação, manutenção e permanente atualização do Dicionário Cravo Albin da MPB, o instituto manifesta profunda preocupação educativo-social em relação ao ensino e percepção do fenômeno da Música Popular Brasileira, tanto nas escolas de ensino elementar e médio quanto em áreas carentes, sobretudo em favelas já pacificadas. O projeto MPB nas Escolas é o carro-chefe dessa preocupação educativa e social.

O Instituto Cultural Cravo Albin nasceu em 2001, a partir de uma doação. Coube a Ricardo Cravo Albin transmitir a sede à cidade do Rio de Janeiro – um charmoso sobrado no bairro da Urca. De quebra, o patrono deixou também valioso acervo que fora acumulado ao longo de sua vida.

Não foi um esforço solitário: a ideia do espaço encontrou eco em outros cantos,

fazendo do instituto um catalisador cultural do Rio. Uma lista de doadores - que vai de Nélida Piñon a Joaquim Falcão, passando por Anna Bloch e Mary Ventura - exemplifica alguns dos parceiros do ICCA, importantes para que o projeto do instituto siga em frente e seja ampliado. Vitrolas, vinis, programas de rádio e vestimentas fazem do ICCA uma espécie de museu da MPB. Juntaram-se a essa proposta nomes como Geraldo Casé, René Haguenauer, Mario Priolle e Ivon Curi, entre dezenas de outros. Além da boa vontade, trouxeram peças importantes para se montar o quebra-cabeça chamado MPB.

As doações vão desde objetos antigos a gravações históricas – como um encontro de Pixinguinha, Tom e Vinícius no Clube de Jazz e Bossa. Uma coleção completa de duas toneladas de discos pertencentes ao dono de uma rádio desativada na cidade de Guaratinguetá, São Paulo, foi doada ao ICCA.

### **Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO**

Segmento: Educação

Órgão: -

Setor: Divisão de Bibliotecas e Documentação

Natureza Jurídica: Associação privada, filantrópica e sem fins lucrativos.

Site: <https://www.dbd.puc-rio.br/sitenovo/#aviso>

Contato:

Rua Marquês de São Vicente, 225 Edifício da Amizade - Ala Frings - 3º andar 22451-900 - Gávea - Rio de Janeiro - RJ – Brasil (21) 3527-1092 / (21) 3527-1714 [bcentral@dbd.puc-rio.br](mailto:bcentral@dbd.puc-rio.br)

### **Missão**

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) é uma instituição comunitária de educação superior, filantrópica e sem fins lucrativos, de acordo com Portaria n.º 679, de 12/11/2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Visa produzir e propagar o saber a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo por base pluralismo e debates democráticos, objetivando, sobretudo, a reflexão, o crescimento e enriquecimento da sociedade.

A internacionalização do ensino e o intercâmbio entre culturas e saberes são propostas acolhidas pela PUC-Rio diante de um mundo globalizado. A instituição busca excelência na pesquisa, no ensino e na extensão para a formação de profissionais

competentes, habilitados ao pleno desempenho de suas funções.

Sua biblioteca disponibiliza uma série de serviços para os integrantes da comunidade PUC-Rio por meio de canais da intranet. A prestação de serviço externo se dá por meio da Pesquisa Integrada - busca simultânea em várias fontes de informação: catálogo das Bibliotecas PUC-Rio, Portal Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), e-books, periódicos eletrônicos, entre outras. Para acessar alguns conteúdos na íntegra, fora do campus, é necessário configurar o acesso remoto.

A pesquisa no catálogo tradicional das Bibliotecas proporciona acesso a publicações impressas e em outros suportes, além de teses e dissertações digitais da PUC-Rio. As teses digitais possibilitam recuperar a coleção de teses e dissertações digitais da PUC-Rio, com a opção de filtrar somente aquelas de livre acesso. As de acesso restrito são liberadas somente para comunidade PUC-Rio e necessitam login e senha.

Entre os demais serviços disponíveis estão: consulta, empréstimo, renovação e reserva, solicitações de artigos, capítulos de livro, teses, livros localizados nos depósitos externos (Tinguá e Matteo Ricci), Empréstimo Entre Bibliotecas (EEB) para professores, alunos de pós-graduação e graduação (no período de elaboração do trabalho de conclusão de curso) e funcionários.

O acesso remoto permite pesquisar e acessar, fora do campus da universidade, o conteúdo da área restrita e os textos completos disponíveis na pesquisa integrada.

Dispõe ainda de treinamentos para orientar a comunidade PUC-Rio quanto ao uso dos recursos disponibilizados pela biblioteca, além de visitas guiadas para apresentar o espaço físico da Biblioteca Central e seus serviços. Dispõe também de serviço *Fale Conosco*, composto por canais de comunicação com a biblioteca.

## **Museu Histórico Nacional - MHN**

Segmento: Cultura

Órgão: Instituto Brasileiros de Museus (IBRAM) / Secretária Especial de Cultura/Ministério do Turismo

Setor: Núcleo de Acervo Bibliográfico

Natureza Jurídica: autarquia federal

Site: <https://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/>

Contato:

Praça Marechal Âncora S/N Centro - Rio de Janeiro – RJ 20021-200

Funcionamento: Quarta a sexta - das 10h às 17h / Sábado e domingo - das 13h às 17h.

Telefone: Biblioteca – (21) 3299-0351 / mhn.biblioteca@museus.gov.br

Ingressos: O MHN está temporariamente com entrada gratuita. Não é preciso a retirada antecipada de ingresso.

### **Missão**

O Museu Histórico Nacional (MHN) é um museu dedicado à história do Brasil e está localizado na praça Marechal Âncora, no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro. Foi criado em 1922 pelo presidente Epitácio Pessoa, como parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Seu primeiro diretor foi o advogado e jornalista Gustavo Barroso.

Atualmente, o Museu Histórico Nacional ocupa todo o complexo arquitetônico da Ponta do Calabouço e se tornou o mais importante museu de história do país, reunindo um acervo com mais de 300 mil itens entre objetos, documentos e livros, sendo uma instituição de produção e difusão de conhecimento.

O MHN mantém, em 9.000m<sup>2</sup> de área aberta ao público, galerias de exposições de longa duração e temporárias, além da biblioteca especializada em história do Brasil, história da arte, museologia e moda. Conta também com o Arquivo Histórico, que dispõe de importantes documentos manuscritos, aquarelas, ilustrações e fotografias, entre as quais exemplares de Juan Gutierrez, Augusto Malta e Marc Ferrez. Mantém, ainda, programas voltados para estudantes, professores, terceira idade e comunidades carentes. As áreas de Reserva Técnica, Laboratório de Conservação e Restauração Numismática (coleção de moedas e outros valores impressos) podem ser consultadas, mediante agendamento prévio.

### **Museu da República (MR)**

Órgão subordinado: Instituto Brasileiros de Museus (IBRAM) / Secretária Especial de Cultura / Ministério do Turismo

Classificação: Cultura

Natureza Jurídica: autarquia federal

Site: <https://museudarepublica.museus.gov.br/o-museu/>

Rua do Catete, 153 – Catete Prédio Anexo, 3º andar

Tel: 2127-0339 / 2127-0343 mr.biblioteca@museus.gov.br

Setor: Biblioteca do Museu da República

### **Missão**

O primeiro registro do livro de tomo da Biblioteca data de 11 de agosto de 1964, quatro anos após o Palácio do Catete, até então sede da Presidência da República, ter se transformado no Museu da República. Nessa época, o Museu da República (MR) fazia parte da estrutura do Museu Histórico Nacional (MHN), Divisão de História da República, e o acervo da Biblioteca começou a ser formado por obras transferidas do acervo do próprio MHN, acrescido por doações de nomes expressivos da história republicana brasileira ao longo dos anos.

Em 1983, o Museu da República se desvinculou do Museu Histórico Nacional, teve o seu primeiro regimento interno aprovado e a biblioteca passou a fazer parte da Divisão de Documentação e Pesquisa. Entre 1986 e 1988, como parte de uma reestruturação administrativa, teve o seu acervo atualizado, por meio de um convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com a aquisição de obras de referência, história, literatura e artes.

Na década de 1990, a biblioteca foi transferida do térreo para o terceiro andar do prédio anexo, seu acervo foi automatizado e publicou três bibliografias: *Igreja Positivista do Brasil*, *Cidade do Rio de Janeiro* e *Acervo Vargas*.

A partir de 2010, a biblioteca iniciou um trabalho de reavaliação de seus processos de seleção, aquisição, organização, preservação do acervo e atendimento ao público para encontrar a melhor maneira de colocar à disposição dos pesquisadores, internos e externos, a informação armazenada ao longo de sua história.

A biblioteca do MR possui em seu acervo livros, folhetos, revistas, jornais, CDs e DVDs.

Especializada em história do Brasil, período republicano, possui também obras de ciências sociais, biblioteconomia, arquivologia, museologia, educação, arte, arquitetura, entre outros, assim como informação sobre a memória institucional do Museu da República.

Atende a pesquisadores internos e externos que necessitem utilizar seu acervo. A biblioteca não realiza empréstimos para pesquisadores externos, estando seu acervo disponível apenas para consulta local. O acesso às estantes é restrito aos funcionários. A pesquisa ao banco de dados é local e realizada por bibliotecários. Esse procedimento permite que a biblioteca verifique se possui o acervo solicitado, economizando, assim, o tempo do

pesquisador.

### **Museu de Arte Moderna – MAM Rio**

Segmento: Cultura

Órgão: -

Setor: CINEMATECA / Coordenadoria de Documentação e Pesquisa

Natureza Jurídica: sociedade civil de interesse público sem fins lucrativos

Site: <https://mam.rio/>

Localização: Av. Infante Dom Henrique, 85 Parque do Flamengo Rio de Janeiro

Tels. (55 21) 3883-5630 e (55 21) 3883-5631 Email: [cinemateca@mam.rio](mailto:cinemateca@mam.rio)

Horário administrativo: 9h às 18h, segunda a sexta.

Padrões de acessibilidade: acesso para cadeirantes em piso térreo.

Ingressos: grátis, salvo indicação em contrário na agenda.

### **Missão**

O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM Rio) é uma instituição referência para a arte e para a cultura do país. Fundado em 1948, possui uma das mais relevantes coleções de arte moderna e contemporânea da América Latina, com mais de 16 mil obras. Sua atuação se dá sobre o tripé arte-educação-cultura.

Dispõe de acervos documentais e bibliográficos especializados em arte moderna e contemporânea do país. Além de salvaguardar a memória da instituição, o setor atende demandas internas e externas de pesquisa e produz conteúdo sobre a história do museu e as coleções de arte que abriga. Os arquivos particulares sob comodato da Cinemateca, por sua condição especial, só podem ser consultados mediante autorização dos depositantes ou detentores legais.

Desde sua criação, em 1955, a Cinemateca tem desempenhado sua missão institucional de salvaguardar a memória do cinema brasileiro e mundial (tal como ele se apresenta no Brasil), sempre aquém do volume de material produzido na área cinematográfica e audiovisual, mas com todos os esforços possíveis para constituir um conjunto orgânico e suficientemente significativo, de modo a subsidiar a sociedade em suas demandas de pesquisa, conhecimento e criação.

A Cinemateca do MAM Rio marca profundamente a vida cultural e artística da cidade do Rio de Janeiro. Diante do desafio imposto pela era digital, segue desenvolvendo um trabalho de salvaguarda do passado, ao mesmo tempo em que coleta e apoia o presente e não

ignora o futuro.

No início dos anos 1990, incorporou a biblioteca, que era até então independente e funcionava no Bloco de Exposições. Em razão de reestruturação interna, o acesso aos acervos documentais e bibliográficos está temporariamente suspenso.

### **Instituto Olímpico Brasileiro - COB**

Segmento: Esporte

Órgão: Comitê Olímpico Internacional (COI)

Setor: Biblioteca COB

Natureza Jurídica: Organização não governamental

Site: <https://www.cob.org.br/pt/cob/home/biblioteca>

Agende sua visita através do e-mail: [biblioteca@cob.org.br](mailto:biblioteca@cob.org.br)

Atendimento presencial, e-mail e telefone.

Horário de funcionamento: De segunda a sexta-feira, das 8h30 às 17h30

Localização

Av. das Américas, 899 Barra da Tijuca 22631 000 Rio de Janeiro RJ Brasil

Tel. [55 21] 3433-5777 Fax. [55 21] 3433-5777

### **Missão**

O Comitê Olímpico do Brasil (COB) é uma organização não governamental, filiada ao Comitê Olímpico Internacional (COI), que trabalha na gestão técnica, administrativa e política do esporte nacional. A missão do COB é desenvolver e representar com excelência o esporte de alto rendimento do Brasil, trabalhando na melhoria de resultados esportivos do Time Brasil, elevando a maturidade de gestão do COB e Confederações filiadas e fortalecendo a imagem do esporte olímpico brasileiro. É dever do COB, ainda, proteger e promover os valores olímpicos em território nacional.

Ao longo de seus 107 anos de existência (fundado em 8 de junho de 1914), o COB já levou o Brasil à conquista de 150 medalhas (37 de ouro, 42 de prata, 71 de bronze) em Jogos Olímpicos e 37 medalhas em Jogos Olímpicos da Juventude (11 de ouro, 15 de prata e 11 de bronze). A principal fonte de recursos do COB para o cumprimento de seus objetivos estratégicos é oriunda da Lei Federal n.º 13.756/2018, que destina um percentual da arrecadação das loterias federais ao esporte. Os recursos são geridos respeitando os preceitos de administração pública e transparência, tendo seu uso auditado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria Geral da União (CGU).

A Biblioteca do Comitê Olímpico do Brasil, criada em 1996, concentra obras raras

e exclusivas referentes a Jogos Olímpicos, Pan-Americanos e Sul-Americanos, ao Movimento Olímpico, bem como à história e evolução do esporte no Brasil e no mundo. Reúne mais de 21 mil documentos entre livros, teses, periódicos e material multimídia (CDs, DVDs, CD-Roms). É a única biblioteca brasileira que dispõe de relatórios oficiais dos Jogos Olímpicos e dos relatórios das cidades candidatas ao maior evento esportivo do mundo. O acervo conta com algumas preciosidades, com destaque para Olímpia, exemplar original do livro da fotógrafa alemã Leni Riefensthal sobre os Jogos Olímpicos Berlim 1936. Você também tem acesso a raridades como o relatório oficial de resultados dos primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna, em versão bilíngue (grego e francês), com data de 1896, além de livros sobre esgrima de 1893 e do início do século passado.

### **Biblioteca Parque da Praça da República - BPE**

Segmento: Cultura

Órgão: Governo do Estado do Rio de Janeiro / Secretária de Cultura e Economia Criativa

Setor: Biblioteca - BPE

Natureza Jurídica: Público

Site: <http://cultura.rj.gov.br/biblioteca-parque-estadual-reabre-ao-publico-com-acesso-controlado/>

[https://visit.rio/que\\_fazer/8678/](https://visit.rio/que_fazer/8678/)

Localização: Avenida Presidente Vargas, 1.261, Centro.

Horário: 10h às 16h

Agendamento pelo link: [agendamento](#)

### **Missão:**

A Biblioteca Parque da Praça da República (BPE) foi criada para oferecer um acervo de mais de 200 mil livros de ficção e não ficção, livros de arte, quadrinhos, biblioteca infantil e 20 mil filmes. A biblioteca promove também experiências únicas com oficinas, laboratórios, plataformas multimídia e uma diversidade de linguagens artísticas. É um ponto de encontro da comunidade, um lugar acessível onde se estimulam a leitura e a construção de saberes, além de nela serem desenvolvidas produções artísticas.

A biblioteca é acessível e conta com uma equipe especializada para atender às pessoas com deficiência (PCD), para as quais existem acervo e equipamentos especiais. Seu programa de educação busca criar uma relação prazerosa com a leitura, apresentando a biblioteca como um espaço a ser frequentado no cotidiano.

Alguns espaços da biblioteca: Acervo, Café Literário, Biblioteca Infantil, Quadrinhos, Auditório Darcy Ribeiro, Espaço do Ócio, Espaço Multimídia, Espaço Expositivo, Espaço Leitores Especiais, Pátio, Laboratórios e Aquários. Dispõe para acesso ao público do ca-



tálogo online para consulta das obras.

### **Colégio Liceu Franco-Brasileiro - CLFB**

Órgão subordinado: Mec

Classificação: Educação

Natureza Jurídica: Sociedade Anônima Fechada

Site: [://liceufranco.com.br/](http://liceufranco.com.br/)

Endereço: Rua das Laranjeiras, 13 Rio de Janeiro, RJ CEP 22.240-000

Setor: Biblioteca

### **Missão**

O Colégio Franco-Brasileiro (CLFB) sempre esteve presente nos eventos culturais, sociais e educacionais da cidade do Rio de Janeiro. À época de sua fundação, formou uma rede de sociabilidade que apontava para encontros franco-brasileiros da intelectualidade carioca, incluindo professores diretamente ligados à escola.

Ao longo dos anos, o colégio atendeu às famílias que buscavam dar a seus filhos uma educação francesa, que fizesse parte do dia a dia. O modelo de duas seções de ensino perdurou até o ano de 1984, quando a seção francesa deixou a sociedade e foi criado o Lycée Molière, no mesmo bairro. Já como Colégio Franco-Brasileiro, a instituição continuou seguindo as orientações do Ministério da Educação (MEC) e as bases curriculares nacionais, porém sem perder de vista a sua origem como escola francesa. Dessa maneira, temos, hoje, não só o ensino da língua francesa no currículo escolar, mas também uma busca de aproximação com a cultura francesa em várias outras atividades pedagógicas.

Atualmente, o Colégio Franco-Brasileiro, tendo incluído também o ensino do inglês desde a educação infantil até o ensino médio, ocupa um lugar de destaque no panorama da educação nacional e fundamenta sua proposta pedagógica em valores humanistas que dão base à construção de um ser humano solidário, crítico e voltado para a construção de uma sociedade mais justa.

O Colégio Franco-Brasileiro tem como compromisso garantir uma educação de excelência, feita de maneira global, com base em uma formação socioemocional sólida.

### **Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB**

Segmento: Educação

Órgão: MEC

Setor: Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL/Biblioteca Universitária de Cachoeira

Natureza Jurídica: autarquia federal

Site: <https://ufrb.edu.br/portal/>

Biblioteca Universitária de Cachoeira (CAHL)

Telefone: (75) 3425-3190

Site: <https://www.ufrb.edu.br/bibliotecacahl/>

E-mail: [biblioteca@cahl.ufrb.edu.br](mailto:biblioteca@cahl.ufrb.edu.br)

## **Missão**

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), de acordo com seu estatuto, tem por finalidade gerar e compartilhar conhecimento, promover formação continuada, diplomar nas diferentes áreas do saber, contribuir com amplo e diversificado intercâmbio de conhecimento com a sociedade por meio da extensão aberta e inclusiva, melhorar o ensino em todos os níveis e modalidades, visando ao exercício de atividades profissionais e à participação no desenvolvimento do Recôncavo, do estado e do país. Tem por missão formar cidadãos criativos, empreendedores e inovadores, contribuindo para o desenvolvimento social, tecnológico e sustentável, promovendo a inclusão e valorizando as culturas locais. Ser reconhecida como instituição de excelência e referenciada pela geração e difusão do conhecimento.

A Biblioteca Universitária de Cachoeira (BUC) é integrante do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (SIB/UFRB). Atende ao Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL).

A biblioteca como missão ser um instrumento de modernidade, comprometido com a qualidade, renovada em seus métodos de trabalho e estar sintonizada com a comunidade universitária. Tem como visão a excelência dos serviços prestados, além de ser um sistema de bibliotecas de referência no âmbito da comunidade universitária e outras comunidades.

## **Objetivos**

- I - dar suporte aos programas de ensino, pesquisa e extensão;
- II - definir a política de desenvolvimento dos diferentes acervos que compõem as bibliotecas da UFRB;
- III - possibilitar à comunidade universitária, o acesso à informação armazenada;
- IV - promover intercâmbio de experiências e acervos.

## **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ**

Segmento: Patrimônio documental

Órgão subordinado: Governo do Estado / Casa Civil

Setor: Secretária de Estado da Casa Civil

Natureza Jurídica: Órgão público do Estado.

Site: [www.aperj.rj.gov.br](http://www.aperj.rj.gov.br)

## **Missão**

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) tem por finalidade implementar a política estadual de arquivos definida pelo Conselho Estadual de Arquivos (Conearq) por meio da gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e divulgação do patrimônio documental estadual, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar a administração pública e a tomada de decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

## **Biblioteca**

A biblioteca é especializada em história fluminense e história política nacional e tem como objetivo atender os técnicos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, os demais servidores do estado e pesquisadores em geral.

O acervo bibliográfico é composto por cerca de dez mil títulos e trinta e sete mil volumes de obras gerais e de referência, periódicos (jornais e revistas), publicações oficiais, coleções pessoais e impressos pertencentes aos arquivos e coleções institucionais. Contém dissertações e teses produzidas por pesquisadores que recorrem ao acervo documental do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Merecem destaque as publicações oficiais de legislação, atos do executivo e anais do legislativo: leis do Império do Brasil, da Província e do antigo e novo Estado do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara e Município do Distrito Federal; Relatórios dos Presidentes da Província e do Estado do Rio de Janeiro; Diários Oficiais do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro; Expedientes do Estado do Rio de Janeiro e as coleções formadas por jornais alternativos, panfletos e folhetos apreendidos pelas polícias políticas do Rio de Janeiro.

A biblioteca é também responsável pela preservação da memória editorial do APERJ, sendo a guardiã de exemplares dos títulos publicados pela instituição em versão impressa ou digital.

## **Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ**

Segmento: Educação

Órgão subordinado: MEC

Setor: Faculdade de Educação /Proedes

Natureza Jurídica: Autarquia federal

Sites: <https://ufrj.br/> e <http://www.educacao.ufrj.br/proedes/documentacao/>

## **Missão**

A missão da UFRJ é contribuir para o avanço científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação de uma sociedade justa, democrática e igualitária. Visa posicionar-se entre os líderes mundiais na formação qualificada e emancipadora em diferentes áreas do saber, integrando-as de maneira a construir respostas para os inúmeros desafios do nosso século, destacando-se como um veículo transformador da realidade socioeconômica e ambiental.

O Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes) articulou-se, inicialmente, a partir da investigação e organização que pesquisadores e bolsistas ligados à Faculdade de Educação empreenderam junto ao acervo da Faculdade Nacional de Filosofia. Esse primeiro movimento concretizou-se de janeiro de 1987 a 1990 quando, como um projeto integrado, criou-se o Proedes. Em 1994, foi reconhecido oficialmente como programa pela Congregação da Faculdade de Educação e, em 1995, pela Coordenação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) e pelo Conselho de Ensino para Graduados – CEPG da UFRJ. O Proedes tem se empenhado em desenvolver estudos e pesquisas, bem como em examinar, recuperar e organizar fontes documentais, constituindo-se, assim, em um centro de documentação interessado em problematizar a memória e a história da educação brasileira. Como programa, tem por objetivos: a) realizar estudos e pesquisas referentes ao fenômeno da educação, tematizando as diversas modalidades de instituições e saberes educativos, suas práticas e sujeitos; b) contribuir para a formação de pesquisadores; c) constituir-se em um centro de documentação em educação brasileira.

Diante das especificidades institucionais, podemos observar no quadro abaixo (quadro 7) que existe uma percepção desses espaços privilegiados que varia entre o âmbito e segmento de atuação. As instituições que tiveram mais alcance foram as de âmbito público, apesar de a família do Professor Aquino manifestar a dificuldade em negociar a doação. Por outro lado, no âmbito privado, as instituições demonstraram interesse e facilidade em receber e tratar a documentação entregue. O segmento da cultura está atrelado aos espaços de custódia em que estão as bibliotecas.

Quadro 7: Área de concentração das instituições de custódia

Âmbito	Segmento
Público – 06 – Federal e Estadual	Cultura - 06
Privado - 04	Educação - 04
Sociedade Civil - 02	Patrimônio - 01
	Esporte - 01

Fonte: Elaborada pela autora.

### 2.3 Cartografia da dispersão do arquivo RSLA

Estabelecer uma cartografia da dispersão desse arquivo é uma proposta que deriva do conceito de cartografia utilizado pela geografia, que mapeia e demarca os espaços com limites determinados. A cartografia pode ser aplicada como uma metodologia para referenciar a localização dos dados e possui desdobramentos. Nesta pesquisa, optamos por seguir uma definição proposta por Prado Junir e Teti (2013), que utilizam a cartografia social em uma metodologia utilizada no campo das Ciências Sociais e Humanas. De acordo com os autores:

[...]existem tantas cartografias possíveis quanto campos a serem cartografados, o que coloca a necessidade de uma proposição metodológica estratégica em relação a cada situação ou contexto a ser analisado, indicando que dessa perspectiva método e objeto são figuras singulares e correlativas, produzidas no mesmo movimento, e que não se trata aqui de metodologia como conjunto de regras e procedimentos preestabelecidos, mas como estratégia flexível de análise crítica. (JUNIOR;TETI, 2013, p. 1)

A cartografia social<sup>135</sup>, como definida por Prado Junior e Teti (2013), tem por finalidade estabelecer a estratégia de análise crítica e ação política, um olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias e a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência. Será aqui utilizada para compreender se a dispersão é porta de acesso à documentação de Aquino nas diversas instituições.

Estabelecemos, nesta pesquisa, as técnicas de coleta de dados por meio de formulário semiestruturado, com a finalidade de obter o mapeamento das entidades custodiadoras, tendo como descritores: dados institucionais e pessoais, dados dos documentos, política de aquisição e incorporação do acervo, tratamento técnico e

135 PRADO FILHO, Kleber e TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbaroi* [online]. 2013, n.38, pp. 45-49. ISSN 0104-6578.

disponibilização. O questionário<sup>136</sup> foi aplicado no formato remoto e encaminhando por e-mail para treze instituições. Os contatos dos e-mails foram cedidos pela organizadora e estavam desatualizados.

Quatro instituições responderam à pesquisa via formulário. Foram elas: Aperj, PUC-Rio, UFRJ e UFRB. Outras instituições responderam diretamente por e-mail de maneira informal, já que no questionário não havia a previsão de uma variável de negação quando não encontrado o registro da informação na instituição. Entre as que responderam por e-mail estão o Cômite Olímpio Brasileiro e a Biblioteca de São Gonçalo, sendo que ambos já manifestaram ausência de dados. As que responderam ao e-mail enviado indicando a possibilidade de terem recebido a documentação e informando que fariam a pesquisa em suas bases de dados foram Liceu Franco-Brasileiro, Museu de Arte Moderna e Biblioteca Parque da Praça da República. Posteriormente, das três instituições, o Liceu não se manifestou; o MAM acusou a entrega, mas apresentou dados incipientes; e a Biblioteca Parque fez diversas buscas em sua base de dados, não encontrando registro de entrada, mas afirmando ter identificado o registro de 25 obras didáticas e paradidáticas de autoria do Prof. Aquino. Algumas instituições não responderam às nossas tentativas de contato, como o Museu Histórico Nacional, o Museu da República e o Instituto Cultural Cravo Albin.

Houve a preocupação de realizar contato por diversos canais de atendimento, como redes sociais (Instagram e Facebook), fale conosco e e-mail da comunicação institucional, todos sem sucesso. O esforço na coleta dos dados perdurou por dois meses, a fim de que pudéssemos consolidar os dados.

Diante do exposto, observamos que pelos canais oficiais de atendimento ao público e por meio de formulário eletrônico, infelizmente não tivemos receptividade por parte das instituições, mesmo que a pesquisa estivesse oficializada pelo programa de pós-graduação, o que caracteriza uma falha no que tange ao se pensar a dispersão como estratégia de acesso. Interpretamos a falta de informação como um dado relevante para demonstrar que a estratégia de pulverizar o arquivo não foi, nesse caso, garantia de acesso.

Entre as que responderam ao questionário, mesmo que em um universo pequeno de apenas quatro (04) respostas, analisamos os seguintes dados:

**Segmentos:** educação e patrimônio

**Política de aquisição de acervos ou similar:** PUC-Rio e Aperj

---

136 O questionário encontra-se disponível no Apêndice E deste trabalho.

**Entrada do acervo:** PUC-Rio e Aperj em 2016; Proedes, em 2017; e UFRB, sem informação

**Termo de doação para a família:** PUC-Rio, Aperj e Proedes. UFRB, sem informação.

**Avaliação/seleção e descarte:** Proedes descartou somente fotocópias ou vias em duplicidade.

**Ter ciência da dispersão:** UFRB e UFRJ. Aperj, desconhecia e PUC-Rio, sem informação.

**Tratamento técnico:** Aperj, UFRJ, UFRB e PUC-Rio

**Crerios metodológicos de tratamento:** Coleções – Catalogação Bibliográfica ( PUC-Rio e Aperj) e Fundo Arquivístico – Método funcional. UFRB, sem informação.

**Tipologias recebidas:**

Aperj - documentos bibliográficos como, livros, manuscritos, periódicos, panfletos, folhetos, encadernados, trabalhos acadêmicos e DVDs.

PUC-Rio – livros

UFRJ - livros, recortes de jornal, roteiros de aulas, cartas, panfletos e manuscritos.

UFRB – sem informação

**Conteúdos temáticos:**

Aperj - Operação Condor, ditadura militar e Guerrilha no Araguaia.

PUC-Rio – História da América Latina

– UFRJ - história geral e do Brasil, ensino de história, materiais didáticos e políticas educacionais.

UFRB – sem informação

**Quantidade de itens / Autenticidade dos documentos (originais e/ou cópias)**

Aperj – 562 itens / originais e cópias.

PUC-Rio – 145 itens / originais

UFRJ – 1340 itens / originais e cópias

UFRB – sem informação

**Disponível para o acesso / De que forma**

Aperj, PUC-Rio e UFRB – Estão disponíveis. Na primeira, em catálogo online; na segunda, presencial; e terceira, por e-mail.

Proedes – em fase de organização.

A cartografia da dispersão (quadro 8) tem por objetivo apresentar o panorama geral da dispersão do arquivo do Professor Rubim Santos Leão de Aquino a partir dos dados coletados de entrevistas com Vera Lúcia (bibliotecária e organizadora do arquivo) e Estela Aquino (filha), das listagens de doação elaboradas por Vera e pelas cartas de agradecimento e termos de doação das instituições receptoras<sup>137</sup>, bem como da aplicação do questionário. Entre os descritores utilizados para sistematizar a cartografia estão: data de doação/retenção, locais de custódia e tipologias dos espaços, documentos doados, assuntos ou temas abordados, dimensão, tratamento documental e se houve difusão, ou seja, se estão acessíveis para consulta.

Nesta cartografia da dispersão, priorizamos a ordenação dos períodos de doação de forma cronológica para entendermos por onde começam as escolhas das instituições e quais os gêneros documentais prioritários na dispersão.

Em relação aos locais de custódia e às tipologias dos espaços, destacamos as instituições e as entidades custodiadoras. No que tange às instituições jurídicas, foram diferenciadas entre públicas e privadas com acesso ao público. Nem todas têm a missão de preservação ou são memorialísticas, mas os espaços onde estão depositadas as parcelas, estes sim, têm em sua missão e visão preservar e dar acesso aos arquivos. Sendo assim, buscamos identificar as categorias desses espaços, como os centros de documentação e as bibliotecas. Julgamos ser de interesse identificar quais os tipos de bibliotecas, já que a sua caracterização estabelece a formação e aquisição dos seus acervos, bem como a relação com o tratamento documental.

Sobre os documentos doados, optamos por descrever as tipologias e matérias produzidos e acumulados para identificar quais são, o que são e sua relação com as instituições. Percebemos ainda que, em sua maioria, referem-se a documentos bibliográficos e poucos documentos arquivísticos doados. Entre as instituições que receberam documentos arquivísticos, estão Cinemateca (MAM), Instituto Cravo Albin, Aperj, PUC-Rio e UFRJ (Proedes).

Os assuntos e os temas foram recortes temáticos dados pela organizadora e pela família, considerando o perfil das bibliotecas e dos centros de documentação e cultura com linhas temáticas. Considerando o universo a ser doado e a restrição imposta pela incorporação desses acervos às instituições, optou-se pela salvaguarda em variadas instituições que estivessem dispostas a receber e salvaguardar o patrimônio documental.

A dimensão do arquivo pressupõe a estimativa dos gêneros documentais e suas

---

<sup>137</sup> A documentação soferente a cartas e termos de doação foi cedida por Estela Aquino, com a finalidade de complementar dados indisponíveis para consulta pelas instituições.



quantidades. Estabelecemos a contagem informada por itens - exemplares de livros, panfletos, fascículos, obras de referências, periódicos, documentos arquivísticos /textuais dos mais variados, filmográficos e documentários em películas.

O tratamento documental de cada parte tratada nas dependências de custódia pressupõe entender o método de tratamento técnico utilizado por cada entidade. Pretendíamos identificar quais tipos de coleções foram formadas e se havia uma abordagem arquivística.

A questão de políticas de aquisição foi estipulada no questionário, apesar de ser um dado que não irá aparecer na cartografia. Observamos, entretanto, que poucas instituições informaram sobre as políticas; somente uma instituição dispõe dessa informação nas páginas da internet. Esse dado indica que os critérios podem e devem ainda estar sendo realizados pelos interesses relacionados a recortes de pesquisas específicos.

A difusão das partes tratadas tinha a função de identificar se os documentos estariam disponíveis para consulta, tanto em plataformas digitais quanto no acervo físico, de forma presencial, por aqueles interessados pela pesquisa. Nesse tópico, compreender se a dispersão atingiu eficiência em promover o acesso foi crucial para este estudo.

Quadro 8 – Cartografia da dispersão do Arquivo Professor Rubim Aquino

<b>DATA DOAÇÃO/RETENÇÃO</b>	<b>LOCAIS DE CUSTÓDIA / TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS</b>	<b>DOCUMENTOS DOADOS</b>	<b>ASSUNTOS / TEMAS</b>	<b>DIMENSÃO</b>	<b>TRATAMENTO DOCUMENTAL</b>	<b>DIFUSÃO</b>
26/01/2015	MUSEU DE ARTE MODERNA – CINEMATECA  (Centro de Documentação e Pesquisa)	Livros, Filmes, fascículos (coleção),	Cinema, Televisão e Rádio	Total – 127 itens Bibliográficos – 85 Documentos textuais e impressos – s.dado Filmográficos – 72 itens	Coleção geral Não obtivemos dados exatos. Em fase de tratamento do material filmográfico no setor de conservação. Os livros foram inseridos na base de dados da Cinemateca	Indisponível para consulta
20/02/2015	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BIBLIOTECA MUNICIPAL GENELBADO ROSA - SÃO GONÇALO (Biblioteca escolar)	Filmes, livros de ficção, dicionários e enciclopédia	Cinema, Literatura de Ficção, Obras de referência	Bibliográficos – 6 caixas Filmográficos – 29 caixas	Não obtivemos dados	Indisponível para consulta
20/03/2015	COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO / BIBLIOTECA DO COB (Biblioteca especializada)	Livros	História do esporte olímpico	Bibliográficos - 03	Coleção geral Descrição bibliográfica no formato MARC21 de acordo com AACR2	<u><a href="#">Terminal - SophiA</a></u> <u><a href="#">Biblioteca Web (cob.org.br)</a></u>
29/05/2015	INSTITUTO CRAVO ALBIN / Centro de Memória do patrimônio cultural  (Centro de Memória)	Livros e encadernações	Música popular brasileiro	Bibliográfico – 6 cx Encadernações – 02 itens	Não obtivemos dados	Indisponível para consulta
28/09/2015	SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA / BIBLIOTECA PARQUE DA PRAÇA DA REPÚBLICA	Livros, revistas e filmes	Segunda Guerra Mundial, Futebol,	Total – 900 itens Entre bibliográficos	Coleção especial - Guanabarina.  Alguns livros foram re-	<u><a href="https://visit.rio/que_fazer/8678/">https://visit.rio/que_fazer/8678/</a></u>

	(Biblioteca especializada)			e filmográficos.	passados as bibliotecas da Rede	Constam na base 25 títulos dos livros didáticos e paradidáticos em autoria de Aquino.
17/02/2016	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – BIBLIOTECA MHN (Biblioteca Especializada)	Livros	Brasil Colônia/Império	Total – 52 itens Bibliográficos - 52	Coleção Geral	Indisponível para consulta
29/03/2016	SECRETÁRIA DE ESTADO DA CASA CIVIL / ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Biblioteca Aperj (Biblioteca especializada)	Livros, manuscritos, periódicos, panfletos, encadernações, trabalhos acadêmicos, filmes, cartazes.	Ditadura Militar do Brasil; Atuação no Comitê Pró-Anistia, Grupo Tortura Nunca Mais, Operação Condor, Guerrilha do Araguaia	Total – 562 itens Bibliográficos – 404 Filmográfico – 56 Documentos textuais – 60 itens Encadernações – 42 Planfletos e impressos -02	Coleção especial  Descrição bibliográfica no formato MARC21 de acordo com AACR2	<a href="http://200.222.27.137/Biblivre5/?action=search_bibliographic#query=Rubim+aquino&amp;material=all">http://200.222.27.137/Biblivre5/?action=search_bibliographic#query=Rubim+aquino&amp;material=all</a> Atendimento presencial com agendamento.
05/04/2016	PUC-RIO / DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA (Biblioteca Universitária)	Livros e documentos diversos	História da América Latina	Total – 470 itens Bibliográficos – 426 itens Documentos textuais – 44 itens	Coleção especial  Os títulos foram catalogados, indexados e classificados pelo sistema Dewey e organizados por ordem de classificação.	<a href="http://dbd.puc-rio.br">DBD PUC RIO (puc-rio.br)</a>  Disponível para consulta somente presencial com agendamento pelos canais de atendimento
01/04/2017	UFRJ – CFCH – FE – PROEDS (Centro de Documentação)	Documentos manuscritos, textuais e impressos, ilustrações, recortes de jornais e revistas e também livros autorais e coautorais, didáticos e paradidáticos.	História Antiga, Geral, Social, Política, Américas, Ensino de História, Educação	Total – 1710 itens  Textual - 992 Bibliográfico - 363	Abordagem arquivística com contexto funcional, inclui-se todas as tipologias e gêneros documentais.	Em construção

		Livros de interesse geral, manuais, periódicos, obras de referência, fascículos, compêndios.		Iconográfico - 355		
2018	COLÉGIO LICEU FRANCO BRASILEIRO – Biblioteca  (Biblioteca Escolar)	Livros e filmes	Segunda Guerra Mundial e outros assuntos.	Total – 510 itens Bibliográficos – 346 Filmográfico - 202	Não obtivemos dados	Indisponível para consulta
2018	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - MUSEU DA REPÚBLICA – BIBLIOTECA MR  (Biblioteca Especializada)	Livros, periódicos, Catálogos, Fascículos, Filmes.	Brasil República	Total – 665 itens Bibliográficos – 575	Não obtivemos dados	Indisponível para consulta
2018	UFRB – RECÔNCAVO BAIANO – CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS - Biblioteca Universitária de Cachoeira (Biblioteca Universitária)	Livros e filmes	América Latina, Cuba e Che Guevara	Total – 37 caixas Bibliográficos – 35 cx – s.itens Filmográfico – 2 cx – 87 itens	Não obtivemos dados	Consulta a base - <a href="#">UFRB</a> Disponível somente presencial / Requerimento por e-mail.

Fonte: Dados extraídos dos seguintes documentos: Lista de doação, COELI, 2017; Entrevistas com Aquino, Estela e Coeli, Vera Lúcia (2020 e 2022); Cartas de agradecimento e Termos de Doação das instituições – Aperj(2016), Biblioteca Parque,(2015), Instituto Cultural Cravo Albin (2015), Cinemateca(2015), Museu Histórico Nacional(2016), Pontifícia Universidade Católica(2016), Cômite Organizador dos Jogos Olímpicos e Para Olímpicos Rio 2016(2015), SOS Biblioteca /Biblioteca de São Gonçalo.(2015). Consolidação da pesquisa (2022) elaborado pela autora.

Ao analisar e interpretar os dados coletados, aferimos que existe o desejo do indivíduo de doar seu patrimônio documental às instituições que têm interesse pela salvaguarda e preservação de acervos oriundo de pessoas. Todavia, existem desafios para doação do acervo e para quem irá recebê-lo. No arquivo do Professor Aquino, de acordo com a cartografia, as primeiras escolhas de sua documentação dentro do período de doação (2015-2018) foram feitas com ênfase na documentação bibliográfica (tidas como coleções), seguidas por poucos documentos arquivísticos, e, por sua vez, dentro de um recorte temático, a fim de condicionar a seleção para as instituições. Diante das possibilidades, a dispersão pela família caracterizou uma estratégia de preservação e acesso, dados os interesses e critérios condicionados pelo recolhimento às instituições, quando possível o recebimento. Averiguamos que o tratamento documental se dá no âmbito das bibliotecas como coleções gerais ou especiais, esta última se aproximando do que consideramos nos arquivos como fundos provenientes de uma pessoa, passíveis inclusive de semelhanças. No âmbito dos centros de documentação e cultura, a abordagem foi arquivística, inclusive para a parte com gêneros bibliográfico e filmográfico. Notamos, ainda, ausência de dados de tratamento, uma atividade pouco documentada e referenciada. Essa ausência prejudica a questão da difusão, já que documentos sem tratamento tornam o acesso, muitas vezes, inviável, como ficou demonstrado nos dados indisponíveis. Percebemos, ao longo desta pesquisa, que as instituições podem receber e guardar os arquivos, mas não são realizados registros de entrada da documentação. Tais dados, geralmente, fazem parte de uma política de aquisição, na qual estejam cotejados dados de entrada. Documentos contratuais entre as partes indisponibilizarão e tornarão inviável a dispersão como estratégia. A própria falta de uma política que oriente de que maneira o acervo será incorporado, bem como o excesso de critérios podem acarretar o não recebimento da documentação. No tempo que estivemos isolados em nossos ambientes domésticos por causa da pandemia, a pesquisa pelas redes foi um facilitador na busca de informações disponíveis, mas, por outro lado, a ausência de informações por meio de instrumentos de pesquisa eficazes em plataformas digitais ou orientações acerca do tema não nos garantiu melhores dados para a coleta.

Percebemos que o fenômeno da dispersão ocorrido nos arquivos pessoais, em especial no estudo deste caso, não atendeu ao critério de preservação e acesso nas instituições, visto que em um universo de doze instituições, poucas foram as que disponibilizaram as consultas à sua parcela documental. Um outro dado importante é que a maioria desconhece que outras instâncias possuem parte do acervo e acabam por considerar as partes como um acervo

único dentro do contexto institucional. Observamos também que o tratamento técnico depende do contexto em que se insere a documentação, dos materiais depositados e dos critérios de aplicação dos métodos específicos de cada área, como no caso, biblioteconomia e arquivologia.

Da perspectiva da família, a dispersão foi a solução encontrada para disseminar o conhecimento do Professor Aquino, já que nenhuma entidade custodial receberia todo o seu fundo documental devido a critérios rígidos de seleção e avaliação. A estratégia de tematizar as parcelas de documentos como coleções facilitou e condicionou algumas instituições como a Puc e o Aperj a concederem tais coleções como especiais, dada a sua relevância social.

Sabemos que o fenômeno da dispersão continuará a ocorrer nos arquivos como uma possibilidade de se preservar e garantir o acesso, mas observamos, neste estudo, que no caso do arquivo do Professor Aquino, tal iniciativa não se demonstrou viável. Esperamos que esta pesquisa possa apontar para as instituições custodiadoras que, ao captarem acervos - sejam eles arquivísticos, bibliográficos ou museológicos, registrem a incorporação desses documentos que se constituirão em fontes de pesquisa para o cidadão. As informações serão primordiais para a história custodial desse arquivo, independentemente dos contextos em que estão inseridos, seja em uma biblioteca, museu, arquivo ou centro de memória.

A função social do profissional da informação é atender a um público cada vez mais amplo e variado. Ter as informações conectadas por eles que unam essa documentação em seu contexto histórico é de extrema relevância para promover a difusão dos arquivos em sua integralidade.

Essa difusão só é possível quando o conjunto documental recebe tratamento, ou seja, pela classificação do arquivo. Nesta pesquisa, optamos pela abordagem arquivística. Sendo assim, propusemos um novo arranjo da documentação tomando como ponto de partida a adaptação ao arranjo funcional já definido pela família, com posterior descrição em nível de fundo, tendo em vista que os documentos encontram-se dispersos e essa dispersão é pouco documentada pelas instituições de guarda.

### Capítulo 3 - RECONSTITUINDO O CONTEXTO DO ARQUIVO DO PROFESSOR RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

**O investigador interessado pelos arquivos efetuará as suas pesquisas no intuito de uma reconstituição, e conforme os casos, o que ele irá tentar reconstituir serão unidades simples e que ocupam espaços físicos ou temporais mensuráveis, como um acontecimento, um personagem, um edifício, uma estrutura administrativa, um organismo, um costume, um acordo ou unidades mais complexas, como o domínio de atividade, um tema, uma época, um modo de vida.<sup>138</sup>**

**ROUSSEAU e COUTURE**

Neste capítulo, abordaremos a reconstituição do contexto arquivístico do arquivo do Professor Aquino a partir da organização dada pela família e pela organizadora reconectando os vínculos do seu conjunto documental disperso em diversas instituições que o receberam e incorporaram parcelas de seu acervo. Na definição de Borges (2021), a contextualidade dos arquivos está atrelada não só aos documentos, mas também a um conjunto de fatores que estão interligados, caracterizando um contexto sócio-histórico, conforme elucida a autora:

A contextualidade visa elucidar os arquivos como processo determinado sócio historicamente, por meio da identificação dos múltiplos agenciamentos sociais e contextos arquivísticos, a fim de enriquecer a compreensão do usuário com informações sobre os registros e sua trajetória, da produção à conservação permanente. Como possibilidade metodológica, denota as múltiplas possibilidades de construção de contextos, articulando documentos, agentes, ações e transações conhecidas por meio de evidências documentárias, tudo inserido no contexto sócio-histórico em que essas situações ocorreram.” (BORGES, 2021, p. 208)

Por meio das evidências documentárias e estabelecendo os nexos do contexto sócio-histórico, elaboramos uma proposta de classificação de seu conjunto documental a partir das funções desempenhadas na sua trajetória de vida e profissional, estabelecidas pelo levantamento feito no próprio arquivo e em outras fontes, como nas entrevistas. A classificação e a descrição se darão em nível de fundo, reconstituindo os elos que unem os documentos pelo contexto de produção e acumulação. Sendo assim, reunimos as partes dispersas do arquivo numa perspectiva intelectual, e não física, tendo como base a classificação adotada pela família e pela bibliotecária. O resultado alcançado nesta pesquisa foi a elaboração de um Guia do Acervo que estará disponibilizado na plataforma de acesso da UFRJ, de maneira que indique aos futuros pesquisadores os locais de custódia e suas respectivas parcelas.

---

138 Ver: ROUSSEAU; COUTURE (1998, p.180)

### 3.1 – Proposta de novo arranjo funcional

Segundo o dicionário terminológico, arranjar é o mesmo que classificar, ou seja, dar nome aos documentos buscando ordená-los dentro de um contexto estabelecido. Nesse sentido, a classificação ainda hoje é uma das funções arquivísticas fundamentais no tratamento de arquivos, sejam eles institucionais ou pessoais.

A classificação arquivística para os pesquisadores Lopes (apud Souza,R.,2003, p. 241) é uma “questão matricial” do fazer arquivístico, sendo entendida como uma ponte entre o sujeito (usuário) que está pesquisando e o objeto (arquivo) que está sendo consultado. Souza,R. qualifica a classificação como um instrumento eficaz e um canal de comunicação para quem deseja encontrar fontes de informações confiáveis, quando utilizada com respeito aos princípios arquivísticos. Quando utilizada, porém, pelo senso comum e com empirismo, tende à desqualificação, passando a ser utilizada com outros critérios (SOUZA,R. 2003, p. 242).

Santos (2012) acrescenta que, para além de se estabelecer uma ordem aos documentos, é necessário que a classificação esteja ligada à função. É fundamental estudar as funções e atividades do produtor do arquivo, a fim de se estabelecer um quadro de arranjo como melhor forma compreender o que fez o produtor e, dessa maneira, estabelecer um quadro de arranjo a partir das atividades e os documentos por ele gerados. Por outro lado, devemos compreender o contexto de origem e suas circunstâncias por meio de uma abordagem contextual do arquivo, conforme orientam Camargo e Goulart (2007). Estabelecer os nexos entre os documentos cujas origens sejam diferentes e em suportes variados é tarefa importante para se manter a integridade do “conjunto como um todo indissociável”, independentemente de estarem separados fisicamente.

Souza,R. (2003) defende os princípios de uma ordem lógica e da proveniência como norteadores da classificação, e que as atividades e funções estejam interligadas pela gênese documental<sup>139</sup>. Entre os documentos acumulados em arquivos pessoais, estarão aqueles ditos como não arquivísticos, documentos não convencionais ou discricionários, como materiais imagéticos, vídeos, microfilmes, livros, entre outros, encaminhados para as bibliotecas e centros de documentação. Dentro dessa lógica, estarão interligados pela procedência e pelos elos orgânicos que os unem (p.261-262).

Renato Souza (2003) defende o princípio da ordem lógica e a cadeia da gênese

---

139 Estudo que se dedica as tipologias documentais.



como meios eficazes de se preservar a ligação orgânica em seu interior, como veremos no quadro de arranjo do arquivo do Professor Rubim Santos Leão de Aquino.

Neste trabalho, buscamos experiências bem-sucedidas de organização de arquivos pessoais com abordagem funcional utilizadas em alguns arquivos de cientistas. Diante disso, elencamos três artigos da publicação *Arquivos pessoais: História, Preservação e Memória da Ciência*, organizada por Paulo Roberto Elian dos Santos e Maria Celina Mello e Silva(2012). Esse destaque foi feito com o objetivo de analisarmos a elaboração dos quadros das funções e a descrição das atividades, na tentativa de mantermos uma definição próxima a elas.

Listamos abaixo os arquivos destacados:

1. *Arquivos Pessoais: História, preservação e memória da Ciência*, de Maria Celina Mello e Silva;
2. *Metodologia de Organização de arquivos pessoais: o fundo Virgínia Maria Niemeyer Portocarrero, Enfermeira da FAB*, de Laurinda Maciel e Renata Borges;
3. *O Arquivo Carlos Chagas Filho como fonte para a história da Ciência no Brasil*, de Ana Luce Lima, Nathacha Reis, Francisco Lourenço.

Os artigos pesquisados tomaram como critério metodológico a classificação funcional, tendo como referência o método abordado por Santos (2012) - a abordagem funcional em arquivos pessoais. Os trabalhos citam a base metodológica utilizada anteriormente pelas instituições de preservação de acervos documentais, as metodologias de arquivos privados do CPDOC/FGV. Na fase da identificação, as pesquisas coadunam o levantamento da vida pública do produtor do arquivo pelos documentos e pelos depoimentos de fontes orais, a fim de complementar informações não registradas em outros formatos documentais. Em seguida, elaboramos um quadro de funções e atividades, tendo como ponto central dos trabalhos a classificação e a elaboração de um quadro de arranjo. Cada qual apresenta algumas características em comum com as classes descritivas, cujos agrupamentos seriam: atividades pessoais, profissionais, relações intergrupos, formação acadêmica e administração de carreira, dispostas em séries e/ou dossiês, dependendo das especificidades de cada conjunto documental. Percebe-se, nesse cenário, que, mesmo aplicando um método classificatório previamente estabelecido, o arranjo adotado sofre variação e adaptações de acordo com cada arquivo. Esse fenômeno ocorre devido à gênese documental e às suas funções e atividades.

Tendo em vista as experiências bem sucedidas, objetivamos aplicar o critério metodológico funcional levando em consideração o critério anteriormente adotado pela

família e pela documentalista. Primeiramente, fizemos o levantamento das atribuições do Professor Rubim Santos de Leão de Aquino a partir de seu currículo e de pesquisas institucionais. Em seguida, construímos um quadro cronológico de suas atividades profissionais, identificando os locais e as instituições onde atuou, assim como as funções por ele desempenhadas, conforme demonstramos no quadro 9, abaixo.

Quadro 9: FUNÇÕES E ATIVIDADES DESEMPENHADAS POR RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

<b>ANO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>LOCAIS DE CIRCULAÇÃO</b>	<b>FUNÇÃO</b>
1948/1987	Ministério da Fazenda	Arquivo	Técnico em Assuntos Culturais Arquivista
1959/1963	Universidade do Brasil	Faculdade Nacional de Filosofia - Centro de Estudos Históricos	Tesoureiro (1959) Vice-Presidente da Diretoria (1960/1961) Colaborador e Secretário Geral (1962/1963)
1961/1962	Universidade do Brasil	Faculdade Nacional de Filosofia - Diretório Acadêmico	Professor de Curso Pré-Vestibular
1963/1964	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Escola de Sociologia e Política	Professor de Curso Pré-Vestibular
1965/1966	Curso Boechat	Equipe de Pré-vestibular	Professor de Curso Pré-Vestibular
1966/1969	Sociedade Universitária Gama Filho	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Graduação	Professor Assistente Introdução a Estudos Históricos Professor da Cadeira de História da América
1966/1969	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Faculdade de Filosofia	Professor Auxiliar da Cadeira de História Contemporânea
1967	Colégio Santo Inácio	Equipe de História	Professor de Educação Básica–
1967/1970	Curso Platão	Equipe de Pré-vestibular	Professor de Curso Pré-Vestibular
1967/1973	Curso Hélio Alonso	Equipe de Pré-vestibular	Professor de Curso Pré-Vestibular
1968/2012	Colégio Franco Brasileiro	Equipe de História	Professor do Ensino Básico – Primeiro e Segundo Grau
1971/1973	Curso PSI	Equipe de Pré-Vestibular	Professor de Pré-Vestibular
1972	Curso Status	Equipe de Pré-Vestibular	Professor de Pré-Vestibular

1972/1973	Colégio Andrews	Equipe de História	Professor do Ensino Básico – Segundo Grau
1972/1974	Colégio Princesa Isabel Redentora	Equipe de História	Professor do Ensino Básico – Segundo Grau
1973/1977	Curso Miguel Couto	Equipe de Pré-Vestibular	Professor de Pré-Vestibular
1974	Faculdade Cândido Mendes	Equipe de Pré-Vestibular	Membro da Banca de elaboração do vestibular
1974/1983	Colégio São Vicente de Paulo	Equipe de História	Professor do Ensino Básico – Segundo Grau
1977	Associação de Imprensa do Estado do Rio de Janeiro	Ensino	Professor de Curso de Formação Jornalística
1978	Comitê Brasileiro Pela Anistia	Comissão de Mortos e Feridos - RJ	Pesquisador e escritor
1978/1979	Curso Impacto	Equipe de Ensino	Professor do Curso de Formação de professores
1978/1979	Instituto Bennet de Ensino	Equipe de Pré-Vestibular	Membro da Banca de elaboração de prova
1979-1980	Editores Ao Livro Técnico (publicação de livros didáticos)	Coordenação e Coautor de Livro	Coordenador e Escritor do Livro História das Sociedades: Das comunidades Primitivas às Sociedades Medievais.
1980	Rádio Continental	Programa Papo Livre	Comentarista de conteúdo histórico
1980	TVE	Programa TVE Vestibular	Comentarista de conteúdo histórico
1980	TV Manchete	Programa Manchete Vestibular	Comentarista de conteúdo histórico
1984/1985	Centro Educacional Anísio Teixeira	Equipe de História	Professor do Ensino Básico – Segundo Grau
1984	Colégio Brasil América	Equipe de História	Professor do Ensino Básico Segundo Grau
1984/1986	Curso Equipe Pré Concurso	Equipe de Pré-Vestibular	Professor de Pré-Vestibular

1985	Colégio Hélio Alonso	Equipe de História	Professor do Ensino Básico – Segundo Grau
1985	Editora Ao Livro Técnico	Coordenação e Coautoria de Coleção de Livros didáticos	Coordenador e Escritor do Livro Fazendo a História
1985/1987	Grupo Tortura Nunca Mais	Presidência	Vice-Presidente e pesquisador
1986/1987 1989/1991	Centro de Estudos Manuel Maurício de Albuquerque	Coordenação Geral	Coordenador e pesquisador
1986	Associação de Moradores e amigos da Vila Pereira da Silva	Equipe de Pré-Vestibular Comunitário	Professor de Pré-Vestibular
1986/1988	Associação Nicolau Copérnico	Conselho Fiscal	Conselheiro
1986/1989	Associação dos Amigos da Biblioteca da Glória	Presidência	Presidente e membro da Associação
1987	Federação das Associações de Defesa da Anistia	Direção	Diretor e pesquisador
1991	Colégio Sagrado Coração de Maria	Equipe de História	Professor do Ensino Básico – Segundo Grau
1993/1996	Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro	Departamento de Educação e Cultura Diretoria	Direção  Segundo Secretário
1994/1995	Editora ao Livro Técnico	Coordenação e Coautoria de Coleção de Livros didáticos	Coordenador e Escritor do Livro Você é a História
1998	Editora Moderna	Coordenação e Coautoria de Coleção de Livros paradidáticos	Coordenador e Escritor do Livro Um sonho de liberdade: a conjuração de Minas
1999	Editora Record	Coordenação e Coautoria de Livros paradidáticos	Coordenador e Escritor do Livro Sociedade Brasileira: Uma história através dos movimentos sociais
1999-2001	Associação Mangueira Vestibulares	Equipe de História	Professor de Pré-Vestibular
2000/2012	Colégio Franco Brasileiro	Coordenação na área de Humanas	Coordenador
2000	SportTv (RJ)	Documentário sobre futebol	Documentarista

	Tve (RJ)	Programa Clube do Amor Programa Fala Professor	Debatedor
2000	Rádio Metropolitana (SP)  Rádio CBN (RJ)	Programa Debates Culturais  Programa de Debates sobre Brasil e Culturais  Programa de Esportes, Entrevistas, Programa na Madrugada.  Faixa Livre	Debatedor  Debatedor  Debatedor e Comentarista de Conteúdo Histórico
2000	Editora Record	Coordenação e Coautoria de Livros didáticos	Coordenador e Escritor do Livro História das Sociedades Americanas
2000	Editora Record	Coordenação e Coautoria de Livros paradidáticos	Coordenador e Escritor do Livro Brasil, uma história popular, Rio de Janeiro.
2003	Editora Ciência Moderna	Coordenação e Coautoria de Livros didáticos	Coordenador e Escritor do Livro Revolta da Vacina – Vacinando contra a varíola e contra o povo
2003	Editora Ao livro Técnico	Coordenação e Coautoria de Livros didáticos	Coordenador e Escritor do Livro História das Sociedades: das Sociedade Modernas às Sociedades Atuais
2003/2004	Curso Freitas Ribeiro	Equipe de Pré-Vestibular	Professor de Pré-Vestibular
2010	Fundação Joaquim Nabuco	Coordenação e Coautoria de Livros didáticos	Coordenador e Escritor do Livro Pernambuco em Chamas

Fonte: Currículo de Rubim Santos Leão de Aquino, 2010 e 2012. Elaborado pela autora.

Diante do quadro exposto, podemos observar que a produção documental do Prof. Aquino se deu no período de 1948 a 2010. Ao longo da vida, ele teve duas principais atividades: a burocracia dos arquivos e o magistério. As demais funções foram sendo imbricadas com sua escolha profissional e suas relações com a pesquisa, a difusão do conhecimento e a escrita de livros. Entre as instituições e organizações sociais por onde percorreu, estão relacionadas as universidades e escolas da educação básica do Rio de Janeiro, as associações culturais, os grupos sociais, os veículos de comunicação e o mercado editorial.

Tendo essas funções demarcadas, seguimos para refletir o que seriam essas atividades e suas relações com os documentos, em seus mais diversos suportes. Nesse caso, utilizamos a abordagem contextual adotada por Camargo e Goulart (2007) na organização do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso. Estabelecemos os nexos que unem os documentos tornando o conjunto documental inteligível e harmônico e o método funcional. Indicamos, ainda, os locais de custódia das partes do acervo, a fim de demonstrar os lugares para os quais a documentação foi doada.

A fim de se construir uma proposta de quadro de arranjo, buscamos entender a lógica das funções desempenhadas em seu itinerário com os documentos acumulados. Elencamos cinco grupos principais de categorias classificatórias: 1) assuntos de interesse pessoal; 2) docência, pesquisa e produção intelectual; 3) mediação cultural; 4) militância e associativismo político; 5) relações interinstitucionais e intergrupos. As atividades descritas estão baseadas na gênese documental do arquivo.

Quadro 10: DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES, ATIVIDADES E LOCAIS DE CUSTÓDIA

FUNÇÕES	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	LOCAL DE CUSTÓDIA
ATIVIDADES DE INTERESSE PESSOAL	Atividades sobre sua identidade civil, seu patrimônio pessoal, administração doméstica, as relações familiares, sociais e culturais. Inclui documentos pessoais e dos familiares entre correspondências, biografias, além da diversidade de materiais culturais acumulados por textos literários, livros, encadernações, discos, filmes e documentários.	BIBLIOTECA DE SÃO GONÇALO BIBLIOTECA PARQUE CÔMITE OLÍMPICO BRASILEIRO FAMÍLIA INSTITUTO CRAVO ALBIN MUSEU DE ARTE MODERNA
FORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARREIRA	Atividades vinculadas aos documentos de sua formação básica e acadêmica, entre os documentos estão diplomas e certificados. Na administração da carreira relacionam-se atividades rotineiras e administrativas sobre sua trajetória profissional como arquivista e técnico em assuntos culturais do Ministério da Fazenda. Além das atividades de docência, pesquisa, e como escritor, bom como, homenagens e prêmios recebidos. Estão os documentos administrativos, contratos, correspondências, legislações, documentos sobre direitos autorais, condecorações e moções.	FAMÍLIA
DOCÊNCIA E PESQUISA/ PRODUÇÃO INTELECTUAL	Atividades de Ensino no segmento Superior, Básico e em Pré-Vestibulares. Dentre as atividades incluem-se aulas em i cursos e eventos, coordenações pedagógicas, participação em bancas, elaboração de materiais didáticos. A pesquisa com atividades desenvolvidas no Ensino de História, Currículos e Assuntos Temáticos de conteúdo histórico e cultural. Contém materiais de pesquisa: compêndios, notícias de jornais e revistas, ilustrações, filmes e documentários. Na produção intelectual abre-se a subcategoria de pesquisa - Atividades interligadas ao desenvolvimento da escrita de apostilas e livros didáticos e revisões, livros de sua autoria, documentos coletados para compor os livros, tais como iconografias (fotografias, charges, gravuras e desenhos)	APERJ BP CLFB MR MHN FAMÍLIA PUC-RJ UFRB UFRJ
MEDIAÇÃO CULTURAL	Atividades relacionadas à comunicação em canais de rádio, televisão e notícias de jornais e revistas de difusão do conhecimento histórico e de sua figura pública.	FAMÍLIA UFRJ



MILITÂNCIA POLÍTICA E ASSOCIATIVISMO	Atividades relacionadas ao engajamento em movimentos sociais e partidos políticos	FAMÍLIA APERJ
RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS E INTERGRUPOS	Atividades relacionadas a associações culturais e de pesquisa visando a interdisciplinaridade de conhecimentos e saberes e ao apoio às atividades sociais.	FAMÍLIA

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir das listas descritivas e das entrevistas, observamos que os princípios arquivísticos como proveniência e ordem original foram contemplados em partes no arquivo. A proveniência foi mantida, não havendo incorporação de novos documentos de outras procedências. Já a ordem original dada pelo produtor, sofreu modificações na etapa de tratamento dada pela documentalista Vera Coeli, tendo em vista um arranjo que se espelha nas funções desempenhadas pelo Professor Aquino. Ao propormos um quadro de arranjo para o conjunto documental, pretendemos refazer a ordem recebida pela família, reforçando os laços orgânicos dos documentos, o que facilitaria a reconstituição do contexto arquivístico do arquivo diante da fragmentação ocasionada. Tendo essas informações, buscamos manter a classificação do arquivo adaptando os agrupamentos às funções e aos documentos. De acordo com Tarcísio (2003), a ordem original seria restabelecida a partir do momento em que os vínculos orgânicos entre os documentos fossem evidenciados. A classificação adotada seguiu o rito defendido por Santos (2012), cuja proposta metodológica está pautada na classificação funcional.

Ao observar a classificação adotada pela família e a bibliotecária no arquivo do Professor Rubim Santos Leão de Aquino, percebemos a existência de três critérios de classificação: funcional, temático e, nos grupos maiores, por suportes documentais. Avaliamos que para evidenciar da melhor forma possível sua jornada de vida pessoal e profissional, seria necessário adaptar a classificação existente em um único critério: o funcional, estabelecendo classes reunidas em grupos e por subgrupos. Os GRUPOS, os SUBGRUPOS na categoria das funções/atividades, e as séries como dossiês representando os documentos, este último agrupamento condicionado às entidades custodiadoras representarem em seus acervos. Dentro dessa análise, construímos quatro quadros esquemáticos do fundo documental:

1. tabela de equivalência<sup>140</sup>do arranjo original e novo arranjo (Apêndice E);
2. a proposta do arranjo funcional com as classes de grupos, subgrupos e séries, e os locais de custódia;
3. plano de classificação para o arranjo;
4. o arranjo com recorte para o Proedes a fim de ilustrar como trataremos os documentos dentro dos grupos.

---

140 Instrumento que estabelece uma correspondência entre notações diferentes (BRASIL, 2006, P.159).

Quadro 11: PROPOSTA DE QUADRO DE ARRANJO DO ACERVO DO RSLA

GRUPO		SÉRIE	ENTIDADES CUSTODIADORAS
ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL (acumulação - 1927-2012)		DOCUMENTOS PESSOAIS	FAMÍLIA
		DOCUMENTOS FAMILIARES E RELAÇÕES SOCIAIS	FAMÍLIA
		DOCUMENTOS DE INTERESSE CULTURAL (LIVROS, FILMES, E GRAVAÇÕES SONORAS)	BSG BP COB ICCA CINEMATECA
FORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARREIRA (1935-2008)		FORMAÇÃO BÁSICA E ACADÊMICA	FAMÍLIA
		ARQUIVISTA E TÉCNICO EM ASSUNTOS CULTURAIS	
		CARREIRA ESCRITOR	
		CARREIRA DOCENTE / PESQUISADOR	
		HOMENAGENS	
DOCÊNCIA E PESQUISA (1963-2012)	<b>SUBGRUPO</b>	APONTAMENTOS DE AULA	PROEDES E FAMÍLIA
	ENSINO	CURSOS ENSINO BÁSICO (COLÉGIOS) PRÉ-VESTIBULARES	
	PESQUISA	APONTAMENTOS DE ESTUDOS ENSINO DE HISTÓRIA FILMES E DOCUMENTÁRIOS	

		PUBLICAÇÕES TEMÁTICAS DE HISTÓRIA COMPÊNDIOS APOSTILAS/ LIVROS / TEXTOS/ OBRAS DE REFERÊNCIAS/ FASCÍCULOS	ICCA MR MHN PUC-RJ PROEDES - UFRJ BUC - UFRB
	PRODUÇÃO INTELECTUAL	APOSTILAS AUTORIAS E COAUTORIAS ARTIGOS LIVROS DIDÁTICOS LIVROS PARADIDÁTICOS ILUSTRAÇÕES DOS LIVROS	PROEDES / FAMÍLIA BP
MEDIÇÃO CULTURAL (1978-2011)		DEBATES SOBRE CONHECIMENTO HISTÓRICO	FAMÍLIA
		EVENTOS	FAMÍLIA
		LANÇAMENTOS DE LIVROS E APOSTILAS	FAMÍLIA PROEDES
MILITÂNCIA POLÍTICA E ASSOCIATIVISMO (2004-2006)		PARTIDOS POLÍTICOS  OPOSIÇÃO À DITADURA CIVIL-MILITAR  ASSOCIAÇÕES DE CLASSE	APERJ FAMÍLIA
RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS E INTERGRUPOS		ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E CENTROS DE PESQUISA	FAMÍLIA

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 12: PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

CÓD DO ARRANJO	GRUPO	CÓD DO ARRANJ	SÉRIE
AIP	ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL	AIP 01	DOCUMENTOS PESSOAIS
		API02	DOCUMENTOS FAMILIARES E RELAÇÕES SOCIAIS
		AP03	DOCUMENTOS DE INTERESSE CULTURAL (LIVROS, FILMES, E GRAVAÇÕES SONORAS)
FAC	FORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARREIRA	FAC 01	FORMAÇÃO BÁSICA E ACADÊMICA
		FAC 02	ARQUIVISTA E TÉCNICO EM ASSUNTOS CULTURAIS
		FAC 03	CARREIRA ESCRITOR
		FAC 04	CARREIRA DOCENTE / PESQUISADOR
		FAC 05	HOMENAGEM
DPPI	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL	DPPI 01	ENSINO
		DPPI 02	PESQUISA
		DPPI 03	PRODUÇÃO INTELECTUAL
MC	MEDIAÇÃO CULTURAL	MC 01	DEBATES SOBRE CONHECIMENTO HISTÓRICO
		MC 02	EVENTOS
		MC 03	LANÇAMENTOS DE LIVROS E APOSTILAS
MPA	MILITÂNCIA POLÍTICA E ASSOCIATIVISMO	MPA 01	PARTIDOS POLÍTICOS
		MPA 02	OPOSIÇÃO À DITADURA MILITAR
		MPA 03	ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

RII	RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS E INTERGRUPOS	RII 01	ASSOCIAÇÕES CULTURAIS
		RII 02	CENTROS DE ESTUDO E PESQUISA

Fonte: Elaborado pela autora.

**Quadro 13 : PROPOSTA DE ARRANJO DO PROEDES UFRJ**

GRUPOS	SUBGRUPOS	SÉRIES
DOCÊNCIA E PESQUISA	ENSINO	APONTAMENTOS DE ENSINO CURSOS ENSINO BÁSICO (COLÉGIOS) PRÉ-VESTIBULARES
	PESQUISA	APONTAMENTOS DE ESTUDOS ENSINO DE HISTÓRIA FILMES E DOCUMENTÁRIOS PUBLICAÇÕES TEMÁTICAS DE HISTÓRIA COMPÊNDIOS APOSTILAS/ LIVROS / TEXTOS/ OBRAS DE REFERÊNCIAS/ FASCÍCULOS
	PRODUÇÃO INTELECTUAL	APOSTILAS AUTORIAS E COAUTORIAS ARTIGOS LIVROS DIDÁTICOS LIVROS PARADIDÁTICOS ILUSTRAÇÕES DOS LIVROS

Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.2 – Descrição arquivística e aplicabilidade das normas de descrição

Assim como a classificação, a descrição arquivística também é uma função aplicada aos arquivos na qualidade de “função de pesquisa” (OLIVEIRA,2012, 145). Por ser de pesquisa, é uma operação de natureza intelectual e descritiva, como afirma Lopes (apud Carpes;Flores,2014).

A descrição é definida por Oliveira (2012) por ser uma representação que decorre de um processo de pesquisa e com objetivo de produzir conhecimento determinado sobre um arquivo e as formas de acesso.

Nesta pesquisa, descreveremos um fundo arquivístico tal qual Cook (2016) teoriza para esse conjunto como “uma unidade física de documentos ou uma entidade conceitual, um conjunto orgânico e dinâmico de séries; uma série reúne dossiês, e um dossiê reúne itens.”. O autor define que a tese do fundo está baseada no “ato de produção documental” como em um processo natural, com atividades claramente definidas. E cada unidade descritiva do fundo sendo objeto de descrição, o fundo para os arquivos passam a ser o foco central pelo qual o trabalho descritivo deve prevalecer (2016, p.15).

A representação intelectual de um arquivo está pautada em critérios metodológicos a partir da análise documentária e na identificação das tipologias documentais, bem como na comunicação com o usuário. Pela descrição, é possível compreender o contexto de produção e acumulação e o contexto social de um produtor de arquivo (OLIVEIRA, 2012).

Hagen acrescenta outros elementos contextuais com substâncias e estrutura, tais como: “a organização, funções, atividades, operações, assuntos; e a estrutura indicando-se esquema de classificação adotado, unidades de arquivamento, datas abrangentes, classes ou tipos físicos dos documentos, quantidade.” (HAGEN apud LIMA; FLORES, 2014, p.70).

Lannes (2016) destaca os princípios da procedência e do respeito à ordem natural como eixo central da descrição arquivística. Para a autora, não é possível descrever um arquivo sem saber a origem, a contextualização dos documentos e suas provas, a relação dos documentos e funções. Em sua pesquisa, a autora destaca que existem vários modelos conceituais que podem ser usados para se elaborar uma descrição. O modelo escolhido para desenvolver este trabalho é o denominado “descrição pós-custódial<sup>141</sup>, que contém informações contextuais e

---

141 As últimas décadas do século XX (80-90) marcaram o início de um novo estágio na história da ciência arquivamento conhecido, por muitos, como o era pós-modernidade ou a era pós-custódia. A profissão começou adaptar seus princípios aos novos ambientes políticos e econômicos, sociedade tecnológica e cultural. A atividade fundamental da descrição é representar, através de informações padronizadas, as unidades de descrição com o propósito de gerenciar documentos e seu contexto. (TRADUÇÃO NOSSA).

funcionais dos documentos produzidos.

Para descrever, é necessário seguir um critério de representação que requeira uma padronização de definições e conceitos de informações a serem produzidas pelas instituições em âmbito nacional e em uma linguagem comum a diversos países. Sendo assim, a criação de um modelo conceitual de descrição arquivística<sup>142</sup> em âmbito internacional se deu pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em 1994, em conjunto com os países que integram o conselho. Entre as normas de descrição arquivística, pode-se citar a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G)<sup>143</sup> – **documento de arquivo**; a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF)<sup>144</sup> – **produtor**; a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH<sup>145</sup>, - **instituições de custódia** e a Norma Internacional para Descrição de Funções – ISDF<sup>146</sup> – **funções**.

No Brasil, a criação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística Nobrade<sup>147</sup> (2006), publicada pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) está pautada na ISAD(G), que descreve os **documentos** e o produtor do arquivo ou coleção. Essa norma tem como base o respeito aos fundos e a descrição multinível, tendo como critérios e níveis de descrição:

---

(LLANES, 2016, p.25 e 30).

- 142 Um modelo conceitual de descrição de arquivística é uma modelagem de dados onde os tipos de entidades a serem descritos, as relações entre as entidades e seus atributos devem ser especificados. Os modelos conceituais de descrição do arquivamento baseiam-se no modelo de relação de entidades (E-R) que surgiu a partir do desenvolvimento de tecnologias de banco de dados e criado por Peter P. Chen em 1976. (TRADUÇÃO NOSSA) (Id ibdem, p.42).
- 143 Para a descrição desse arquivo, utilizaremos a normalização brasileira – NOobrade (CONARQ, 2006).
- 144 Essa norma orienta para a preparação de registros de autoridade arquivística que forneçam descrições de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos. CIA,2004,p.11).
- 145 O principal objetivo da norma é facilitar a descrição de instituições arquivísticas cuja função primordial seja guardar arquivos e torná-los disponíveis para o público em geral. Em todas as entidades, entretanto, tais como instituições culturais (bibliotecas, museus), empresas, famílias ou indivíduos, podem custodiar arquivos. Essa norma, ou um subconjunto de seus elementos, pode ser aplicada a todas as entidades que deem acesso aos documentos sob sua custódia (CIA,2009, p.11).
- 146 Essa norma dá diretrizes para a preparação de descrições de funções de entidades coletivas associadas à produção e manutenção de arquivos. As funções são apropriadas para servir como: - a base para o arranjo, classificação e descrição de documentos; - a base para a avaliação de documentos; - a ferramenta para a recuperação e análise de documentos. (IA,2008, P.11).
- 147 A Nobrade foi elaborada pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em conformidade com a ISAD(G) e a ISAAR (CPF). Após discussão pela comunidade profissional, foi aprovada pelo CONARQ pela Resolução nº. 28, de 17 de fevereiro de 2009. A norma brasileira em vigência tem por objetivo contextualizar a descrição arquivística ao cenário nacional. Visa estabelecer diretrizes para a descrição de documentos arquivísticos no Brasil, facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Embora voltada preferencialmente, para a descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição em fases corrente e intermediária (CONARQ, 2006).



A descrição do geral para o particular – com o objetivo de representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes Informação relevante para o nível de descrição – com o objetivo de representar com rigor o contexto e o conteúdo da unidade de descrição; Relação entre descrições – com o objetivo de explicitar a posição da unidade de descrição na hierarquia; Não repetição da informação – com o objetivo de evitar redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas. Considera-se a existência de seis principais níveis de descrição, a saber: acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção<sup>14</sup> (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). São admitidos como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5). (BRASIL, 2006, p.11)

Para descrever a documentação do arquivo Professor Aquino, utilizamos as normas previstas pelo Conselho Internacional de Arquivos, com aplicação do modelo conceitual pós-custodial para representar na plataforma de descrição arquivística o seu acervo. Descreveremos em nível de fundo e grupos (nível 0,1,2), como veremos mais adiante.

A metodologia de descrição de acordo com as normas seguiu os seguintes pontos:

1. o registro de autoridade do acervo pela Norma ISAAR (CPF), que corresponde aos dados do produtor, criador e mantenedor do arquivo ou coleção;
2. as funções desempenhadas pelo produtor pela Norma ISDF;
3. as instituições com acervo arquivístico pela Norma ISDIAH referente às instituições de custódia do acervo descrito. Nesse caso, descrevemos as dozes instituições e a família como custodiadoras da documentação;
3. os documentos por grupos e subgrupos com seus conteúdos pela Norma Nobrade, a fim de contextualizar todo o arquivo por meio do novo arranjo estabelecido e representando as dispersões.

Para cada norma, utilizamos as padronizações obrigatórias e campos descritivos de representação no âmbito da estrutura e o uso das normas a partir das áreas de identificação, descrição, de relacionamentos e de controle da descrição. A área de relacionamento é que nos dará suporte para reconstituir as partes dispersas pelas entidades custodiadoras. Em cada normalização, descreveremos as áreas que consideramos pertinentes representar no guia do arquivo do Professor Rubim Santos Leão de Aquino, considerando os campos da plataforma Atom.

## ISAAR (CPF)

---

*1 Área de Identificação (onde a informação visa identificar especificamente a entidade que está sendo descrita e são definidos pontos de acesso normalizados para o registro);*

*2 Área de Descrição (onde se registra informação pertinente sobre a natureza, contexto e atividades da entidade que está sendo descrita);*

*3 Área de Relacionamentos (onde relações com outras entidades coletivas, pessoas e/ou famílias são registradas e descritas);*

*4 Área de Controle (onde o registro de autoridade é especificamente identificado e é registrada a informação sobre como, quando e por qual instituição foi criado e mantido).*

---

*Fonte: Conselho Internacional de Arquivos ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. p.13.*

## ISADF

---

*1 Área de identificação (onde a informação visa identificar especificamente a função e define um ponto de acesso normalizado);*

*2 Área de descrição (onde se registra informação sobre a natureza e contexto da função);*

*3 Área de relacionamentos (onde relações com outras funções são registradas e descritas);*

*4 Área de controle (onde a descrição de uma função é especificamente identificada, e registrada a informação sobre como, quando e por qual instituição arquivística a descrição foi criada e mantida).*

---

*Fonte: Conselho Internacional de Arquivos ISDF: Norma internacional para descrição de funções. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p.14*

## ISDIAH

---

*1 Área de identificação (onde a informação visa identificar, especificamente, a instituição com acervo arquivístico e definir pontos de acesso normalizados);*

*2 Área de contato (onde é fornecida informação sobre como contatar a instituição com acervo arquivístico);*

*3 Área de descrição (onde é fornecida informação relevante acerca da história, estrutura*

*atual e política de entrada de documentos da instituição com acervo arquivístico);*

*4 Área de acesso (onde é fornecida informação sobre o acesso à instituição com acervo arquivístico: horário de funcionamento, quaisquer restrições de acesso etc.);*

*5 Área de serviços (onde é fornecida informação relevante sobre os serviços técnicos oferecidos pela instituição com acervo arquivístico);*

*6 Área de controle (onde é especificamente identificada a descrição da instituição com acervo arquivístico e é registrada informação sobre como, quando e por qual instituição foi criada e mantida).*

---

Fonte: Conselho Internacional de Arquivos ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico/Conselho Internacional de Arquivos; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009 . p.14

Para complementar informações necessárias e referenciar o código de identificação de entidades custodiadoras, recorreremos ao Cadastro de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (Codearq)<sup>148</sup>, elaborado pelo Conarq e recomendado pelo Sistema Nacional de Arquivos, a fim de identificar as entidades custodiadoras de parte da documentação do arquivo. Entre as buscas realizadas, foram encontradas apenas quatro entidades cadastradas: Aperj, ICCA, MHN e Proedes. As demais instituições e entidade familiar foram elaboradas pela autora para uso neste trabalho, a fim de se padronizar a descrição dentro das normas exigidas.

## NOBRADE

---

*1 Área de identificação, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição;*

*2. Área de contextualização, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição;*

*3 Área de conteúdo e estrutura, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição;*

---

<sup>148</sup> O cadastro foi definido pela Resolução n.º 28 do Codearq, de fevereiro de 2009, pelo Conarq. O Codearq tem como finalidade identificar de modo único a instituição custodiadora de acervo arquivístico. Seu objetivo é intercambiar informações em âmbito nacional e internacional. O código é fornecido às entidades custodiadoras, desde que elas permitam acesso a seu acervo, mesmo que com algumas restrições. Após o cadastramento e fornecimento do COdearq, as entidades custodiadoras de acervos arquivísticos passam a ter disponíveis no site do COdearq informações sobre seus acervos, sua missão e formas de contato. A solicitação do código de identificação pela entidade custodiadora e, quando for o caso, da unidade administrativa a ela subordinada ou da subunidade custodiadora, é feita por meio do preenchimento de formulário eletrônico. Disponível: Cadastro nacional de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos — Português (Brasil) ([www.gov.br](http://www.gov.br)) . Acesso em 20.mai.2022.

4. *Área de condições de acesso e uso, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição;*
5. *Área de fontes relacionadas, onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição;*
6. *Área de notas, onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores;*
7. *Área de controle da descrição, onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada;*
8. *Área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição.*

---

Fonte: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006, p.11

Nesta seção, buscamos situar as funções arquivísticas de classificação do arquivo (arranjo) e a descrição, apresentando as metodologias utilizadas nesta pesquisa a partir da análise da documentação, e a proposição de um arranjo funcional. Para representar o contexto do arquivo do Professor Aquino, foi possível respeitar a proveniência e a ordem lógica por meio da abordagem dos vínculos arquivísticos implícitos nos documentos, independentemente do gêneros, mas estabelecido pelas funções e atividades demarcadas pela sua produção documental. Abordamos a descrição como função de pesquisa, análise documental e o estudo de tipologias e gêneros documentais. Para descrever a nível de fundo, faremos em conjunto com a outra função arquivística a difusão e o acesso ao acervo pela plataforma digital, conforme veremos a seguir com a configuração de um guia do fundo.

### **3.3 – Guia do acervo - Rubim Santos Leão de Aquino (RSLA)**

A difusão de arquivos é tida por alguns autores como função arquivística à que cabe disseminar os conjuntos documentais representados por instrumentos de pesquisa capazes de tornarem acessíveis todo e qualquer documento.

Para Rockembach (2015), a difusão de arquivos contemporâneos extrapola a dimensão tão somente da disseminação. Para o autor, a difusão reúne estratégias de acessibilidade que envolvem questões como facilitar o acesso aos arquivos e vencer barreiras tecnológicas e linguísticas. Tem a ver com entender quem é o público, quem se pretende atingir, a tornar público, praticar a mediação entre os usuários e os arquivos por meio de canais de atendimento. A égide dessa função são os documentos, os usuários e a tecnologia.

Entendemos que nesta pesquisa o uso da tecnologia como canal de informação e comunicação se dará por meio de instrumentos de pesquisa automatizados e do uso de ferramentas digitais. Nessa direção, buscamos recorrer a diversos formatos de construção de instrumentos de consulta eficazes para subsidiar a construção de uma ferramenta que represente o arquivo como um todo orgânico e a localização das partes dispersas.

Os instrumentos de descrição documental e/ou de pesquisa são meios representação e referenciação de um arquivo público ou privado destinado à consulta dos usuários. Os arquivos podem estar acessíveis em diversos suportes de informação (papel, eletrônico, disco óptico, bases de dados, plataformas digitais e integradas) e nos mais diversos formatos conforme o nível de detalhamento das informações a serem descritas. Entre os tipos conhecidos estão guias, catálogos, repertórios, inventários e índices. A escolha do instrumento para representar ou referenciar as informações de um arquivo dependerá da análise da unidade de trabalho, ou seja, pelo nível de descrição do fundo do item a ser descrito, desde que orientada pelo princípio do geral para o particular (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Tendo em vista as especificidades do arquivo e a necessidade de uma descrição geral, consideramos que o melhor instrumento para representar as informações gerais de descrição em nível de fundo, ou seja, instrumento que mais atendeu à preservação intelectual da integralidade do arquivo do Prof. Aquino, foi o guia de fundos.

Na literatura, um guia é um instrumento de referência de ordem geral destinado a indicar ao pesquisador o panorama de fundos e coleções de arquivo. É utilizado para informar se o conjunto documental pode contribuir para as pesquisas, bem como para indicar outros instrumentos e locais de pesquisa. Para Rousseau e Couture (1998), dependendo da unidade descritiva dos arquivos é possível ter um guia do fundo arquivístico. Os autores definem o guia de fundo como “um instrumento de descrição documental que fornece uma visão do conjunto de um grupo de arquivos, de um subgrupo ou de um fundo regido de modo a apresentar a estrutura, articulação, bem como, a diversidade dos recursos conferidos aos investigadores.” (ROUSSEAU;COUTURE, 1998, p. 290.).

Ressaltamos que Ribas (2017, p.104), historiadora que trabalha no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), menciona a prática do uso do guia de fundo arquivístico pessoal – denominado guia do fundo pessoal fora dos padrões convencionais de instrumentos de pesquisa conhecidos. A autora justifica o uso no Arquivo do IEB, a fim de explicar a

incorporação do acervo na instituição e as escolhas metodológicas escolhidas naquele trabalho. A partir desse guia como um “mapa do fundo pessoal”, surgiram os instrumentos mais pormenorizados. É uma estratégia pontual e que situa a quem pesquisa nesses arquivos um panorama geral do acervo.

Diante das possibilidades de desenvolver um instrumento com uma descrição automatizada dos processos arquivísticos, selecionamos o guia do fundo como instrumento de recuperação da informação para esse arquivo, conforme elaborado no Apêndice F

## CONCLUSÃO

Consideramos, nesta pesquisa, os arquivos pessoais como arquivos, tal como são, a fim de compreendê-los numa dimensão que abarque todos os documentos produzidos e acumulados ao longo da jornada de vida de seu titular, incluindo os seus interesses, gostos e culturas - como arquivos de pessoas. Sejam as pessoas da grande elite da sociedade que querem deixar memórias de seus grandes feitos, como também as pessoas comuns que, igualmente, contribuem com suas memórias e são agentes de sua própria história, salvaguardando e preservando seu patrimônio documental para serem utilizados como fontes para geração de novos conhecimentos.

Nesse cenário, o arquivo de Rubim Santos Leão de Aquino surge como uma nova aquisição, diferente das que o Programa de Estudos Documentação, Educação e Sociedade (Proedes), na Faculdade de Educação – FE/UFRJ, dispõe, um arquivo de um professor da educação básica da rede privada em uma instituição pública de ensino superior, sendo institucionalizado e passando a integrar o patrimônio histórico-educativo e cultural da universidade. Organizar e dar acesso a esse arquivo foi um grande desafio diante de sua dimensão e da dispersão operada.

Explorar a dispersão como estratégia de preservação e acesso e responder sobre a viabilidade é possível, e esse foi o caminho encontrado para solucionar a questão desta pesquisa. A dispersão é um tema presente na história arquivística de qualquer arquivo. Sendo assim, entender quem é o produtor e sua história de vida, como se dá a institucionalização de arquivos de pessoas, as seleções dos documentos, os locais de custódia e as normativas que orientam como devem proceder são informações relevantes para classificar, descrever e difundir o arquivo.

Ao refletirmos sobre a institucionalização dos arquivos de pessoas em locais de custódias consagrados, tomamos como base de pensamento a sua inserção como bem cultural na legislação como patrimônio cultural, e percebemos breves nuances de mudanças conceituais ao longo do tempo. O deslocamento do depósito dos arquivos (documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos) de personalidades públicas em bibliotecas, onde serão tratados como objeto de coleção por serem consideradas como um repositório de memórias para a abertura a novos espaços de preservação, como os centros de documentação e pesquisa, onde serão tratados como fundos arquivísticos. Consideramos que as convergências entre áreas de arquivologia, biblioteconomia, museologia e centros de documentação permanecem as mesmas no que tange à documentação pessoal, mas que as

divergências podem ser revisitadas se o arquivo de pessoa for compreendido como arquivo, e não como uma coleção, ainda que existam os limites naturais considerados pelos suportes documentais. Percebemos que, quando compreendidos como coleções especiais, assemelham-se às relações com os fundos documentais, tendo a característica de “pessoa” como preponderante.

Dessa forma, pensar o uso da tecnologia como estratégia de aproximação entre as áreas para atender a um público relativamente amplo, identificando as possíveis relações, é uma forma de facilitar e potencializar o uso das fontes.

Notamos que a destinação e a incorporação de arquivos em instituições de memórias estão centradas em um ponto principal: a seleção, tanto de quem quanto de quem recebe. Os atores sociais e o produtor do documento definem que entidade escolher, e essas escolhas são movidas por relações sociais, afetivas e profissionais que vão dando o contorno e direcionando um desejo. Por conseguinte, existe a seleção dos agentes custodiadores que, com critérios refinados de escolha, recorrem a elementos chave para incorporar o arquivo ao acervo institucional. Observamos que, antes das políticas públicas voltadas para esse fim, o processo ocorria conforme as pesquisas em andamento. Ao serem implementadas como parte de um programa de política institucional, a aquisição tornou-se uma ação regulatória, normalizada e atendendo às reais demandas da sociedade.

Entendemos como se deu o processo de institucionalização dos arquivos pessoais em instituições de memórias até se tornarem insurgentes na criação dos centros de documentação entre as décadas 1960 e 1990, e, atualmente como objetos de pesquisas em campos multidisciplinares e com diversas finalidades.

Compreendemos ainda que as escolhas da destinação de quem doa são critérios de seleção, assim como das instituições que incorporam tais acervos. A seleção de quem pretende doar é livre, mas a seleção de quem recebe se restringe a critérios relacionados à missão institucional, às linhas de acervo, aos interesses da pesquisa, às relações profissionais do titular do acervo, aos perfis dos usuários e à infraestrutura. Há diversos atributos a serem considerados e integrados nesses espaços, quer em centros de documentação, quer em bibliotecas, e cada qual apresenta suas limitações de aquisição.

De acordo com a literatura, fica evidente que a dispersão é fenômeno muito comum e por vezes necessário num arquivo, muito embora, diante das diversas formas de ocorrência, possam ocasionar perda irreparável para a memória. Inclusive, a própria legislação que declara o arquivo como de interesse público e social dispõe de um dispositivo que garante



justamente aos acervos doados e chancelados com a declaração, a impossibilidade de dispersão como forma de coibir a fragmentação do conjunto. E no caso daqueles já fragmentados, quais seriam as possibilidades de receberem a chancela? Em lado oposto, estão aqueles que entendem a dispersão como um recurso de preservação e disseminação de parcelas de um arquivo. O cerne da questão está nos princípios que regem os arquivos, como a proveniência, a ordem original, a organicidade e a indivisibilidade que, de acordo com a literatura, são reinterpretados para que possam atender às especificidades da sociedade contemporânea. A proveniência não mais exclusiva de quem produz, mas considerada como proveniência social, e a ordem que seria a do produtor sendo revista por ordem lógica ou ordem recebida. O conceito da indivisibilidade passa a exercer a função de multiplicação dos espaços, desde que o contexto arquivístico e os elos entre os documentos não percam os seus nexos.

Diante de todo o exposto, realizamos no arquivo do Professor Rubim Santos Leão do Aquino o levantamento de sua história de vida e das suas contribuições para o campo da educação, da história e das ciências sociais em geral. Foi de grande importância o levantamento da história custodial desse arquivo, na qual encontramos, também por meio dos depoimentos orais da família e da bibliotecária, informações imprescindíveis para contextualizar a produção e acumulação do seu acervo, além dos registros das informações sobre o arquivo, as doações e as relações com produtor. Observamos um ávido produtor de documentos com disposição para documentar a história de sua vida pública e privada, por meio de alguns fragmentos encontrados em parcelas do arquivo depositadas no Proedes. Um conjunto documental expressivo que extrapola os documentos de natureza textual e impressos, entre sonoros, audiovisuais e imagéticos. Diante desse conjunto, questionamos se a dispersão é estratégia de preservação e acesso. Quais os atores e agentes envolvidos? E de que maneira poderíamos recontextualizar o seu arquivo?

Notamos que os atores sociais desse arquivo demonstram relações afetivas, de interesse pelas memórias profissionais e sua publicização em locais que prestigiam o produtor no papel de um educador com intensa atuação sindical, política e cultural. A seleção está diretamente relacionada ao material doado e aos recortes temáticos estipulados pelo próprio produtor ou pela família. As escolhas institucionais foram idealizadas como estratégia para disseminar seus materiais, os quais foram identificados na cartografia da dispersão entre livros, periódicos, compêndios (encadernações), filmes, vídeos e imagens. O mapeamento institucional utilizou como instrumento de coleta de dados questionários em formato digital,

não atingindo, entretanto, o retorno esperado. Diante disso, utilizamos outros recursos, como pesquisas nas páginas da internet, bem como alternativas de canais de atendimento como redes sociais, fale conosco e e-mail. Os dados analisados nessa etapa do levantamento revelaram que as instituições que receberam, trataram e disponibilizaram as parcelas do arquivo para a consulta em plataformas digitais foram poucas. Sendo assim, podemos responder que a dispersão é tida como estratégia de preservação e acesso por aqueles que pretendem doar seus acervos, mas, por outro lado, se a documentação não for tratada e disponibilizada pelas entidades receptoras, então a dispersão não terá cumprido seu propósito. Percebemos, ainda, que a falta de registros sobre a entrada do acervo nas instituições dificultou a pesquisa, tendo em vista que algumas pessoas, à época contactadas para estreitar a negociação, hoje não estão mais nas instituições pelas quais respondiam. É imprescindível documentar as ações que são realizadas no ou para o acervo. Na falta de tais registros, outros documentos, como termos e cartas de agradecimento de algumas instituições, serviram para complementar tais informações.

Apesar de as principais informações relevantes para mapear as parcelas do arquivo nas instituições custodiadoras não estarem disponíveis, buscamos reconstituir o contexto do arquivo a partir do arranjo com uma nova classificação do arquivo com abordagem arquivística e contextual e com o método funcional. Nesse universo, incluímos todos os documentos dispersos e os que ainda se encontram de posse da família, respeitando os limites das áreas da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia, aplicando conceitos de agrupamentos por funções e atividades considerando a totalidade do acervo disperso. Esse processo se desdobrou em uma classificação específica da parcela depositada no Proedes. A descrição teve como função tornar acessíveis os conteúdos dentro das normas técnicas de descrição arquivística.

E, como forma de disponibilizar, buscamos um instrumento de pesquisa que alcançasse um panorama geral do seu acervo, situando a história arquivística e os locais de custódia e o da família como elementos referenciais.

Compreendemos que este estudo propiciou descobertas e a formulação de novos conhecimentos sobre a história de vida do Professor Aquino, inclusive como um intelectual mediador<sup>149</sup>, sobre o seu arquivo e a elaboração de discussões frutuosas para a arquivologia, a história, a biblioteconomia, a museologia e demais disciplinas que vierem a se interessar por seus documentos. Não esquecendo da história oral, que se tornou um instrumento

---

149 Segundo Gomes e Hansen (2016), o intelectual mediador distingue-se no meio intelectual como um todo por sua dedicação não apenas à produção, mas também à divulgação de conhecimentos e práticas culturais para um público bem amplo.

metodológico favorável para entender a dimensão do seu arquivo.

## FONTES

### Fontes Documentais:

1. Dossiê do aluno com histórico escolar, certificados dos cursos, documentos de ingresso, provas, processos de reingresso (1959-1968) – Curso de História - Arquivo do IFCS, UFRJ.
2. Processo n. 537/63 - Matrícula com isenção do curso de Ciências Sociais. UFRJ/IFCS/ARQUIVO/Dossiês de alunos 1936-1968 - Curso de História - Arquivo do IFCS, UFRJ.
3. Processos n.2876/67 e 5448/67 – Inscrição em curso de especialização em História do Brasil. UFRJ/IFCS/ARQUIVO/Dossiês de alunos 1936-1968 Curso de História - Arquivo do IFCS, UFRJ.
4. Convite de formatura (1962), Arquivo FNFi, Proedes, UFRJ.
5. Ficha cadastral do partido político PT (1980) – versão digital-, Diretório Nacional, Partido dos Trabalhadores.
6. Manifesto do Movimento Trabalhista de Getúlio, 1942 – Arquivo Educador Rubim Santos Leão de Aquino, Proedes, Ufrj.
7. Currículo Vitae 2010 e 2012. Arquivo Educador Rubim Santos Leão de Aquino, Proedes, Ufrj.
8. Ata do Conselho Departamental com estatuto e Regimento do CEH, de 1959, Arquivo FNFi, Proedes, UFRJ
9. Lista de formandos de 1959, Arquivo FNFi, Proedes, UFRJ
10. Guia de Ingresso de Estudante – Diretório, 1959, p.23). Arquivo FNFi, Proedes, UFRJ
11. Listas descritivas do arquivo, 2017, Família.
12. Lista de doação, 2018, Família
13. Cartas de agradecimento das instituições Biblioteca Parque,(2015), Instituto Cultural Cravo Albin (2015), Cinemateca(2015), Museu Histórico Nacional(2016), Cômite Organizador dos Jogos Olímpicos e Para Olímpicos Rio 2016(2015), SOS Biblioteca /Biblioteca de São Gonçalo.(2015)
14. Termo de doação das instituições Aperj(2016), Pontifícia Universidade Católica(2016) e Proedes (2018)

### Fontes digitais

AS PRINCIPAIS diferenças entre associação e cooperativa. Cooperação e Associativismo - Sebrae.São Paulo, 16.12.2013. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-associacao->

e-cooperativa,5973438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD . Acesso em: 21 nov.2021.

CPDOC. Lima, Pedro Mota – Verbete. Dicionário Histórico-Biográfico. FGV. Rio de Janeiro. 2015,Disponível em: LIMA, PEDRO MOTA | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br). Acesso em: 21 out.2021.

CPDOC.Atos Institucionais – Verbete. Dicionário Histórico-Biográfico. FGV. Rio de Janeiro. 2015,Disponível em: ATOS INSTITUCIONAIS | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br) Acesso em: 21 abri.2022

CORRÊA, Michelle Viviane Godinho. DOI-COD. Infoescola Navegando e Aprendendo. Florianópolis, 2017. Disponível em: DOI-CODI - História do Regime Militar - InfoEscola, Acesso em: 21 out.2021.

GLAUBERTO, Gabriella. PT conquista seu registro provisório no TSE durante a ditadura. Foccus Brasil. Seção: Memória. Fundação São Paulo, 01 dez.2019. Disponível em: PT conquista seu registro provisório no TSE durante a ditadura - Fundação Perseu Abramo (fpabramo.org.br) . Acesso em: 22 out.2021.

PORFÍRIO,Francisco."Social-democracia"; Brasil Escola.Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/social-democracia.htm>. Acesso em 05 de dezembro de 2021.

SÁ, Eduardo. 20 anos de curso pré-vestibular comunitário na Mangueira. Fazendo Média.Rio de Janeiro, 19 ago.2010. Disponível em : AMV - Associação Mangueira Vestibulares: Quem somos (assmangueiravestibulares.blogspot.com). Acesso em: 21.out.2021

RESISTÊNCIA ARMADA NACIONALISTA. In: Wikipédia: A enciclopédia livre.Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Resist%C3%Aancia\\_Armada\\_Nacionalista](https://pt.wikipedia.org/wiki/Resist%C3%Aancia_Armada_Nacionalista). Acesso em: 26.ago.2022.

## Fontes Orais

AQUINO, Estela Maria Lima Motta Leão de. Classificação do acervo Prof. Rubim Santos Leão de Aquino . Entrevista concedida a Michele de Almeida Gomes. História Oral Proedes. Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. 2022. arquivo vídeo (60 min).

AQUINO, Estela Maria Lima Motta Leão de. História de vida e constituição do acervo. Depoimento concedido a Libânia Nacif Xavier .História Oral Proedes. Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. abril.2017. (Transcrição)

AQUINO, Estela Maria Lima Motta Leão de. e Marina. Dados biográficos, história arquivística e a fragmentação do acervo sobre acervo Prof. Rubim Santos Leão de Aquino . Entrevista concedida a Libânia Nacif Xavier e Michele de Almeida Gomes. História Oral Proedes. Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. 2020. arquivo vídeo(240min).

AQUINO, Lúgia Maria Lima Motta Leão de. História de vida e constituição do acervo. Depoimento concedido a Libânia Nacif Xavier .História Oral Proedes. Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. 2018. arquivo mp4 (18 min)

COELI, Vera Lúcia Medina .Organização do arquivo pessoal do Prof. Rubim Santos Leão de Aquino – Parte I. Entrevista concedida a Libânia Nacif Xavier.História Oral Proedes. Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. 2018. arquivo m4a (30 min)

COELI, Vera Lúcia Medina .Organização do arquivo pessoal do Prof. Rubim Santos Leão de Aquino – Parte II. Entrevista concedida a Michele de Almeida Gomes.História Oral Proedes. Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. 2022. arquivo vídeo (1h28min)

FREIRE, Américo.Visita técnica do CPDOC ao arquivo pessoal do Prof. Rubim Santos Leão de Aquino. Entrevista concedida a Michele de Almeida Gomes e Ana Luce Girão.História Oral Proedes. Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. 2022. arquivo vídeo (1h21min)

LUZ, Regina Moreira da.Visita técnica do CPDOC ao arquivo pessoal do Prof. Rubim Santos Leão de Aquino. Entrevista concedida a Michele de Almeida Gomes e Ana Luce Girão.História Oral Proedes. Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. 2022. arquivo vídeo (1h19min)

### Fontes impressas

AQUINO, Rubim Santos Leão de Aquino. A luta pelo petróleo no Brasil.Revista Cultural Sinpro-Rio. out/2001,ano V, vol.4. p.9 Rio de Janeiro: Sinpro-Rio. Disponível em: <https://site.sinpro-rio.org.br/wp-content/uploads/2019/06/rev4-1.pdf>. Acesso em: 21 nov.2021.

ATOS do Governo: decretos assinados na pasta do Ministério da Fazenda. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09 mar.1957, Ed. 00056, Primeiro Caderno, p. 9. Disponível em: Jornal do Brasil (RJ) - 1950 a 1959 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: 21 nov.2021

ATOS do Presidente: o Presidente assina os decretos de promoção do quadro permanente do Ministério da Fazenda. A manhã. Rio de Janeiro, 23 jan.1952 Ed. 03212 p.4, 1952. Disponível em: A Manhã (RJ) - 1925 a 1953 - DocReader Web (bn.br) Acesso em: 21 nov.2021

BILHETES ao leitor.Globo Sportivo.Rio de Janeiro, 28 mar. 1947, Ed. 00447, p. 6, 1947. Disponível em :O Globo Sportivo (RJ) - 1938 a 1952 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: 21.nov.2021

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. A nossa história oficial. Boletim Tortura Nunca Mais. Rio de Janeiro: Órgão Informativo do GTNM. Maio/1986. n.2. p.1.

NA GLÓRIA um acervo com raridades. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, Caderno Jornal do Bairro, 10 fev.1987, s. ed.,p. 8, 1987. Disponível em: Busca | Acervo O Globo. Acesso. Acesso em: 21 out.2021

O FRACASSO do ensino do segundo grau no vestibular.Jornal dos Sports. Rio de Janeiro, Caderno Educação, ed. 16043, 31 jan.1982,p.10,1982. Disponível em: Jornal dos Sports (RJ) - 1980 a 1989 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: 21.11.2021.

PROFESSOR Aquino dá aula especial de História nesta terça-feira. Jornal O Globo, Caderno Rio, 01 jul.1997, s. ed., p. 14. 1997. Disponível em: Busca | Acervo O Globo. Acesso em: 21 out.2021.

PROMOÇÕES no Ministério da Fazenda: numerosos atos no quadro permanente e suplementar. Diário de notícias. Rio de Janeiro. 28 jan.1951, Ed. 08969, Primeira seção, p.4, 1951. Disponível em: [Diario de Noticias \(RJ\) - 1950 a 1959 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 21 nov.2021

PT conquista seu registro provisório no TSE durante a ditadura - Fundação Perseu Abramo. Disponível em: [fpabramo.org.br](#). Acesso em: 21.out.2021.

### **Legislação**

BRASIL. Decreto-Lei 7420, de 26.03.1945. Cria o cargo de Arquivista no Ministério da Fazenda.DF –Brasília: Senado Federal, Ano , 1945, p. 288-289.Disponível em Decreto-Lei - 7420 de 26/03/1945Publicação Original [Coleção de Leis do Brasil de 31/12/1945 - vol. 001] (p. 287, col. 1) ([senado.leg.br](#))

## REFERÊNCIAS

ABREU, Jorge Phelipe Lira. Et all. **Guia do usuário do AtoM** / Jorge Phelipe Lira de Abreu. [et al]. – Brasília: Ibict, 2017. 164p.: il. color. ISBN: 978-85-7013-127-0  
<http://dx.doi.org/10.18225/978-85-7013-127-0>

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2 ed. rev.e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV,2004. 236p.

AMARAL, Karolyne Souza. **Entre arquivos e bibliotecas: o caso do acervo pessoal de Guilherme de Figueiredo..** Dissertação ( Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.p. 2022

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa.Bibliotecas, Arquivos e Museus: Convergências.**Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan/jun. 2016. 162-185p.

ALMEIDA, Renata Geraissati Castro; MATTOS, Renato de. Arquivos Pessoais de interesse público e social: As articulações entre arquivo e biblioteca - **Arquivos pessoais: fronteiras** [recurso eletrônico]. Organização: José Francisco Guelfe Campos. Associação dos Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2020, 134-152 (Evento, 6)

AQUINO, Rubim Santos Leão de Aquino. Entrevista concedida a Mário Lúcio de Paula e Patrick Granja, **A Nova Democracia**, AnoIX, n. 66, jun.2010. Disponível em: Um tempo para não esquecer - A Nova Democracia . Acesso em: 22.out.2021.

AQUINO, Rubim Santos Leão. Entrevista concedida a Angela de Castro Gomes e Américo Freire. **Estudos Históricos** .Rio de Janeiro: CPDOC/FGV., vol. 21, n.41. jan.a jun. de 2008. p. 95-112.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**.Tradução: Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. Sao Paulo: Edições 70, 2016. 141p. Disponível em: Análise de Conteúdo, Bardin, 2016 | PDF (scribd.com). Acesso: 15.abr.2022.

BARROS, Bárbara Moreira Silva de. Análise da aplicação do princípio da ordem original em arquivos de pessoas de escritoras. **Arquivos pessoais: fronteiras** [recurso eletrônico]. Organização: José Francisco Guelfe Campos. Associação dos Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2020. p. 72-93(Evento, 6)

BATISTA, Vitor Sereja Ferreira.A propósito do princípio da proveniência: Uma reflexão crítica sobre proveniência e organicidade dos arquivos pessoais **Arquivos pessoais: fronteiras** [recurso eletrônico]. Organização: José Francisco Guelfe Campos. Associação dos Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2020. p. 25-48 (Evento, 6).

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Constituição, dispersão e reintegração de fundos**.Arquivo: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p.80-94.

BORGES, Renata. MACIEL, Laurinda. Metodologia de Organização de arquivos pessoais: o fundo Virgínia Maria Niemeyer Portocarrero, Enfermeira da FAB.**Arquivos pessoais: História, Preservação e Memória da Ciência**. **Organização:** Paulo Roberto Elian dos Santos e Maria Celina Mello e Silva.Rio de Janeiro. 1ª ed. p. 117-150.2012.



BORGES, Renata. **O Elo Perdido: As relações entre Arquivos Pessoais e Institucionais na perspectiva da contextualidade.** Tese (Doutorado).2021.275p. Ciência da Informação. Instituto de Arte e Comunicação Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2021.

BRASIL. Conselho Internacional de Arquivos. **Isaar(CPF): Norma Internacional de Registro de Autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução** de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p. – (Publicações Técnicas; no 50 ).

BRASIL. Conselho Internacional de Arquivos **Isdf: Norma internacional para descrição de funções.** Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 76 p.; 30 cm. – (Publicações Técnicas; nº 52)

BRASIL. Conselho Internacional de Arquivos **Isdiah: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico/Conselho Internacional de Arquivos;** tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. 88 p.; 30 cm. – (Publicações Técnicas; n. 54)

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos.**Codearq: Código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos.** Disponível em: Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas — Português (Brasil) ([www.gov.br](http://www.gov.br)). Acesso em: 20.mai.2022.

BRASIL. Arquivo Nacional.**Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p.71; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51. Disponível em: Dicion Term Arquiv.pmd ([www.gov.br](http://www.gov.br)). Acesso em: 02.abr.2022

BRASIL.Conselho Nacional de Arquivos.**Nobrade: Norma Brasileira de Descrição Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p. 10. Disponível em: nobrade.pmd ([arquivonacional.gov.br](http://arquivonacional.gov.br)) . Acesso em: 22.abr.2022.

BRITO, Augusto César Luiz ; CORRADI, Ana Laura.Egodocumentos: Os documentos que expressam a personalidade, intimidade e motivações dos titulares de arquivos pessoais. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 32, n. 2, p. 98-129, jul./dez. Rio de Janeiro: 2018. p.98-129.

CAMARGO, A. M. de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos.**Arquivo Público Mineiro**, n. 2, p. 26-39, jul/dez. 2009.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana.**Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso.** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007. 316 p

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de Memória: uma proposta de definição.**São Paulo: Edições Sesc Sao Paulo, 2015. 112p. (Coleção Sesc Cuturas).

CAMARGO, Célia. Centros de Documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. **CPDOC 30 Anos.** Organizado por Célia Camargo [et all]. Rio de Janeiro: Editora FGV. CPDOC. 2003. p.21-41.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. **O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional de arquivos pessoais**. Tese (História Social) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. p.505. 2015.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo**. Dissertação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 251. 2014.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Recortes de jornal em arquivos: origens de uma prática social. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 52–75, 2021. DOI: 10.19132/1808-5245272.52-75. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/104112>. Acesso em: 12 jul. 2022.

COOK, Terry. O passado é prologo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Organizadoras: Heymann, Luciana; Nedel, Leticia. tradução Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos – Arquivos pessoais**, Rio de Janeiro: vol. 11, n. 21, p. 129-149, 1998. Disponível em: Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno | Revista Estudos Históricos (fgv.br). Acesso em: 14 jun 2021.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial** [recurso eletrônico] / Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. -- Dados eletrônicos. -- Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2017. Dados eletrônicos (1 arquivo : 1.034Kb). -- (Publicações Técnicas ; 59)

COSTA, Mariana Tavares de Melo. **Dispersão em arquivos pessoais: um estudo exploratório**. Dissertação (Mestrado). CCHS. UNIRIO. Rio de Janeiro. 144 p. 2019. Disponível em: [www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2017/costa-mariana-tavares-de](http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2017/costa-mariana-tavares-de)

COSTA; Márcia Valéria da Silva Brito; PEREIR, Durval Vieira. Bibliotecas e aquisição de arquivos privados: A experiência da Unirio com aquisição da coleção especial Guilherme Figueiredo. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação** – v. 13, n. esp. CBBDD, 201, p.2706-2721.

CRIVELLI, Renato; BIZELLO Maria Leandra. Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. **Acervo**, vol.34.n. 1, p. 131-153, jan./abr. 2021. Disponível em: v. 34 n. 1 (2021): **História da arquivologia no Brasil: instituições, atores e dinâmica social** | **Acervo** (arquivonacional.gov.br). Acesso em: 14 jun 2021.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO e DOCUMENTAÇÃO. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz. **Manual de organização de arquivos pessoais**. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015. 84 p.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?:** textos escolhidos. Bruno Delmas; tradução de Danielle Ardaillon – São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. 196p.

DOUGLAS, Jennifer. Origens: Ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. **Correntes atuais do pensamento arquivístico.** Organizadores: Terry Eastwood, Heather MacNeil; tradução Anderson Bastos Martins; revisão técnica Heloísa Liberalli. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 47-69

DUCROT, Ariane. A Classificação dos Arquivos Pessoais e Familiares. **Estudo Histórico: Arquivo pessoal.** Vol.11, n. 21, p.151-168,1998. Rio de Janeiro: CPDOC/FVG. Disponível em: A classificação dos arquivos pessoais e familiares | Revista Estudos Históricos (fgv.br) . Acesso em: 04.abr.2022

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. **A reestruturação da Universidade do Brasil. Universidade do Brasil: das origens à construção.** 2 ed. rev e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. 200p.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. PROEDES - Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade: origens e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Política e Administração,** Rio Grande do Sul, v. 36, n. 1, p. 357 - 381, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/99374/5702>. Acesso em: 14 jun 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 464p.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser Professor no Brasil: história oral de vida.** Campinas, Papyrus, 1997. 3 edição. p. 156-165.

GOMES, Angela Maria de Castro. KODAMA, Kaori. FONSECA, Maria Rachel Froz da. Imprensa e mediadores culturais: ciência, história e literatura. **Varia Historia,** Belo Horizonte, vol. 34, n. 66 . set/dez 2018. p. 596-5

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.) **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

HEYMANN, Luciana Q. Indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro,** Belo Horizonte, MG: Arquivo Público Mineiro, v. 45, n.2, jul/dez.,p.40-57, 2009.

HEYMANN, Luciana. **Velhos problemas, novos atores: desafios à preservação dos arquivos privados.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Trabalho apresentado no Seminário "Preservação do patrimônio cultural e universidade": 25 anos do CEDIC/PUC-SP. Mesa: Patrimônio cultural e políticas de preservação. São Paulo, 13 set. 2005.

LIMA, Ana Luce Girão Soares de Lima. REIS, Nathacha Regazzinni B. Lourenço, Francisco. Trajetória Pessoal: memória coletiva: O Arquivo Carlos Chagas Filho como fonte para a história da Ciência no Brasil. **Arquivos Pessoais: História, Preservação e Memória da Ciência.** Organização: Paulo Roberto Elian dos Santos e Maria Celina Mello e Silva. Rio de Janeiro. 1ª ed. p. 117-150.2012.

LIMA, Eliseu dos Santos; FLORES, Daniel. A utilização do ICA-ATOM como plataforma de acesso, difusão e descrição dos documentos arquivísticos de instituições públicas.

**Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 3, p. 207 – 227, set./dez., 2016. Disponível em: [A utilização do Ica-Atom como plataforma de acesso, difusão e descrição dos documentos arquivísticos de instituições públicas | Lima | Informação & Informação \(uel.br\)](#). Acesso em: 10 mai 2022.

LLANES, Padrón, Dunia. L791d La descripción archivística en los tiempos posmodernos : conceptos, principios y normas / Dunia Llanes Padrón. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : **Cultura Acadêmica**, 2016. 156 p.

LOPES, Bruna Pimentel e RODRIGUES, Georgete Medleg. Os arquivos privados na legislação brasileira: do anteprojeto da Lei de Arquivos às regulamentações do Conarq. **Revista Arquivo**. Associação Arquivistas de São Paulo: São Paulo. V. 4, 2017. p.1-15. Disponível: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/04/pdf/](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/pdf/)

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Luciana Heymann, Leticia Nedel, organizadoras; tradução Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas – Rio de Janeiro: FGV Editora, p.239-260, 2018.

MENDONÇA, ANA WALESKA. **Anísio Teixeira e a universidade de educação**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, 186p.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; CUNHA, Maria Teresa Santos. Razões para guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/as. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, p. 40-61, jan./abr. 2006.

NÓBREGA, Bárbara Michelle de Melo. **Acervo Plínio Süssekind Rocha : uma abordagem arquivística**. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, p. 92. 2022.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de Oliveira. **Descrição e Pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Mobile. 2012. 171p.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. Política de aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais. **Política de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa**. Organização: Maria Celina Soares de Mello e Silva, Lúcia Maria Velloso de Oliveira. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. p.115-128. Disponível em: [http://mast.br/images/pdf/publicacoes\\_do\\_mast/politicas\\_de\\_aquisicao\\_e\\_preservacao\\_de\\_acervos\\_em\\_universidades\\_e\\_instituicoes\\_de\\_pesquisa.pdf](http://mast.br/images/pdf/publicacoes_do_mast/politicas_de_aquisicao_e_preservacao_de_acervos_em_universidades_e_instituicoes_de_pesquisa.pdf)

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SOBRAL, Camilla Campoi de; PANISSET, Bianca; SILVA, José Antonio da. **Organização do Conhecimento e Identificação Tipológica: Aportes para Projetos de Pesquisa em Arquivos Pessoais**. Actas del IV Congreso ISKO España y Portugal, Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico, Zaragoza, pp. 173-183 (978-84-09-20065-8). abr.2020. Disponível em: <https://zenodo.org/record/3736656#.YqpDYFzMLIU>

PAIM, Antônio. **A UDF e a ideia de universidade**. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1981. p.135. Disponível em: [http://institutodehumanidades.com.br/arquivos/udf\\_ideia\\_univ.pdf](http://institutodehumanidades.com.br/arquivos/udf_ideia_univ.pdf). Acesso em: 10 fev.2022.

PEREIRA, Ludmila Gama. **O historiador e o agenda da história: os embates políticos travados no curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. (1959-1969)**.2010. 152p. Dissertação (Mestre). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2010.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais**. Barbaroi, Santa Cruz do Sul , n. 38, p. 45-49, jun. 2013. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-65782013000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 02 mai. 2022

RIBAS, Elisabete Marins.Reunindo histórias: o arquivo do IEB e seus fundos pessoais ou não é pessoal são negócios, por uma política de arquivos pessoais. **Arquivos pessoais: experiências e reflexões**, perspectivas. / José Francisco Guelfi Campos (Organização). Associação de Arquivista de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, p. 96-106, 2017 . E-book.Disponível em: [Arquivospessoais\\_experiencias\\_reflexoes-perspectivas\\_1\\_e-book.pdf](#) (arqsp.org.br). Acesso em 14 jun 2021

ROCKEMBACK, Moíses. Difusão em Arquivos: uma função arquivística informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015

ROUSSEAU, Jean\_Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Jean-Yves Rousseau, Carol Couture. Lisboa. Ed. Dom Quixote. 1998. p.355.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos Santos. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: Associação dos rquivistas de São Paulo, Ed. rev. e ampl., 2012 . 72p.

SILVA, Lorena dos Santos; SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. O Caso do Arquivo Pessoal de Júlia Lopes de Almeida: Uma reflexão sobre a aplicação do princípio do respeito aos fundos. **Arquivos pessoais: fronteiras** [recurso eletrônico]. Organização: José Francisco Guelfe Campos. Associação dos Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2020. 49-71(Evento, 6)

SILVA, Maria Celina Mello e . Arquivos Pessoais: História, preservação e memória da Ciência. **Arquivos pessoais: História, Preservação e Memória da Ciência**. Organização: Paulo Roberto Elian dos Santos e Maria Celina Mello e Silva.Rio de Janeiro. 1ª ed. p. 89-100.(2012)

SILVA, Maria Celina Soares de Mello. Os arquivos pessoais e os desafios para os arquivistas. **Archivos personales: experiencias de organización y gestión** / coordinación general de Noelia García; Maria Celina Soares de Mello e Silva - 1a ed . - Córdoba: Redes, 2017.p. 7-12. Libro digital, PDF. Disponível em: [Archivos-personales-experiencias-de-organización-y-gestión.pdf](#) (redarchiveroscordoba.com). Acesso em: 04.abr.2022.

SILVA,Maria Celina Soares de Mello. Arquivos pessoais como fontes: reconhecendo os tipos documentais - Maria Celina Soares de Mello e Silva. Arquivos pessoais como fontes: reconhecendo os tipos documentais. **Coleção MAST: 30 Anos de Pesquisa: Museologia e**

**Patrimônio.** Organizadores Heloisa Maria Bertol Domingues, Marcus Granato, Christina Helena da Motta Barboza e Maria Esther Alvarez Valente Volume 1 Organização Marcus Granato Comitê. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), 2015 , ISBN: 978-85-60069-69-9

SOUSA, Alice Verediana de. A aquisição de arquivos pessoais por instituições públicas de Ensino Superior: uma reflexão necessária. **Arquivos pessoais: fronteiras** [recurso eletrônico]. Organização: José Francisco Guelfe Campos. Associação dos Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2020, 313- (Evento, 6)

SOUSA, Renato Tarcísio B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação.

RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação.** Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269. Disponível em: Repositório Institucional da UnB: Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação .Acesso em: 01 mai.2022.

TESSITORE, Viviane. Como implantar Centro de Documentação. Org. Viviane Tessitore. São Paulo : Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. 52 P. (**PROJETO COMO FAZER, 09**)

XAVIER, Libânia. Apreciação dos espaços de memória da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma.** Organizado: Antônio José Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2007. p.153-172

XAVIER, Libânia Nacif. **.Relações e vínculos evocados no ofício de ensinar: reflexões a partir do arquivo pessoal de Rubim Santos Leão de Aquino.** 2018. 62p.Tese (Professor Titular). Faculdade de Educação. UFRJ, Rio de Janeiro. 2018

## APÊNDICE A – LIVROS PUBLICADOS E ORGANIZADOS PELO AUTORIDADE

Ano	Autoria / Títulos
1965	WERNECK DA SILVA, José Luiz Foresti; AQUINO, Rubim Santos Leão de. <b>Manual de História das Instituições Políticas e Sociais. 1º vol. Antiguidade Idade Média.</b> Rio de Janeiro, s. ed., 1965. 122 p.
1972	AQUINO, Rubim Santos Leão de; ROSAS, Júlio. <b>1050 questões de história moderna para o vestibular.</b> Rio de Janeiro, Psi-Pré, 1972. 165 p. (Col. Aquarius)
1978	AQUINO, Rubim Santos Leão de; ALVARENGA, Francisco Jacques Moreira de; FRANCO, Denize de Azevedo; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. <b>História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais.</b> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978. 394 p.
1979	AQUINO, Rubim Santos Leão de; FRANCO, Denize de Azevedo; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. <b>História das Sociedades:</b> das comunidades primitivas às sociedades medievais, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979
1979	CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo. <b>Desaparecidos políticos.</b> Prisões, sequestros, assassinatos. Rio de Janeiro: Edições Opções e Comitê Brasileiro pela Anistia-CBA RJ, 1979. (Colaborador)
1979	AQUINO, Rubim Santos Leão de; ALVARENGA, Francisco Jacques Moreira de; FRANCO, Denize de Azevedo; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. <b>História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais.</b> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979. 394 p.
1980	AQUINO, Rubim Santos Leão de; FRANCO, Denize de Azevedo; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. <b>História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais.</b> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1980. 458 p.
1981	AQUINO, Rubim Santos Leão de; LEMOS, Nivaldo Jesus Freitas de; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. <b>História das sociedades americanas.</b> Rio de Janeiro, Ed. Livraria Eu e Você, 1981. 400 p.
1983	AQUINO, Rubim Santos Leão de. <b>A História no vestibular.</b> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1983. 178 p.
1985	AQUINO, Rubim Santos Leão de O Grande Fantasma. (depoimento) pp. 50-52. SILVA, José Luiz Foresti Werneck da <b>A deformação da História</b> ou Para não esquecer. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985. 96 p..(Coleção Brasil: Os Anos de Autoritarismo)

1985	AQUINO, Rubim Santos Leão de, MOURA, Maria Bernadete; AIETA, Luiza. <b>Fazendo a História:</b> da pré-história ao mundo feudal. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
1985	AQUINO, Rubim Santos Leão de; AIETA, Luiza Siciliano; MOURA, Maria Bernadete. <b>Fazendo a história: da pré-história ao mundo feudal. Caderno de atividades.</b> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1985. 58 p.
1986	AQUINO, Rubim Santos Leão de, MOURA, Maria Bernadete; AIETA, Luiza. <b>Fazendo a História:</b> as sociedades americanas e a Europa na época moderna. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.
1986	AQUINO, Rubim Santos Leão de, LISBOA, Ronaldo César. <b>Fazendo a História:</b> a Europa e as Américas do século XVIII ao início do século XX. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.
1986	AQUINO, Rubim Santos Leão de; LISBOA, Ronaldo César. <b>Fazendo a história: a Europa e as Américas nos séculos XVIII e XIX.</b> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1986. 184 p.
1986	AQUINO, Rubim Santos Leão de; LISBOA, Ronaldo César. <b>Fazendo a história: a Europa e as Américas nos séculos XVIII e XIX. Caderno de atividades.</b> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1986. 68 p.
1986	AQUINO, Rubim Santos Leão de, LISBOA, Ronaldo César; PEREIRA NETO, André de Farias. <b>Fazendo a História:</b> a Europa e as Américas no século XX. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.
1986	QUINO, Rubim Santos Leão de; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos; LEMOS, Nivaldo Jesus Freitas de. <b>Fazendo a história: as sociedades americanas e a Europa na época moderna.</b> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1986. 117 p.
1986	AQUINO, Rubim Santos Leão de; LISBOA, Ronaldo César; PEREIRA NETO, André de Farias. <b>Fazendo a história: a Europa e as Américas nos séculos XIX e XX.</b> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1986. 270 p.
1987	AQUINO, Rubim Santos Leão de; AIETA, Luiza. <b>O Brasil no vestibular.</b> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1987. 206 p.
1987	AQUINO, Rubim Santos Leão de; LISBOA, Ronaldo César; PEREIRA NETO, André de Farias. <b>Fazendo a história: a Europa e as Américas nos séculos XIX e XX. Caderno de atividades.</b> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1987. 133 p.
1994	AQUINO, Rubim Santos Leão de; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos; PIRES, Maria Emília Barbosa Netto. <b>Você é a história: do mundo indígena ao período regencial no Brasil. Brasil 1.</b> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico,



	1994. 112 p. 1ª edição.
1995	AQUINO, Rubim Santos Leão de; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos; PIRES, Maria Emília Barbosa Netto. <i>Você é a história: do segundo reinado ao Brasil atual. Brasil 2.</i> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1995. 163 p.
1995	AQUINO, Rubim Santos Leão de; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos; PIRES, Maria Emília Barbosa Netto. <i>Você é a história: do segundo reinado ao Brasil atual. Brasil 2. Livro do professor.</i> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1995. 163 p.
1995	AQUINO, Rubim Santos Leão de; RIBEIRO, Marta Regina da Cunha; VALENTIM, Marcelo Sanglard. <i>Você é a história: do homem das cavernas ao homem das máquinas. Geral 1.</i> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1995. 280 p.
1995	AQUINO, Rubim Santos Leão de; RIBEIRO, Marta Regina da Cunha; <i>Você é a história: do homem das revoluções à nova ordem mundial. Geral 2.</i> Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1995. 258 p.
1998	AQUINO, Rubim Santos Leão de; BELLO, Marco Antônio Bueno; DOMINGUES, Gilson Magalhães <b>Um Sonho De Liberdade:</b> a conjuração de Minas, Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1998
1999	AQUINO, Rubim Santos Leão de. <b>Sociedade Brasileira:</b> Uma História Através Dos Movimentos Sociais, Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
2000	AQUINO, Rubim Santos Leão de; VIEIRA, Fernando; AGOSTINHO, Gilberto; ROEDEL, Hiran. <b>Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais.</b> Da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2000. 920 p.
2000	AQUINO, Rubim Santos Leão de; LEMOS, Nivaldo Jesus Freitas de. <b>História das Sociedades Americanas,</b> Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
2000	AQUINO, Rubim Santos Leão de; CALADO, Ivanir; GAÚ, Marcello; BARREIROS, Eduardo Canabrava. <b>Aventura no Tempo:</b> Os Primeiros Brasileiros. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. 70 p. (18 páginas encartadas de quadrinhos) ISBN 8501058262
2000	AQUINO, Rubim Santos Leão de; CALADO, Ivanir; GAÚ, Marcello; BARREIROS, Eduardo Canabrava. <b>Aventura no Tempo:</b> A Europa Conquista o Brasil. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. 86 p. (16 páginas encartadas de quadrinhos) ISBN 85-0105-827-0
2000	AQUINO, Rubim Santos Leão de <b>Sociedade Brasileira, Uma História Através Dos Movimentos Sociais:</b> da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo, Rio De Janeiro, Editora Record, 2000.

2001	AQUINO, Rubim Santos Leão de; BELLO, Marco Antônio Bueno. <b>Liberdade? Nem pensar!:</b> o livro das conjurações. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
2002	AQUINO, Rubim Santos Leão de <b>Futebol:</b> Uma Paixão Nacional. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
2002	AQUINO, Rubim Santos Leão de <b>PCB: 80 Anos de luta</b> , Rio de Janeiro, Fundação Dinarco Reis, 2002.
2003	AQUINO, Rubim Santos Leão de <b>História Das Sociedades:</b> Das Sociedades Modernas Às Sociedades Atuais. Rio De Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 2003.
2003	AQUINO, Rubim Santos Leão de. <b>Brasil, Uma História Popular</b> , Rio De Janeiro: Editora Record, 2003.
2003	AQUINO, Rubim Santos Leão de. <b>Revolta da Vacina:</b> Vacinando Contra a Varíola e Contra o Povo, Rio De Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2003.
2004	AQUINO, Rubim Santos Leão de; LESSA, Carlos; ROEDEL, Hiran VIEIRA, Fernando A. <b>Rio de Janeiro: Panorama Sociocultural</b> , Rio de Janeiro, Editora Rio Sociedade Cultural Ltda., 2004.
2008	AQUINO, Rubim Santos Leão de; ARZUA, Marcos. <b>República dos fazendeiros:</b> história, economia & literatura. Rio de Janeiro: Editora E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2008. 1º edição 206 páginas. ISBN 978-85-7650-188-6.
2009	AQUINO, Rubim Santos Leão de; DIAS, Luiz Sergio. <b>O samba-enredo visita a história do Brasil: o samba-de-enredo e os movimentos sociais.</b> Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2009.
2010	AQUINO, Rubim Santos Leão de. <b>Um Tempo Para Não Esquecer-1964-1985.</b> 1ª Ed. Rio de Janeiro: Coletivo A / Ed. Achiamé, 2010.
2010	AQUINO, Rubim Santos Leão de; MENDES, Francisco Roberval; BOUCINHAS, André Dutra. <b>Pernambuco em Chamas</b> , Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010
2011	AQUINO, Rubim Santos Leão de; CARVALHO, Regilena. <b>Araguaia: da guerrilha ao genocídio.</b> Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

**APÊNDICE B – Notícias da Imprensa sobre Rubim Santos Leão de Aquino (1934-2012)**

<b>CÓDIGO DA IMAGEM</b>	<b>JORNAL</b>	<b>DATA/ EDIÇÃO / P.</b>	<b>TÍTULO DA NOTÍCIA</b>	<b>DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO</b>	<b>LINK DE ACESSO</b>	<b>CONTEXTO</b>
001	O TICO-TICO : Jornal das crianças - RJ	0711/1934/ 1518 / 28	Resultado de concurso n. 80	Resultado do Concurso onde consta a lista com o nome dos solucionistas, entre os nomes da lista encontra-se o de Rubim Santos Leão de Aquino e de um parente – Ney Santos Leão de Aquino (irmão?)	O Tico-Tico : Jornal das crianças (RJ) - 1905 a 1961 - DocReader Web (bn.br)	Familiar e infantil (5 anos de idade)
002	O GLOBO SPORTIVO RJ	28/03/1947 / 00447 / 6	Bilhetes do leitor	Rubim Santos Leão de Aquino do bairro de Campo Grande - Rj . Participa de um concurso sobre questões de curiosidades históricas do futebol de campeonatos brasileiros e cariocas	O Globo Sportivo (RJ) - 1938 a 1952 - DocReader Web (bn.br)	Esportivo e histórico – 18 anos.
003	DIÁRIO DE NOTÍCIAS	23/01/1951 / 08969 / Quarta página/ Primeira seção	Promoções no Ministério da Fazenda – Numerosos atos no quadro permanente e suplementar	Promoção por antiguidade na função de arquivista, classe E para F	Diario de Noticias (RJ) - 1950 a 1959 - DocReader Web (bn.br)	Trabalho
004	A MANHÃ	23/01/1952/ 03212 / 4 / RIO	Atos do Presidente: O Presidente assina os decretos de promoção do quadro permanente do Ministério da Fazenda	Promoção por antiguidade na função de arquivista, da classe E para F	A Manhã (RJ) - 1925 a 1953 - DocReader Web (bn.br)	Trabalho
005	JORNAL DO	09/03/1957 /	Atos do Governo:	Promoção por mérito da	<a href="#">Jornal do Brasil (RJ)</a> -	Trabalho

	BRASIL	00056 / 9 / Primeiro Caderno	Decretos assinados na pasta do Ministério da Fazenda	função de arquivista, da classe G para H	<a href="#">1950 a 1959 - DocReader Web (bn.br)</a>	
006	DIÁRIO DE NOTÍCIAS	02/04/1959/ 11158 / 4/ Segunda Seção	Universidade do Brasil – Filosofia – Diretório Acadêmico	Relação dos candidatos aprovados nos exames vestibulares para o Curso de História por ordem de colocação – Rubim Aquino em segundo lugar dentre os 16 alunos.	<a href="#">Diario de Noticias (RJ) - 1950 a 1959 - DocReader Web (bn.br)</a>	Discente FNFI
007	JORNAL DO BRASIL	13/09/1973 / 00160 / 7 – 1 Caderno	Auditoria do Exército vai ouvir 34 acusados de ação subversiva na Guanabara	O Conselho Especial de Justiça da Segunda Auditoria do Exército convoca para audiência os acusados do processo de subversão e enquadrados na lei de Segurança Nacional acusados de implantação de regime de esquerda marxista-leninista deflagrada pelo Movimento de Caparaó. Dentre os 30 acusados, consta o nome do Rubim Santos Leão de Aquino. Líder do movimento: Amadeu de Almeida Rocha. O movimento passou a se chamar Resistência Armada Nacional - RAN		Ditadura
008	JORNAL DO BRASIL	25/10/1973 / 00200 / 24 / 1 Caderno -	Auditoria interroga subversivos	Segunda Auditoria do Exército interrogou Rubim Aquino, Roberto Pinto de	<a href="#">Jornal do Brasil (RJ) - 1970 a 1979 - DocReader Web</a>	Ditadura Militar (44 anos)

		Nacional		Luna Pedrosa e Cláudio José de Campos Filho, infratores da Lei de Segurança Nacional . E com eles 30 (trinta) acusados de atividades subversivas denominados militantes da Resistência Armada Nacional – RNA. Os depoentes negaram as acusações.	<a href="#">(bn.br)</a>	
009	Jornal O Globo	15/10/1975 / Rio / 12	A Diretoria do Colégio São Vicente de Paulo homenagea os professores.	O Colégio saúda e agradece o seu corpo docente e a missão de Educadores. Segue a lista de vários professores, entre eles o nome do Prof. Rubim Aquino.	<a href="#">Busca   Acervo O Globo</a>	Homenagem – trabalho  Obs: Homenagem ao dia do Professor, dentre o Colégio São Vicente, a reportagem trás destaque as instituições de ensino: Sindicatos dos Estabelecimentos de ensino de 1 e 2 grau; Universidade Gama Filho, Colégio Fishi-Barra; Palácio Guanabara com a entrega de honrarias a professores Eméritos.

0010	Jornal Folha de São Paulo	05/03/1977/ s.ed / 5 / Caderno Nacional	Segunda Auditoria julga dia 15 de março de 1977, 35 acusados.	O Conselho Especial de Justiça, constituído pela Segunda Auditoria do Exército, julgou 35 acusados de atividades subversivas ligados a organização política clandestina: “Resistência Armada Nacionalista”, dentre 03 acusados encontram-se presos a 4 anos: Amadeu Rocha, Hermes Neto e José Vaz. Os três acusados encaminharam uma carta ao Desipe, reclamando de torturas e a falta de julgamento o que foi encaminhando ao presidente do Superior Tribunal Militar. A organização RAN teve engajamento de universitários, médicos, militares, jornalistas, professores e escritores. Foram acusados de divagações ideológicas e atos violentos. Dentre os 35 acusados está o nome de Rubim Santos Leão de Aquino.	Acervo Digital - Folha de S.Paulo	Ditadura militar – Movimento Resistência Armada Nacionalista
011	Jornal dos Sports	23/09/1977 / 14579 / 15 / Seção	Apontamentos	A Livraria e Papelaria Campus da Voluntários da Pátria, 368B Botafogo lançou	<a href="#">Jornal dos Sports (RJ) - 1970 a 1979 - DocReader Web</a>	Produção intelectual

		Educação		uma coleção de apostilas com objetivos, conteúdos, programas para alunos de segundo grau, supletivos e pré-, com conteúdo de História Geral, Moderna e Contemporânea, de autoria dos professores Rubim Aquino e Jacques Moreira de Alvarenga.	<a href="#">(bn.br)</a>	
012	Jornal do Brasil	18/03/1978 / 00340 / 5 / Livros	Livros e Autores lançamentos da semana	Livro Técnico: História das Sociedades, Rubim Aquino e outros. Para estudantes de segundo grau (394pp.)	<a href="#">Jornal do Brasil (RJ) - 1970 a 1979 - DocReader Web (bn.br)</a>	Produção intelectual - didáticos
013	Jornal do Brasil	24/03/1978 / 00346 / 2 / Caderno B	Cartas: Puecini e o Municipal	Puecini reabre o teatro municipal com a ópera italiana, estão as cadeiras mais caras à baratas, as quais não terão acesso, alguns nomes, dentre eles, Rubim Aquino.	Jornal do Brasil (RJ) - 1970 a 1979 - DocReader Web (bn.br)	Lazer
014	JORNAL DOS SPORTS	07/05/1978	Professores apresentam nova abordagem da história	Apresentar o livro História das Sociedades: das Sociedades Modernas à atuais. Comenta o conteúdo do livro, integrante de uma coleção de 3 volumes. Além de dos autores e os ilustradores. Um livro para além da sala de aula.	Jornal dos Sports (RJ) - 1970 a 1979 - DocReader Web (bn.br)	Produção intelectual – livros didáticos/paradidáticos

015	Jornal do Brasil	15/07/1978 / 00098/ Caderno 1	Manifesto de apoio dos professores apóia chapa da Oposição a sindicato municipal do RJ	Manifesto dos professores associados e de ex-dirigentes em oposição a continuidade da chapa vencedora. Assinam manifestos diversos professores e o Prof. Rubim Aquino.	Jornal do Brasil (RJ) - 1970 a 1979 - DocReader Web (bn.br)	Movimento sindical
016	A LUTA DEMOCRÁTICA	05/05/1980 / 07921 / 8 /	Livros: História da Sociedade (Paulo Medeiros e Albuquerque)	Lançamento do livro: História da Sociedade: das comunidades primitivas às sociedades medievais. Autores: Rubim Aquino, Denize de Azevedo Franco e Oscar Guilherme Dahi Campos Lopes. Ilustradores: Miguel Oscar Zubiri e Carmen Sighieri Soares e os desenhistas: Nelson Ayres e José Luis (mapas). Um enfoque novo sobre história, mas acessível e melhor apresentada.	<a href="#">A Luta Democrática : Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar (RJ) - 1954 a 1987 - DocReader Web (bn.br)</a>	Produção de livro didático.
017	Jornal do Brasil	9/08/1981 / 00123 / 18 / 1 Caderno - Nacional	Chapas de professores divergem da atuação, mas concordam com as teses	Eleições para diretoria do Sindicato de Professores do Município do RJ. As chapas da situação, apoiadas pelos partidos políticos (PMDB, PC e MR-8) e de oposição com apoio do (PT). O colégio eleitoral convocou aproximadamente 4000	Jornal do Brasil (RJ) - 1980 a 1989 - DocReader Web (bn.br)	Movimento sindical  Obs: Matéria sobre o 1 encontro do partido dos trabalhadores e do movimento sindical na mesma página. Lula como



				professores a votar nas chapas “Democracia Sindical” - chapa de oposição, e a “Unidade e Renovação” – chapa da situação atual. Na chapa de oposição, encabeça a presidência – José Luis Werneck da Silva e os docentes Rubim Aquino, Emir Mamud Amed, Maria da Glória Ribeiro da Silva, Lúcia Veloso Maurício, Marcelo Sá Correia e Adeair Leonardo da Rocha. A chapa da situação, com o presidente atual, José Monrevi Ribeiro, com os docentes Roberpierre Martins Teixeira, Francílio Pinto Pais Leme, Ricardo Marques Coelho, Jurema Gomes da Silva, Roberto Viseu Barros, Beatris Vieira de Resende.		presidente do PT em 1980.
018	JORNAL DOS SPORTS	31.01.1982 / 16043 / 10 / Caderno Educação JS	O fracasso do ensino do segundo grau no vestibular:	Educadores apontam as raízes do problema: Os educadores da reportagem são: Prof. Rubim Santos Leão de Aquino (Colégio Santo Inácio e Franco Brasileiro); Prof. Roberto Santiago Fróes (Diretor Curso CPS); Prof. José Antônio Teixeira (Diretor da Rede MV1 de	<a href="#">Jornal dos Sports (RJ) - 1980 a 1989 - DocReader Web (bn.br)</a>	Vestibular  Obs.: A reportagem constam imagens dos professores citados na matéria. Obs: Vestibular unificado pela Cesgranrio a partir de 1983

				<p>Ensino); Prof. Antônio Luis de Almeida (Diretor da Faculdade Cândido Mendes); Prof. Paulo Sampaio (Diretor do Colégio Princesa Isabel); Prof. Vitor Nótrica (Diretor do Instituto Guanabara); Prof. Nilton Santiago (Presidente do Sindicato do Estabelecimentos de Ensino de Primeiro e Segundo Grau) e Prof. Paulo Armando Areal (Diretor Colégio Pentágono). De acordo da análise dos educadores a melhoria do desempenho no vestibular se dará por mudanças no ensino básico. Consideram que o vestibular é uma barreira de acesso a população de baixa renda, o que é indicador de um o ensino superior de qualidade. Para alguns professores entrevistados,a Universidade deve ser um lugar da elite intelectual. No depoimento do Prof. Aquino: “tudo é feito para a elite.” Na notícia, Aquino enfatiza achar um absurdo um aluno com 17 anos optar por uma carreira sem saber</p>	
--	--	--	--	---	--

				<p>exatamente o que a juventude deseja. Ressalta que o vestibular unificado conseguiu corrigir algumas distorções e possibilitou o acesso a classe vulnerável a entrada na universidade. Em sua reflexão entende que a universidade deve exercer sua função social, apesar de que a elite continua sendo priorizada com um número maior no ingresso as vagas universitárias. Aquino ressalta que a baixa média de alunos é reflexo do esvaziamento das áreas de ciências humanas devido a disciplina de filosofia ter sido retirado do currículo do segundo grau e as disciplinas de história e geografia serem aglutinadas em uma única disciplina.</p>		
019	JORNAL DOS SPORTS	07/02/1982 / 01650 / 11 /	Professores contam história da sociedade	<p>A matéria destaca o Ensino de História contada a partir da História das Sociedades. O livro publicado História das Sociedades Americanas (1981) pelo prof. Aquino, conhecido na área educacional de vestibulares. Com coautoria de Oscar</p>	Jornal dos Sports (RJ) - 1980 a 1989 - DocReader Web (bn.br)	Produção de livros didáticos

				Guilherme Lopes e Nivaldo de Jesus. O livro refere-se aos acontecimentos do século XX cujas temáticas são sobre a América Latina e Estados Unidos, utilizando de fontes documentais numa análise mais profunda da história.		
020	Jornal O Globo	10/02/1987 / s. ed. / p. 8 / Caderno Jornal do Bairro	Na Glória um acervo com raridades	A Associação de Amigos da Biblioteca Regional da Glória. Os Prof. Rubim Santos( Presidente da AAB) e o Pedro Tortima (Bibliotecário e Historiador) catalogam o acervo dos livros de história e posteriormente a literatura brasileira. A intenção é colaborar nas pesquisas de professores e alunos do Ensino Básico disponibilizando um farto material sobre a história, bem como a divulgação do acervo. A Diretora Scrivano Nascimento relata a riqueza de obras raras encontradas na biblioteca, considerando a melhor biblioteca da cidade. Em sua gestão contabilizaram 804 leitores inscritos. Na associação mantenedora da biblioteca, Aquino contava	Busca   Acervo O Globo	Presidente da Associação de Amigos da Biblioteca  Obs.: Consta imagem do Prof. Rubim Aquino e seu amigo Pedro Tortima, também professor de História, e da Diretora.

				com 20 associados, entre eles, o escritor J.J.Veigas. Na percepção de Aquino se os alunos e professores soubessem da existência da biblioteca da Glória e suas obras raras, poderiam utilizar os livros como referencial básico para os alunos, utilizando como fontes de pesquisas.		
0021	Jornal do Brasil	11/04/1982 a 17/04/1982/ 00003 / 3 / Supershopping	Cidade: América Latina	Ciclo de Debates América Latina no século XX. Os autores do livro: “ História da Sociedades Americanas, Rubim Aquino, Nivaldo Jesus Freitas de Lemos e Oscar Guilherme Pah Campos Lopes participam dos debates. O evento acontece na Aliança Francesa em Botafogo. O convite para o público participar. Data do evento: 06/04 e 08/05/1982	Jornal do Brasil (RJ) - 1980 a 1989 - DocReader Web (bn.br)	Divulgação dos livros didáticos
0022	Jornal O Globo	08/05/1982 / s. ed/ 10 / Caderno Rio	Múltipla escolha – América Latina	Ciclo de debates sobre América Latina no século XX, no Colégio São Vicente de Paulo, abordando dois temas: “México, a revolução institucionalizada” e O Brasil nos anos 20 e 30: mudanças	Busca   Acervo O Globo	Divulgação dos livros didáticos e para e paradidáticos

				sócio-econômicas e ideológicas”. Com a participação dos Professores; Rubim Aquino, Nivaldo Lemos e Oscar Lopez, autores do livro “ A História das Sociedades Americanas”.		
0023	Diário de Natal (RN)	19/09/1989 / 00169 / 4	Roda Viva – História (Cassiano Arruda Câmara)	Evento no Instituto Maria Auxiliadora, (RN), com palestra sobre Estudo de História. Prof. Aquino, denominado escritor da Coleção dos livros “Fazendo História”. Estiveram presentes pais, alunos e professores.	Diário de Natal (RN) - 1980 a 1989 - DocReader Web (bn.br)	Divulgação dos livros didáticos e para e paradidáticos
024	Diário do Pará	24/09/1989 / 02250 / Ano VII / Capa e Caderno D	Sem título	Preparação do novo livro História Americana. A sucessão presidencial como marco histórico. Ressalta que o candidato Lula seja marxista, mas com viés social cristão. (Jorge Mesquita)	Diário do Pará (PA) - 1982 a 1990 - DocReader Web (bn.br)	Divulgação dos livros didáticos e para e paradidáticos  Obs.: Imagem do Prof. Aquino sentado e de óculos escuros
025	Diário do Pará	24/09/1989 / 02250 / Caderno D	Rubim Santos Leão de Aquino	A matéria destaca o lançamento do livro História das Américas, sobre a sucessão eleitoral na década de 80 e palestra na Universidade Federal do Pará – Belém sobre o tema: O Ensino de História nas escolas	<a href="#">Diário do Pará (PA) - 1982 a 1990 - DocReader Web (bn.br)</a>	Produção do livro; Ensino de História Socialismo e marxismo; Partido político; Historiador; Professor

				durante e depois do regime militar. Entrevista concedida a Jorge Mesquita. Intenção do regime militar era destruir o ensino de caráter social e valorizar o ensino profissional em termos de mão de obra qualificada. Ressalta a disciplina de História como a mais ciência das políticas, servindo para manter uma imagem machista, racista e elitista. Discute o socialismo e o marxismo sobre diversos contextos históricos. O Ensino de História nas escolas e suas lacunas. Aquino não se considera um historiador, mas um professor de história. Se descreve como: flamenguista, petista, pisciano, romantico e racionalista.		
026	Jornal O Globo	01/ 07/1997 / s. ed. / 14 / Caderno Rio	Professor Aquino dá aula especial de História nesta terça-feira	Aula de História sobre Populismo para edição n. 584 do Jornal Folha Dirigida (1997) -material valioso para vestibulandos.	Busca   Acervo O Globo	Vestibular – Material didático
027	Jornal O Estado de São Paulo	28/11/1999 / s.ed./ 241 / Caderno 2 - Cultura	Lançamentos no Brasil	Lançamento do livro Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais, dos	<a href="http://estadao.com.br">O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão (estadao.com.br)</a>	Divulgação dos livros didáticos e para e paradidáticos

				autores Aquino, Vieira, Agostino, Roedel. O livro tem a função de retratar os verdadeiros heróis nesses 500 anos de história: a sociedade. O objetivo do livro é destacar as forças sociais.		
028	TRIBUNA DE IMPRENSA	01/03/2000/ 15300 / 6 / Caderno Tribuna Bis - Livro	Lançamentos – História (Antônio Olinto)	Lançamento do livro História das Sociedades – Atualizado e Revisto. Consagrado como um dos melhores livros de história escritos no Brasil.	Tribuna da Imprensa (RJ) - 2000 a 2009 - DocReader Web (bn.br)	Divulgação dos livros didáticos e para e paradidáticos
029	TRIBUNA DE IMPRENSA	15/03/2000 / 15976 / 6 / Caderno Tribuna Bis – Livro	Livro / Crítica Futebol, a paixão nacional (Fábio Candido)	Análise do livro Futebol: uma paixão nacional, o jornalista descreve o autor da obra, como, historiador e celebridade no meio acadêmico que produziu um grande número de livros didáticos cujo o alcance atingiu a juventude em desvendar a história da humanidade. Este livro tende a contextualizar a história do futebol desde a gênese, esclarecendo alguns mitos folclóricos de alguns times brasileiros e sua relação com a política e a ditadura militar. A obra tem como proposta desmistificar o esporte mais	<a href="#">Tribuna da Imprensa (RJ) - 2000 a 2009 - DocReader Web (bn.br)</a>	Divulgação dos livros didáticos e para e paradidáticos



				amado do país.		
030	Jornal do Comercio	19/04/2001 / 00116/ A-30 / Livro	Lançamento: O Brasil através dos movimentos sociais	Lançamento do segundo volume do livro de História do Brasil onde o povo é personagem da história, “Sociedade Brasileira:uma história através do movimentos sociais, onde aborda o período da crise escravagista no fim do século XIX até os dias atuais, bem como fatos sobre a resistência a ditadura militar, as manifestações do movimento dos sem terra (MST), o movimento dos atingidos pelas barragens (MAB), situações de lutas armadas no campo nos Estados Brasileiros. O livro tende a valorizar a produção cultural do país. Houve uma preocupação dos autores em escrever textos simples e de fácil acesso sem ser uma narrativa linear da história.	Jornal do Comercio (RJ) - 2000 a 2009 - DocReader Web (bn.br)	Divulgação dos livros didáticos e para e paradidáticos
031	Correio Brasiliense (DF)	16/02/2002 / Ano 2002/06 / 38 / 1 Caderno	No embalo da Copa: Série de livros que chegam ao mercado contando a história do futebol, no Brasil e no	Análise crítica de diversos livros sobre o futebol , dentre os citados, encontra-se o livro: Futebol, uma paixão nacional, de autoria do	<a href="#">Correio Brasiliense (DF) - 2002 a 2009 - DocReader Web (bn.br)</a>	Divulgação dos livros didáticos e para e paradidáticos  Obs.: Lançamento

			Mundo, curiosidades e submundo da cartolagem nos esportes (José Cruz)	Aquino.		de diversos livros sobre a história do futebol no mesmo período.
032	Jornal Estado de São Paulo	11/05/2002 / s.ed. / 54 / Caderno 2 - Literatura	Outros lançamentos de bola	Lançamento do livro Futebol: uma paixão nacional, do Aquino. São demarcados 8 livros em destaque.	O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão (estadao.com.br)	Divulgação dos livros didáticos e para e paradidáticos  Obs: Este caderno destaca o centenário do poeta Carlos Drumond de Andrade.
033	Jornal A Folha de São Paulo	23/05/2002 / E1/ Livros e Lançamentos	Gol de Letra – Copa faz editoras lançar 5 vezes mais obras sobre futebol que em 2001 e Drumond é a surpresa.	Lançamento de 20 livros sobre futebol às vésperas da Copa do Mundo. Dentre as temáticas estão: História, Estudos, Ficção, Especial, Humor e Biografias. O livro do Futebol: uma paixão nacional, do Aquino encontra-se na temática de História.	Acervo Digital - Folha de S.Paulo	Divulgação dos livros didáticos e para e paradidáticos
034	Jornal do Brasil	12/04/2003 / 00004 / 3 / Caderno Idéias	Lançamentos: Brasil, uma história popular	Lançamento do livro: Brasil, uma história popular, dos autores Rubim Aquino, Francisco Roberval Mendes, Lúcia Maria de Baére Naegeli . A temática principal do livro é o povo brasileiro como protagonista da história. Entre os assuntos abordados estão	Jornal do Brasil (RJ) - 2000 a 2009 - DocReader Web (bn.br)	Divulgação dos livros didáticos e para e paradidáticos

				as lutas populares, lutas pela terra, trabalho, e os meios de produção no Brasil.		
035	Fatos marcantes	novembro/ dezembro de 2007 / 00028 / 12	Um século de história de imprensa no Brasil	Comemoração do Centenário da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O jornal da ABI em edição especial n. 3 – Comemora 100 anos de Alexandre Barbosa Lima Sobrinho e artigos de diversos autores sobre a história da imprensa, dentre eles, Rubim Santos Leão de Aquino	Fatos Marcantes (RJ) - 2003 a 2012 - DocReader Web (bn.br)	Escritor de artigo
036	Jornal O Globo	25/05/2010 / s. ed / 7 / Segundo Caderno	Eventos: Brasil, futebol e livros	Bate papo com dois autores de livros sob futebol, ano da Copa do Mundo. Rubim Aquino, “Futebol, uma paixão nacional” e Ronaldo Helal, “A invenção do país do futebol”, no Centro Cultural Banco do Brasil, Teatro I. Terça-feira às 18.30, no Centro do Rio.	Busca   Acervo O Globo	Divulgação dos livros didáticos e para e paradidáticos
037	Jornal O Globo	01/07/2012 / Rio / 25 / Coluna Anselmo Góis	A outra casa da morte – Entrevista concedida pelo Prof. Rubim Aquino (Ana Lúcia Guimarães, Marceu Vieira, Daniel Brunete e Jorge Antônio Barros)	Nesta matéria é relatado as pesquisas dos presos políticos na pós-ditadura de 1964. A matéria está baseada no livro “Um tempo para não esquecer 1964-1985” (2010) de autoria do Aquino. Os colunistas da notícia o intitulam como	Busca   Acervo O Globo	Divulgação dos livros didáticos e para e paradidáticos/ ditadura militar  Obs: Registro fotográfico do

				“caçador de torturadores da ditadura”.		Aquino aos 83 anos.
--	--	--	--	--	--	---------------------

## APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

### Entrevistado: Estela Aquino

Processo de produção e acumulação do acervo:

1. O que motivou a família a doar o arquivo pessoal do Professor Rubim Aquino?
- 2..Houve a incorporação de novos documentos aos conjuntos documentais provenientes de outras pessoas após a sua morte?Por quem? Com que frequência?
4. Quais os documentos do arquivo que considera de caráter pessoal e os de caráter profissional no conjunto documental?
5. Os documentos do arquivo depois de organizado pela família e pela documentalista foram objeto de consulta por parte de terceiros (família, amigos, colegas)? Se sim, quais os objetivos de tais consultas?
6. A família pensa em continuar o processo de doação do acervo? De que forma pretende selecionar e a quem destinar os conjuntos documentais?
7. Existe o interesse por parte da família em dar acesso aos documentos listados e preservados no apartamento? Em caso afirmativo, o acesso seria restrito ou total? Se restrito, quais os conjuntos indicaria à consulta pública?
8. O critério de dispersão do acervo do Professor Rubim Aquino pode ser considerado como uma estratégia de preservação e disseminação? Qual o seu ponto de vista sobre esta questão?

**Fonte: Manual de organização de arquivos pessoais, DAD/COC – Fiocruz. (Anexo 2). p. 56/57**

### Entrevistado: Vera Lúcia Medina Coeli

**Processo de produção e acumulação do acervo:**

1. Diante da produção documental e da lógica de acumulação do acervo Professor Aquino, a ordem original de seus documentos foi mantida? No processo de organização pela família e do seu trabalho houve alguma interferência na ordem?
2. Você considera que a documentação acumulada pelo Professor Aquino e preservada pela família reflete sua trajetória pessoal e profissional? Qual o seu ponto de vista?

**Classificação do acervo**

3. Como se deu a organização do arquivo do Professor Aquino? Qual foi o critério adotado?
4. De acordo com as listas descritivas existiam um total de 70 (setenta) pastas de documentos. Em relação a quantidade (itens documentais) existe uma estimativa total de documentos?
5. Ainda sobre as listagens descritivas do acervo foram produzidas 24 (vinte e quatro) listas do arquivo, dentre as que forma enviadas a de número 14 não consta. Há alguma classificação de

restrição para esta lista?

6. Ao organizar e sistematizar o arquivo do Prof. Aquino teve alguma parte de seus documentos que era desconhecido para você?

### **Dispersão do acervo**

7. Qual (is)foi(ram) o(s) critério(s) de escolha dos documentos a serem doados para as instituições?

8. Na entrevista concedida por você e Estela, há indicação de que alguns documentos foram selecionados e descartados, como por exemplo: a pasta intitulada “besteiro!” e as encadernações temáticas. Qual(is) foi (ram) o(s) critério(s) de seleção para o descarte?

9 Na seleção das instituições que receberam a documentação do Prof. Aquino, como se deu a negociação de doação de seu acervo? E o que motivou a fragmentação por recorte temático?

10 Você teria as datas de envio das documentações para as instituições que receberam as parcelas do acervo?

11. Sobre a documentação que ficou com a família, você concorda ou discorda que seja pertinente dar acesso ao público? Caso concorde, que maneira poderia ser efetivado?

12. Para você a dispersão desde acervo pode ser considerada como estratégia de preservação e disseminação? Qual seu ponto de vista sobre a questão?

Fontes:

**Aquino, Estela. História de vida e constituição do acervo. Depoimento concedido a Libânia Nacif Xavier .História Oral Proedes. Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. abril.2017.**

### **Entrevistados: Américo Freire e Regina Luz ( CPDOC/FGV)**

1. Apresentação de sua trajetória profissional.

2. Fale um pouco sobre a pessoa e a relação com o Professor Rubim Santos Leão de Aquino.

3 Considerando que o CPDOC dispõem de uma Política de Aquisição de Acervos Privados de personalidades da política brasileira, gostaríamos de compreender, quais foram os interesses/motivações na aquisição de documentos privados de um professor de história?

4. De acordo com a entrevista concedida por Estela Aquino, filha do Professor Aquino, o CPDOC ao receber o contato da família, manifestou o interesse em recolher para o Centro de Documentação todo arquivo privado do Professor Rubim Santos Leão de Aquino. Como se deu a negociação?

5. Na visita técnica realizada, o que despertou nos documentos do Professor Rubim Aquino que justificasse a recolhimento dos seus registros e a guarda no Centro de Documentação?

6. Nos relatos de Estela, o CPDOC não pode recolher o acervo. Quais foram os motivos que levaram, posteriormente, à recusa de entrada do arquivo do Prof. Aquino no CPDOC?

7. Diante da impossibilidade em receber a documentação, a instituição indicou outro local de recolhimento do arquivo pessoal?

Fonte: Aquino, Estela e Marina. **Dados biográficos, história arquivística e a fragmentação do acervo sobre acervo Prof. Rubim Santos Leão de Aquino** . Entrevista concedida a Libânia Nacif Xavier. História Oral Proedes.Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. 2020. arquivo m4a (120 min).

## APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO DA PESQUISA ÀS ENTIDADES MANTEREDORAS

### Estrutura do Questionário - Tipo semi aberto:

SOBRE A PESQUISA:

PAGINA 1

Prezado Colaborador (a),

Você está sendo convidado a participar da pesquisa ***“Reconstituindo o contexto arquivístico do arquivo pessoal do Educador Rubim Santos Leão de Aquino”***. Esta pesquisa faz parte da dissertação de mestrado desenvolvido Programa Pós-Graduação de Patrimônio Cultural e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, sob orientação da Professora Doutora Ana Luce Girão Soares de Lima.

O objetivo da pesquisa é compreender as lacunas da dispersão do acervo do Professor Aquino e como se deu a aquisição, tratamento e disponibilização da documentação doada pela família a diversas instituições de âmbito público e privado.

Visando reunir os dados sobre a aquisição dos documentos pelas instituições receptoras, venho solicitar a colaboração e a parceria desta instituição para preencher o questionário a seguir.

Antes de começar o preenchimento, pedimos que leia e responda se concorda ou não uso das informações para fins acadêmicos consentimento a seguir.

Se quiser saber mais sobre a pesquisa, entre em contato através do endereço [michele\\_de\\_almeida@fiocruz.br](mailto:michele_de_almeida@fiocruz.br) e [ana.girão@fiocruz.br](mailto:ana.girão@fiocruz.br)

### TERMO DE CONSENTIMENTO:

A finalidade desta pesquisa é possibilitar o amplo acesso ao arquivo pessoal deste educado que se encontra em parte depositado no Programa de Estudos Documentação Educação e Sociedade (Proedes), da UFRJ. As informações coletadas por meio deste questionário serão utilizadas na produção de um Guia de Acervo.

O produto desta pesquisa é a produção um guia de acervo, que é o produto desta pesquisa e ficará disponível na plataforma digital da UFRJ, unificando as informações sobre seu acervo.

Esta pesquisa é de livre adesão por parte dos colaboradores das instituições que receberam



parcelas da documentação doada pela família do Professor Rubim Santos Leão de Aquino.

Sua participação consiste em responder perguntas sobre sua identificação, bem como da instituição que recebeu o acervo, além de questões referentes à aquisição, tratamento e disponibilização do acervo de forma presencial ou em plataformas digitais.

O produto final da pesquisa ficará disponível com anexo da coleta dos dados, após conclusão da pesquisa no repositório institucional da UFRJ.

Professor Aquino foi educador, pesquisador, divulgador científico, autor de livros didáticos e paradidáticos de conteúdo histórico, além de ter tido ativa militância pelas minorias. Sua jornada árdua se fez no ofício de ensinar história em universidades, cursos de vestibulares, escolas do ensino básico do Rio de Janeiro em tempos da ditadura militar, além de realizar pesquisas no campo das ciências sociais, o que o colocou como um agente histórico à frente do seu tempo.

Todo projeto que envolve seres humanos implica risco, sendo que nesse caso os riscos são mínimos. Caso tenha qualquer dúvida, ou deseje receber uma cópia desse termo de consentimento, basta escrever para o e-mail [michele.gomes@fiocruz.br](mailto:michele.gomes@fiocruz.br) ou [ana.girão@fiocruz.br](mailto:ana.girão@fiocruz.br).

( ) Declaro que desejo participar da pesquisa.

( ) Autorizo a minha identificação.

( ) Não autorizo a minha identificação.

### PAG. 3

#### Dados do entrevistado

Nome do entrevistado:

e-mail:

telefone de contato:

#### Dados da instituição

Instituição:

Órgão a que pertence: (em caso de instituição pública)      Setor:

Site:

Missão institucional:

Segmento de atuação: (especificar por caixinhas Cultura, Educação, Esporte)

### PAG. 4

#### 4.1 Critérios de aquisição do acervo:

Possui Política de Aquisição de Acervos? Sim ou não. Caso afirmativo: Descreva

Data de entrada dos documentos?

Gerou um termo de doação? Sim não

Houve descarte? Sim não

Tem ciência que existem outras partes dispersas desse arquivo pessoal? Sim ou não. Caso afirmativo, de quais informações dispõe?

#### 4.2 Sobre os documentos:

Parte do acervo do recebido?

Tipos de documentos recebidos:

Quais tipos de suporte?

Temas ou assuntos?

Quantidade?

Originais? Cópias?

#### 4.2.2. Tratamento da documentação:

Documentos receberam tratamento?

Qual critério de organização adotado?

Possui instrumento de pesquisa? Sim ou não. Qual?

#### 4.3. Disponibilização:

Está acessível? Sim ou Não.

Presencial ou Online?

URL: \_\_\_\_\_

Informações para consulta? Endereço, horário de funcionamento, canais de comunicação, consulta por agendamento (descrever)

**Apêndice E - TABELA DE EQUIVALÊNCIA DO ARRANJO**

<i>ARRANJO</i>	<i>CONTEÚDO</i>	<i>NOVO ARRANJO</i>
Assuntos pessoais (1929-1979)	Documentos manuscritos, cartas, postais, convites, desenhos, bilhetes, correspondências e processos de causas trabalhistas, biográficas de Pedro Mota Lima e João Pedro Leão de Aquino, poesias de outras autorias, material escolar de Roberto M.L.Leão de Aquino, lembranças, artigo do Manuel Mauricio de Albuquerque, recortes de jornais e revistas. Certidão de casamento, batismo, ato de investidura no Ministério da Fazenda, Histórico escolar, e outros documentos de vida escolar, manuscritos de letras de músicas	ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL
Cursos e palestras (1991 e 2004)	Textos de cursos, palestras, congressos, encontros, debates, mesas-redondas, ciclos, seminários, festivais. Incluindo material de divulgação e repercussão, convites, certificados. (convidado/ministrante)	MEDIAÇÃO CULTURAL ADMINISTRAÇÃO DA CARREIRA
Vida profissional (1924;1941-2014)	Material didático pessoal, correspondência com escolas, sindicatos, portarias, diário da União, dados biográficos de personalidades históricas, anotações manuscritas de estudo e de pesquisa, apostilas de aula, recortes de jornais e revistas, debates sobre o Ensino da História, resumos, textos e mapas.	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL
Instituições onde lecionou (1993-2010)	Apostilas e provas, boletim informativo dos colégios, correspondências, apontamentos, atestados de saúde, plano pedagógico Centro Cultural, projeto de atividades complementares, recorte de jornais, matriz de referência sobre Enem, resumos, manual do aluno, jornal estudantil, listas nominativa de professores, quadro de desempenho de vestibulares, projeto pedagógico, plano de curso de história do 5 ao 8 série e segundo grau, mensagens de dia do mestre, orientações para conselho de classe e recuperação paralela, modelos de avaliação (provas e trabalhos em grupo).	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL
Diversos preciosos (1934-2008)	Filmes e Documentários ficção, história geral. Temas Ásia, Biografias,	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL
Guerras Mundiais Audiovisual documentários	– Filmes e Documentários sobre nazismo, Hitler, Reich, Holocausto, e guerras mundiais.	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL

(1942-2011)		
Cuba e Che Guevara – Audiovisual (1985-2011)	Documentários e Filmes sobre Cuba e Che Guevara.	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL
Cinema – Dvds (1930-2006)	Coleção de filmes e documentários de conteúdos históricos, sobre cinema e ficção.	ASSUNTOS PESSOAIS
América Latina – Audiovisual (1968-2011)	Documentários e Filmes com temas da Venezuela, Chile, Argentina, México, Colômbia, Cuba, Política na América Latina. Obs: Apesar de ter lista, não consta os itens no acervo	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL
Mídia – Vídeos (1974-2011)	Entrevistas, Documentários e documentos em pdf sobre Aquino na televisão. Eventos comemorativos de família, sindicato e associações - gravações em vídeo e fotografias, reportagens de conteúdo histórico (outros). Além dos livros paradidáticos em formato pdf (um inédito)	ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL MEDIÇÃO CULTURAL
Mídias – Fitas Cassete e CD- Room (1982-2006)	Debates Culturais e Entrevistas (Rádio Metropolitana, CBN, Rádio Continental, Roquete Pinto). Temas: História do Brasil e América Latina. Listas de gravações musicais (terceiros) gêneros: música popular brasileira e internacional. Imagens comemorativas de formatura, eventos e festa de aniversário 80 anos Obs: Participação em debates com historiador Manuel Maurício de Albuquerque.	MEDIÇÃO CULTURAL ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL
Mídia impressa (1973-2012)	Correspondências, reportagens e entrevistas concedidas, suplementos e cadernos de jornais. (Alguns itens de grandes formatos foram realocados para pasta especial Rosa Cardeal)	MEDIÇÃO CULTURAL
Homenagem (1979-2007)	Placas, diplomas emoldurados e pôsteres de divulgação de livros de sua autoria. Personalidade Educacional, Moção de Homenagem, Medalha Tiradentes, Homenagem Educador. Pôster de divulgação dos livros: História das Sociedades americanas e A sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais	FORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA CARREIRA MEDIÇÃO CULTURAL

Militância política (2004-2006)	Documento referentes ao Grupo Tortura Nunca, a Federação das Associações de Defesa da Anistia e boletim informativo da ANAPAP (Associação nacional dos anistiados políticos, aposentados e pensionistas), textos sobre formação e criação dos partidos políticos, estatuto jurídico, artigos e recortes de revistas, eleições e candidaturas, lista com membros do partido, panfletos, documentos oficiais com apontamentos, artigos, lista de dissidentes do partido.	MILITÂNCIA POLÍTICA E ASSOCIATIVISMO
Nas ondas da rádio (2007-2011)	Transcrições das entrevistas do Programa Faixa Livre, da Rádio Band. (Sem autoria). Temas sobre história do Brasil e Brasil republicano.	MEDIAÇÃO CULTURAL
Operação Condor (s.data)	Apontamentos manuscritos e cópias de documentos sobre a Operação Condor	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL
Brasil uma história popular (2004)	Artigos sobre o Brasil: história popular versão em português e espanhol e formação de jovens.	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL
Pasta Especial Rosa Cardeal (1935-2012)	Recortes de jornais sobre homenagens e entrevistas, jornais, suplementos, revistas, ilustrações do livro Fazendo História, cartazes de divulgação do livro, Brasil uma história Popular.	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL MEDIAÇÃO CULTURAL
Publicações – Contrato com as editoras (1980-2012)	Contratos de edição e comercialização de livros sobre as coleções de livros didáticos e paradidáticos; Distratos de edição e comercialização, Contrato Social, Partilha de Direito Autoral, Instrumento particular de locação de serviços de Ensino à Distância, Relações comerciais com a Editoras, cartas de rescisão de contrato, termo declaratório, termo de anuência, termo de transferência de direitos autorais, pedido de rescisão de contrato outros autores, procuração de demanda judicial, declaração de rescisão contratual, autorização de uso de ilustrações nos livros, aditivos dee contratos de reimpressão e revisão, recibos dos direitos autorais das Editoras, quadro de obras vendidas e doadas.	FORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA CARREIRA

	Editoras: Ao Livro Técnico, Ciência Moderna (2012), Ed. Record (2011 e 2012), Ed. Multifoco (2011), Ed. Imperial Novo Milênio (2011 e 2012).	
Apostilas de Pré-Vestibular (1973)	Apostilas de pré-vestibular de história geral	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELLECTUAL
Manual do Professor – Livros didáticos (1981-1995)	Manual do professor e guia do professor das coleções de livros didáticos: Você é a história, Fazendo a história e História das Sociedades.	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELLECTUAL
Livros didáticos, artigos e apostilas (1927-2010)	Artigos em revistas científicas; Boletim de História (CEH/FNFI), livros didáticos: Você é a história, Fazendo a história e História das Sociedades.	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELLECTUAL
Livros publicados – RLA (2000-2012)	Livros e artigos e apostilas de cursos publicados com contextos históricos.	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELLECTUAL

## APÊNDICE F – GUIA DO ACERVO

### GUIA DO ACERVO<sup>150</sup> RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO – RSLA

#### 1. APRESENTAÇÃO

O Guia do arquivo Rubim Santos Leão de Aquino surge da necessidade de reconstituir o contexto arquivístico do arquivo deste educador, reunindo partes dispersas do seu arquivo destinando partes fracionadas a doze instituições de memória, cultura, educação, esportes, por meio de doação, após o patrimônio documental ter sido deixado como herança para a custódia dos seus familiares.

Este guia é produto de um projeto de pesquisa da arquivista Michele Almeida, no âmbito do Programa de Pós Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, intitulado “Reconstituindo o contexto arquivístico do Arquivo do Prof. Rubim Santos Leão de Aquino”.

O instrumento de pesquisa tem por finalidade de integrar todas as partes do acervo pela família a diversas instituições. Teremos um panorama geral do todo o acervo, conectando, por meio de áreas de relacionamentos encontradas através de descritores de recuperação da informação, a localização das partes e de que maneira estarão acessíveis ao público. Esse procedimento só será viável devido às normas de descrição arquivísticas colocadas em prática.

Pretendemos com este guia do arquivo dar acesso, através do repositório de informações denominado Atom, pela plataforma de acesso da UFRJ . Nesta etapa do trabalho, ficaram de fora apenas os documentos digitalizados que estão em posse da família.

#### 2. SOBRE RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

E afinal quem foi Rubim Aquino? Já ouviu falar nesse nome? Certamente que sim, no mínimo foi aluno dele, utilizou seus livros didáticos, fez uma prova de vestibular com questões dos livros história, ou talvez lecionado para os seus alunos nas coleções didáticas.

Professor de História do Ensino Básico da rede privada e de cursinhos pré-vestibulares privados e comunitários. Licenciado em História (1963) pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI), da Universidade do Brasil (UB), atual UFRJ. Suas práticas pedagógicas foram demarcadas pelo desenvolvimento de pesquisas sobre o Ensino de História e pela sua produção intelectual de apostilas, livros didáticos e paradidáticos

<sup>150</sup> Acervo compreendido como entidade produtora do arquivo, sendo assim entendido como fundo/arquivo da pessoa Rubim Santos Leão de Aquino.

Para além de se apresentar como um professor de história, pesquisador, escritor, militante das causas políticas, sua obra é vista como referência para professores da educação básica de todo o Brasil, tendo contribuído para reformulações no ensino da História. O Professor Aquino atuou ainda como um agente de transformação social no processo democrático, através de sua intensa militância política. Seus documentos evidenciam sua dedicação ao ensino, às pesquisas, às lutas pelas minorias e sua oposição ao regime militar (1964 – 1985). Sua produção intelectual, marcada e referenciada por obras didáticas e paradidáticas tais como: “Um tempo para não esquecer”(2010), Araguaia - da guerrilha ao genocídio (2011), coleções de livros didáticos (concepções marxistas e ilustrações lúdicas) com os títulos: “Você é a história”(1995-1996), “Fazendo a história”(1985), “História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais (1978)”, percorrendo por caminhos da História Geral, História do Brasil, História das Américas.

### **3. SOBRE ACERVO E OS PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS**

Os documentos que compõem o patrimônio documental demonstram o cotidiano profissional de um professor dedicado a contribuir para a história brasileira, para formação de professores e para o pensamento crítico dos seus formandos. Todavia, as demais partes de seu acervo, como peças de um quebra-cabeça, podem contribuir na produção de narrativa sobre sua atuação, permitindo revelar sua cultura e suas ações como agente histórico. Sendo assim passando a integrar o patrimônio cultural da UFRJ como um bem cultural dotado de valor histórico.

Os seus papéis, filmes, imagens, vídeos, registros sonoros são produtos de suas ações e revelam conteúdos de suas vivências de suas práticas pedagógicas, de pesquisas, da sua produção intelectual, das redes de sociabilidade e suas memórias. Dentre a variedade de gêneros documentais - bibliográfico, iconográfico e textual – destacam-se os seguintes tipos: anotações, textos, correspondências, resumos, revistas, informativos, relatórios, recortes de jornais sobre história, propostas curriculares, planos de atividades, planos de curso, planos de aula, ementas de curso, artigos científicos, notícias de jornais, roteiro de aula, propostas pedagógicas, notas de agradecimento, livros, apostilas, revistas científicas, discursos, convites, gravuras, mapas, fotogravuras, fotolitos, compêndios e currículo vitae, dentre tantos outros.

Para dar o tratamento documental a este acervo, observamos que já havia uma organização arquivística por critério funcional e por temas, já que a maior parte da



documentação concentra-se com materiais bibliográficos, e que era a ordem original dada pelo Aquino, mas que já havia sido alterada. Da classificação adotada gerou-se 25 (vinte e cinco) listas descritivas de todo o acervo e uma lista das partes que foram doadas. A doação foi operacionalizada para doze instituições nos seguimentos de educação, cultura, memória, desportos, entre entes públicos e privados e direcionados a instâncias das bibliotecas, centros culturais e memórias, escolhidas pela relação com Aquino e por sua documentação. Entre as escolhidas estão Aperj, Biblioteca Parque Estadual, Biblioteca de São Gonçalo, Cinemateca do MAM, Colégio Liceu Franco-Brasileiro, Comitê Olímpico Brasileiro, Instituto Cultural Cravo Albin, Museu Histórico Nacional, Museu da República, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os documentos selecionados e entregues correspondem às atividades de docência, de pesquisa, da militância política, e parte de interesse pessoal relacionado aos interesses culturais – livros, fascículos, periódicos, filmes, documentários, documentos textuais, encadernações denominadas compêndios, totalizando aproximadamente 5000 itens.

A proposta metodológica estabelecida para o tratamento documental do arquivo foi de readaptar o arranjo anterior para uma única classificação, a funcional, e reenquadrar o que foi tematizada nos dossiês. De vinte e cinco séries documentais foram reagrupadas em seis grupos e 19 subgrupos a saber: Assuntos de Interesse Pessoal, Formação e Administração de Carreira; Docência, Pesquisa e Produção Intelectual; Mediação Cultural; Militância Política e Associativismo; Relações Interinstitucionais e Intergrupos.

Para descrever o arranjo proposto utilizamos a normalização arquivística internacional de arquivos que contemplam descrição multinível com padronização específica para os dados e metadados do produtor do arquivo, para os documentos, para funções desempenhadas pelo produtor e para as entidades que custodiam as parcelas. Aplicamos a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF) – **produtor**; a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH,- **instituições de custódia** e a Norma Internacional para Descrição de Funções – ISDF – **funções**, além da Norma de Descrição Arquivística Brasileira – Nobrade documentos, conforme descrito abaixo.

#### 4. APLICANDO AS NORMAS DE DESCRIÇÃO

##### 4.1 O produtor do Arquivo

Neste tópico descreveremos o produtor do arquivo e a família como sucessora deste arquivo através da norma Isaar (CPF), customizada na plataforma Atom como Registro de Autoridade.

## DESCRIÇÃO DE REGISTRO DE AUTORIDADE – ISAAR (CPF)

### 1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

<b>Tipo de entidade</b>	Pessoa
<b>Forma(s) autorizada(s) do nome</b>	RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO
<b>Formas paralelas do nome</b>	RUBIM AQUINO
<b>Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras</b>	AQUINO, Rubim Santos Leão de Aquino

### 2 ÁREA DE DESCRIÇÃO

<b>Datas</b>	1929-2013
<b>Locais</b>	Curitiba, Paraná Campo Grande, Mato Grosso do Sul Rio de Janeiro
<b>Funções, ocupações e atividades</b>	Arquivista / Técnico em Assuntos Culturais (1947-1987) Professor de História de Pré-vestibular (1963-2009) Professor de História do Ensino Superior (1966-1969) Professor de História do Ensino Básico (1968-2008) Pesquisador e Membro do Comitê Brasileiro pela Anistia (1978) Pesquisador e Vice-presidente do Grupo Tortura Nunca mais (1985-1987) Membro da Banca organizadora de vestibular (1978-1979) Coordenador do Curso de História (2000-2012) Escritor de livros didáticos e paradidáticos (1965-2012) Comentarista e Debatedor de TV e Rádio (1980-2000) Coordenador e pesquisador do Centro de Estudos Manuel Maurício de Albuquerque (1986/1987 – 1989/1991) Secretário da Direção Sindical e Diretor Departamento de Educação e Cultura - Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (1993/1996) Sindicalizado Partidos dos Trabalhadores (PT) (1981-2004) Sindicalizado Partidos Socialismo e Liberdade (PSOL) (2004-2013)

### 3 ÁREA DE RELACIONAMENTOS

<b>Nomes/Identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas</b>	Família Aquino
<b>Categoria do relacionamento</b>	Família
<b>Descrição do relacionamento</b>	Filhos

### 4 ÁREA DE CONTROLE

<b>4.1 Identificador do registro de autoridade</b>	RSLA
--	------

## 4.2 Funções do titular do arquivo

Neste tópico descreveremos as funções do titular do arquivo representada pelas funções, cargos, atividades desempenhadas ao longo de sua vida. Espalha-se também a classificação adotada ao arquivo e sua codificação.

### DESCRIÇÃO DE FUNÇÃO - ISDF

#### 1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

##### 1.1 Tipo

Função e atividades

##### 1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome

- |            |                     |
|------------|---------------------|
| ✓ Pessoal  | ✓ Militância        |
| ✓ Docência | ✓ Associativismo    |
| ✓ Pesquisa | ✓ Mediação cultural |
| ✓ Escritor | ✓ Rede de relações  |

##### 1.5 Classificação

- ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL
- FORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARREIRA
- DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUTOR INTELLECTUAL
- MEDIAÇÃO CULTURAL
- MILITÂNCIA POLÍTICA E ASSOCIATIVISMO
- RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS E INTERGRUPOS

#### 4 ÁREA DE CONTROLE

##### 4.1 Identificador da descrição da função AIP / FAC / DPPI / MC / MAP / RII

## 4.3 Entidades custodiadoras do acervo

Neste tópico descreveremos as entidades custodiadoras de parte do acervo mencionadas pelas normas ISADIAH e na NOBRADE. Integram a descrição arquivo a Biblioteca do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), Colégio Liceu Franco-Brasileiro (CLFB), Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Instituto Cultural Cravo Albin (ICCA), Cinemateca do Museu de Arte Moderna (MAM), Biblioteca do Museu Histórico Nacional (MHN), Biblioteca do Museu da República (MR), Divisão de Biblioteca e Documentação Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC RIO), Biblioteca Parque Estadual da Secretária de Cultura e Economia Criativa (SEEC-RJ); Sbiblioteca Municipal de São Gonçalo da Secretária Municipal da Educação de São Gonçalo (SEMED-SG); Biblioteca Universitária de Cachoeira da Universidade do Recôncavo Baiano e Proedes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## 1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO ISDIAH

1.1 Identificador	BR RJ APERJ
1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
1.4 Outra(s) forma(s) do nome	APERJ
1.5 Tipo	Governo do Estado do Rio de Janeiro / Secretária do Estado da Casa Civil

## 2 ÁREA DE CONTATO ISDIAH

2.1 Endereço(s)	Praia de Botafogo, 480 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22.250-040 <u>Arquivo Público (<a href="http://aperj.rj.gov.br">aperj.rj.gov.br</a>)</u>
2.2 Telefone, fax, correio eletrônico	Contato: (21) 2332-1449 - E-mail: <a href="mailto:aperj@aperj.rj.gov.br">aperj@aperj.rj.gov.br</a>
Responsável	Biblioteca APERJ

## 3 ÁREA DE DESCRIÇÃO ISDIAH

3.1 História da instituição com acervo arquivístico

### **Missão**

Tem por finalidade implementar a política estadual de arquivos definida pelo Conselho Estadual de Arquivos - CONEARQ, por meio da gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e divulgação do patrimônio documental estadual, garantindo pleno acesso à informação visando apoiar a administração pública e a tomada de decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

### **Biblioteca:**

A Biblioteca é especializada em história fluminense e história política nacional e tem como objetivo atender os técnicos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, os demais servidores do Estado e os pesquisadores em geral.

O acervo bibliográfico é composto por cerca de dez mil títulos e trinta e sete mil volumes de obras gerais e de referência, periódicos (jornais e revistas), publicações oficiais, coleções pessoais e impressos pertencentes aos arquivos e coleções institucionais. Contém dissertações e teses produzidas por pesquisadores que recorrem ao acervo documental do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Merecem destaque as publicações oficiais de Legislação, Atos do Executivo e Anais do Legislativo: leis do Império do Brasil, da Província e do antigo e novo Estado do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara e Município do Distrito Federal; Relatórios dos Presidentes da Província e do Estado do Rio de Janeiro; Diários Oficiais do Poder Executivo do

Estado do Rio de Janeiro; Expedientes do Estado do Rio de Janeiro e as coleções formadas por jornais alternativos, panfletos e folhetos apreendidos pelas Polícias Políticas do Rio de Janeiro.

A Biblioteca é também responsável pela preservação da memória editorial do APERJ, sendo a guardiã de exemplares dos títulos publicados pela Instituição em versão impressa ou digital.

3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações [http://200.222.27.137/Biblivre5/?action=search\\_bibliographic#query=Rubim+aquino&material=all](http://200.222.27.137/Biblivre5/?action=search_bibliographic#query=Rubim+aquino&material=all)

#### 4 ÁREA DE ACESSO ISDIAH

- 4.1 Horário de funcionamento De segunda a sexta, de 9h às 17h
- 4.2 Condições e requisitos O usuário deverá se identificar no Serviço de Protocolo, armazenar seus pertences em armário guarda-volumes ali disponibilizado, e portar a chave do cadeado durante toda a sua permanência na instituição.  
Não será permitido o ingresso de pessoas trajando bermuda ou qualquer outro traje incompatível com o decoro da instituição.
- 4.3 Acessibilidade O acesso do usuário externo é restrito ao Serviço de Protocolo e ao Departamento de Acesso à Informação.

#### 5. ÁREA DE CONTROLE

- 5.1 Identificador da descrição BR RJ APERJ
- 5.2 Identificador da instituição BR RJ UFRJ PROEDES
- 5.3 Regras e/ou convenções utilizadas INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008.  
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: [Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 22.mai.2022
- 5.4 Status Versão preliminar
- 5.5 Nível de detalhamento Parcial
- 5.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência 22.mai.2022
- 5.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita Português
- 5.8 Fontes

- 5.9 Notas de manutenção As partes descritas encontram-se classificadas como Coleção especial Rubim Santos Leao de Aquino – (RUBI), Biblioteca Aperj.  
Criado por: Michele de Almeida Gomes, em 22.mai.2022  
Revisto por: Ana Luce Girão Soares Lima, em 22.jun.2022

## 6. RELACIONANDO DESCRIÇÕES DE INSTITUIÇÕES A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E SEUS PRODUTORES

### *Primeiro relacionamento*

- 6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado *Títulos* DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL  
*Identificadore* DPPI 02  
*s*
- 6.2 Descrição do relacionamento DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL  
DPPI 02 Pesquisa
- 6.3 Datas do relacionamento 29.mar.2016
- 6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado Rubim Santos Leão de Aquino  
RSLA

### *Segundo relacionamento*

- 6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado - Título *Títulos* MILITÂNCIA POLÍTICA E ASSOCIATIVISMO  
*Identificadores* MPA 02
- 6.2 Descrição do relacionamento MAP MILITÂNCIA POLÍTICA E ASSOCIATIVISMO  
MPA 02 Oposição à ditadura militar
- 6.3 Datas do relacionamento 29.mar.2016
- 6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado Rubim Santos Leão de Aquino - RSLA

## 1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO ISDIAH

- 1.1 Identificador BR RJCLFB
- 1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome Colégio Liceu Franco-Brasileiro
- 1.4 Outra(s) forma(s) do nome Liceu Franco-Brasileiro
- 1.5 Tipo Sociedade Anônima Fechada

## 2 ÁREA DE CONTATO ISDIAH

- 2.1 Endereço(s) Rua das Laranjeiras, 13 Rio de Janeiro, RJ CEP 22.240-000

Site: ([liceufranco.com.br](http://liceufranco.com.br))

2.2 Telefone, fax, correio eletrônico (21) 3235-2050 comunicacao@liceufranco.g12.br

2.3 Responsáveis para contato Biblioteca Franco Brasileiro

### 3 ÁREA DE DESCRIÇÃO ISDIAH

3.1 História da instituição com acervo arquivístico

O Colégio Franco-Brasileiro sempre esteve presente nos eventos culturais, sociais e educacionais da cidade do Rio de Janeiro. À época de sua fundação, formou uma rede de sociabilidade que apontava para encontros franco-brasileiros da intelectualidade carioca, incluindo professores diretamente ligados à nossa escola.

Ao longo dos anos, o Colégio atendeu às famílias que buscavam dar a seus filhos uma educação francesa, que fizesse parte do dia a dia. O modelo de duas seções de ensino perdurou até o ano de 1984, quando a seção francesa deixou a sociedade e foi criado o Lycée Molière, no mesmo bairro. Já como Colégio Franco-Brasileiro, a instituição continuou seguindo as orientações do MEC e as bases curriculares nacionais, porém sem perder de vista a sua origem como escola francesa. Dessa maneira, temos, hoje, não só o ensino da língua francesa no currículo escolar, mas também uma busca de aproximação com a cultura francesa em várias outras atividades pedagógicas.

Atualmente, o Colégio Franco-Brasileiro, tendo incluído também o ensino do Inglês desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, ocupa um lugar de destaque no panorama da educação nacional e fundamenta sua proposta pedagógica em valores humanistas que dão base à construção de um ser humano solidário, crítico e voltado para a construção de uma sociedade mais justa.

O Colégio Franco-Brasileiro tem como compromisso garantir uma educação de excelência, feita de maneira global, com base em uma formação socioemocional sólida.

3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações Sem dado disponível

### 4 ÁREA DE ACESSO ISDIAH

- 4.1 Horário de funcionamento Sem dado disponível
- 4.2 Condições e requisitos Sem dado disponível
- 4.3 Acessibilidade

## 5.ÁREA DE CONTROLE

- 5.1 Identificador da descrição Coleção
- 6.2 Identificador da instituição BR RJUFRJPROEDES
- 6.3 Regras e/ou convenções utilizadas INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008.  
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: [Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 22.mai.2022.
- 6.4 Status Versão preliminar
- 6.5 Nível de detalhamento Parcial
- 6.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência 22.mai.2022
- 6.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita Português: por
- 6.8 Fontes
- 6.9 Notas de manutenção Não dispomos de informação sobre o tratamento técnico da documentação pela instituição e o acesso à documentação bibliográfica e filmográfica.

## 6. RELACIONANDO DESCRIÇÕES DE INSTITUIÇÕES A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E SEUS PRODUTORES

### *Primeiro relacionamento*

- 6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado *Títulos* DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL  
*Identificadores* DPPI 02
- 6.2 Descrição do relacionamento DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL  
DPPI 02 Pesquisa
- 6.3 Datas do relacionamento 2018
- 6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado Rubim Santos Leão de Aquino  
RSLA

## 1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO ISDIAH

- 1.1 Identificador BR RJCOB
- 1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome Cômite Olímpico do Brasil



- 1.4 Outra(s) forma(s) do nome COB  
 1.5 Tipo Organização Não-Governamental

## 2 ÁREA DE CONTATO ISDIAH

- 2.1 Endereço(s) Av. das Américas, 899 Barra da Tijuca Rio de Janeiro RJ Brasil  
 22631 000  
 Site: <https://www.cob.org.br/pt/cob/home/biblioteca>
- 2.2 Telefone, fax, correio eletrônico Tel. [55 21] 3433-5777 Fax. [55 21] 3433-5777 ,  
 biblioteca@cob.org.br
- 2.3 Responsáveis para contato Biblioteca do COB

## 3 ÁREA DE DESCRIÇÃO ISDIAH

- 3.1 História da instituição com acervo arquivístico

O Comitê Olímpico do Brasil (COB) é uma organização não governamental, filiada ao Comitê Olímpico Internacional (COI), que trabalha na gestão técnica, administrativa e política do esporte nacional. A missão do COB é desenvolver e representar com excelência o esporte de alto rendimento do Brasil, trabalhando na melhoria de resultados esportivos do Time Brasil, elevando a maturidade de gestão do COB e Confederações filiadas e fortalecendo a imagem do esporte olímpico brasileiro. É dever do COB ainda proteger e promover os valores olímpicos em território nacional. Ao longo de seus 107 anos de existência (fundado em 8 de junho de 1914), o COB já levou o Brasil à conquista de 150 medalhas (37 de ouro, 42 de prata, 71 de bronze) em Jogos Olímpicos e 37 medalhas em Jogos Olímpicos da Juventude (11 de ouro, 15 de prata e 11 de bronze).

A principal fonte de recursos do COB para o cumprimento de seus objetivos estratégicos é oriunda da Lei Federal 13.756/2018, que destina um percentual da arrecadação das Loterias Federais ao esporte. Os [recursos são geridos respeitando os preceitos de administração pública e transparência](#), tendo seu uso auditado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria Geral da União (CGU).

A Biblioteca do Comitê Olímpico do Brasil, criada em 1996, concentra obras raras e exclusivas referentes a Jogos Olímpicos, Pan-americanos e Sul-americanos, ao Movimento Olímpico, bem como à história e evolução do esporte no Brasil e no mundo. Reúne mais de 21 mil documentos entre livros, teses, periódicos e material multimídia (CDs, DVDs, CD-Roms). É a única biblioteca brasileira que dispõe de relatórios oficiais dos Jogos Olímpicos e dos relatórios das candidatas ao maior evento esportivo do mundo. O acervo conta com algumas preciosidades, com destaque para Olímpia, exemplar original do livro da fotógrafa alemã Leni Riefensthal sobre os Jogos Olímpicos Berlim 1936. Você também tem acesso a raridades como o relatório oficial de resultados dos primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna, em versão bilíngue (grego e francês), com data de 1896, além de livros sobre esgrima de 1893 e do início do século

passado.

3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações [Terminal - SophiA Biblioteca Web \(cob.org.br\)](http://Terminal-SophiA.BibliotecaWeb(cob.org.br))

#### 4 ÁREA DE ACESSO ISDIAH

- 4.1 Horário de funcionamento Segunda a sexta-feira, das 8h30 às 17h30  
 4.2 Condições e requisitos Atendimento presencial, e-mail e telefone.  
 4.3 Acessibilidade

#### 6 ÁREA DE CONTROLE

- 6.1 Identificador da descrição Coleção  
 6.2 Identificador da instituição BR RJUFRJPROEDES  
 6.3 Regras e/ou convenções utilizadas INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008.  
 CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: [Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em: 22.mai.2022.  
 6.4 Status Versão preliminar  
 6.5 Nível de detalhamento Parcial  
 6.6 Datas de criação, revisão 22.mai.2022  
 6.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita Português: por  
 6.8 Fontes  
 6.9 Notas de manutenção Coleção geral  
 Descrição bibliográfica no formato MARC21 de acordo com AACR2

#### 6. RELACIONANDO DESCRIÇÕES DE INSTITUIÇÕES A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E SEUS PRODUTORES

##### *Primeiro relacionamento*

- 6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado *Títulos* ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL  
*Identificadore* AIP 03  
*s*  
 6.2 Descrição do relacionamento AIP ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL  
 AIP 03 - Documentos de interesse pessoal (LIVROS, FILMES, E GRAVAÇÕES SONORAS)  
 6.3 Datas do relacionamento 20.mar.2015  
 6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado Rubim Santos Leão de Aquino - RSLA

## 1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO ISDIAH

- 1.1 Identificador BR RJ FAMÍLIAAQUINO
- 1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome Brasil, Família Aquino.
- 1.4 Outra(s) forma(s) do nome Família Aquino
- 1.5 Tipo Sociedade Cível

## 2 ÁREA DE CONTATO ISDIAH

- 2.1 Endereço(s)
- 2.2 Telefone, fax, correio eletrônico
- 2.3 Responsáveis para contato Família

## 3 ÁREA DE DESCRIÇÃO ISDIAH

- 3.1 História da instituição com acervo arquivístico Desde a morte do pai, a documentação foi mantida e salva-guardada pela família no apartamento onde Rubim Santos Leão de Aquino residiu em vida. Está em processo de doação desde 2015 à diversas instituições interessadas pelo seu patrimônio documental
- 3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações Lista descritivas dos documentos.

## 4 ÁREA DE ACESSO ISDIAH

- 4.1 Horário de funcionamento
- 4.2 Condições e requisitos Restrito à família
- 4.3 Acessibilidade

## 6 ÁREA DE CONTROLE

- 6.1 Identificador da descrição BR RJ FAMÍLIAAQUINO
- 6.2 Identificador da instituição BR RJUFRJPROEDES
- 6.3 Regras e/ou convenções utilizadas INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008.  
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: [Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em: 22.mai.2022.
- 6.4 Status Versão preliminar
- 6.5 Nível de detalhamento Parcial
- 6.6 Datas de criação, revisão 22.mai.2022
- 6.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita Português: por
- 6.8 Fontes

## 6.9 Notas de manutenção

**1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO ISDIAH**

1.1 Identificador	BR RJ ICCA
1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	Instituto Cultural Cravo Albin
1.4 Outra(s) forma(s) do nome	ICCA
1.5 Tipo	Sociedade civil, sem fins lucrativos, no Rio de Janeiro, para Pesquisa e Fomento das Fontes da MPB.

**2 ÁREA DE CONTATO ISDIAH**

2.1 Endereço(s)	Av. São Sebastião, 2 - Urca, Rio de Janeiro/RJ CEP: 22291-070 Site: <a href="https://institutocravoalbin.com.br/">https://institutocravoalbin.com.br/</a>
2.2 Telefone, fax, correio eletrônico	<a href="tel:(21)2295-2532">(21) 2295-2532</a> / <a href="mailto:FaleConosco@institutocravoalbin.com.br">Fale Conosco - Instituto Cultural Cravo Albin (institutocravoalbin.com.br)</a>
2.3 Responsáveis para contato	Sem dado disponível

**3 ÁREA DE DESCRIÇÃO ISDIAH**

3.1 História da instituição com acervo arquivístico	<p>A missão principal é criar as condições necessárias para o recebimento, a organização e a preservação de acervos culturais, especialmente aqueles dedicados à Música Popular Brasileira e que não param de ser doados ao Instituto.</p> <p>Além da criação, manutenção e permanente atualização do Dicionário Cravo Albin da MPB, criado em 2001 e que foi totalmente absorvido pelo Instituto, com seus 12.000 verbetes (hoje) e seu corpo de pesquisadores, todos bolsistas da FAPERJ, desde 2001.</p> <p>O Instituto manifesta profunda preocupação educativo-social em relação ao ensino e percepção do fenômeno da MPB, tanto nas escolas de ensino elementar e médio quanto em áreas carentes, sobretudo favelas já pacificadas. O projeto MPB nas Escolas é carro-chefe dessa preocupação educativa e social.</p> <p>O Instituto Cultural Cravo Albin nasceu, em 2001, de uma doação. Coube a Ricardo Cravo Albin transmitir a sede à cidade do Rio de Janeiro – charmoso sobrado no bairro da Urca. De quebra, o patrono deixou também valioso acervo acumulado ao longo de sua vida. Não foi um esforço solitário. A ideia encontrou eco em outros cantos, fazendo do Instituto um catalisador cultural do Rio. Uma lista de doadores que vai de Nélida Piñon a Joaquim Falcão, passando por Anna Bloch e Mary Ventura, mostra alguns dos parceiros do ICCA para que o projeto do Instituto siga em frente e se amplie. Vitrolas, vinis, programas de rádio e vestimentas fazem do ICCA uma espécie de Museu da MPB. Juntaram-se à proposta nomes como Geraldo Casé, René Haguener, Mario Priolle e Ivon Curi, entre dezenas de outros. Além da boa vontade, trouxeram peças importantes para se montar o quebra-cabeça chamado</p>
---	---

MPB.

As doações vão desde objetos antigos a gravações históricas – como um encontro de Pixinguinha, Tom e Vinícius no Clube de Jazz e Bossa. Chegou ao ICCA vindo de Guaratinguetá, São Paulo, uma coleção completa de duas toneladas de discos pertencentes ao dono de uma rádio desativada na cidade.

3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações Sem dados

#### 4 ÁREA DE ACESSO ISDIAH

4.1 Horário de funcionamento 9 horas às 17 hs  
 4.2 Condições e requisitos Visita guiada com agendamento prévio, entrada franca  
 4.3 Acessibilidade

#### 6 ÁREA DE CONTROLE

6.1 Identificador da descrição BR RJ ICCA  
 6.2 Identificador da instituição BR RJUFRJPROEDES  
 6.3 Regras e/ou convenções utilizadas INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008.  
 CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: [Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em: 22.mai.2022.  
 6.4 Status Versão preliminar  
 6.5 Nível de detalhamento Parcial  
 6.6 Datas de criação, revisão 22.mai.2022  
 6.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita Português: por  
 6.8 Fontes  
 6.9 Notas de manutenção

#### 6. RELACIONANDO DESCRIÇÕES DE INSTITUIÇÕES A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E SEUS PRODUTORES

##### *Primeiro relacionamento*

6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado *Títulos* ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL  
*Identificadores* AIP 03  
 6.2 Descrição do relacionamento AIP ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL  
 AIP 03 - Documentos de interesse pessoal (LIVROS, FILMES, E GRAVAÇÕES SONORAS)  
 6.3 Datas do relacionamento 29.mai.2015

6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado Rubim Santos Leão de Aquino - RSLA

***Segundo relacionamento***

6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado	<i>Títulos</i>	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELLECTUAL
	<i>Identificadores</i>	DPPI 02
6.2 Descrição do relacionamento		DPPI DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELLECTUAL DPPI 02 Pesquisa
6.3 Datas do relacionamento		29.mai.2015
6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado		Rubim Santos Leão de Aquino RSLA

**1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO ISDIAH**

1.1 Identificador	BR RJ MAM CINE
1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	Museu de Arte Moderna - Cinemateca
1.4 Outra(s) forma(s) do nome	MAM
1.5 Tipo	Sociedade Civil de interesse público sem fins lucrativos

**2 ÁREA DE CONTATO ISDIAH**

2.1 Endereço(s)	Avenida Infante Dom Henrique, 85 Parque do Flamengo CEP 20021-140 Rio de Janeiro RJ Brasil Site: <a href="https://mam.rio/">https://mam.rio/</a>
2.2 Telefone, fax, correio eletrônico	Tels. (55 21) 3883-5630 e (55 21) 3883-5631 cinemateca@mam.rio
2.3 Responsáveis para contato	

**3 ÁREA DE DESCRIÇÃO ISDIAH**

3.1 História da instituição com acervo arquivístico

O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro é uma instituição referência para a arte e para a cultura do país. Fundado em 1948, possui uma das mais relevantes coleções de arte moderna e contemporânea da América Latina, com mais de 16 mil obras. Sua atuação se dá sobre o tripé arte-educação-cultura.

Dispõem de acervos documentais e bibliográficos especializados em arte moderna e contemporânea do país. Além de salvaguardar a memória da instituição, o setor atende demandas internas e externas de pesquisa e produz conteúdo sobre a história do museu e as coleções de arte que abriga. Os arquivos particulares sob comodato da Cinemateca, por sua condição especial, só podem ser consultados mediante autorização dos depositantes ou detentores legais.

Desde sua criação em 1955, a Cinemateca tem desempenhado sua missão institucional de salvaguardar a memória do cinema brasileiro e mundial (tal como ele se apresenta no Brasil)

sempre aquém do volume de material produzido na área cinematográfica e audiovisual, mas com todos os esforços possíveis para constituir um conjunto orgânico e suficientemente significativo de modo a subsidiar a sociedade em suas demandas de pesquisa, conhecimento e criação.

A Cinemateca do MAM marca profundamente a vida cultural e artística da cidade do Rio de Janeiro. Diante do desafio imposto pela era digital, segue desenvolvendo um trabalho de salvaguarda do passado, ao mesmo tempo em que coleta e apoia o presente e não ignora o futuro.

No início dos anos 1990, incorporou a biblioteca, que era até então independente e funcionava no Bloco de Exposições. Em razão de reestruturação interna, o acesso aos acervos documentais e bibliográficos está temporariamente suspenso. Para mais informações sobre o retorno do atendimento,

3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações Sem dados disponíveis

#### 4 ÁREA DE ACESSO ISDIAH

4.1 Horário de funcionamento 9h às 18h, segunda a sexta.

4.2 Condições e requisitos Visitas gratuitas às instalações da Cinemateca do MAM podem ser agendadas pelo telefone (55 21) 3883-5630 e (55 21) 3883-5631, ou pelo email [cinemateca@mam.rio](mailto:cinemateca@mam.rio). Pede-se antecedência mínima de 15 dias úteis. As visitas são marcadas para o período da manhã ou da tarde, em dias de semana.

4.3 Acessibilidade Padrões de acessibilidade: acesso para cadeirantes em piso térreo.  
Estacionamento: das 8h às 20h, terceirizado, pago.

#### 6 ÁREA DE CONTROLE

6.1 Identificador da descrição Coleção

6.2 Identificador da instituição BR RJUFRJPROEDES

6.3 Regras e/ou convenções utilizadas INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: [Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 22.mai.2022.

6.4 Status Versão preliminar

6.5 Nível de detalhamento Parcial

6.6 Datas de criação, revisão 22.mai.2022

6.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita Português: por

6.8 Fontes

## 6.9 Notas de manutenção

## 6. RELACIONANDO DESCRIÇÕES DE INSTITUIÇÕES A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E SEUS PRODUTORES

**Primeiro relacionamento**

6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado	<i>Títulos</i>	ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL
	<i>Identificadores</i>	AIP 03
6.2 Descrição do relacionamento		AIP ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL AIP 03 - Documentos de interesse pessoal (LIVROS, FILMES, E GRAVAÇÕES SONORAS)
6.3 Datas do relacionamento		26.jan.2015
6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado		Rubim Santos Leão de Aquino - RSLA

**1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO ISDIAH**

1.1 Identificador	BR RJ MHN BIB
1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
1.4 Outra(s) forma(s) do nome	MHN
1.5 Tipo	Autarquia Federal

**2 ÁREA DE CONTATO ISDIAH**

2.1 Endereço(s)	Praça Marechal Âncora S/N Centro - Rio de Janeiro – RJ 20021-200 Site: <a href="https://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/">https://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/</a>
2.2 Telefone, fax, correio eletrônico	(21) 3299-0351 mhn.biblioteca@museus.gov.br
2.3 Responsáveis para contato	Núcleo de Acervo Bibliográfico

**3 ÁREA DE DESCRIÇÃO ISDIAH**

## 3.1 História da instituição com acervo arquivístico

O Museu Histórico Nacional (MHN) é um museu dedicado à história do Brasil, localizado na praça Marechal Âncora, no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. Foi criado em 1922 pelo presidente Epitácio Pessoa, como parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil e o seu primeiro diretor foi o advogado e jornalista Gustavo Barroso.

Atualmente, o Museu Histórico Nacional ocupa todo o complexo arquitetônico da Ponta do Calabouço e tornou-se o mais importante museu de história do país, reunindo um acervo com mais de 300 mil itens, entre objetos, documentos e livros, e sendo uma instituição de produção e difusão de conhecimento.

O Museu Histórico Nacional mantém, em 9.000m<sup>2</sup> de área



aberta ao público, galerias de exposições de longa duração e temporárias, além da Biblioteca especializada em História do Brasil, História da Arte, Museologia e Moda, do Arquivo Histórico, com importantes documentos manuscritos, aquarelas, ilustrações e fotografias, entre as quais exemplares de Juan Gutierrez, Augusto Malta e Marc Ferrez. Mantém, ainda, programas voltados para estudantes, professores, terceira idade e comunidades carentes. As áreas de Reserva Técnica, Laboratório de Conservação e Restauração Numismática (coleção de moedas e outros valores impressos) podem ser consultadas, mediante agendamento prévio.

3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações Sem dados disponíveis.

#### 4 ÁREA DE ACESSO ISDIAH

4.1 Horário de funcionamento Quarta a sexta - das 10h às 17h / Sábado e domingo - das 13h às 17h.

4.2 Condições e requisitos Ingressos: O MHN está temporariamente com entrada gratuita. Não é preciso a retirada antecipada de ingresso.

4.3 Acessibilidade

#### 6 ÁREA DE CONTROLE

6.1 Identificador da descrição BR RJ MHN BIB

6.2 Identificador da instituição BR UFRJ PROEDES

6.3 Regras e/ou convenções utilizadas INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008.  
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: [Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em: 22.mai.2022.

6.4 Status Versão preliminar

6.5 Nível de detalhamento Parcial

6.6 Datas de criação, revisão 22.mai.2022

6.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita Português: por

6.8 Fontes

6.9 Notas de manutenção

#### 6. RELACIONANDO DESCRIÇÕES DE INSTITUIÇÕES A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E SEUS PRODUTORES

##### *Primeiro relacionamento*

6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado	<i>Títulos</i>	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL
---	----------------	---

*Identificadore* DPPI 02  
s

6.2 Descrição do relacionamento	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL DPPI 02 Pesquisa
6.3 Datas do relacionamento	17.fev.2016
6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado	Rubim Santos Leão de Aquino RSLA

### 1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO ISDIAH

BR RJ MR BIB	BR RJ MR BIB
1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	Museu da República
1.4 Outra(s) forma(s) do nome	MR
1.5 Tipo	Autarquia Federal

### 2 ÁREA DE CONTATO ISDIAH

2.1 Endereço(s)	Rua do Catete, 153 – Catete Prédio Anexo, 3º andar Site: <a href="http://Biblioteca – Museu da República (museus.gov.br)">Biblioteca – Museu da República (museus.gov.br)</a>
2.2 Telefone, fax, correio eletrônico	2127-0339 / 2127-0343 , mr.biblioteca@museus.gov.br
2.3 Responsáveis para contato	Biblioteca do Museu da República

### 3 ÁREA DE DESCRIÇÃO ISDIAH

3.1 História da instituição com  
acervo arquivístico

O primeiro registro do livro de tomo da Biblioteca data de 11 de agosto de 1964, quatro anos após o Palácio do Catete, até então sede da Presidência da República, ter se transformado no Museu da República. Nessa época, o Museu da República (MR) fazia parte da estrutura do Museu Histórico Nacional (MHN), Divisão de História da República, e o acervo da Biblioteca começou a ser formado por obras transferidas do acervo do próprio MHN, acrescido por doações de nomes expressivos da história republicana brasileira ao longo dos anos.

Em 1983, o Museu da República se desvinculou do Museu Histórico Nacional, teve o seu primeiro regimento interno aprovado e a Biblioteca passou a fazer parte da Divisão de Documentação e Pesquisa. Entre 1986 e 1988, como parte de uma reestruturação administrativa, teve o seu acervo atualizado, por meio de um convênio com o CNPq, com a aquisição de obras de referência, história, literatura e artes.

Na década de 1990, foi transferida do térreo para o terceiro andar do prédio anexo, seu acervo foi automatizado e publicou três bibliografias: Igreja Positivista do Brasil, Cidade do Rio de Janeiro e Acervo Vargas.

A partir de 2010, a Biblioteca iniciou um trabalho de reavaliação de seus processos de seleção, aquisição, organização, preservação do acervo e atendimento ao público,

para encontrar a melhor maneira de colocar à disposição dos pesquisadores, internos e externos, a informação armazenada ao longo de sua história.

A Biblioteca do MR possui em seu acervo livros, folhetos, revistas, jornais, CDs e DVDs.

Especializada em história do Brasil, período republicano, possui também obras de Ciências Sociais, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Educação, Arte e Arquitetura etc, assim como informação sobre a memória institucional do Museu da República.

3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações Sem dados disponíveis.

#### 4 ÁREA DE ACESSO ISDIAH

- 4.1 Horário de funcionamento De segunda à sexta, das 13:30 à 17:30
- 4.2 Condições e requisitos Consultas ao acervo podem ser realizadas mediante agendamento prévio, com informações sobre a pesquisa, pelo e-mail [mr.biblioteca@museus.gov.br](mailto:mr.biblioteca@museus.gov.br) e com um mínimo de 48h de antecedência.
- 4.3 Acessibilidade A pesquisa ao banco de dados é local e realizada por bibliotecárias. Portanto, este procedimento visa a permitir que a Biblioteca verifique se possui acervo pertinente, economizando, assim, o tempo do pesquisador.

#### 6 ÁREA DE CONTROLE

- 6.1 Identificador da descrição BR RJ MR BIB
- 6.2 Identificador da instituição BR RJUFRJPROEDES
- 6.3 Regras e/ou convenções utilizadas INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008.  
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: [Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em: 22.mai.2022.
- 6.4 Status Versão preliminar
- 6.5 Nível de detalhamento Parcial
- 6.6 Datas de criação, revisão 22.mai.2022
- 6.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita Português: por
- 6.8 Fontes
- 6.9 Notas de manutenção

### RELACIONANDO DESCRIÇÕES DE INSTITUIÇÕES A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E SEUS PRODUTORES

#### *Primeiro relacionamento*

6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado	<i>Títulos</i>	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL
	<i>Identificadores</i>	DPPI 02
6.2 Descrição do relacionamento		DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL DPPI 02 Pesquisa
6.3 Datas do relacionamento		2018
6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado		Rubim Santos Leão de Aquino RSLA

## 1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO ISDIAH

1.1 Identificador	BR RJ PUCRio DIVBIBD
1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	Pontifícia Universidade Católica
1.4 Outra(s) forma(s) do nome	PUC RIO
1.5 Tipo	Associação privada, filantrópica e sem fins lucrativos.

## 2 ÁREA DE CONTATO ISDIAH

2.1 Endereço(s)	Rua Marquês de São Vicente, 225 Edifício da Amizade - Ala Frings - 3º andar 22451-900 - Gávea - Rio de Janeiro - RJ – Brasil Site: <a href="https://www.dbd.puc-rio.br/sitenovo/#aviso">https://www.dbd.puc-rio.br/sitenovo/#aviso</a>
2.2 Telefone, fax, correio eletrônico	(21) 3527-1092 / (21) 3527-1714 bcentral@dbd.puc-rio.br
2.3 Responsáveis para contato	Divisão de Bibliotecas e Documentação

## 3 ÁREA DE DESCRIÇÃO ISDIAH

3.1 História da instituição com acervo arquivístico	<p>A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro é uma instituição comunitária de Educação Superior, de acordo com Portaria 679, de 12/11/2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, filantrópica e sem fins lucrativos, que visa produzir e propagar o saber a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo por base o pluralismo e debates democráticos, objetivando, sobretudo, a reflexão, o crescimento e enriquecimento da sociedade.</p> <p>A internacionalização do ensino e o intercâmbio entre culturas e saberes são propostas acolhidas pela PUC-Rio diante de um mundo globalizado. A PUC-Rio busca a excelência na pesquisa, no ensino e na extensão para a formação de profissionais competentes, habilitados ao pleno desempenho de suas funções.</p> <p>A Biblioteca disponibiliza uma série de serviços para os integrantes da comunidade PUC-Rio por meio de canais da intranet. A prestação de serviço externo se dá por meio da Pesquisa Integrada - busca simultânea em várias fontes de informação: catálogo das Bibliotecas PUC-Rio, Portal CAPES, e-Books, periódicos eletrônicos, entre outras. Para acessar alguns conteúdos na íntegra, fora do campus, é ne-</p>
---	--

cessário configurar o acesso remoto. O Catálogo – pesquisa no catálogo tradicional das Bibliotecas: publicações impressas e em outros suportes, teses e dissertações digitais da PUC-Rio. As Teses Digitais - possibilita recuperar a coleção de teses e dissertações digitais da PUC-Rio, com a opção de filtrar somente T&Ds de livre acesso. As de acesso restrito, liberadas somente para comunidade PUC-Rio, necessitam de login e senha.

3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações DBD PUC RIO (puc-rio.br)

#### 4 ÁREA DE ACESSO ISDIAH

4.1 Horário de funcionamento Período Letivo - de 2ª a 6ª, de 7h30 às 22h30 e aos sábados de 9h às 13h30.  
Férias - 2ª a 6ª, de 7h30 às 19h. Não funciona aos sábados.

4.2 Condições e requisitos

4.3 Acessibilidade

#### 6 ÁREA DE CONTROLE

6.1 Identificador da descrição BR RJ PUCRio DIVBIBD

6.2 Identificador da instituição UFRJ RJUFRJPROEDES

6.3 Regras e/ou convenções utilizadas INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008.  
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: [Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em: 22.mai.2022.

6.4 Status Versão preliminar

6.5 Nível de detalhamento Parcial

6.6 Datas de criação, revisão 22.mai.2022

6.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita Português: por

6.8 Fontes

6.9 Notas de manutenção **Coleção especial do Rubim Santos Leão de Aquino** - Os títulos foram catalogados, indexados e classificados pelo sistema Dewey e organizados por ordem de classificação.

#### 6. RELACIONANDO DESCRIÇÕES DE INSTITUIÇÕES A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E SEUS PRODUTORES

##### *Primeiro relacionamento*

6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado	<i>Títulos</i>	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL
	<i>Identificadores</i>	DPPI 02

6.2 Descrição do relacionamento	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELLECTUAL DPPI 02 Pesquisa
6.3 Datas do relacionamento	05.abri.2016
6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado	Rubim Santos Leão de Aquino RSLA

## 1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO ISDIAH

1.1 Identificador	BR RJ SECEC BPE
1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	Biblioteca Parque Estadual
1.4 Outra(s) forma(s) do nome	Biblioteca Parque e BPE
1.5 Tipo	Órgão público do Estado

## 2 ÁREA DE CONTATO ISDIAH

2.1 Endereço(s)	Avenida Presidente Vargas, 1.261, Centro.  <a href="http://cultura.rj.gov.br/biblioteca-parque-estadual-reabre-ao-publico-com-acesso-controlado/">Site:http://cultura.rj.gov.br/biblioteca-parque-estadual-reabre-ao-publico-com-acesso-controlado/</a>
2.2 Telefone, fax, correio eletrônico	yke.leon@cultura.rj.gov.br - Superintendente de Leitura e Conhecimento <a href="mailto:@bibliotecasparquerj">@bibliotecasparquerj</a>   <a href="#">Linktree</a>
2.3 Responsáveis para contato	Biblioteca Parque RJ

## 3 ÁREA DE DESCRIÇÃO ISDIAH

3.1 História da instituição com acervo arquivístico	<p>A BPE foi criada para oferecer a você um acervo de mais de 200 mil livros de ficção e não ficção, livros de arte, quadrinhos, Biblioteca Infantil e 20 mil filmes. A Biblioteca promove também experiências únicas com oficinas, laboratórios, plataformas multimídia e uma diversidade de linguagens artísticas. Ela é um ponto de encontro da comunidade, um lugar acessível onde se estimula a leitura e a construção de saberes, onde são desenvolvidas produções artísticas.</p> <p>A Biblioteca é acessível e conta com uma equipe especializada para atender às pessoas com deficiência (PCD), para as quais existem acervo e equipamentos especiais. Seu Programa de Educação busca criar uma relação prazerosa com a leitura, apresentando a biblioteca como um espaço a ser frequentado no cotidiano.</p> <p>Alguns espaços da Biblioteca: Acervo, Café literário, Biblioteca Infantil, Quadrinhos, Auditório Darcy Ribeiro, Espaço do Ócio, Espaço Multimídia, Espaço Expositivo, Espaço Leitores Especiais, Pátio, Laboratórios e Aquários.</p>
3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações	<a href="https://visit.rio/que_fazer/8678/">https://visit.rio/que_fazer/8678/</a>

#### 4 ÁREA DE ACESSO ISDIAH

4.1 Horário de funcionamento	Das 10 às 16 horas
4.2 Condições e requisitos	Link de agendamento: <a href="#">Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa RJ - Produtor - Eventos e Conteúdos na Sympla</a>
4.3 Acessibilidade	Dispõem para acesso ao público do catálogo online para consulta das obras.

#### 6 ÁREA DE CONTROLE

6.1 Identificador da descrição	BR RJ SECEC BPE
6.2 Identificador da instituição	BR RJUFRJPROEDES
6.3 Regras e/ou convenções utilizadas	INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: <a href="#">Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas — Português (Brasil) (www.gov.br)</a> . Acesso em: 22.mai.2022.
6.4 Status	Versão preliminar
6.5 Nível de detalhamento	Parcial
6.6 Datas de criação, revisão	22.mai.2022
6.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita	Português: por
6.8 Fontes	
6.9 Notas de manutenção	<b>Coleção geral</b>

#### 6. RELACIONANDO DESCRIÇÕES DE INSTITUIÇÕES A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E SEUS PRODUTORES

##### *Primeiro relacionamento*

6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado	<i>Títulos</i>	ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL
	<i>Identificadore</i>	AIP 03
	<i>s</i>	
6.2 Descrição do relacionamento		AIP ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL AIP 03 - Documentos de interesse pessoal (LIVROS, FILMES, E GRAVAÇÕES SONORAS)
6.3 Datas do relacionamento		28.set.2015
6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado		Rubim Santos Leão de Aquino - RSLA

##### *Segundo relacionamento*

6.1 Título e identificador do material	<i>Títulos</i>	DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL
--	----------------	---

arquivístico relacionado	<i>Identificadores</i>	DPPI 02
6.2 Descrição do relacionamento		DPPI DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL DPPI 02 Pesquisa
6.3 Datas do relacionamento		28.set.2015
6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado		Rubim Santos Leão de Aquino RSLA

#### ***Terceiro relacionamento***

6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado	<i>Títulos</i>	<i>DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL</i>
	<i>Identificadores</i>	DPPI 03
6.2 Descrição do relacionamento		DPPI DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL DPPI 03 Produção intelectual
6.3 Datas do relacionamento		28.set.2015
6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado		Rubim Santos Leão de Aquino RSLA

### **1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO ISDIAH**

1.1 Identificador	BR RJ SEMED BSG
1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	Biblioteca Municipal Genebaldo Rosa
1.4 Outra(s) forma(s) do nome	Biblioteca de São Gonçalo - BSG
1.5 Tipo	Pública e Organização não governamental

### **2 ÁREA DE CONTATO ISDIAH**

2.1 Endereço(s)	Sede da Secretaria Municipal de Educação -Rua Uriscina Vargas, nº 36, Mutondo
2.2 Telefone, fax, correio eletrônico	
2.3 Responsáveis para contato	

### **3 ÁREA DE DESCRIÇÃO ISDIAH**

3.1 História da instituição com acervo arquivístico	<p>A Biblioteca Municipal Genebaldo Rosa faz parte da Secretaria Municipal de Educação (Semed) e desenvolve diversos projetos para a população gonçalense, como a Biblioteca Circulante e a Biblioteca Viva, além das Salas de Leitura em parceria com a Afrotribo.</p> <p>A BSG é vinculada à Subsecretaria de Planejamento e Formação Continuada.</p> <p>Desenvolve diversos projetos para a população gonçalense, como a Biblioteca Circulante e a Biblioteca Viva, além das Salas de Leitura em parceria com a Afrotribo.</p>
---	---



Ofertar um ambiente saudável para os estudos. Diante das necessidades do município, apoiar e tentar amenizar as desigualdades sociais que aqui se encontram. Fomentar a leitura, pois uma pessoa que lê é uma pessoa extremamente crítica e com uma formação ampla.

Possui um espaço infantil com 1.500 livros, recebe uma média de 200 pessoas por mês, apesar da pandemia, e estrutura para receber mais leitores.

3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações Sem dados disponíveis.

#### 4 ÁREA DE ACESSO ISDIAH

4.1 Horário de funcionamento Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h

4.2 Condições e requisitos O uso de máscara é obrigatório nas dependências da Biblioteca e das Salas de Leitura. Álcool em gel e o distanciamento social também fazem parte das normas .

4.3 Acessibilidade Para desfrutar do acervo, é necessário realizar um agendamento

#### 6 ÁREA DE CONTROLE

6.1 Identificador da descrição BR RJ SEMED BSG

6.2 Identificador da instituição BR RJUFRJPROEDES

6.3 Regras e/ou convenções utilizadas INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008.  
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: [Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 22.mai.2022.

6.4 Status Versão preliminar

6.5 Nível de detalhamento Parcial

6.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência 22.mai.2022

6.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita Português: por

6.8 Fontes

6.9 Notas de manutenção

#### 6. RELACIONANDO DESCRIÇÕES DE INSTITUIÇÕES A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E SEUS PRODUTORES

##### *Primeiro relacionamento*

6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado *Títulos* ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL  
*Identificadores* AIP 03

6.2 Descrição do relacionamento	AIP ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL AIP 03 - Documentos de interesse pessoal (LIVROS, FILMES, E GRAVAÇÕES SONORAS)
6.3 Datas do relacionamento	20.fev.2015
6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado	Rubim Santos Leão de Aquino - RSLA

### 1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO ISDIAH

1.1 Identificador	BR BA UFRB BUC
1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	Universidade Federal do Recôncavo Baiano – Biblioteca Universitária de Cachoeira
1.4 Outra(s) forma(s) do nome	Biblioteca Universitária de Cachoeira (BUC)
1.5 Tipo	Autarquia federal

### 2 ÁREA DE CONTATO ISDIAH

2.1 Endereço(s)	Site: <a href="https://www.ufrb.edu.br/bibliotecacahl/">https://www.ufrb.edu.br/bibliotecacahl/</a>
2.2 Telefone, fax, correio eletrônico	Telefone: (75) 3425-3190
2.3 Responsáveis para contato	Biblioteca Universitária de Cachoeira (BUC)

### 3 ÁREA DE DESCRIÇÃO ISDIAH

3.1 História da instituição com acervo arquivístico	<p>A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, de acordo com seu Estatuto, tem por finalidade gerar e compartilhar conhecimento, promover formação continuada, diplomar nas diferentes áreas do saber, contribuir com amplo e diversificado intercâmbio de conhecimento com a sociedade através da extensão aberta e inclusiva, melhorar o ensino em todos os níveis e modalidades, visando ao exercício de atividades profissionais e à participação no desenvolvimento do Recôncavo, do Estado e do País. Tem por missão formar cidadãos criativos, empreendedores e inovadores, contribuindo para o desenvolvimento social, tecnológico e sustentável, promovendo a inclusão e valorizando as culturas locais. Ser reconhecida como instituição de excelência e referenciada pela geração e difusão do conhecimento.</p> <p>A Biblioteca Universitária de Cachoeira (BUC) é integrante do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (SIB/UFRB). Atende ao Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL)</p> <p>Tem como missão ser um instrumento de modernidade, comprometido com a qualidade, renovado em seus métodos de trabalho e estar sintonizado com a comunidade universitária.</p>
---	---

Tem como visão, a excelência dos serviços prestados, ser um sistema de bibliotecas de referência no âmbito da comunidade universitária e outras comunidades.

#### **Objetivos**

I - Dar suporte aos programas de ensino, pesquisa e extensão;

II - Definir a política de desenvolvimento dos diferentes acervos que compõem as bibliotecas da UFRB;

III - Possibilitar à comunidade universitária, o acesso à informação armazenada;

IV - Promover intercâmbio de experiências e acervos.

3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações [UFRB](#)

#### **4 ÁREA DE ACESSO ISDIAH**

4.1 Horário de funcionamento Período Letivo -Segunda a sexta-feira: 8h às 22h  
Período Recesso - segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

4.2 Condições e requisitos

4.3 Acessibilidade

#### **6 ÁREA DE CONTROLE**

6.1 Identificador da descrição BR BA UFRB BUC

6.2 Identificador da instituição BR RJUFRJPROEDES

6.3 Regras e/ou convenções utilizadas INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: [Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 22.mai.2022.

6.4 Status Versão preliminar

6.5 Nível de detalhamento Parcial

6.6 Datas de criação, revisão 22.mai.2022

6.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita Português: por

6.8 Fontes

6.9 Notas de manutenção

#### **6. RELACIONANDO DESCRIÇÕES DE INSTITUIÇÕES A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E SEUS PRODUTORES**

##### ***Primeiro relacionamento***

6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado *Títulos* DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELLECTUAL

*Identificadore* DPPI 02

6.2 Descrição do relacionamento	DPPI DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL DPPI 02 Pesquisa
6.3 Datas do relacionamento	2018
6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado	Rubim Santos Leão de Aquino RSLA

## 1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO ISDIAH

1.1 Identificador	BR RJ UFRJ PROEDES
1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade
1.4 Outra(s) forma(s) do nome	PROEDES
1.5 Tipo	Autarquia federal

## 2 ÁREA DE CONTATO ISDIAH

2.1 Endereço(s)	Av. Pasteur, 250 Anexo da Faculdade de Educação – Sala 102 e 104. Praia Vermelha. <a href="http://www.educacao.ufrj.br/proedes/documentacao/">http://www.educacao.ufrj.br/proedes/documentacao/</a>
2.2 Telefone, fax, correio eletrônico	proedes.fe.ufrj@gmail.com
2.3 Responsáveis para contato	Centro de Documentação

## 3 ÁREA DE DESCRIÇÃO ISDIAH

### 3.1 História da instituição com acervo arquivístico

A missão da UFRJ é contribuir para o avanço científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação de uma sociedade justa, democrática e igualitária. A **visão** é posicionar-se entre os líderes mundiais na formação qualificada e emancipadora em diferentes áreas do saber, integrando-as de maneira a construir respostas para os inúmeros desafios do nosso século, destacando-se como um veículo transformador da realidade socioeconômica e ambiental.

O Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) articulou-se, inicialmente, a partir da investigação e organização que pesquisadores e bolsistas ligados à Faculdade de Educação empreenderam junto ao acervo da Faculdade Nacional de Filosofia. Este primeiro movimento concretizou-se de janeiro de 1987 a 1990 quando, como um Projeto Integrado, se criou o PROEDES. Em 1994, foi reconhecido oficialmente como Programa, pela Congregação da Faculdade de Educação e, em 1995, pela Coordenação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) e pelo Conselho de Ensino para Graduados – CEPG da UFRJ. O PROEDES tem se empenhado em desenvolver estudos e pesquisas, bem como examinar, recuperar e organizar fontes documentais, constituindo-se, assim, em um Centro de Documentação interessado em problematizar a

memória e a história da Educação Brasileira. Como Programa, tem por objetivos: a) realizar estudos e pesquisas referentes ao fenômeno da educação, tematizando as diversas modalidades de instituições e saberes educativos, suas práticas e sujeitos; b) contribuir para a formação de pesquisadores; c) constituir-se em um centro de documentação em educação brasileira.

O Centro de Documentação transformou-se em Centro de Referência em Educação Brasileira. Salva o patrimônio histórico-educativo cultural da Ufrj e demais instâncias brasileiras. Dispõem de arquivos e coleções, categorizadas por arquivos instituições científicas e educação, bem como, arquivo de educadores, qualificados por professores do ensino superior e básico, gestores e intelectuais da educação. Além de coleções de instituições e educadores.

3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações      Guia do acervo e inventário sumário

#### 4 ÁREA DE ACESSO ISDIAH

4.1 Horário de funcionamento      9 às 15 horas  
 4.2 Condições e requisitos      Agendamento prévio através do email  
 4.3 Acessibilidade

#### 6 ÁREA DE CONTROLE

6.1 Identificador da descrição      BR RJ UFRJ PROEDES  
 6.2 Identificador da instituição      BR RJUFRJPROEDES  
 6.3 Regras e/ou convenções utilizadas      INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008.  
     CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: [Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em: 22.mai.2022.  
 6.4 Status      Versão preliminar  
 6.5 Nível de detalhamento      Parcial  
 5.8 Data de criação, revisão ou obsolescência  
 6.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita      Português: por  
 6.8 Fontes  
 9.9 Notas de manutenção

#### 6. RELACIONANDO DESCRIÇÕES DE INSTITUIÇÕES A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E SEUS PRODUTORES

##### *Primeiro relacionamento*

6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado *Títulos* DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL

*Identificadores* DPPI 01; DPPI 02; DPPI 03

6.2 Descrição do relacionamento DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL  
DPPI 01 Ensino  
DPPI 02 Pesquisa  
DPPI 03 Produção Intelectual

6.3 Datas do relacionamento

01.abr.2017

6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado Rubim Santos Leão de Aquino  
RSLA

#### ***Segundo relacionamento***

6.1 Título e identificador do material arquivístico relacionado *Títulos* MEDIAÇÃO CULTURAL  
*Identificadores* MC 0;MC 02; MC 03

6.2 Descrição do relacionamento MC MEDIAÇÃO CULTURAL  
MC 01 Debate sobre conhecimento histórico  
MC 02 Eventos  
MC 03 Lançamentos de livros e apostilas

6.3 Datas do relacionamento

01.abr.2017

6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado Rubim Santos Leão de Aquino - RSLA

#### **4.4 Descrição do fundo documental – uso da aplicação da Nobrade**

Neste tópico abordamos a descrição pela Nobrade em nível de fundo considerando o fundo o universo do todo “arquivo”. O novo arranjo e as categorias do arranjo indicaram onde as partes estão localizadas. Optamos por não descrever as séries devido as classificações adotadas pelos locais de custódia. Cada qual tem uma forma de representar suas partes quer por fundo ou coleções. O objetivo desta descrição foi dimensionar os espaços ondem se encontram a documentação e, estando acessíveis, indicar os instrumentos de pesquisa disponíveis para consulta. DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS – NOBRADE

## 1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

<b>1.1 Código de referência</b>	BR RJ RSLA
<b>1.2 Título</b>	RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO
<b>1.3 Data(s)</b>	1929-2013 (produção) 1927-2013 (acumulação)
<b>1.4 Nível de descrição</b>	FUNDO
<b>1.5 Dimensão e Suporte</b>	Documento Bibliográfico – 5000 itens Documento Filmográficos– 3000 itens Documento Iconográfico - 1000 itens Documento Sonoro – 800 itens Documento Textual – 70 pastas de documentos. Documento Tridimensional – sem especificação

## 2 ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

<b>2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)</b>	RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO
---------------------------------------	-----------------------------

### 2.2 História Biográfica

Rubim Santos Leão de Aquino nasceu no Rio de Janeiro em 2 de março de 1929. Filho de Rubens Monteiro Leão de Aquino - Marechal do Exército e Maria Antonietta Santos de Aquino – dona de casa, bem como, sua irmã Mey Santos Leão de Aquino, formavam uma família conservadora, católica e anticomunista.

A educação básica de Aquino se deu entre o ensino domiciliar no Rio de Janeiro, privado e público. Passou a adolescência e a juventude estudando no Paraná e Mato Grosso do Sul. O Curso ginasial foi no Colégio Paranaense (1941) em Curitiba (PR) e em Mato Grosso, no Ginásio Campo-grandense (1942-1944). O curso científico foi realizado no Colégio Dom Bosco(1945-1947), também em Campo Grande (MS), e concluindo como bacharelado de 1947, onde descobriu seu interesse pela história.

Desde muito jovem Aquino tinha em sua perspectiva enquanto cidadão e agente histórico a seu engajamento ativo nos movimentos populares e estudantis. No fim da vigência do Estado Novo (1937-45), teve envolvimento com o Partido Trabalhista Brasileiro. Sua participação se deu através do Movimento Mocidade Trabalhista de Getúlio Vargas, em 1945 em Campo Grande (RS), na Comissão de Propaganda do Manifesto ao povo brasileiro e campograndense.

Ao completar 18 anos retorna ao Rio de Janeiro e filia-se ao PTB. Com auxílio de uma tia que trabalhava no Gabinete Civil da Presidência, consegue a oportunidade num cargo público no Ministério da Fazenda (1948-1987) com funcionário público no quadro permanente, no cargo de arquivista.

Casa-se (1951) aos 21 anos com Sarah Mota Lim: militante do Partido Comunista Brasileiro, filha de Pedro Mota Lima (1898-1966), líder do PCB. Constituíram uma família com sete filhos, sendo que dois morreram, permanecendo juntos durante 21 anos, e,separando-se em 1972.Sua esposa e seu sogro foram os grandes incentivadores e

influenciadores na sua formação como educador e na sua atuação política.

Bacharel e licenciado em História na Faculdade Nacional de Filosofia(FNFi), pela Universidade do Brasil (UB) (1959-1963). Como aluno participou do Centro de Estudos de História (CEH) (1958), por alunos do Curso de História, da FNFi. O Centro tinha como função promover debates, manter relações com outros centros estudantis, além de ser um espaço de estudo sobre ensino e pesquisa em História.Participou na elaboração de artigos para a Revista Boletim de História, do CEH (1958). Em 1961, ainda estudante, deu aulas experimentais atuando no Curso Pré-Vestibular do Diretório Acadêmico da FNFi.

A carreira de docente teve início no Ensino Superior num Curso Pré-Vestibular da Escola de Sociologia e Política, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1963-1964) e posteriormente, na mesma universidade (1966-1969), convidado a ser professor auxiliar de História Contemporânea e História da América; e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Sociedade, da Gama Filho (1966), como professor assistente das cadeiras de História da América e Introdução a Estudos Históricos. Renunciou a seguir uma vida acadêmica, dedicando-se ao Ensino do Segundo Grau (atual Ensino Médio) e ao Pré-Vestibular devido a demanda de ingresso ao Ensino Superior no período da ditadura.

Dedicou-se à formação de alunos em cursos pré-vestibulares privados e comunitários (1963-2009), com destaque para o ensino de história gera. No ensino privado atuou no Pré-Vestibular da Escola de Sociologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1963-1964), o Curso Boechat (1965-1966), Platão (1967-1970), Hélio Alonso (1967-1973), Status (1971-1973), Miguel Couto (1973-1977), Bahiense (1974-1977) e Impacto (1978-1979) e Freitas Ribeiro (2003-2004). Priorizou neste segmento, um ensino horizontal onde o conteúdo programático dos cursos era compacto e pontual. E no ensino comunitário no Pré-Vestibular Comunitário da Mangueira - Associação Mangueira de Vestibulares (AMV) (1999-2001), gratuito e com alunos em vulnerabilidade social (negros, pobres e trabalhadores). E na Associação de Moradores e Amigos da Vila Pereira da Silva (AMAVPS) localizado em Santa Tereza e Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro. Sendo convidado a compor Banca de vestibular das Faculdades Cândido Mendes(1974) e da Faculdade Integradas Bennett (1978-1979).

Na Educação Básica atuou nos níveis fundamental e médio, sendo este seu principal foco. Entre os estão o Colégios Santo Inácio (1967) e Liceu Franco Brasileiro (1968-2012), seguidos por Andrews(1972-1973), Princesa Isabel(1972-1974), São Vicente de Paula (1974-1983), Centro Educacional Anísio Teixeira(1984-1985), Colégio Hélio Alonso (1985), Sagrado Coração de Maria (1991). No Franco Brasileiro atuou na Coordenação na área de Humanas (2000-2012), no planejamento dos componentes curriculares de história dos seguimentos de primeiro e segundo grau e na orientação da equipe história. Neste colégio conheceu Eliana Pimentel Riquet -Diretora e professora de Português, tornando-se a sua segunda esposa.

Diante do quadro de se ver limitado a dar aulas de história sob intensa vigilância num momento tão conturbado da história brasileira,



a Ditadura Civil-Militar, e em virtude do seu envolvimento com organizações da Resistência Armada Nacionalista (RAN). Sua oposição ao regime militar o levou à prisão (1973) pelo Destacamento de Operação Interna (DOI), ligado ao Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) - DOI-Codi, ficando por um mês preso num quartel na Avenida Brasil. Sendo julgado e inocentado pelo Superior Tribunal Militar após quatro anos (1977).

Dada a essas circunstâncias, passou a integrar o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), na Comissão de Mortos e Desaparecidos, no Rio de Janeiro em 1978, fazendo o levantamento dos presos e mortos e dos chamados de desaparecidos políticos de 1973, e elaboração do registro biográfico dos companheiros assassinados no período do regime militar. Desta pesquisa resultou a obra *Desaparecidos políticos: Prisões, sequestros, assassinatos*, contribuindo com seus relatos e pesquisas sobre levantamentos dos desaparecidos (1979) junto aos organizadores do livro, Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa. Passou atuar no Grupo Tortura Nunca Mais (1985), a finalidade de conscientizar sociedade civil contra a tortura, na luta pelos direitos humanos e da justiça, na função de secretário e vice-presidente do Grupo (1985-1987). Em 1987, tornou-se diretor da Federação das Associações de Defesa da Anistia. Seu trabalho de colaboração para com a luta pela Anistia no Brasil resultou na publicação de dois livros: *Um tempo para não esquecer* (2010) fruto de minuciosa pesquisa sob as condições em que ocorreram torturas, assassinatos e exílios perpetrados pelos Governos Militares contra os opositores desse regime. E o livro *Araguaia - da guerrilha ao genocídio* (2011), sobre a guerrilha do Araguaia, em co-autoria com sua terceira esposa Regilena Carvalho, jornalista, militante do PCB (1969) e guerrilheira de condinome Lena, uma das sobreviventes da Guerrilha do Araguaia.

Teve participação em movimentos sociais, sindicais, associativos, e partidários, percorreu por diversos espaços na luta da classe trabalhadora, nas associações culturais e educativas, e pela justiça social e pela democracia. Filiado ao sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (SINPRO/RJ) (1978). Exerceu o cargo de segundo secretário e, posteriormente, de diretor do Departamento de Educação e Cultura do Sinpro-Rio (1993 e 1996). Na década de 80 assumiu como membro de algumas associações culturais o Conselho Fiscal da Associação Nicolau Copérnico de Albuquerque, entidade do Planetário da Gávea (1986-1989); e Presidente da Associação de Amigos da Biblioteca da Glória (1986 e 1988), biblioteca pouco conhecida pela comunidade local, mas que detinha um acervo sobre história e literatura.

A sua atuação política partidária sempre esteve presente em sua vida. Acabou desligando-se do partido em 1964, devido instauração do Ato institucional - AI-2, que finda os partidos políticos existentes e promove o bipartidarismo, tendo dois partidos em cena: o Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) - oposição consentida ao regime militar. Filia-se em 1966-1979. Com a volta do pluripartidarismo e ainda em tempo de ditadura filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) (1980), de esquerda que surge do movimento operário. Sua filiação se deu em (1981), desfiliando-se (2004) devido a discordâncias com o diretório executivo. a para compor o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), sendo considerado um dos fundadores.

Autor, co-autor, colaborador e organizador de 46 títulos de livros didáticos, paradidáticos e histórias dos movimentos sociais, futebol e samba. O primeiro livro de vestibular foi o *“Manual de História das Instituições Políticas e Sociais”* (1965), e apostilas vestibulares para os cursos Psi-Pré (1972), Miguel Couto Bahiense (1973) e Impacto (1978). Os primeiros livros didáticos para o ensino médio estão a Coleção *“História das Sociedades”* (1978-2008) e para o ensino fundamental duas coleções *“Você é a história”* (1994-1995) e *“Fazendo História”* (1986-1995), para o fundamental I e II, respectivamente. Dentre as obras paradidáticas *“Brasil, Uma História Popular”* (2003) e *“Revolta da Vacina: Vacinando Contra a Varíola e Contra o Povo”* (2003); *“Um Sonho De Liberdade: a conjuração de Minas”* (1998); *“Sociedade Brasileira: Uma História Através Dos Movimentos Sociais”* (1999); *“República dos fazendeiros: história, economia & literatura.”* (2008); *“Pernambuco em Chamas”* (2010). Livros com conteúdo de história cultural e desportiva estão *“O samba-enredo visita a história do Brasil: o samba-de-enredo e os movimentos sociais”*. (2009); *“Futebol: Uma Paixão Nacional.”* (2012); *“Rio de Janeiro: Panorama Sociocultural, Rio de Janeiro”* (2004). Sobre história política um livro comemorativo *“PCB: 80 Anos de luta.”* (2002). Sendo o último livro escrito em parceria com companheira de vida, Lucia Maria Baeré Naegeli, professora de Geografia do ensino básico do Colégio Pedro II.

Participou de diversos espaços culturais e de comunicação e de projetos pedagógicos, entre a década de 1980 até 2010, intercalando entre programações de radiodifusão e televisão pautados na mediação cultural do ensino de história para além das salas de aula, de cultura e cidadania para um público de ouvintes e telespectadores à Centros de Estudos com diversos pesquisadores de história agregados. Destaca-se o Programa de Rádio Faixa Livre (2000-2010), tendo como roteiro temático a Ditadura Militar, o Estado Novo, Guerrilha do Araguaia, Resistência Negra no Brasil, Revolução de 30, Igreja Católica, Canudos e a Revolta da Vacina, além de personalidades políticas e fatos da história de internacional.

No fim da década de 80 e início de 90 Aquino foi coordenador do Centro de Estudos Manoel Maurício de Albuquerque (1986-1987 e 1989-1991), entidade que levou o nome de mestre e amigo que fora perseguido pelo Governo Militar. Nesse Centro de Estudos, os professores associados chancelavam cursos de formação política e de divulgação de conhecimentos históricos, entre outros, a diferentes grupos sociais.

Condecorado e homenageado no decorrer de sua vida profissional (1991-2008) por alunos, colégios, sindicatos, universidades, grêmios estudantis, moções de louvor. E personalidade educacional do ano. As condecorações de destaque estão as honrarias concedidas Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) a com a medalha Tiradentes (2002), e no mesmo ano honrado com o título de Personalidade Educacional (2002 e 2004), promovido pela Associação Brasileira de Educação, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo jornal Folha Dirigida. Em 2007 recebe duas moções de louvor pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro por ocasião da fundação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro – SEPE-RIO a homenagem ao Educador Rubim Aquino (2007). E pela dedicação ao magistério no Liceu Franco-

Brasileiro é conderado o professor pelos seus 40 anos de instituição (2008)

Faleceu em 16 de janeiro de 2013, aos 83 anos. Se autodescreve como um carioca convicto, flamenguista, mangueirense, socialista. Deixando para sociedade um legado memorialístico sobre Ensino de História e os seus tesouros, os filhos.

### 2.3 História arquivística

Ao longo dos 40 anos de trajetória profissional, o Professor Aquino, como era reconhecido, produziu e acumulou uma documentação no Magistério no Ensino Básico em rede privada e comunitária, como docente de Ensino de História, sua função principal. Teve como áreas interesse: História Política do Brasil, Antiga, Geral, das Américas, Social e Geografia. O período da Ditadura Militar (1964-1985) foi um de seus principais objetos de estudo, dada as suas pesquisas e vivências. Além disso, os assuntos relacionados à Justiça Social eram o seu foco. Dentre outras atuações, produziu documentos relativos às atividades docentes, de pesquisa, de mediação cultural, de escritor de livros didáticos e paradidáticos, sindicalismo e ativismo político e também de suas relações com grupos sociais e de estudo.

Após a sua morte, a família se reuniu para decidir o destino do seu patrimônio documental. O Prof. Aquino deixou um testamento cuja herança documental, em especial a sua biblioteca particular, estava destinada a um/a neto/ou neta que cursasse História na universidade. Na ausência de um familiar, delegou para outras instituições, como ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, local de sua formação acadêmica e por fim ao Colégio Franco-Brasileiro, escola onde dedicou-se ao magistério durante 40 anos. Em meio a seleções e recusas, a família decidiu primeiro organizar sua documentação, estabelecendo um critério funcional e temático juntamente com a documentalista e bibliotecária Vera Coeli. Em segundo momento entregar toda documentação ao CPDOC/FGV, onde foi depoente em um artigo publicado pela Revista Estudos Históricos(2008), sendo recusado em virtude do acervo não estar completo.

A solução encontrada pela família e a documentalista foi de fragmentar em parcelas o arquivo para instituições de memória e salvaguarda com acesso público e para instituições com as quais Rubim Aquino tivesse uma relação em sua trajetória profissional, vivências de lutas e de afeto. Ficou reservado pela família a parte dos documentos de natureza privada, de direitos autorais, e registros fonográficos e iconográficos.

Dentre as instituições e locais de custódia selecionados para doação de partes do acervo estão:

Arquivo do Estado do Rio de Janeiro- Biblioteca – Aperj

Colégio Liceu Franco-Brasileiro - Biblioteca – CLFB

Cômite Olímpico Brasileiro – Biblioteca – COB

Instituto Cultural Clavro Albin - Centro de Cultural – ICCA

Museu de Arte Moderna - Cinemateca – CINE

Museu da República – Biblioteca – MR

Museu Histórico Nacional – Biblioteca – MHN

Pontifícia Universidade Católica do RJ – Biblioteca e Documentação – PUC RIO

Secretária Municipal de Educação e Cultura de São Gonçalo - Biblioteca de São Gonçalo – BSG

Secretária Cultural e Economia Criativa - Biblioteca Parque Estadual

– BPE

Universidade Federal do Reconcâvo Baiano (BA) – Biblioteca Universitária – UFRB

Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROEDES

O processo de transferência e recolhimento da doação pelas instituições entre os anos de 2015-2018. O processo de doação foi interrompido pela Pandemia de Covid-2019.

## 2.4 Procedência

Estela Maria Motta Lima Leão de Aquino,  
Lígia Maria Motta Lima Leão de Aquino, filhas que salvaguardaram a documentação (2013- )

As parcelas da documentação foram doadas no período entre 2015 e 2018.

## 3 ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

### 3.1 Âmbito e conteúdo

De sua vida e interesse pessoal encontram-se anotações, bilhetes, identidade, certidões, atos públicos, biografias, textos, correspondências, livros, recortes de jornais, discos, cds, filmes e documentários, material escolar dos filhos. De sua vida profissional enquanto Professor, Pesquisador e de sua Produção Intelectual encontram-se resumos, revistas, informativos, relatórios, recortes de jornais sobre história, propostas curriculares, planos de atividades, planos de curso, planos de aula, ementas de cursos, artigos científicos, notícias de jornais, roteiro de aula, propostas pedagógicas, notas de agradecimento, livros, apostilas, revistas científicas, discursos, convites, gravuras, mapas, fotogravuras, fotolitos, compêndios e currículo vitae. Das relações interpessoais e intergrupos estão documentos relacionados a Associações Culturais e ao Centro de Estudos Históricos Manuel Maurício, como correspondências e recortes de jornais e revistas, apontamentos e material de estudo.

De sua formação encontram-se diplomas, certificados, histórico escolar, materiais de estudo. De sua carreira profissional encontram-se documentos oriundos de contratos, atos de investidura em cargo público. Da mediação cultural entre divulgação dos livros e apostilas estão os documentários em vídeos, cartazes, prospectos, recortes de jornais e revistas, transcrições e gravações sonoras sobre conteúdos históricos produzidos em Rádio e TV, bem como, a participação em eventos.

No que tange ao ativismo político estão os documentos boletins informativos, textos de criação e formação de partidos, regulamentos, planfetos, recorde de jornais e revistas, listas de

membros de partidos e dissidentes do Partidos do Trabalhadores e do Partido Socialismo e Liberdade.

Produtos de sua interação com a história, a educação, a cultura e da vida privada. (COMPLETAR)

### 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

A família e a documentalista avaliaram, selecionaram e eliminaram os seguintes documentos:

Múltiplas vias de documentos sem registro - 50 páginas;

Pasta de documentos intitulada “Besteirol” – 01 pasta.

Coleção de filmes cinematográficos – sem especificação de quantidade.

Encadernações com recortes de jornais, revistas, textos, desenhos, gravuras – 70 itens. A eliminação ocorreu de forma livre e sem registros, em 2015.

### 3.3 Incorporações

Não houve

### 3.4 Sistema de arranjo

A família e a documentalista organizaram o arranjo dos documentos adotando os critérios funcional e temático. A finalidade era em representar a vida profissional, seus interesses pessoais e sua biblioteca particular.

O fundo documental ficou organizado em 25 séries<sup>151</sup>:

- ✓ Assuntos pessoais;
- ✓ Cursos e palestras ;
- ✓ Vida profissional;
- ✓ Instituições onde lecionou;
- ✓ Diversos preciosos;
- ✓ Guerras Mundiais – Audiovisual documentários;
- ✓ Cuba e Che Guevara – Audiovisual;
- ✓ Cinema – Dvds;
- ✓ América Latina – Audiovisual;
- ✓ Mídia – Vídeos;
- ✓ Mídias – Fitas Cassete e CD- Room;
- ✓ Mídia impressa;
- ✓ Homenagem;
- ✓ Militância política;
- ✓ Nas ondas da rádio;
- ✓ Operação Condor;
- ✓ Brasil uma história popular;
- ✓ Pasta Especial Rosa Cardeal;
- ✓ Publicações – Contrato com as editoras;
- ✓ Apostilas de Pré-Vestibular;
- ✓ Manual do Professor – Livros didáticos;
- ✓ Livros didáticos, artigos e apostilas;
- ✓ Livros publicados – RLA

Tendo em vista a proposta de reconstituir os vínculos entre os documentos dispersos nas instituições de salvaguarda optamos em estabelecer um critério único para a classificação do arquivo por meio de uma adaptação do arranjo. Dentro dessa perspectiva, algumas séries foram preservadas e outras aglutinadas para uma melhor

<sup>151</sup> A sequência das séries seguem a numeração das listas descritivas com os conteúdos referente a documentação.

representação. A construção se dá em forma intelectual e considerando a dimensão do arquivo como um todo. A biblioteca particular sendo considerada como parte integrante do arquivo, foi classificada dentro das categorias de função estipuladas no arranjo, de acordo com as atividades e interesses do Professor Aquino.

Sendo assim, a proposta de um novo arranjo ficou reagrupado em 06 grupos e séries:

- ASSUNTOS DE INTERESSE PESSOAL (AIP);
- FORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARREIRA (FAC);
- DOCÊNCIA, PESQUISA E PRODUÇÃO INTELECTUAL (DPPI);
- MEDIAÇÃO CULTURAL (MC);
- MILITÂNCIA POLÍTICA E ASSOCIATIVISMO (MPA);
- RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS E INTERGRUPOS (RII).

A ordenação interna dos grupos será alfabética e/ou cronológica.

#### 4 ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

- |  |  |
|--|--|
| <b>4.1 Condições de acesso</b>                           | Com restrição de acesso partes Assuntos de interesse pessoal e toda documentação de Formação e administração de carreira, estão sob a guarda da família. Partes de assuntos de interesse pessoal doado é necessário consultar as entidades custodiadoras do acervo.  |
| <b>4.2 Condições de reprodução</b>                       | Para reprodução de documentos textuais, bibliográficos, iconográficos podem ser utilizados a fotografia digital, aplicativos de scanner digital utilizados em smartphones e /ou mesa digitalizadora portátil. Para os documentos imagéticos haverá a necessidade de termo de cessão do uso de imagens.                         |
| <b>4.3 Idioma</b>  | Português<br>Francês<br>Inglês   |
| <b>4.4 Características físicas e requisitos técnicos</b> | Gravações sonoras em fita cassetes. Para os documentos sonoros necessário fazer uso de aparelho de reprodução de fitas cassetes. Gravações em vídeo em formato digital. Para os documentos em vídeos utilizar computadores com leitora de CD e DVD Rom. Álbuns fotográficos com migrações digitais. Acessíveis por computador. |
| <b>4.5 Instrumento de pesquisa</b>                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Guia do fundo Rubim Santos Leão de Aquino, on-line Programa de Estudos Documentação Educação e Sociedade, Faculdade de Educação. UFRJ RJ(Brasil).</li> <li>● Catálogo da Biblioteca Aperj, on-line Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro Aperj RJ (Brasil)</li> </ul>           |

- Catálogo da Biblioteca Parque Estadual, on-line  
Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro.  
SECEC Governo do Estado RJ (Brasil).
- Catálogo da Biblioteca Cob, on-line  
Comitê Olímpico Brasileiro RJ (Brasil)
- Catálogo da Biblioteca Universitária de Cachoeira, on-line  
Centro de Artes, Humanidades e Letras  
UFRB BA (Brasil)

## **5 ÁREA DE FONTES RELACIONADAS**

**5.3 Unidades de descrição relacionadas** – As unidades de descrição estão associadas e integram pela proveniência o arquivo pessoal do Professor Rubim Santos Leão de Aquino. Estão representadas pelas partes enquanto coleções ou fundos arquivísticos nas respectivas entidades, conforme abaixo:

- Entidade custodiadora: Família Aquino  
Localização: Rio de Janeiro  
Fundo: Rubim Santos Leão de Aquino  
Código de referência: BR RJ  
FAMILIAAQUINO
- Entidade custodiadora: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - Biblioteca  
Localização: Rio de Janeiro  
Coleção: Rubim Santos Leão de Aquino  
Código de referência: BR RJ APERJ BIB RSLA  
Família Aquino (Brasil)
- Entidade custodiadora: Colégio Liceu Franco-Brasileiro - Biblioteca  
Localização: Rio de Janeiro  
Coleção: Rubim Santos Leão de Aquino  
Código de referência: BR RJ CLFB BIB RSLA  
Família Aquino (Brasil)
- Entidade custodiadora: Comitê Olímpico Brasileiro - Biblioteca  
Localização: Rio de Janeiro  
Coleção: Rubim Santos Leão de Aquino  
Código de referência: BR RJ COB BIB RSLA  
Família Aquino (Brasil)
- Entidade custodiadora: Instituto Cultural Cravo Albin  
Localização: Rio de Janeiro  
Coleção: Rubim Santos Leão de Aquino  
Código de referência: BR RJ ICCA RSLA  
Família Aquino (Brasil)
- Entidade custodiadora: Museu de Arte Moderna - Cinemateca  
Localização: Rio de Janeiro  
Coleção: Rubim Santos Leão de Aquino  
Código de referência: BR RJ MAM CINE RSLA  
Família Aquino (Brasil)
- Entidade custodiadora: Museu Histórico Nacional – Biblioteca  
Localização: Rio de Janeiro  
Coleção: Rubim Santos Leão de Aquino  
Código de referência: BR RJ MHN BIB RSLA  
Família Aquino (Brasil)
- Entidade custodiadora: Museu da República - Biblioteca  
Localização: Rio de Janeiro  
Coleção: Rubim Santos Leão de Aquino  
Código de referência: BR RJ MR BIB RSLA
- Entidade custodiadora: Pontifícia Universidade Católica – Divisão de Biblioteca e Documentação  
Localização: Rio de Janeiro  
Coleção: Rubim Santos Leão de Aquino  
Código de referência: BR RJ PUCRio DIVBIBD RSLA
- Entidade custodiadora: SECEC - Biblioteca Parque Estadual  
Localização: Rio de Janeiro  
Coleção: Rubim Santos Leão de Aquino  
Código de referência: BR RJ SECEC BPE RSLA  
Família Aquino (Brasil)
- Entidade custodiadora: Secretária Municipal de Educação - Biblioteca São Gonçalo  
Localização: Rio de Janeiro  
Coleção: Rubim Santos Leão de Aquino  
Código de referência: BR RJ SEMED BSG RSLA  
Família Aquino (Brasil)
- Entidade custodiadora: Universidade Federal do Recôncavo Baiano - Biblioteca Universitária de Cachoeira  
Localização: Rio de Janeiro  
Coleção: Rubim Santos Leão de Aquino  
Código de referência: BR BA UFRB BUC RSLA  
Família Aquino (Brasil)
- Entidade custodiadora: Universidade Federal do Rio de Janeiro - Proedes  
Localização: Rio de Janeiro  
Fundo: Rubim Santos Leão de Aquino  
Código de referência: BR RJ UFRJ PROEDES RSLA  
Família Aquino (Brasil)



#### 5.4 Nota sobre publicação

AQUINO, Estela Maria Lima Motta Leão de. História de vida e constituição do acervo. Depoimento concedido a Libânia Nacif Xavier .História Oral Proedes. Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. abril.2017. (Transcrição)

\_\_\_\_\_. Classificação do acervo Prof. Rubim Santos Leão de Aquino . Entrevista concedida a Michele de Almeida Gomes. História Oral Proedes. Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. 2022. arquivo vídeo (60 min).

AQUINO, Estela Maria Lima Motta Leão de. e Marina. Dados biográficos, história arquivística e a fragmentação do acervo sobre acervo Prof. Rubim Santos Leão de Aquino . Entrevista concedida a Libânia Nacif Xavier e Michele de Almeida Gomes. História Oral Proedes. Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. 2020. arquivo vídeo(240min).

AQUINO, Lígia Maria Lima Motta Leão de. História de vida e constituição do acervo. Depoimento concedido a Libânia Nacif Xavier .História Oral Proedes. Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. mar.2018. arquivo m4a (17min)

AQUINO, Rubim Santos Leão de. Entrevista concedida a Mário Lúcio de Paula e Patrick Granja, da Revista A Nova Democracia, AnoIX, n. 66, jun.2010. Disponível em: Um tempo para não esquecer - A Nova Democracia . Acesso em: 22.out.2021.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Angela de Castro Gomes e Américo Freire. Estudos Históricos .Rio de Janeiro: CPDOC/FGV., vol. 21, n.41. jan.a jun. de 2008. p. 95-112.

COELI, Vera Lúcia COELI .Organização do arquivo pessoal do Prof. Rubim Santos Leão de Aquino – Parte I. Entrevista concedida a Libânia Nacif Xavier.História Oral Proedes. Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. 2018. arquivo m4a (30 min)

COELI, Vera Lúcia COELI .Organização do arquivo pessoal do Prof. Rubim Santos Leão de Aquino – Parte II. Entrevista concedida a Michele de Almeida Gomes.História Oral Proedes. Rio de Janeiro, Proedes/Faculdade de Educação. UFRJ. 2022. arquivo vídeo (1h28min)

FERREIRA, Marieta de Moraes.A História como ofício: a constituição de uma campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV,2013. 464p.

FONSECA, Selva Guimarães. Ser Professor no Brasil: história oral de vida. Campinas, Papyrus, 1997. 3 edição. p. 156-165.

MENDONÇA, ANA WALESKA. Anísio Teixeira e a universidade de educação. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, 186p.

NA GLÓRIA um acervo com raridades. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, Caderno Jornal do Bairro, 10 fev.1987, s. ed.,p. 8, 1987. Disponível em: Busca | Acervo O Globo. Acesso. Acesso em: 21 out.2021.

O FRACASSO do ensino do segundo grau no vestibular.Jornal dos Sports. Rio de Janeiro, Caderno Educação, ed. 16043, 31 jan.1982,p.10,1982. Disponível em: Jornal dos Sports (RJ) - 1980 a 1989 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: 21.11.2021.

PAIM, Antônio. A UDF e a ideia de universidade. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1981.

PEREIRA, Ludmila Gama. O historiador e o agenda da história: os embates políticos travados no

curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. (1959-1969).2010. 152p. Dissertação (Mestre). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2010.

PROFESSOR Aquino dá aula especial de História nesta terça-feira. Jornal O Globo, Caderno Rio, 01 jul.1997, s. ed., p. 14. 1997. Disponível em: Busca | Acervo O Globo. Acesso em: 21 out.2021.

PROMOÇÕES no Ministério da Fazenda: numerosos atos no quadro permanente e suplementar. Diário de notícias. Rio de Janeiro. 28 jan.1951, Ed. 08969, Primeira seção, p.4, 1951. Disponível em: Diário de Notícias (RJ) - 1950 a 1959 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: 21 nov.2021

SÁ, Eduardo. 20 anos de curso pré-vestibular comunitário na Mangueira. Fazendo Média.Rio de Janeiro, 19 ago.2010. Disponível em : AMV - Associação Mangueira Vestibulares: Quem somos (assmangueiravestibulares.blogspot.com). Acesso em: 21.out.2022

## 6 ÁREA DE NOTAS

- 6.1 Notas sobre conservação** Documentos em bom estado de conservação. Alguns livros apresentam desfolhamento da capa e da lombada.
- 6.2 Notas gerais** Documentos textuais e bibliográficos apresentam marginálias e dedicatórias.  
Os filmes sofreram migração de suporte da película para o formato digital, bem como as fotografias em suporte papel dos álbuns de família.  
A unidade de descrição em nível de fundo foi descrita com base na custódia da documentação estando com a família para nortear a construção do guia.

## 7 ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

- 7.1 Nota do arquivista** O trabalho de arranjo e descrição foi resultado da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação de Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde com o título “Reconstituindo o contexto arquivístico do arquivo pessoal do Educador Rubim Santos Leão de Aquino!”, de autoria Michele de Almeida Gomes e orientação da Dra. Ana Luce Girão Soares Lima, da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.  
Agradecemos a Estela e Lígia Maria Motta Lima Leão de Aquino em nos fornecer elementos para compor este guia. E em especial, a Vera Lúcia Medina Coeli (documentalista) nos orientar nos detalhes da organização do arquivo.  
Agradecemos as instituições e entidades custodiadoras que contribuíram com as informações .

**7.2 Regras ou convenções**

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p. – (Publicações Técnicas; no 50 ).

\_\_\_\_\_. ISDF: Norma internacional para descrição de funções. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 76 p.; 30 cm. – (Publicações Técnicas; nº 52)

\_\_\_\_\_. ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico/Conselho Internacional de Arquivos; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. 88 p.; 30 cm. – (Publicações Técnicas; n. 54)

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

\_\_\_\_\_. CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: [Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em: 20.mai.2022.

**7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)**

Preparada por Michele de Almeida Gomes, 25 de maio de 2022 – 1 versão

Revisada por Ana Luce Girão Soares Lima, 22 Junho de 2022

**8 ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS**

### 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Aquino, Rubim Santos Leão de  
 Arquivo do Estado do Rio de Janeiro – Aperj  
 Bahia  
 Biblioteca  
 Biblioteca de São Gonçalo – BSG  
 Biblioteca Parque Estadual – BPE  
 Biblioteca Universitária de Cachoeira  
 Cachoeira - Bahia  
 Campo Grande – Mato Grosso do Sul  
 Cinemateca  
 Colégio Liceu Franco-Brasileiro – CLFB  
 Comitê Olímpico Brasileiro – COB  
 Curitiba – Paraná  
 Divisão de Biblioteca e Documentação  
 Docência, pesquisa e produção intelectual  
 Família Aquino  
 Formação e administração de carreira  
 Instituto Cultural Cravo Albin - ICCA  
 Interesse pessoal  
 Mediação Cultural  
 Militância política e Associativismo  
 Museu da República – MR  
 Museu de Arte Moderna – MAM  
 Museu Histórico Nacional – MHN  
 Pontifícia Universidade Católica do RJ – PUC RIO  
 Programa de Estudos Documentação Educação e Sociedade - PROEDES  
 Relações intergrupos  
 Relações interinstitucionais  
 Rio de Janeiro  
 Secretaria Cultural e Economia Criativa – SCEC  
 Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Gonçalo  
 Universidade Federal do Recôncavo Baiano (BA) – UFRB  
 Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

## 5. DIFUSÃO

Considerando a forma como foi descrito o arquivo, a difusão dos documentos se dará pela customização da plataforma da Ufrj que está em processo de atualização.

A ferramenta que utilizaremos será o Atom que significa acesso à memória. É uma plataforma de descrição arquivística multinível e multirepositório em código aberto, ou seja, é possível fazer alterações e atualizações sem ter um domínio predominante. A desenvolvedora e mantenedora da ferramenta em uso é a Artefactual, que costuma disponibilizar as atualizações (versão 2.6) nas melhorias de uso e acesso à plataforma.

É um sistema informatizado e dispõe de três grandes funcionalidades: gerenciar e recuperar informações, bem como, configurar o sistema. A recuperação da informação se dará por navegação ou busca.

A interface do usuário é de fácil acesso e dispõe de informações iniciais que orientam geralmente o que é o repositório, para que ele serve, quais são os passos de

orientação para uso da plataforma e as informações concernentes aos arquivos.

No guia de usuário do Atom (ABREU, 2017) é possível identificar as formas de recuperar as informações sejam elas por uma busca simples ou avançada. Apresentam também outras formas de recuperar por descrição arquivística, por entidades custodiadoras, pelos produtores, por objetos digitais, por funções, dentre outras.

## ANEXOS

## ANEXO I - Modelo do Termo de Autorização de Uso de Imagem

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, **autorizo** o uso das imagens de meu pai, **Rubim Santos Leão de Aquino** sob minha responsabilidade cedidas a **Michele de Almeida Gomes**, mestranda da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, matrícula MP2020.1.010, sem finalidade comercial, tão somente para fins de obtenção de título de mestre.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens acima mencionada a fim de ser utilizada em trabalho de conclusão do curso, cujo título é ***Reconstituindo o contexto arquivístico do arquivo pessoal do educador Rubim Santos Leão de Aquino***, de autoria **Michele de Almeida Gomes**, sob orientação da **Professora Ana Luce Girão Soarers de Lima**, do **Programa de Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz**, sediada no Rio de Janeiro.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a imagem do meu pai ou a qualquer outra.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de .

---

Assinatura

## ANEXO II– MODELO DE TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA

Pelo presente documento, eu \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, após esclarecimentos da Profa. Dra. Libânia Nacif Xavier, vinculada ao Programa de Estudos Documentação Educação e Sociedade – Proedes / UFRJ, declaro estar ciente que:

### **. Sobre a Pesquisa em desenvolvimento com base no Arquivo do Professor Aquino:**

A entrevista cedida em XXXXXX teve a finalidade coletar informações a respeito do arquivo pessoal do professor Rubim Leão Santos de Aquino e sobre a história de sua vida pública e privada; de suas relações sociais e profissionais, bem como, a organização e preservação de seus documentos por ele e posteriormente pela família e por terceiros.

### **Sobre os Procedimentos adotados:**

A pesquisadora fez a coleta do depoimento oral junto às/os entrevistadas/os e o resultado da gravação será integrado ao patrimônio material e cultural da UFRJ, que ao aceitar e incorporar o depoimento assume, nesta data, o domínio, posse, direito e ação sobre ele. A UFRJ, através do Programa de Estudos Documentação Educação e Sociedade - Proedes, uma de suas unidades de pesquisa e centro de memória da Faculdade de Educação, se obriga a organizar e conservar o acervo oral, objeto da doação, colocando-o em condições de ser utilizado em estudos e pesquisas de caráter acadêmico e cultural, incluindo publicações de toda ordem (digital, on line ou impressa) e outras formas de publicização do conteúdo. O Proedes fica consequentemente autorizado a utilizar o acervo oral para os mencionados fins, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir o acesso ao mesmo, para fins idênticos, com a ressalva de indicação de fonte e autor.

O sujeito da pesquisa, ao assinar este documento, assume publicamente a autoria deste depoimento e autoriza seu uso para os fins já mencionados no item anterior. O critério de inclusão do depoente nesta pesquisa está associado ao fato de que existe uma relação direta com o titular do acervo arquivístico, podendo desta forma contribuir com dados não encontrados em seus documentos.

### **Riscos e Benefícios:**

Esta pesquisa possui risco mínimo pela possibilidade, ainda que remota, do depoente se sentir melancólico ou embaraçado com alguma lembrança ou menção a fatos sensíveis. Os benefícios de sua participação será a publicização do acervo a fim de servir de fontes para história da Educação.

### **Garantia de Recusa:**

O fato de não concordar em responder às perguntas do pesquisador não acarretará prejuízo algum ao depoente.

### **Garantia de acesso aos resultados da pesquisa:**

Após a finalização da pesquisa, este depoimento estará disponível no Proedes / Faculdade de Educação / UFRJ, localizado na Avenida Pasteur, 295 fundos sala 102– no Anexo da Faculdade de Educação, no Palácio Universitário, Praia Vermelha, Rio de Janeiro – RJ.

### **Acesso do depoente ao pesquisador:**

Quaisquer dúvidas sobre a pesquisa poderão ser obtidas com a pesquisadoras Dra. Libania

Nacif Xavier e Michele de Almeida Gomes, do Programa Estudos Documentação Educação e Sociedade - Proedes, da Faculdade de Educação - UFRJ, através do telefone XXXXX e XXXXXX e-mail

Estou de acordo com os termos da pesquisa acima. Autorizo que meu nome seja divulgado como autor deste depoimento.

Assinatura da depoente

Assinatura da Pesquisado